

---

**Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais**

Mestrado em Arqueologia e Ambiente

Área de especialização | Avaliação de Impacte Ambiental

Dissertação

**Do documento à arqueologia no Convento do Bom Jesus de  
Viana do Alentejo**

Francisco José Serpa Baião

Orientador(es) | Susana Gómez Martínez  
Antónia Fialho Conde

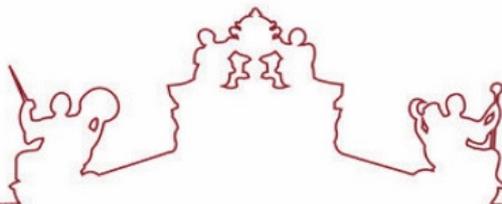
Évora 2023

---

---

---

---



**Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais**

Mestrado em Arqueologia e Ambiente

Área de especialização | Avaliação de Impacte Ambiental

Dissertação

**Do documento à arqueologia no Convento do Bom Jesus de  
Viana do Alentejo**

Francisco José Serpa Baião

Orientador(es) | Susana Gómez Martínez

Antónia Fialho Conde

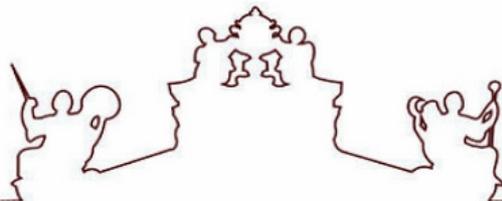
Évora 2023

---

---

---

---



A dissertação foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor da Escola de Ciências Sociais:

Presidente | André Miguel Carneiro (Universidade de Évora)

Vogais | André Teixeira (Universidade de Lisboa) (Arguente)

Évora 2023

---

---

---

---

# Do documento à arqueologia no Convento do Bom Jesus de Viana do Alentejo

## Índice

Resumo.....	6
Abstract .....	7
Abreviaturas.....	8
1. Introdução.....	9
1.1. Propósito e pertinência do tema.....	12
1.2. Conceitos e terminologia .....	15
2. Os contextos geográficos e históricos do Convento do Bom Jesus .....	19
2. 1. A envolvente geográfica e geológica da vila de Viana do Alentejo.....	19
2. 2. Síntese histórica da Vila de Viana do Alentejo.....	24
3. O estado da arte: fontes e metodologia .....	33
3.1. As fontes bibliográficas .....	34
3.2. As fontes documentais.....	43
3.3. As fontes iconográficas .....	45
3.4. Em busca de uma metodologia para o acompanhamento arqueológico: do documento à prática arqueológica.....	46
3.5. Arqueologia da Arquitectura.....	48
4. Nascimento, vida e declínio do convento .....	53
4.1. O estabelecimento da Ordem de São Jerónimo em Portugal.....	53
4.2. O Século XVI e a emergência dos conventos <i>reformados</i> .....	56
4.3. Os primeiros tempos .....	59
4.4. A vida no Convento .....	63
4.5. A relação das monjas Jerónimas vianenses com outros conventos .....	69
4.6. O diabo à solta: o declínio a partir da revolução liberal de 1820 .....	72
4.7. O Século XX: de Convento a <i>bairro social</i> .....	75
5. Reescrevendo parte da história do Convento a partir da leitura crítica das fontes bibliográficas, documentais e iconográficas. ....	79
5.1. A identificação de alguns dos espaços através das fontes documentais.....	87
5. 1.1. O prédio.....	89

5.1.2. Os dormitórios.....	92
5.1.3. As escadas, a Casa da Enfermaria e a Botica.....	93
5.1.4. As cozinhas e a Adega .....	96
5.1.5. O cárcere .....	100
6. O acompanhamento arqueológico: alguns casos paradigmáticos resultantes do cruzamento da informação documental com a arqueologia da arquitectura. ....	102
6.1. As Sacristias e os Confessionários .....	104
6.2. As abóbadas .....	105
6.3. As Casas da Grade e as Madres Escutas.....	108
6.4. Torre da Priora ou <i>Domus Fortis</i> ?.....	110
6.4.1. Os cunhais do Convento.....	113
6.4.2. O quarto piso da <i>Torre da Priora</i> .....	115
6.4.3. As escadas "secretas" .....	116
6.4.4. A <i>Domus Fortis</i> .....	117
6.5. Os vestígios de um edifício mais antigo na ala sul .....	121
6.6. Cumprir Trento.....	123
6.7. Os sistemas de águas limpas e sujas .....	127
7. Conclusão. Uma actualização da narrativa historiográfica do Convento do Bom Jesus de Viana do Alentejo.....	133
8. Bibliografia .....	147
8.1. Fontes Documentais.....	153
8.2. Periódicos .....	154
8.3. Fontes digitais .....	154
8.4. Créditos das imagens .....	155

## Resumo

### Do documento à arqueologia no Convento do Bom Jesus de Viana do Alentejo

O Convento do Bom Jesus de Viana do Alentejo foi o único cenóbio feminino da congregação Jerónima ou hieronimita que existiu em Portugal. Começado a ser construído nos inícios da segunda metade do século XVI, por ele passaram centenas de religiosas e mulheres de outras condições, tendo atingido o seu auge nos meados do século XVIII. Encerrado à morte da última monja, em 1902, as décadas seguintes terão sido o seu *saeculum horrendum*, tendo chegado ao início do século XXI muito descaracterizado e em grande ruína. Adquirido por um particular, tem vindo a ser objecto de grandes trabalhos de reabilitação, que contam com a colaboração de um arqueólogo. A sua função é registar todas as estruturas que serviram de apoio à vida quotidiana das suas habitantes, muitas delas agora postas a descoberto, a sua génese e alterações ao longo dos tempos.

Para além das metodologias próprias da arqueologia convencional e da arqueologia da arquitectura, foi aqui possível aplicar uma prática baseada na prévia leitura crítica de todas as fontes bibliográficas e documentais disponíveis que tratam ou que foram produzidas nesta comunidade, de forma a alertar o olhar do arqueólogo, quando em obra, para os mais pequenos indícios de estruturas muitas das vezes já completamente desaparecidas. Como resultado final resultou a reescrita do corpus historiográfico deste complexo monástico, confirmando-se alguns dos pressupostos anteriores, infirmando-se alguns outros.

**Palavras-chave:** Arquitectura Religiosa; Ordem de S. Jerónimo; Viana do Alentejo; Documento; Arqueologia da Arquitectura

## Abstract

### From document to archeology in the Convent of Bom Jesus de Viana do Alentejo

The Convent of Bom Jesus in Viana do Alentejo was the only female monastery of the Hieronymite congregation that existed in Portugal. Started to be built in the beginning of the second half of the 16th century, hundreds of nuns and women of other conditions passed through it, reaching its peak in the middle of the 18th century. Closed when the last nun died, in 1902, the following decades will have been its *saeculum horrendum*, having reached the beginning of the 21st century very uncharacterized and in great ruin. Recently acquired by a private individual, it has been the subject of major rehabilitation works with the collaboration of an archaeologist. His function is to record all the structures that supported the daily life of its inhabitants, many of them now uncovered, their genesis and changes over time.

In addition to the methodologies typical of conventional archaeology and architectural archaeology, it was possible to apply a practice based on a previous critical reading of all available bibliographic and documentary sources that deal with or that were produced in this community, in order to alert the archaeologist's gaze, when at work, for the smallest signs of structures that are often completely gone. As a final result, the historiographical corpus of this monastic complex was rewritten, confirming some of the previous assumptions, and invalidating some others.

**Key words:** Religious Architecture; Order of Saint Jerome; Viana do Alentejo; Document; Architectural Archeology

## **Abreviaturas**

A.C.M.F.	Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças
A.D.E.	Arquivo Distrital de Évora
A.H.C.M.V.A.	Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Viana do Alentejo
A.N.T.T.	Arquivo Nacional da Torre do Tombo
B.P.E.	Biblioteca Pública de Évora

# 1. Introdução

Conheço o Convento desde que me conheço a mim próprio. Há sessenta anos, criança ainda, visitava com frequência a casa de uma das suas proprietárias, Francisca Balesteros, minha familiar afastada que então vivia na melhor das muitas habitações em que, décadas antes, tinha sido transformado o chamado *Dormitório Novo*. Muitos dos meus amigos da escola primária era também ali que viviam, a maioria em condições quase miseráveis, mas como eu os invejava por terem à sua disposição toda aquela imensa ruína, cheia de recantos desconhecidos, inacessíveis - e perigosos! -, onde se podia brincar à vontade, sem que a guarda ou o temível zelador municipal nos viessem incomodar...

Frente ao Convento a municipalidade tinha instalado, no antigo *Rossio das Freiras*, o Parque Dr. Oliveira Salazar, designação pomposa para um terreiro cheio de ervas, tendo no centro um triste coreto desde há muito sem música. No *arranjo* do parque Salazar, a disposição das árvores tinha tido como único propósito esconder dos passantes a ruína triste, frágil e desprotegida da casa onde outrora tinham vivido as únicas monjas portuguesas devotas de S. Jerónimo.

Na década de sessenta do século passado a vila assistia a obras de algum vulto na requalificação e preservação de parte do seu muito património construído. No Castelo dava-se continuidade à intervenção iniciada por volta de 1940, quando foram removidas duas construções tardias que se encontravam adossadas às suas muralhas<sup>1</sup>. No antigo Convento de S. Francisco, em tempos de frades mas agora de freiras e cujo jardim infantil eu frequentara, as intermináveis obras continuavam, apesar das muitas dificuldades financeiras enfrentadas pelas religiosas<sup>2</sup>. Quanto ao Santuário de Nossa Senhora d'Aires, talvez o verdadeiro *ex-libris* da vila, por esses anos andava sempre muito bem tratado e caiado, mercê do evergetismo de José Mestre Baptista<sup>3</sup>. De todos estes monumentos se orgulhavam legitimamente os

---

<sup>1</sup> Obras da responsabilidade da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, na altura sob a direcção do arquitecto Rui Couto. Nos anos sessenta foi demolida, no interior do Castelo, grande parte das instalações da Misericórdia e restaurada a primitiva Igreja Matriz, onde hoje está o posto de turismo.

<sup>2</sup> Recordo-me de assistir, talvez com cinco anos de idade, à colocação do novo piso de parqué de azincho na sua Igreja, restaurada depois de ter sido quase totalmente destruída pelas enxurradas que, periodicamente e até à construção de um amplo sistema de drenagem de águas pluviais, já nos finais da década de 50 do século XX, fustigavam parte da vila.

<sup>3</sup> Grande devoto de Nossa Senhora de Aires, o conhecido cavaleiro tauromáquico José Mestre Baptista chamou a si, durante largos anos e até à data da sua morte, em 1985, o ónus de manter este templo

vianenses. No interior da povoação só o Convento nos envergonhava, definhando de dia para dia<sup>4</sup>. Todos os invernos desabava mais um telhado, ruía mais uma parede. Ninguém queria saber do Convento.

Ao longo dos anos habituei-me, eu e creio que a maioria dos meus conterrâneos, a ver na velha Casa das Jerónimas a vítima de um determinismo trágico e implacável, sem qualquer possibilidade de escapatória. Em Viana todos acreditavam que, mais tarde ou mais cedo, chegaria o caterpílar para iniciar a sua demolição. Bom seria se a igreja, pelo menos a igreja, se salvasse.

Em 2009 participei num contacto da Câmara Municipal com o então proprietário da parte mais velha e em maior ruína - aquela que agora está a ser restaurada e a que respeita este trabalho -, tendo em vista a sua possível aquisição por parte da autarquia. Nessa altura manifestei-me contra a classificação do imóvel, pois acreditava, e continuo a acreditar, que tal, por inconsequente, só teria contribuído para desmotivar qualquer possível futuro interessado na aquisição. Creio não me ter enganado. Quanto ao interesse da Câmara, caiu por terra quando se começou a ter uma ideia dos custos exorbitantes que qualquer intervenção no imóvel acarretaria, os quais, mesmo se em parte financiados por programas comunitários, obrigariam a um esforço considerável do próprio município. Por outro lado, o executivo autárquico da altura (PS) tinha também de lidar com a promessa eleitoral de intervir no Palácio dos Henriques, em Alcáçovas, obra igualmente dispendiosa, mas que, sendo de muito menor escala, era porém mais exequível - como de resto foi.

Pouco tempo depois a vila seria surpreendida com a notícia que aquela parte do Convento tinha sido novamente vendida. Ninguém sabia quem eram os novos donos, especularam uns que seriam árabes, outros angolanos... Temeu-se então que tivesse chegado a hora do camartelo. Contudo e ainda nesse ano, fui contactado pelo seu novo proprietário, pessoa estranha à terra a quem tinham informado que eu possuiria algumas fotografias antigas do complexo monástico, pedindo-me se não me importava de lhas ceder pois poderiam ser de grande interesse, como efectivamente foram, para os gabinetes de engenharia e de arquitectura, que ele entretanto contratara, elaborarem o projecto de restauro do imóvel. Aqui os receios caíram por

---

sempre bem limpo e caiado o que, atendendo à sua grande dimensão, lhe devia consumir bastantes recursos.

<sup>4</sup> Fora da vila o panorama era, contudo, bem diferente, pois também estavam e continuam em ruínas as capelas de S. Pedro, de S. Vicente e do Senhor do Cruzeiro, apenas tendo sido restaurada a de S. Sebastião, hoje já dentro do perímetro urbano, adaptada que foi a capela mortuária.

terra, o milagre parecia estar a acontecer! O velho Convento do Bom Jesus de Viana do Alentejo ia ser reabilitado.

Foi pois com uma enorme satisfação que me vi envolvido, na qualidade de arqueólogo, nas obras de recuperação iniciadas em 2018, já depois do proprietário ter logrado adquirir a parte restante do complexo monástico, a chamada *Cerca Nova*.

Este não tem sido, para mim, um trabalho arqueológico normal, semelhante a muitos outros que fui fazendo ao longo da minha vida profissional. Muito mais do que isso, é um privilégio, direi mesmo honra, poder ficar associado a esta intervenção que, para muitos *oficiais do ofício* que a têm visitado, é considerada de elevada qualidade conceptual e técnica e, para a minha terra natal, de inquestionável valia patrimonial e afectiva.

O trabalho de investigação documental que tinha iniciado anos antes, ainda durante a minha licenciatura na Universidade de Évora, tinha-me munido de alguma informação sobre a génese e funcionamento do cenóbio hieronimita durante os seus três séculos e meio de funcionamento, assim como das vicissitudes por ele sofridas ao longo do século XX, depois de desactivado. Essa informação, agora incrementada pelo acesso à leitura de novas fontes, permitiu-me fazer uso, ao longo de todo o acompanhamento arqueológico da empreitada, de uma metodologia raras vezes possível de aplicar em trabalhos semelhantes, por via das incontornáveis condicionantes financeiras.

Contudo, ao longo do ano de 2018, à medida que os trabalhos foram avançando, fui sendo confrontado com a evidência das minhas limitações epistemológicas, mormente as que se relacionavam com o funcionamento dos conventos femininos ao longo do tempo em que este esteve activo (entre 1560 e 1902), as afectações que lhe terão sido produzidas pelas disposições conciliares de Trento (vulgarizadas a partir de 1564) e, no que respeitava à própria metodologia do acompanhamento, o pouco conhecimento que possuía de uma ferramenta que sabia eficaz para o registo e compreensão do património construído, a emergente *Arqueologia da Arquitectura*. Numa primeira fase fui tentando superar essas limitações com leituras e ajudas avulsas de colegas e antigos mestres, que mais não fizeram do que evidenciar a necessidade de voltar aos bancos da escola.

A presente dissertação resulta, pois, da condensação de parte da informação recolhida ao longo de três anos no acompanhamento arqueológico da empreitada de reabilitação do Convento do Bom Jesus, articulada com aquela outra adquirida no

retorno à Universidade, onde a frequência, no Curso de Mestrado, de unidades curriculares como *Património Religioso e Artístico* ou *Arqueologia Urbana*, foi de grande valia para a compreensão da génese, vida e ocaso do belo complexo monástico hieronimita vianense.

À Nita, à Joana Margarida e ao João André agradeço o incentivo para a realização desta dissertação. À minha neta Laura a dedico.

### **1.1. Propósito e pertinência do tema**

O Convento do Bom Jesus de Viana do Alentejo foi o único cenóbio feminino da ordem Jerónima existente em Portugal, fundado em meados do século XVI por um grupo de senhoras beatas, lideradas por Brites Rodovalho, filha de uma das mais abastadas e influentes famílias vianenses da altura.

Depois de ter conhecido umas primeiras e provisórias instalações na antiga *Rua do Poço Novo*, actual Rua António Isidoro de Sousa, a comunidade instalou-se nos terrenos do chamado *Rossio da Fonte Coberta*<sup>5</sup> onde, em 1554<sup>6</sup>, começou a ser construído o actual edifício, onde se manteve até à morte da última freira, ocorrida em Janeiro de 1902. O complexo monástico, com cerca de hectare e meio de área total, divide-se por duas *Cercas*, a *Velha* e a *Nova*, possuindo uma superfície coberta de mais de 3.800 m<sup>2</sup>, distribuída por dois pisos<sup>7</sup>. Se na segunda metade do século XIX o mosteiro já começava a apresentar sinais de degradação - resultante da legislação liberal produzida em 1834 e da concomitante redução e empobrecimento da comunidade -, a partir do seu encerramento essa deterioração agravou-se. Após várias vicissitudes, que entrosam na história contemporânea das instituições locais, o edifício acabou por ser vendido a um particular, em hasta pública, ainda nos inícios do século XX.

---

<sup>5</sup> O Rossio da Fonte Coberta era um vasto terreiro, nos limites poente da vila quinhentista, do qual partiam as estradas para Évora, Montemor, Torrão, Vila Nova da Baronia e Alcáçovas. O nome deve-o a ter possuído uma *Fonte Coberta*, construção provavelmente ainda do século XV, demolida nos finais do século XIX aquando da urbanização de toda a aquela zona. Cf. BAIÃO, Francisco, "A Toponímia de Viana do Alentejo II", in *Boletim da Câmara Municipal Viana do Alentejo*, nº 110, Julho de 2021, pp.42 e 43.

<sup>6</sup> Cf. SOUSA, D. António Caetano, *Agiologio Lusitano, dos Santos, e Varões Ilustres em Virtude do Reino de Portugal e suas Conquistas, Tomo IV*, Lisboa, Regia Officina Sylviana, 1744, p.339.

<sup>7</sup> Com excepção da chamada *Torre da Priora*, que apresenta quatro pisos.

Ao longo de todo o século passado a casa sofreu as mais severas sevícias, sobretudo na sua zona mais oriental e antiga, transformando-se numa espécie de *insulae* habitacional onde chegaram a viver mais de cem pessoas, algumas delas em condições que hoje consideraríamos sub-humanas. O rico revestimento azulejar, que decorava algumas das suas dependências, foi totalmente arrancado e alienado. A igreja, esventrada de todos os seus ornamentos - até a cantaria do púlpito tomou descaminho -, viu-se transformada numa improvisada olaria. Sobre a laje epigrafada de uma das suas sepulturas fez-se o tanque para derregar o barro. Abatidos os tectos das sacristias e de uma outra sala adjacente, aí se construíram os dois fornos de cozer loiça.

Toda a área ocidental do edifício, de construção mais recente e em cujo primeiro piso terá funcionado o chamado *Dormitório Novo*, foi quase totalmente desmantelada no seu miolo para dar lugar a quinze pequenas habitações para rendimento<sup>8</sup>, umas no piso térreo e outras no superior, o que obrigou a rasgar algumas das abóbadas das casas do rés do chão para a instalação de lances de escadas.

A degradação agudizou-se nas últimas décadas, sobretudo à medida que a vila foi perdendo população e o prédio foi ficando devoluto. Caíram paredes e coberturas, foram arrancados elementos de património integrado pétreo - pias de água benta, lavatórios, pedras de altares - degradaram-se programas decorativos *a fresco*, desapareceram portas e janelas e grande parte das grades férreas que protegiam alguns vãos; em determinada altura pensou-se mesmo que todo o complexo conventual estaria condenado à simples demolição. Algumas das suas divisões tinham chegado a um estado tal que não aconselhavam, por excessivamente perigosas, qualquer visita.

Entre 2010 e 2013 o complexo conventual foi adquirido, na sua totalidade, pelo actual proprietário, sendo que por essa altura já se encontrava praticamente devoluto há cerca de quinze anos. Os estudos e projectos posteriormente por ele mandados fazer compreendem a recuperação do edifício em duas fases, destinando-se - pelo menos em parte - a uso particular. A intervenção teve início em Janeiro de 2018 pela zona nascente do imóvel (a *Cerca Velha*), a mais antiga, a de maior interesse e valor arquitectónico e, também, a mais degradada.

---

<sup>8</sup> Quase todas pequenas, com apenas duas ou três divisões - uma das quais adaptada a cozinha - e desprovidas, pelo menos inicialmente, de instalações sanitárias. Para esse efeito usavam os seus moradores as estrumeiras que se iam acumulando ao fundo da *Cerca Nova*. Só a partir dos finais da década de sessenta alguns dos inquilinos das casas do piso térreo começaram a construir, por sua conta, pequenas casas de banho, adossadas ao alçado norte do prédio.

Não estando o edifício classificado, não foram colocados ao proprietário quaisquer constrangimentos de natureza patrimonial, quer pela Câmara Municipal de Viana do Alentejo, quer pela Direcção Geral do Património Cultural - representada localmente pela Direcção Regional de Cultura do Alentejo. Grosso modo, se aquele tivesse decidido pela completa demolição de todo o complexo monástico, estamos convencidos que ninguém o teria impedido.

Mas não foi esta, felizmente, a opção tomada. Para além do projecto prever a reposição, com as suas características volumétricas e decorativas primitivas, das principais divisões do complexo monástico, entendeu ainda o novo proprietário que a empreitada de reabilitação tivesse como consultor um arqueólogo, sobretudo durante os trabalhos de demolição, remoção de rebocos e mobilização dos solos, de forma a poderem ser registadas e interpretadas todas as estruturas do edifício, mormente as que eventualmente ainda jazessem sob as camadas de escombros provenientes do colapso da quase totalidade das coberturas e de muitos dos paramentos, ou ainda aquelas que, pelo seu grau de deterioração, tivessem de ser demolidas.

As condições singulares, diremos mesmo únicas, proporcionadas por este acompanhamento da empreitada - pouco pressionado pela ditadura dos prazos a cumprir, quantas vezes impeditiva de uma prática arqueológica merecedora dessa designação -, permitiu que se adoptasse uma metodologia baseada na pesquisa documental prévia, sobretudo nas fontes primárias, na sua análise crítica e na utilização da informação delas emanada como referencial orientador ao olhar do arqueólogo aquando do acompanhamento arqueológico propriamente dito. Os dados recolhidos em campo permitiram, por sua vez e com frequência, uma releitura agora mais afinada das fontes bibliográficas, num processo que podemos considerar de natureza dialéctica, é certo que demorado, mas que no final se mostrou adequado na obtenção de resultados que, imodestamente, podemos considerar de alguma qualidade.

À medida que se foi avançando neste processo foram ficando evidentes algumas contradições entre o corpus historiográfico actualmente aceite para o Convento do Bom Jesus de Viana do Alentejo - em grande parte fixado no século passado pelo erudito calipolense Túlio Espanca -, e as evidências arqueológicas que fomos registando ao longo do acompanhamento da empreitada. Evidências nem sempre nítidas, mas que com frequência ganhavam definição quando observadas através da lupa facultada pela exegese das fontes bibliográficas e documentais. A pouco e pouco foi tomando forma uma outra narrativa sobre a Casa das monjas

Jerónimas vianenses, a sua génese, o seu funcionamento, o seu ocaso e, agora e porque não, o seu renascimento. E é parte dessa narrativa que iremos tentar fazer no correr deste trabalho, cientes que outras narrativas poderá o futuro trazer, vislumbrando os seus autores luz onde nós hoje apenas descortinámos sombras.

Sempre nos impressionou positivamente a simplicidade: de uma equação, de uma lei da física, de uma composição cromática ou sonora, de uma fileira de casas caiadas de branco numa rua alentejana. Por isso e perante duas ou mais explicações para o mesmo "porquê", optámos sempre pelo princípio da *rasoura de Occam*, pela resposta mais simples, aquela que, acreditamos, mais perto andarás de uma putativa, mas provavelmente nunca alcançável, "verdade".

## 1.2. Conceitos e terminologia

Torna-se necessário, logo de início, definir algumas questões de natureza terminológica: a primeira, a suposta diferença entre os conceitos de *convento* e *mosteiro*. Na documentação que analisámos da comunidade feminina Jerónima vianense, essa diferenciação não é feita, sendo ambos os termos utilizados de forma indiscriminada. Vejamos apenas dois exemplos, dos inúmeros possíveis:

“Faço saber que visitando este **Convento** em Março de 1726 a Reverenda Madre Priora e alguãs Religiosas de conhecidas virtudes, me pedirão lhe restituisse as Actas que tinha deixado no Convento em Março de 1717 e de 1720...”<sup>9</sup> ou

“Tambem fui informado que as servas assim da Comunidade como de Religiozas particulares tinhão entre si suas pendençias com grittos e vozes dezentoadas de que se seguia grande inqueitação e perturbação no dito **Mosteiro** e para se evitar tão grande dezordem ordeno á Prellada...”<sup>10</sup>

Sabemos ser esta questão, a diferença entre *convento* e *mosteiro*, objecto de longa e esmiuçada controvérsia entre alguns dos investigadores e historiadores nacionais. A entrada "Convento", no *Dicionário de História de Portugal*, refere:

---

<sup>9</sup> A.N.T.T., Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo (1603-1889), *Livro de Actas das Visitas do Senhor Cónego Manuel Guerreiro de Brito do Mosteiro*, PT/TT/MBJVA/L02, 1726-1766, fl.1v. O negrito é nosso.

<sup>10</sup> Idem, fl.14. O negrito é nosso.

"...entendendo por **convento** a casa de um traçado próprio em que vive uma comunidade de frades. Todavia, na linguagem corrente nunca perderam o nome de convento os edifícios que os antigos frades construíram e habitaram, e deles são alguns dos nossos monumentos de mais valia pela sua arquitectura, pela sua grandiosidade, pela sua beleza ou pelo halo de devoção e piedade que ainda hoje os nimba..."<sup>11</sup>

O referido dicionário não apresenta, contudo, entrada para "Mosteiro". Já na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, pode ler-se:

"Sobre as designações de **conventos** e **mosteiros**, diz Frei Manuel da Esperança: «Nomeio com diferentes vocábulos as casas de freiras e de frades por ser esta a linguagem usada nos anais da nossa Ordem e nas bulas dos Pontífices. Digo **mosteiro** de freiras (o qual nome, na sua origem grega, significa solidão, ou o lugar solitário) por respeito de clausura, em que vivem separadas do comércio humano. Digo **convento** de frades, em razão de eles estarem juntos dentro das suas paredes. (...)"<sup>12</sup>

Porém, na entrada "Mosteiro" da mesma Enciclopédia, indica o seu autor:

"**Mosteiro** se denomina propriamente a casa onde habita uma comunidade de monges ou de monjas, isto é, um convento; todavia, desde há muito que estes termos, **convento** e **mosteiro**, são empregados, ora no sentido da casa, ora no da comunidade que aí vive. (...)"<sup>13</sup>

Esta distinção entre convento e mosteiro seria, contudo, conhecida da comunidade hieronimita vianense: "... pera que tudo seja anexado, e dedicado ao ditto futuro convento digo futuro Mosteiro...", pode ler-se numa transcrição de 1699 do documento fundador da comunidade, produzido originalmente em 1548<sup>14</sup>.

Nos documentos camarários por nós consultados, essencialmente actas das reuniões da vereação de grande parte do século XIX, o grande rossio fronteiro ao edifício das monjas é identificado como o rossio do *Mosteiro*:

---

<sup>11</sup> LOPES, Francisco Fernandes, "Convento", in *Dicionário de História de Portugal*, Volume II, Coordenação de Joel Serrão, Porto, Livraria Figueirinhas, s.d.. O negrito, que no original está em itálico, é nosso.

<sup>12</sup> "Convento", in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Vol. VII, Lisboa, Página Editora, 1998. Os negritos, que no original estão em itálico, são nossos.

<sup>13</sup> "Mosteiro", *Idem*, Vol. XVII. O negrito, que no original está em itálico, é nosso.

<sup>14</sup> BPB, Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo, *Livro 1*, fl.3.

"Sessão de 10 de Fevereiro de 1867 (...) Deliberou a Camara que seja plantado todo o rocio do **Mosteiro**, e Carreira do mesmo Rocio de Amoreiras, e que todas as arvores sejam resguardadas por grades de madeira, e que estes trabalhos sejam feitos o mais depressa possível"<sup>15</sup>

No entanto, noutras actas do mesmo período, o edifício é chamado de convento:

"Sessão de 13 de Julho de 1884 (...) Deliberações (...) Por parte das relegiosas (...) foi pedida á Camara auctorização para se arrancarem algumas arvores que ficam por cima do cano que conduz a agua ao **convento**, para mais facilmente o concertarem, e tirarem-lhe as raizes que o teem entulhado..."<sup>16</sup>

Outros autores pretenderam ver a diferença na localização das casas: as que ficavam no espaço urbano, seriam conventos; as localizadas no espaço rural, mosteiros. Ou ainda na natureza da congregação: as ordens contemplativas, de clausura, viveriam em mosteiros; as mendicantes ou de frades menores, urbanas e de *fáceis relações* externas, viveriam em conventos: "A habitação da comunidade [mendicante] não se chamará mosteiro, mas convento: a comunidade é formada não tanto pela habitação comum mas pela convergência das pessoas"<sup>17</sup>.

Certo é que para o comum dos habitantes de Viana do Alentejo o casarão era - e é -, conhecido por *Convento*: - *Onde vais?* - *Vou ao Convento*; - *Onde vives?* - *Vivo no Convento*, ouvia-se pela vila até não há muitos anos atrás. Daí que tenhamos decidido fixar, para este trabalho, a utilização do termo *Convento*. Sem prejuízo de, quando citadas outras fontes, empregarmos as designações por elas usadas.

Quantos aos termos freira, monja, religiosa, professora, soror, tomamo-los como equivalentes. Na documentação da Casa todas as mulheres que já tomaram hábito, independentemente de estarem ou não a exercer, na altura, qualquer dos muitos ofícios monásticos, são comumente nomeadas por *madres*: "Mando as Reverendas Madres Priorosa, Porteirias, Cerqueiras...", "... porque este privilegio he reservado só

---

<sup>15</sup> A.H.C.M.V.A., *Livro de Actas das Vereações de 1867*, Acta da Sessão de 10 de Fevereiro de 1867. O negrito é nosso.

<sup>16</sup> A.H.C.M.V.A., *Livro de Actas das Vereações de 1884*, Acta da Sessão de 13 de Julho de 1884. O negrito é nosso.

<sup>17</sup> NEIVA, Adélio de A. Torres, "Formas de Vida Religiosa", in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores e Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2000, p.343.

para as Reverendas Madres Priora, Vigaria, Conselheiras, Mestra de Novissas<sup>18</sup>, "... as duas janellas da casa da Madre Thimotea de Santa Anna e as duas janellas da casa da Madre Maria Jozefa necessitão de huns ferros..."<sup>19</sup>.

Também o termo *rossio*<sup>20</sup> surge, nas fontes por nós utilizadas, quase sempre grafado *rocio*. Na toponímica local é usada, a nosso ver erradamente, esta última forma: Travessa do Rocio, Rua do Rocio. Neste trabalho usaremos sempre o termo *rossio*, com a óbvia excepção das citações.

No que respeita a termos relacionados com a arquitectura, denominaremos como *piso térreo* ou *primeiro piso* o nível construtivo cuja cota de pavimento se encontra mais perto da cota do terreno envolvente. O segundo piso será o seguinte, aquele que comumente se designa por *primeiro andar* e assim sucessivamente.

Por uma questão de facilidade de leitura todas as imagens referidas no texto encontram-se editadas em documento próprio, designado *Anexo de Imagens*. Esta solução também permite que seja utilizada uma maior resolução gráfica, concedendo detalhe às imagens e desenhos, o que não seria possível - ou, pelo menos, seria mais difícil - se os mesmos fossem directamente integrados junto ao texto.

---

<sup>18</sup> A.N.T.T., Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo (1603-1889), *Livro de Actas das Visitas do Senhor Cônego Manuel Guerreiro de Brito do Mosteiro*, PT/TT/MBJVA/L02, 1726-1766, fl.4.

<sup>19</sup> Idem, fl.35.

<sup>20</sup> "Terreno que era roçado ou fruído em comum pelo povo; logradouro público...", Cf. "Rossio", *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Vol. XXVI, Lisboa, Página Editora, 1998.

## 2. Os contextos geográficos e históricos do Convento do Bom Jesus

### 2. 1. A envolvente geográfica e geológica da vila de Viana do Alentejo

*"Vianna, denominada do Alemtejo, villa do districto d'Evora, donde dista 5 leguas a S.O., situada sobre o rio Charrama, affluente do Sado, em deliciosa campina por se achar rodeada de arvoredo, vinhas e terras mui fructiferas, dominando extensas varzeas n'uma encosta da serra do seu nome. A sua planta é regular, com ruas rectas e bem alinhadas. Encerra um mosteiro de freiras da ordem de S. Jeronymo, o unico que jámais existio e existe em Portugal.; contem 1.500 habitantes."*<sup>21</sup>

O concelho de Viana do Alentejo situa-se no Alentejo Central, a cerca de vinte quilómetros a sul da cidade de Évora, numa área geográfica praticamente equidistante da raia espanhola e da orla marítima. Com uma superfície rondando os quatrocentos quilómetros quadrados, é limitado a norte pelos concelhos de Montemor-o-Novo e Évora, a oeste e sul por Alcácer do Sal, a sul por Alvito, a sudoeste por Cuba e a este pelo município de Portel. A vila sede, Viana do Alentejo, encontra-se a cerca de quarenta e cinco quilómetros da cidade de Beja e a trinta da cidade de Évora. O concelho compreende hoje três freguesias, Alcáçovas, Aguiar e Viana do Alentejo, todas elas antigos concelhos até à reforma administrativa de Mouzinho da Silveira, ocorrida em 1836, que extinguiu os dois primeiros e os anexou ao último. Sob o ponto de vista orográfico, a suave peneplanície que vem desde Évora, a cotas perto dos duzentos metros, é interrompida pela Serra de Viana (ou de S. Vicente), onde o ponto mais alto se situa a cerca de trezentos e setenta metros. Esta serra, que controla um horizonte com mais de cinquenta quilómetros, assinala aqui a transição entre as regiões do Alto e do Baixo Alentejo.

Se na freguesia de Alcáçovas a cota mais elevada não ultrapassa os duzentos e oitenta e dois metros - no cabeço de Nossa Senhora da Esperança, Herdade de Pedregosa, a cerca de três quilómetros e meio a noroeste do centro da vila -, já em Aguiar a suave modulação da planície é apenas interrompida pelo chamado *Cabeço de Aguiar*, cujo marco geodésico assinala os duzentos e trinta e cinco metros.

---

<sup>21</sup> CÂMARA, Paulo Perestrello da, *Diccionario Geographico Historico Politico e Litterario do Reino de Portugal e seus Dominios*, Tomo Primeiro, Lisboa, s.l., 1850, p.473.

É, portanto, um território de morfologia amena (figura 2.1), ainda que marcado por dobras e falhas frequentes, que correspondem à parte ocidental do grande acidente tectónico Odemira-Portel. A sul contacta, por abrupto de falha, com a superfície plana de Beja, que se encontra a cotas mais baixas<sup>22</sup>. Para leste, a sua superfície desenvolve-se em ascensão suave, apenas quebrada pelo entalhe do leito do rio Guadiana, já no limite nascente do vizinho concelho de Portel. Ainda para norte, há a assinalar o relevo da Serra de Ossa, único elemento característico, nessa direcção, a delimitar a região.

Toda a área do concelho de Viana do Alentejo integra a bacia hidrográfica terciária do rio Sado. É a noroeste de Évora que têm origem os cursos de água mais importantes da região, as ribeiras do Xarrama e de Alcáçovas, esta última a receber também, localmente, a designação de *ribeira de Papagalos* ou *do Diége*<sup>23</sup>. Para ambas concorrem uma plêiade de linhas de água de caudais modestos e muito sazonais, praticamente sem valia para as práticas relacionadas com a agricultura e que servem, sobretudo, como marcas de referência territorial, definindo e limitando os diversos prédios rurais. A Ribeira do Xarrama, ou do *Exarramam*, como aparece nos documentos mais antigos<sup>24</sup>, é a mais expressiva da região. Geralmente pouco encaixada no terreno - ao contrário da de Alcáçovas -, estabelece as fronteiras, a oeste, entre as freguesias de Viana e de Alcáçovas e, a noroeste, com a freguesia de Nossa Senhora da Tourega, do concelho de Évora. O limite do município, a norte da freguesia de Aguiar, é integralmente feito pelo ribeiro do Aguilhão ou das Murteiras, afluente pela margem esquerda do Xarrama. Um pouco mais a sul, a demarcação

---

<sup>22</sup> CARVALHOSA, A. Barros, ZBYSZEWSKI, G., *Carta Geológica de Portugal - Notícia Explicativa da Folha 40-C - Viana do Alentejo*, Lisboa, edição da Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos, 1972, pp.5,6.

<sup>23</sup> Num curioso bilhete postal enviado por Aurélio Augusto de Aguiar, professor do ensino elementar na vila de Alcáçovas, ao arqueólogo e etnógrafo José Leite de Vasconcelos, datado de 28 de Outubro de 1896 e depositado no Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia, o primeiro esclarece, de forma peremptória, uma interessante questão relacionada com a toponomástica fluvial alcaçovense: "*O nome do rio é, e sempre tem sido, Odiége; porem nos mappas para o ensino da Chorographia e geographia de Portugal, traz o nome de rio ou ribeira das Alcáçovas. Esta é que é a verdade.*" Esta afirmação vinca a origem islâmica do nome daquele curso de água, tributário da bacia hidrográfica do Sado. Nas *Memórias Paroquiais* é simplesmente identificado como Ribeira do Diége. O topónimo Diége subsiste, contudo, num dos muitos engenhos que, nas suas margens, serviam para moer cereal: o Moinho do Diége.

<sup>24</sup> O documento mais antigo conhecido, onde surge com esta designação, está datado de 28 de Outubro de 1186 e foi emanado pela Chancelaria de D. Sancho I. Refere-se à confirmação da doação dos castelos de Alcácer, Palmela, Almada e Arruda a Sancho Fernandes, Mestre da Ordem de Santiago [Cf. AZEVEDO, Rui, COSTA, Avelino de Jesus da, *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, Vol. I, Universidade de Coimbra, 1979, doc. nº14, pp.22-24]. O nome "*Enxarramam*" ou "*Exarramam*" poderá estar relacionado com a existência da musalla/Sari'a do Torrão (Musalla - edifício de cariz religioso no Islão), aceitando-se que a palavra deriva da expressão árabe *al-Šari'a al-Yami* (A Musalla Principal), que adaptado para a fonética do português, teria um som semelhante a *exaria-a-rrami* - Cf. CARVALHO, António Rafael, "A Muşalla do Hişn Tırruş/Torrão: Uma Leitura Arquitectónica", in *Elementos para a História de Alcácer*, nº 3, edição digital da Câmara Municipal de Alcácer do Sal, Outubro de 2008.

entre as freguesias de Aguiar e de Viana é feita por um outro afluente do Xarrama, pela mesma margem, o ribeiro do Alpraçá ou do Espinheiro. Já no sul e nascente do Concelho, os limites estão menos associados a acidentes orográficos e mais aos termos das propriedades rurais, presumindo-se que tenha sido nestes flancos que a divisão administrativa tenha, no decorrer do tempo, sofrido mais alterações.

A região compreende, do ponto de vista litológico, rochas metamórficas – xistos, mármore e gnaisses – sobretudo na área da freguesia de Viana, sendo, porém, as rochas eruptivas – dioritos, gabros e pórfiros – as mais comuns. A área da bacia do Sado, situada em cotas mais baixas, corresponde a formações sedimentares miocénicas ou mais recentes. A transição entre estas duas unidades faz-se por uma falha topográfica que, no entanto, não constitui obstáculo importante<sup>25</sup>. O concelho está levantado geologicamente, em grande parte, na Carta Geológica de Portugal. A folha 40C (1971), complementada com a respectiva *Notícia Explicativa* - na qual recolhemos grande parte da presente informação<sup>26</sup>, cobre toda a sua área oriental. A folha 39D (1991), do Torrão do Alentejo, descreve toda a zona sudoeste da freguesia de Alcáçovas, sendo que é nela que se pode observar a transição atrás referida para as cotas mais baixas, arenosas, da bacia do Sado. Por fim, a folha 40A (1969), de Évora, abrange ainda parte dos limites norte da freguesia de Aguiar.

Assim, e sob o ponto de vista geológico, são especialmente abundantes, em todo o território do concelho de Viana do Alentejo, as rochas graníticas. Na freguesia das Alcáçovas os gnaisses surgem intercalados, nas cotas mais altas, por granitos que variam entre os grãos médio e grosseiro. Também os granitos biotíticos porfiróides caracterizam grande parte da freguesia de Aguiar. Do flanco sul desta povoação e até Viana - prolongando-se depois para os concelhos de Alvito e Cuba -, destaca-se ainda uma faixa de geometria rectangular orientada no sentido N-S, com cerca de vinte quilómetros de comprimento por sete quilómetros de largura, formada pelos chamados calcários cristalinos de Viana<sup>27</sup>, rochas metamórficas comumente conhecidas por mármore. Entre eles destacam-se os de coloração esverdeada, os *verdes de Viana*.

---

<sup>25</sup> *Alguns dados sobre o Concelho de Viana do Alentejo*, caderno policopiado da Câmara Municipal de Viana do Alentejo, 1983, p.5. Parte da informação compilada neste trabalho foi produzida por volta de 1980 pela empresa SISMET, de Lisboa, tendo em vista integrar o Plano Director Municipal.

<sup>26</sup> CARVALHOSA, *Op. cit.*

<sup>27</sup> SILVA, João Martins da, *Calcários Cristalinos da Região de Viana do Alentejo-Alvito*, Separata dos fascículos 3-4 do vol. XIV de "*Estudos, Notas e Trabalhos*", Porto, Edição do Fundo de Fomento Mineiro, 1960, p.8.

Existe uma relação estreita entre a estrutura geológica e a natureza dos solos. Tanto assim que as áreas de rochas eruptivas correspondem aos solos de melhor qualidade e maior permeabilidade, e aos xistosos os de maior resistência à erosão das linhas de água. O território, ainda em parte dominado por culturas extensivas, apresenta características de solo que lhe permitem vocacionar uma parte substancial da sua superfície (cerca de 45%) para a agricultura intensiva<sup>28</sup>, desde que lhe aplicada tecnologia apropriada e seja dotado de recursos hídricos<sup>29</sup>. Aqui, como em qualquer outra parte, a qualidade dos solos foi determinante para a fixação das populações ao longo dos tempos. Se nas freguesias de Viana e Aguiar ocorrem solos litólicos mediterrânicos, de melhor qualidade, derivados principalmente de xistos, barros e calcários, já na freguesia de Alcáçovas a sua fertilidade é mais reduzida, uma vez que apresentam afloramentos rochosos em grandes extensões, distribuindo-se ali as terras mais ricas, quase que exclusivamente, ao longo de estreitas faixas que correm junto às linhas de água das ribeiras do Xarrama e de Alcáçovas.

No território que hoje integra a freguesia de Viana do Alentejo e que, até à já referida reforma administrativa de 1836, constituía o concelho homónimo, a paisagem é dominada pelos extensos campos peneplanos, mais abertos a sudoeste e mais densamente arborizados, predominantemente com quercíneas - sobreiro e azinheira -, nas zonas do interior, propiciando o aparecimento do sistema de exploração agro-silvo pastoril conhecido por *montado*. Comuns são também os olivais, sobretudo nos terrenos calcários, onde muitas oliveiras aparentam elevadíssima antiguidade. Até meados do século XIX predominava também a vinha, plantada muitas vezes em conjunto com a oliveira, em pequenos tractos de terra que, em semicírculo e sobretudo pelo lado norte e nascente, rodeava a pequena vila<sup>30</sup>.

No actual aglomerado urbano de Viana do Alentejo constata-se a presença de três realidades geológicas distintas (figura 2.2):

---

<sup>28</sup> *Agricultura, Caracterização do Concelho de Viana do Alentejo*, Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Texto Policopiado depositado na Biblioteca da Direcção Regional de Agricultura de Évora, Outubro de 2002, página indeterminada, não numerada.

<sup>29</sup> O que foi agora parcialmente resolvido com a construção de um canal de rega, subsidiário das infra-estruturas do Alqueva, obra concluída em 2022.

<sup>30</sup> No *Tombo do Hospital de Nossa Senhora da Graça de Viana do Alentejo*, cuja feitura se pensa ter ocorrido por volta de 1534, foram registadas 16 courelas com vinha, muitas delas possuindo também oliveiras (*vinha de enforcado*), sendo a sua dimensão média de 2.800m<sup>2</sup>. No mesmo documento, nas confrontações dessas courelas e de outros prédios propriedade do dito *Hospital*, identificámos outras 37 vinhas, o que permite inferir que a produção de vinho teria certa importância em Viana do Alentejo, pelo menos na primeira metade do século XVI.

1. A cor laranja e com o símbolo "ΔΥm" (NO), as rochas eruptivas de idade hercénica, no caso os quartzodioritos e granodioritos de grão médio a fino, não porfiróides; trata-se de rochas da família dos granitos, geralmente faneríticas - i.e., onde se podem observar os diversos minerais que as constituem à vista desarmada -, sendo que estes apresentam alguma regularidade nas suas dimensões (porfiróides).

2. A cor cinzento-escuro e com o símbolo "Y" (zona central), também de idade hercénica, os gabros e dioritos. Os gabros são rochas ígneas de cor escura, com textura fanerítica e granulação média e grossa. Tanto os gabros como os dioritos são, também, rochas da família dos granitos.

3. A cor creme e com o símbolo " - - ", as rochas do câmbrio inferior, a saber calcários, dolomitos e rochas calco-silicatadas. Os calcários apresentam-se aqui frequentemente sob a forma cristalina, os chamados *calcários cristalinos da região de Viana do Alentejo - Alvito*. Ocupam, na região, uma mancha de geometria levemente rectangular, com cerca de cinco a seis quilómetros de largura por vinte quilómetros de comprimento, que começa a sul de Aguiar e se prolonga, para sul, até Alvito / Vila Ruiva. Alguns destes calcários cristalinos, pelas propriedades exibidas, entram na categoria de mármore. Os tipos mais abundantes na zona de Viana do Alentejo são os mármore brancos, de grão médio a grosseiro; os mármore de tons verdes claros; e os mármore de tons verdes-claros, com listas verde-escuras. Os calcários dolomíticos, aqui também presentes, encontravam aplicação no fabrico de cal aérea, destinada à construção civil<sup>31</sup>. Estas rochas foram muito utilizadas, ao longo dos séculos, na construção das diversas estruturas da vila de Viana do Alentejo, entre elas o Convento do Bom Jesus.

A realidade geológica que se encontrou durante as obras de reabilitação urbana da vila de Viana do Alentejo<sup>32</sup>, ainda que correspondesse, de uma forma geral, ao modelo atrás descrito, é algo mais complexa, pois também se identificaram zonas de transição onde estavam presentes rochas de natureza xistosa, mais concretamente xistos argilosos em diversos níveis de metamorfismo. Paralelamente - e fundamental para se compreender a razão, ou uma das razões, para a escolha deste pequeno planalto, localizado no arranque da serra de Viana, para a edificação *ex nihilo* da vila no século XIII -, foi a constatação da presença de uma extensa faixa de saibro

---

<sup>31</sup> SILVA, João Martins da, "Calcários Cristalinos da Região de Viana do Alentejo - Alvito", Separata dos fascículos 3-4 do Vol. XIV de *Estudos Notas e Trabalhos* do Serviço de Fomento Mineiro, Porto, 1960, p.6.

<sup>32</sup> BAIÃO, Francisco, *Acompanhamento Arqueológico das Obras de Requalificação do Centro Histórico de Viana do Alentejo - 1ª Fase - Relatório Final*, Texto policopiado, 2016. Aprovado por despacho do Senhor Director Geral da DGPC, de 21 de Janeiro de 2017.

arenoso, correndo no sentido noroeste-sudeste, muito compactado mas de fácil escavação, proveniente da meteorização de rochas granitóides e localmente designado por *salão*. Entre outras qualidades, este saibro concede aos edifícios nele construídos uma acentuada resistência anti-sísmica, localmente comprovada pelo pouco dano que os grandes terremotos aqui têm causado<sup>33</sup>. E foi sobre uma dessas faixas de *salão* que foi construído o Convento do Bom Jesus de Viana do Alentejo.

## 2. 2. Síntese histórica da Vila de Viana do Alentejo

*“Pretendem historiadores fáceis que a fundação de Vianna se deva a povos invasores da Península, e fallam nos povos Gallo-celtas. (...) Não consta que na **Vianna actual** tenham aparecido vestígios, quer de árabes, quer romanos (...).”*<sup>34</sup>

Autores anteriores a Francisco Barata tinham, durante séculos, afirmado e reafirmado uma putativa antiguidade *galo-celta* da vila de Viana do Alentejo<sup>35</sup>. Coube, no entanto, àquele erudito eborense ter sido o primeiro a dar notícia da evidência à qual, até então, ninguém tinha ainda reparado: não se conheciam, no espaço ocupado pela **Viana actual**, quaisquer vestígios de estruturas que pudessem remeter a antiguidade da urbe para um passado mais remoto que o tardo-medieval. Com efeito, basta um rápido olhar sobre parte do *casco velho* da Vila, mais concretamente os seus quarteirões que se acreditam serem os mais antigos – definidos a sul pelas ruas da Graça/Prof. Manuel Prates/Água Abaixo, a norte pela rua Dr. António José de Almeida, a este pela Estrada Nacional/rua 5 de Outubro e a oeste pela rua do Adro dos Judeus (figura 2.3) –, para se perceber a sua geometria regular, claramente planeada. Ora esta preocupação no alinhamento das ruas de uma povoação, como hoje fazemos nas

---

<sup>33</sup> Os de 1755, 1909 e 1969. No de 23 de Abril de 1909 abateu a ermida de S. João, onde então funcionava uma *aula primária do sexo masculino* sem, contudo, ter havido vítimas. O edifício encontrava-se já em ruína e estava enrocado não no saibro, mas sim num afloramento calcário. Curiosamente, no dia anterior ao terremoto uma delegação de pais das crianças tinha estado presente na sessão da Câmara Municipal, alertando a mesma para o estado em que se encontrava a improvisada escola. Cf. A.H.C.M.V.A., *Livro de Actas das Vereações de 1909*, Sessão de 22 de Abril.

<sup>34</sup> BARATA, António Francisco, *Op. cit.*, p.65.

<sup>35</sup> Refiramos, apenas a título de exemplo, o Padre António Carvalho da Costa, na sua *Corografia Portuguesa*, publicada nos inícios do século XVIII.

modernas urbanizações, se bem que característica das cidades romanas, não foi a regra durante a generalidade da Idade Média, nomeadamente durante o domínio islâmico na Península Ibérica. Apenas a partir do século XIII, já na parte final da Idade Média, foi introduzida em Portugal a grande novidade do chamado *urbanismo planeado* ou *regulado*, com artérias largas e direitas, particularmente implantado nas então designadas **vilas novas**, das quais Viana do Alentejo<sup>36</sup>, Alcáçovas e Vila Nova da Baronia, entre muitas outras povoações, são exemplos no sul do País. Um urbanismo que "programa a distribuição do espaço, traça as ruas e, a partir destas, disciplina a construção dos prédios. Parte-se da rua para o prédio, e não ao contrário, como é característico das formas espontâneas"<sup>37</sup>.

O facto de Viana do Alentejo ser uma das muitas *vilas novas* criadas no quadro das acções de repovoamento após a reconquista, no século XIII, não significa, contudo, que o seu território não tivesse conhecido ocupação humana mais antiga. Conheceu-a seguramente, desde os tempos recuados da pré-história, sendo abundantes, embora nem sempre estimadas, as evidências arqueológicas que o testemunham. Podemos hoje falar, com alguma segurança, de uma *Viana* pré e proto-histórica, de uma *Viana* romana, uma *Viana* islâmica e até mesmo moçárabe, todas elas ocupando espaços diferentes do espaço da Viana actual.

Da ocupação pré e proto-histórica do território que envolve a actual vila, começa-se a ter hoje uma visão mais nítida, fruto sobretudo dos trabalhos de realização da *Carta Arqueológica de Viana do Alentejo*, levados a cabo pelo arqueólogo Ulrico Galamba e pelo autor desta dissertação<sup>38</sup>. Embora ainda não publicados, esses trabalhos permitiram confirmar a existência, no topo do cabeço de S. Vicente, de vestígios de um antiquíssimo povoado<sup>39</sup>; alguns dos materiais recolhidos nos trabalhos de prospecção remetem para uma ocupação pré-romana do espaço, provavelmente dos séculos IV e III a.C. (2ª Idade do Ferro). Toda a área, que poderia ultrapassar os sete hectares, estaria envolta por uma linha de estruturas

---

<sup>36</sup> Sobre o urbanismo planeado e o caso concreto de Viana do Alentejo vejam-se, entre outros, os trabalhos de: CAEIRO, Elsa Maria Moreira, *Estudo Comparativo de Conjuntos Urbanos Situados na Área de Influência de Évora*, Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, Universidade de Évora, 1995, p.133 e seguintes; TRINDADE, Luísa, *Urbanismo na Composição de Portugal*, Tese de Doutoramento em Arquitectura apresentada à Universidade de Coimbra, 2010, p. 477 e seguintes.

<sup>37</sup> ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, BARROCA, Mário Jorge, *História da Arte em Portugal - O Gótico*, Lisboa, Editorial Presença, 2002, p.138.

<sup>38</sup> GALAMBA, Ulrico, BAIÃO, Francisco, *Carta Arqueológica e Patrimonial do Concelho de Viana do Alentejo*, 2021, aprovada por despacho de 14.02.2022 do Sr. Subdirector-Geral da DGPC.

<sup>39</sup> Este povoado já tinha sido referenciado, entre outros, por ANTUNES, Ana Sofia Tamissa, "A Idade do Ferro na Serra de Portel - Elementos de uma Composição Territorial no Sudoeste Peninsular", in *Vipasca - Arqueologia e História*, nº 2, 2ª série, 2007, p.234.

defensivas, das quais se destacavam uma série de pequenos torreões de geometria circular, construídos em pedra seca. Grande parte dessas estruturas terão sido, muito provavelmente, desmanteladas para reaproveitamento dos materiais aquando da construção da nova vila, a cerca de mil e trezentos metros a norte, no sopé da serra. O povoado de S. Vicente poderá ter conhecido um segundo período de ocupação humana nos finais do século IV, inícios do século V d.C., conforme sugere o achado ali feito de um numisma atribuído ao Imperador Arcadius, cunhado em Antioquia entre 393 e 395 d.C.<sup>40</sup>.

Da presença romana, a estância melhor conhecida é a que se situa nas imediações do Santuário de Nossa Senhora d'Aires, a cerca de mil e quinhentos metros a nordeste do centro da vila. Identificada pelo dominicano frei Francisco de Oliveira aquando da construção da actual Igreja, nos meados do século XVIII<sup>41</sup>, conheceu nos alvares do século XX as visitas de José Leite de Vasconcelos e de Félix Alves Pereira; do que viram e exploraram deram ambos notícia em três extensos artigos publicados no *Arqueólogo Português*<sup>42</sup>. Tudo indica ter sido aquela estação um *vicus* de alguma dimensão, situado junto à via que ligava as cidades de Pax Julia e Eborá Liberalitas Julia. Existe no lugar um marco miliário, que se pensa estar ainda *in situ*, assinalando as XVIII milhas, cerca de vinte e seis quilómetros que, efectivamente, separam este sítio da *civitate* de Eborá<sup>43</sup>. A presença da civilização romana, ou da sua influência, não se cinge, porém, a apenas estas evidências, uma vez que os já citados trabalhos da Carta Arqueológica revelaram uma grande mancha de vestígios daquela época, não só nas imediações da Senhora d' Aires, mas também um pouco por todo o actual concelho de Viana do Alentejo, com clara incidência nas áreas contíguas àquela que se pensa ser o traçado, tanto para norte como para sul, da atrás mencionada via romana.

Alguns indícios, ténues, fazem-nos acreditar na continuidade da ocupação humana do sítio da Senhora d'Aires após a chegada da civilização islâmica, a partir de

---

<sup>40</sup> GALAMBA, Ulrico, *O Património Arqueológico de Viana do Alentejo, estado do conhecimento*, Dissertação de Mestrado em Arqueologia e Ambiente, Universidade de Évora, 2012, p.71.

<sup>41</sup> OLIVEIRA, Frei Francisco de, *Gazeta de Lisboa*, Lisboa, Officina de Luiz Jose Correa Lemos, 30 de Janeiro de 1744, pp.79,80. Trata-se, tanto quanto sabemos, do primeiro escrito impresso sobre Viana do Alentejo, que já podemos considerar de natureza arqueológica. Acerca deste interessantíssimo frade dominicano veja-se também PÁSCOA, Marta Cristina Relvas Janeiro, *Fr. Francisco de Oliveira - A escrita da História Regional e Local no século XVIII*, Dissertação de Mestrado em História Regional e Local, Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2002.

<sup>42</sup> PEREIRA, Félix Alves, "Cemitério da Época Romana", in *O Archeologo Portugues*, Vol. IX, Lisboa, edição do Museu Ethnologico Português, 1904, pp.282, 296. | Idem, Volume X, Lisboa, edição do Museu Ethnologico Português, 1905, pp.16, 28. | VASCONCELOS, José Leite de, "Antiguidades de Viana do Alentejo", in *O Archeologo Português*, Volume IX, Lisboa, 1904, pp.271, 282.

<sup>43</sup> BILOU, Francisco, *Sistema Viário Antigo na Região de Évora*, Lisboa, Edições Colibri, 2005.

711. Entre eles alguns numismas ali recolhidos na década de sessenta do século passado, aquando de trabalhos agrícolas. Dois deles, um *dirham* e um *quirate*, ambos de prata, foram já por nós estudados em sede de formação académica e, mais tarde, publicados no *Boletim Municipal da Câmara de Viana do Alentejo*<sup>44</sup>. Do passado moçárabe também existem alguns vestígios, sobretudo de natureza toponímica, localizando alguns autores, nas imediações da serra de Viana, o convento de *Mujadarém*<sup>45</sup>. De resto, o próprio nome da serra, S. Vicente, remete para a evocação de um dos santos de maior destaque no universo hagiológico moçárabe.

Com a queda definitiva da praça militar de Alcácer do Sal, em 1217, foram finalmente reunidas as condições de segurança para o povoamento de vastos territórios do sul do país. Inicialmente parte do *hinterland* da *kura* islâmica de *Yabura* (Évora), a área que hoje compõe o concelho de Viana do Alentejo foi dela autonomizada quando, no século XIII, foram criados os concelhos de Montemor, Avis, Alcáçovas, Arraiolos, Portel, Alvito, Aguiar e Viana<sup>46</sup>.

Tomada por presúria pelo cavaleiro-vilão Pedro Martins do Senso, de Évora, em data que desconhecemos mas que se situará entre 1232 e 1250, a *Herdade de Foxen* – território onde hoje se localiza a vila de Viana do Alentejo -, foi pouco depois entregue, por coacção de D. Afonso III, ao concelho daquela cidade que, por sua vez, a fez entregar (ainda por indicação do mesmo monarca), a D. Gil Martins de Riba de Vizela, seu mordomo-mor<sup>47</sup>. Por três gerações esteve o domínio de Viana de Foxen nas mãos dos Vizelas, até 1313, data em que regressou à posse da Coroa. Para 9 de Outubro desse ano avançam alguns autores o primeiro foral do novel povoado, dado pelo rei Lavrador em Torres Vedras, seguindo o modelo do de Santarém<sup>48</sup>. É também desse ano um documento da chancelaria régia dionisina, frequentemente citado, pelo qual se tem vindo a atribuir àquele monarca a iniciativa de mandar construir o castelo de Viana do Alentejo - mas cuja interpretação é hoje posta em causa, uma vez que o programa construtivo nele descrito em pouco, ou mesmo nada, corresponde ao efectivamente realizado<sup>49</sup>. No ano seguinte, em 1314, D. Diniz entregou a vila e os

---

<sup>44</sup> BAIÃO, Francisco, "O Fim do Império Romano e a Chegada do Islão", in *Boletim Municipal de Viana do Alentejo*, nº 76, edição da Câmara Municipal de Viana do Alentejo, Setembro de 2012, pp.30, 31.

<sup>45</sup> Como, por exemplo, BEIRANTE, Maria Ângela, *Évora na Idade Média*, Lisboa, edição da Fundação Calouste Gulbenkian, 1996, p.47.

<sup>46</sup> BEIRANTE, Maria Ângela, *Op. cit.*, pp.46, 47.

<sup>47</sup> BAIÃO, Francisco, "A Presúria da Herdade de Foxem", in *Boletim da Câmara Municipal de Viana do Alentejo*, nº 78, Março de 2013, pp.36, 37

<sup>48</sup> Como, por exemplo, FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*, Vol. I, Lisboa, INCM, 1996, pp.131, 132.

<sup>49</sup> Esta discrepância já tinha sido notada, por volta de 1745, por frei Francisco de Oliveira, no seu curioso manuscrito titulado de "*Memórias Da Villa de Vianna do Alentejo junto a Évora, e notícia dos Condes e*

seus rendimentos ao seu filho e herdeiro, o futuro Afonso IV, com a expressa obrigação de aquele a não poder ceder a outrem que não à sua esposa ou ao seu filho.

A partir de 1345 a Vila passou a fazer parte dos bens postos à disposição das então recém-criadas *Capelas de D. Afonso IV* e de sua mulher, D. Beatriz, junto à Sé de Lisboa, instituição pia que tinha como missão sufragar *ad eaternum* as almas dos seus instituidores<sup>50</sup>. A partir dessa data e até meados do século XIX<sup>51</sup>, com dois ou três pequenos períodos de interregno, parte dos rendimentos do burgo e do seu termo estiveram consignados às ditas *Capelas*, cujo provedor, de nomeação régia, era obrigatoriamente ouvido em alguns negócios da vida política e administrativa da localidade.

O documento mais antigo que se conhece e que fornece alguma informação sobre a configuração e a toponímia da urbe vianense é o *Tombo dos Bens do Hospital de Nossa Senhora da Graça de Vianna*<sup>52</sup>, redigido na primeira metade do séc. XVI. Esse inventário elenca os diversos prédios pertencentes à *Confraria dos Homens Bons Ovelheiros de Viana*, os quais, em data não precisa da primeira metade do século XVI, passaram a integrar os bens da Misericórdia de Viana, fundada em 1516 (figura 2.04). Aquela confraria tinha sido instituída no século XIV, sendo porventura uma das mais vetustas instituições de *solidariedade social* de que há memória no sul do país<sup>53</sup>. Para além da descrição de muitos prédios rústicos, suas confrontações, produções e arrendatários, o referido *Tombo* refere também algumas das artérias da vila quinhentista, como a *Rua que vay direyta da estallagē velha desta villa pêra a fonte cuberta*, a *Rua pubrica q veê da villa pêra a dita fonte*, a *Rua pubrica q' vay da villa pera a fonte q' se chama dos escudeyros*, a *Rua q' vay da fonte dos escudeyros*

---

*Donatários que A possuirão, e da fundação dos Conventos que tem; com algumas Clarezas mui curiosas*", que se encontra depositado na Biblioteca Pública do Porto - Manuscritos 104 -104A. Mais recentemente foi referida pelo arquitecto Pedro Cid, aquando da elaboração, entre 2000 e 2005, do *Projecto de Conservação, Recuperação e Valorização do Castelo de Viana do Alentejo*.

<sup>50</sup> As "*Capelas*" foram criadas por testamento de D. Afonso IV, de 1342 e de sua mulher, D. Beatriz, de 1354; para além de sufragarem as almas dos seus instituidores, mantinham também um hospital "a serviço de Deus no qual se mantenham para sempre viinte e quatro pobres, convem a ssaber, doz'omeens boons e doze boas mulheres" – Cf. TAVARES, Maria José Pimenta Ferro, *Pobreza e Morte em Portugal na Idade Média*, Lisboa, Editorial Presença, 1989, p.131.

<sup>51</sup> Numa acta da sessão da Câmara de 16 de Março de 1851, "deliberou a Camara que pelas vias competentes, se pedisse a Sua Magestade A Rainha, a graça de lhe conceder para poder disfructar, a Adega das Capellas, e Caza do Açougue, pertencentes ás capellas de Dom Affonso Quarto, conforme a authorização concedida ao seu Governo, pela Lei de 27 d' Outubro de 1841." Cf. A.H.C.M.V.A., *Livro de Actas das Vereações de 1851*, Sessão de 16 de Março.

<sup>52</sup> A.N.T.T., *Tombo do Hospital de Nossa Senhora da Graça de Viana do Alentejo*, PT/TT/FC/5/273.

<sup>53</sup> Acerca desta Confraria, umas das mais antigas no sul do país e ainda pouco estudada, pode ler-se: TAVARES, Maria José Pimenta Ferro, *Op. cit.*, p.101 e seguintes.

*pera a fonte cuberta* ou ainda a *Rua que foy de Diogo Váz Redoualho*, a *Rua direyta que vay pera a Igreja* e a *praça da dita villa*, com a sua *fonte da praça* - nem todas hoje de fácil realocação.

Datará muito provavelmente dos finais do século XV a construção da estrutura amuralhada pentagonal, com cerca de duzentos metros de perímetro e dotada nos seus vértices de cinco pequenas torres, ou *cubelos*, a que hoje popular e erradamente chamamos *Castelo de Dinis*<sup>54</sup>. Esta estrutura envolvia as igrejas Matriz e da Misericórdia, as casas onde funcionava o cabido desta última, as casas da Câmara e parte do cemitério paroquial, protegendo aquilo que seria o *centro cívico e religioso* da urbe de quinhentos<sup>55</sup>.

Nos anos finais do século XV, inícios do XVI, o pequeno burgo conheceu algum crescimento, incrementado sobretudo pela grande obra régia que foi a construção da Igreja Matriz. Em 1481-1482 já D. João II aqui tinha feito reunir as Cortes, que se tinham iniciado em Évora e onde os representantes da própria vila tiveram assento, no banco dezassete; de resto e segundo atestam os *Itinerários* daquele monarca<sup>56</sup>, com frequência ele aqui estanciava, o que de alguma forma atesta a importância que daria à povoação. Para além da já referida Igreja Matriz, por aquele tempo foram também construídos a vizinha Igreja da Misericórdia e todo um conjunto de edifícios particulares, alguns deles de alguma dimensão, que hoje são possíveis de identificar pelos elementos arquitectónicos de tipologia *manuelina* que integram - especialmente portais e janelas de ombreiras e vergas chanfradas, ornamentados de elementos decorativos típicos daquela corrente estética. Foi ainda no século XVI, mas já na sua segunda metade, que *Viana de Alvito*<sup>57</sup> conheceu a construção dos seus dois

---

<sup>54</sup> FARRICA, Fátima, "O Castelo de Viana NÃO foi mandado construir por D. Dinis", in *Boletim da Câmara Municipal Viana do Alentejo*, nº 107, Setembro de 2020, pp.32 e 33.

<sup>55</sup> O castelo de Viana do Alentejo tem vindo a ser, nos últimos anos, objecto de diversos estudos e intervenções arqueológicas. Entre eles refira-se o grupo de cinco artigos publicados no n.º 7 da *Revista Património & Estudos* (2013), da autoria de Ana Cristina Pais, Ana Gonçalves, Ricardo Silva, Paula Tavares, Ana Luísa Santos, Félix Teichner, Celso Mangucci, Assunção Zagalo, Luís Machado, Maria Manuela Fernandes, João Seabra Gomes e Sofia Salema; o estudo de Fátima Farrica titulado "Uma descrição da Capela do Santíssimo Sacramento", in *No Espaço e no Tempo - Contributos para a História das instituições de Viana do Alentejo (séculos XIV-XX)*, 2013; ou ainda o Relatório Final dos trabalhos arqueológicos realizados pelo autor desta dissertação em 2013, aprovado por despacho do Sr. Subdirector-Geral da DGPC de 06-02-2018.

<sup>56</sup> Vide SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Itinerários de El-rei D. João II*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1993.

<sup>57</sup> Aquando da sua fundação, na segunda metade do século XIII, o burgo designava-se por *Vianna de Foxem*. Pensamos que *Viana* seria já o nome do povoado romano que existiu a cerca de quilometro e meio da Viana actual, perto do Santuário de Nossa Senhora de Aires. Ao construírem um novo povoado, os seus fundadores ter-lhe-ão atribuído o topónimo do antigo, completando-o, para o distinguir, com o antropónimo do prédio em que foi erguido, a *herdade de Foxem*. Tendo medrado e ascendido à

conventos: o de S. Francisco, masculino da ordem terceira, nos limites meridionais da vila; e o do Bom Jesus, nos limites setentrionais, único em Portugal do ramo feminino da congregação de S. Jerónimo.

A construção do edifício dos Paços do Concelho, na Praça, teve início no último terço do século XVII, integrando nos seus baixios a já existente *Fonte Grande* ou *Fonte da Praça*; a mudança da Câmara, do interior do Castelo para as novas instalações, ocorreu por volta de 1700, altura em que também foi construído o grande edifício dos *Calados*, no flanco poente do fórum vianense, que deste modo ganhou o aspecto que ainda hoje, em grande parte, mantém.

Já no século XVIII e pelas notícias que nos dão as *Memórias Paroquiais* de 1758, ficamos a saber que pouco dano terá causado, em Viana, o grande sismo de 1 de Novembro de 1755:

“No fatal catastrophe do terremoto não teve ruina concideravel, mas huma das torrez [do castelo] como impulso da inclinam se partio pello meyo, mas reuniu pello subsequente motucontrario.”<sup>58</sup>

Naquele mesmo século e já depois do terramoto, a vila terá conhecido um novo surto de novas construções, reconstruções ou ampliações de edifícios, de que nos dão testemunho algumas das suas características arquitectónicas, normalmente atribuídas aos períodos de D. José I – D. Maria I. De referir, ainda para o século de setecentos, a construção do soberbo edifício que é o Santuário Mariano de Nossa Senhora d' Aires, de dimensões algo incomuns, que veio substituir uma pequena ermida - desmantelada em 1743 -, que alguns autores atribuem a fábrica do século XVI<sup>59</sup>.

Com as vicissitudes políticas da primeira metade do século XIX, Viana do Alentejo viu o termo do seu concelho muito expandido, mercê da anexação dos extintos concelhos de Alcáçovas e de Aguiar, ocorrida em 1836. Em 18 de Outubro de 1846 deu-se, na zona de Ruivais, nos arredores próximos da vila, um dos últimos

---

condição de vila, mais tarde passou a ser designada indiferenciadamente por *Vianna a par d'Alvito*, *Vianna a par d'Évora* ou, simplesmente, *Viana d'Alvito* ou *Viana d'Évora*, para poder ser diferenciada da outra Viana, a *da Foz do Lima* ou *de Caminha*. Só a partir dos finais do século XVII, inícios do seguinte, se começou a vulgarizar a forma actual: *Vianna de Alem-Tejo*, *Vianna do Alentejo* e, finalmente (?), Viana do Alentejo. A este respeito ver BAIÃO, Francisco, "O Nascimento de Viana", *Os Forais Manuelinos de Aguiar e de Viana do Alentejo - 500 Anos*, Fátima Farrica (coord.), Lisboa, Caleidoscópio, 2017, p.47.

<sup>58</sup> FARRICA, Fátima, *Viana do Alentejo, Alcáçovas e Aguiar nas Memórias Paroquiais de 1758*, Vale de Cambra, Caleidoscópio, 2021, p.71.

<sup>59</sup> Cf. ESPANCA, Túlio, *Op. cit.*, p.449. Trabalhos arqueológicos recentes (2021), conduzidos pelo autor desta dissertação, parecem indiciar uma muito maior antiguidade dessa ermida.

episódios de confrontação militar ocorridos em território nacional, no quadro da revolta da Patuleia, opondo as tropas revoltosas *setembristas*, lideradas pelo general Francisco Pedro Celestino, às *cartistas*, comandadas pelo velho general João Schwalbach, terminando com a vitória destas últimas. Já nos finais da segunda metade daquele século, e apesar da vila estar a passar por um período de grande crescimento e melhoramento de infra-estruturas – novas urbanizações nos terrenos dos *Rossios do Castelo* e da *Fonte Coberta*, na *Serrinha* e na *Praça da Palha*, construção do Instituto de Piedade e Beneficência e da Capela do Santíssimo Sacramento, no Largo de S. Luís, melhoria geral da rede de estradas, chegada do caminho-de-ferro (1864) e do telégrafo, etc. -, viu-se extinto o concelho de Viana do Alentejo, em Julho de 1895 e integrado no de Évora, no âmbito de uma contestada reforma administrativa levada a cabo por João Franco. Parte da população reagiu a essa supressão administrativa: liderada pelo médico veterinário e agrónomo António Isidoro de Sousa (1843-1914), constituíram-se num movimento municipalista que acabou por ganhar dimensão nacional e cuja acção acabou por devolver a Viana do Alentejo - e a muitas outras vilas portuguesas -, em 13 de Janeiro de 1898, a sua perdida autonomia concelhia. Por esses mesmos anos promoveu António Isidoro de Sousa uma série de projectos, que hoje designaríamos de *desenvolvimento integrado*, cujos objectivos, no fundamental, visavam desbastar as profundas assimetrias sociais. Entre eles são de referir a aquisição e divisão, em pequenas courelas, de uma série de herdades na periferia da povoação, courelas essas depois vendidas, em condições muito vantajosas, a inúmeros trabalhadores rurais que assim se viram proprietários de pequenas hortas e, concomitantemente, menos dependentes do trabalho assalariado sazonal; a criação daquela que terá sido a primeira Cooperativa produtora de vinho e azeite de todo o País, a UVOS – União Vinícola e Oleícola do sul<sup>60</sup>; a criação da Escola de Cerâmica, com a qual se pretendeu dar novo alento á actividade multiseccular da olaria tradicional; ou a Caixa Económica Operária, instituição mutualista e financiadora de todo o projecto.

No período comumente designado de *Primeira República* a vila conheceu algum imobilismo, a que não foram certamente estranhas as complexas vicissitudes políticas daquele tempo, entre elas e não de somenos importância a participação de Portugal na Primeira Grande Guerra. Com o *Estado Novo* arrancaram algumas obras então consideradas fundamentais, como a construção de uma nova rede de estradas municipais e intermunicipais, substitutas das velhas canadas e caminhos agrícolas,

---

<sup>60</sup> Leia-se, a este respeito, SOUSA, João Manuel Santana de, *História da Primeira Adega Social Portuguesa - Viana do Alentejo, 1893-1906*, Viana do Alentejo, edição da Câmara Municipal de Viana do Alentejo, 1994.

inaptos a servir o cada vez maior trânsito automóvel. Em 1940 a Praça do Município, desde 1911 rebaptizada da República, sofreu um profundo arranjo, transferindo-se o mercado diário que ali se fazia, desde pelo menos os inícios do século XIX, para novas instalações, junto à Escola de S. João. Ainda nessa década arrancaram as obras de construção das modernas infra-estruturas de saneamento básico, esgotos e pluviais, substituindo uma antiga rede de *águas sujas*, degradada e subdimensionada para as novas práticas higienistas que, a pouco e pouco, se vinham impondo nos hábitos da população. Da década seguinte o burgo conheceu, finalmente, os grandes melhoramentos que foram a construção da rede domiciliária de abastecimento de água e de distribuição eléctrica, esta última inaugurada em Outubro de 1956.

### 3. O estado da arte: fontes e metodologia

Foram de fundamental importância para o bom êxito do acompanhamento arqueológico das obras de reabilitação do Convento do Bom Jesus de Viana do Alentejo, e para a procurada compreensão das funções das suas múltiplas estruturas e materialidades, a leitura e análise da documentação que a ele alude e/ou que nele foi produzida, sobretudo aquela que pertencia ao seu *Arquivo e Biblioteca* e que, dividida em dois grupos por altura do encerramento da casa, em 1902, foi depositada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (A.N.T.T.) e na Biblioteca Pública de Évora (B.P.E.). No primeiro caso o traslado tem vindo a ser feito por nós mesmos, estando a tarefa de alguma forma facilitada pelo facto de o fundo, composto por dezanove livros, já se encontrar totalmente digitalizado e acessível via internet<sup>61</sup>. No segundo caso recorreremos aos trabalhos de inventariação documental e traslado feitos pela Dr.<sup>a</sup> Fátima Farrica, investigadora no CIDEHUS - Universidade de Évora, que em parte já lhe serviram para a produção dos dois textos que mais adiante referiremos. Sem prejuízo de, em casos pontuais, nós próprios a termos consultado e trasladado.

No Arquivo Distrital de Évora (A.D.E.) identificámos algumas dezenas de documentos relacionados com o convento hieronimita vianense, entre eles alguns *Autos de Perguntas para se Professar e Breves Apostólicas*, estes últimos autorizando algumas freiras a terem criadas privadas na clausura. Para a história da comunidade e do imóvel coligiram-se ainda algumas informações dispersas pelas Actas dos séculos XIX e XX das Vereações da Câmara - existentes no Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Viana do Alentejo (A.H.C.M.V.A.) - , assim como em números do jornal local *O Transtagano*, que se publicou na vila entre 1929 e 1954. De fundamental importância para a compreensão do processo de encerramento da casa e vicissitudes posteriores, a partir de 1902, foi a consulta feita no Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças (A.C.M.F.), em Lisboa.

Para a história mais recente do edifício, sobretudo da segunda metade do século XX, foram também determinantes as informações orais que recolhemos junto de alguns dos seus antigos moradores e vizinhos, as quais nos permitem reconstituir, de forma que cremos bastante fiável, não só as vivências ao longo daquele período de tempo, como também a memória de algumas das estruturas construídas antigas que, entretanto, se foram degradando e desaparecendo. De forma a incrementar o potencial de fiabilidade das fontes orais tomaram-se, porém, algumas precauções no

---

<sup>61</sup> Visto em <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=1437379>, acedido em Janeiro de 2018.

sentido de se verificar a consistência das suas narrativas, não poucas vezes contraditórias entre os diferentes indivíduos abordados. Para este desiderato foi de especial importância a leitura de *A Ilusão da Memória*, da professora e investigadora no Departamento de Direito e Ciências Sociais da London South Bank University, Julia Shaw<sup>62</sup>.

### 3.1. As fontes bibliográficas

Ainda que o estudo do ramo masculino da ordem Jerónima esteja bem representado na produção bibliográfica nacional, o ramo feminino passou-lhe quase que totalmente despercebido. Até mesmo alguns trabalhos de grande fôlego o ignoram, como é o caso da tese de doutoramento de Cândido dos Santos<sup>63</sup>, intitulada de *Os Jerónimos em Portugal: das origens aos fins do século XVII*, que tratando de forma exaustiva a génese e a vida dos diversos estabelecimentos que a congregação possuiu em Portugal, não dedica uma única palavra ao Convento hieronimita de Viana do Alentejo, de resto o único feminino no nosso País.

Menos avara é a obra dirigida por Bernardo Vasconcelos e Sousa, *Ordens Religiosas em Portugal - Das Origens a Trento - Guia Histórico*, que refere a existência de um mosteiro de monjas Jerónimas em Viana do Alentejo, consignando-lhe uma pequena e sintética nota<sup>64</sup>. Também Fernanda Maria Guedes de Campos, em *A Ordem das Ordens Religiosas - Roteiro Identitário de Portugal (Séculos XII-XVIII)*, regista "o único mosteiro feminino sob invocação do Bom Jesus, em Viana do Alentejo<sup>65</sup>", embora de forma muito sumária.

Tanto quanto conseguimos saber, apenas dois autores contemporâneos se debruçaram, com alguma profundidade, sobre a corporação jerónima vianense: Túlio Espanca, no extenso texto publicado no seu *Inventário Artístico do Distrito de Évora*<sup>66</sup>

---

<sup>62</sup> SHAW, Julia, *A Ilusão da Memória - Recordar, esquecer e a ciência da memória falsa*, Lisboa, Temas & Debates, 2016.

<sup>63</sup> SANTOS, Cândido dos, *Os Jerónimos em Portugal: das origens aos fins do século XVII*, Porto, Edição da Junta nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1996.

<sup>64</sup> SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (Dir.), *Ordens Religiosas em Portugal - Das Origens a Trento - Guia Histórico*, Lisboa, Livros Horizonte, 2016, p.168.

<sup>65</sup> CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de, *A Ordem das Ordens Religiosas: Roteiro Identitário de Portugal (Séculos XII-XVIII)*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2017, pp.102 e 108.

<sup>66</sup> ESPANCA, Túlio, *Inventário Artístico de Portugal: Distrito de Évora*, Lisboa, Edição da Academia Nacional de Belas Artes, 1978, pp.427 e seguintes.

e, mais recentemente, a já referida investigadora Fátima Farrica, que lhe dedicou dois interessantes capítulos no seu livro *No Espaço e no Tempo - Contributos para a História das Instituições de Viana do Alentejo*<sup>67</sup>: o primeiro deles, "Instituir um Mosteiro no Século XVI - A fundação do Mosteiro do Bom Jesus", versando o nascimento da Casa, e o segundo, "A alimentação no Mosteiro do Bom Jesus na época contemporânea", focando-se sobre a dieta das suas habitantes ao longo do seu derradeiro século de existência. Tanto Túlio Espanca como Fátima Farrica usaram, como fonte documental principal para os seus trabalhos, o fundo documental existente na B.P.E.

Durante praticamente toda a segunda metade do século passado - e perante a quase total ausência de autores locais -, o corpus historiográfico da vila de Viana do Alentejo foi aquele fixado por Túlio Espanca. Apenas nos últimos anos começaram a surgir, em grande parte devido ao ressurgimento da Universidade de Évora, novos investigadores a interessarem-se pela história local, entre eles a acima referida Fátima Farrica. Para além do já citado fundo documental guardado na B.P.E., Espanca recorreu, para a redacção do seu texto sobre o Convento do Bom Jesus, a elementos retirados de obras generalistas produzidas por autores mais antigos, comumente conhecidas como *Corografias*<sup>68</sup>. Os cultivadores do género, muito em voga sobretudo no século XVIII, integravam nos seus textos, sempre que possível, algumas notas sobre a história de cada local e a genealogia das suas elites. Muitas vezes os corógrafos acabavam por se copiar uns aos outros, não exercendo qualquer crítica sobre os conteúdos replicados e respeitando, quase que religiosamente, o preceito escolástico do *magister dixit*.

A partir dos finais do século XIX e com o advento de uma *historiografia mais séria*, assente no método científico e na exegese e análise crítica das fontes documentais, as corografias entraram em decadência, não tendo praticamente logrado entrar no século seguinte. Viana do Alentejo, tal como todas as outras vilas e cidades do reino de Portugal, também se viu descrita em muitas dessas obras, por vezes até de forma bastante detalhada. Delas respiguemos então os informes que nos dão sobre o Convento do Bom Jesus de Viana do Alentejo e que foram, em vários casos, de

---

<sup>67</sup> FARRICA, Fátima, *No Espaço e no Tempo - Contributos para a História das Instituições de Viana do Alentejo (séculos XIV-XX)*, Lisboa, Caleidoscópio, 2015.

<sup>68</sup> Termo de etimologia grega (χώρος [khōros] lugar + γράφειν [graphein] descrição), inscrito nas ciências geográficas antigas, remete para obras de natureza enciclopédica, normalmente escritas por um único autor, onde se fazia a descrição do país, das suas terras, lugares e das suas características mais notáveis. Cf. "Corografia", in *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, Tomo VI, Lisboa, Temas & Debates, 2005.

extrema utilidade para a *afinação* do olhar do arqueólogo ao longo dos trabalhos de acompanhamento das obras de reabilitação do edifício.

A mais antiga notícia que possuímos sobre o cenóbio hieronimita vianense - para além, obviamente, das produzidas na Casa e que se guardavam no seu *Arquivo e Biblioteca* - chega-nos de uma corografia espanhola, publicada em 1675, a *Poblacion General de España*. Resume-se, contudo, a uma simples frase:

" ... la vila de Viana (...) tiene (...) un Convento de Frayles, otro de Monjas..."<sup>69</sup>

Anos mais tarde, em 1708, o Padre António Carvalho da Costa, na sua *Corografia Portuguesa*, é um pouco mais detalhado:

"Tem mais um Mosteiro de Religiosas de S. Jeronymo, único em Portugal desta Ordem, o qual se fundou com os dotes das Freyras em tempo que o Cardeal D. Henrique era Arcebispo de Evora, & foy a primeira Fundadora a Madre Brites da Coluna, natural desta Villa, que tem dentro em si huma Ermida do Espirito Santo, & no termo para varias partes tem outras mais visinhas, que são as de S. Pedro, S. Sebastião, S. Vicente; as mais distantes são aos de N. Senhora de Ayres, de grande romagem, & Santo André. (...)"<sup>70</sup>

Datado de 1739, a *Descripçam Corografica do Reyno de Portugal* é bastante parca no que respeita a Viana do Alentejo:

"Na Comarca [de Evora] se contaõ uma Cidade, onze Villas, entre as quaes (...)Viana a par de Evora (...) e os Conventos seguintes (...) O Convento de Religiosas de S. Jeronymo"<sup>71</sup>

Em data que não podemos precisar, mas que andar´a seguramente pelos fins da primeira metade do século XVIII, o dominicano frei Francisco de Oliveira, natural de Beja, produziu umas interessantes *Memorias da Villa de Vianna do Alemtejo junto a Évora*<sup>72</sup>. Nelas tece algumas considerações acerca do Mosteiro Jerónimo:

---

<sup>69</sup> MENDEZ SYLVA, Rodrigo, *Poblacion General de España*, Madrid, Roque Rico de Miranda, 1675, p.133v.

<sup>70</sup> COSTA, Padre António Carvalho da, *Corografia Portuguesa, e Descripçam Topografica do famoso reyno de Portugal, com as noticias das fundações das Cidades, Villas & Lugares, que contêm; Varões illustres, Genealogias das Familias noble; antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observações*, Tomo II, Lisboa, Officina de Valentim da Costa Deslandes, 1708, p.462. O negrito é nosso.

<sup>71</sup> FREIRE, António de Oliveira, *Descripçam Corografica do Reyno de Portugal*, Lisboa, Officina de Miguel Rodrigues, 1739, pp.133 e 134.

<sup>72</sup> *Memórias Da Villa de Vianna do Alentejo junto a Évora, e notícia dos Condes e Donatários que A possuirão, e da fundação dos Conventos que tem; com algumas Clarezas mui curiosas*, Manuscritos 104 -

"O Convento das Religiozas da Ordem de S. Jerónimo, fundada por Soror Brites da Coluna em 1548. Depois passado para o sítio das Hortas da Fonte Cuberta em 1554. Depois em 1560 foram para em que hoje existe. Além da Fundadora eram as outras Leonor das Chagas, Brites do Prezépio, Catherina de Christo, Sebastiana da Madre de Deos, Helena da Conceição, Antónia do Monte Calvário, Brites de Santa Paula, Maria do Espírito Santo, Izabel de S. Jerónimo e Ignez da Cruz.

Na Igreja na Cappella da Conceição se acha este letreiro:

Esta Cappella de Nossa Senhora da Conceição  
he do Doutor Jorge Cardim, Dezembargador dos  
Aggravos em Lisboa, e de D. Catherina de An-  
drade sua mulher, que tiverão dés filhos, nove  
Religiosos, hum da Ordem de Christo, três da  
Companhia de Jesus, três Religiozas de Santa  
Clara, e duas neste Convento, ordenadas em 1643."

Não sendo propriamente uma Corografia, mas sim um Hagiológico, isto é, um tratado ou catálogo da vida dos santos<sup>73</sup>, o *Agiologio Lusitano*, publicado em 1744, exhibe numerosas e extensas referências à Casa das Jerónimas de Viana do Alentejo. O seu autor, D. António Caetano de Sousa, eclesiástico, historiador e escritor, teceu sobre algumas das suas monjas muito vivas e apologéticas notas biográficas:

"E o Mosteiro de Religiosas de Saõ Jeronymo, único deste Reyno, de que faremos menção no dia 28 deste mez [Julho], em que faleceo a Madre Brites da Columna, sua Fundadora, será repetidas vezes nomeado no discurso desta Obra, por nelle florecerem muitas Religiosas, dignas de que se conserve na memoria das gentes as suas virtudes: entre ellas foy a Madre Maria dos Anjos, que com ditosa morte acabou neste dia, no anno de 1590. Neste Mosteiro teve mais duas irmãs de igual virtude, que foraõ Sor Luiza da Assumpção, de quem faz menção o Agiologio, Tom. III, no dia 29 de Mayo, e Sor Maria da

---

104a da Biblioteca Pública do Porto, atribuídos a frei Francisco de Oliveira e datáveis de meados do século XVIII, fl.6. Sobre este interessantíssimo frade dominicano veja-se também PÁSCOA, Marta Cristina Relvas Janeiro, *Fr. Francisco de Oliveira - A escrita da História Regional e Local no século XVIII*, Dissertação de Mestrado em História Regional e Local, Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2002.

<sup>73</sup> Cf. "Hagiológico", in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Vol. 12, Lisboa, Página Editora, 1998.

Nascença, de quem a faremos a 17 de Novembro. Foram todas filhas de Thomé Bayaõ, e de Grimaneza Duarte, pessoas principaes, e nobres da villa de Beringel, e de vida, e costumes muy Catholicos, o que bem parece na boa educação de taes filhas. O referido tiramos do livro da Fundação deste Mosteiro, que tivemos em nosso poder."<sup>74</sup>

O texto de D. António Caetano de Sousa está repleto de informação bastante valiosa para a compreensão da génese da Casa e das razões da sua filiação na ordem hieronimita. Adianta-nos, também, as dificuldades que as monjas tiveram para conseguir construir o Convento em terras que não lhes pertenciam, localizadas nas hortas do Rossio da Fonte Coberta. Descreve ainda, em traços muito gerais, parte da disposição interna do edifício o qual, afirma, estaria preparado para receber sessenta religiosas. Refere também a localização dos restos mortais da fundadora, que diz estarem enterrados sob a base da coluna de pedra que, no centro do *Coro Baixo*, suporta a sua abóbada e o pavimento do *Coro Alto*:

"Por urgentes causas se passou no de 1560, para o sitio, em que hoje está no Rossio da Villa, que se ennobrece com este edificio, por ser grande, e de agradável vista, com fermosa Igreja, bem ornada, e servida com aceyo, e dous Coros, em que rezaõ. Para o debaixo foraõ trasladados os ossos da Fundadora, que ficaõ debaixo de huma columna de pedra, que serve de fundamento à obra temporal, o que não parece sem mysterio, por ser ella a columna espiritual, que edificou este Mosteiro. He a sua lotação de sessenta Religiosas: nelle tem duas cercas, com pomares, e hortas, e hum Claustro com boa agua, jardim, e officinas bem repartidas, com todo o commodo para o serviço, com que está acabado, e perfeito. Este foy o principio do Mosteiro de Jesus, da Villa de Vianna de Alentejo, da Ordem de S. Jeronymo, unico neste Reyno deste Instituto..."<sup>75</sup>

A notícia seguinte que temos do Convento do Bom Jesus são as respostas aos pontos 10º e 18º do inquérito paroquial de 1758, no caso de Viana do Alentejo redigidas pelo reitor da sua única paróquia, ao tempo o padre Joseph Peres Maciel:

"10.º | Há nesta villa douz conventos, hum de religiosos da terceyra ordem de Sam Francisco, e outro de religiosas de Sam Jeronimo singular, e unico em todo este reyno, e da obediencia do Perlado Deociziano: foi fundado no anno de mil quatrocentos sacenta, e outo, por Britez Diaz Rodovalha filha de hum

---

<sup>74</sup> SOUSA, D. António Caetano de, *Op. cit.*, p.30.

<sup>75</sup> *Idem*, p.339.

cavaleyro chamado Diogo Vaz Rodovalho, e de sua mulher Maria Estevez Cansada ambos de nobelissima geração, e naturaez da mesma villa, e dotado por ellez no anno de mil quinhentos, e doze, e pella mesma fundadora, no anno de quinhentos, e quarenta, e outo; e proffesarão as primeyras religiozas, no anno de quinhentoz e sincoenta, e trez, sendo Arcebispo de Évora, o Senhor Cardeal Rey e desde antão tem este convento florecido, em santidade, e virtude como em seo lugar se fará patente.(...)"<sup>76</sup>

O texto do padre Maciel segue, na sua maior parte, o tom laudatório de D. António Caetano de Sousa, que chega mesmo a citar. No entanto e porque certamente conheceria *in loco* a casa e o seu espólio, dá-nos aqui e ali algumas indicações sobre as suas dependências e alguns dos objectos que as decoravam:

"... mas de todo o perigo a livrou Nossa Senhora, de quem foi devotíssima, na hora do seo transito foi vista no ceo huma escada clarissima sobre a enfermaria do convento (...)"<sup>77</sup>,

"... e sendo perguntada pello motivo [do choro], diçe que huma madrugada vira na capella de Nossa Senhora do Rozario ..."<sup>78</sup> ou ainda

"... porque na noute de Natal vio em hum painel do Nazcimento, que estava no coro ao menino Jesu ..."<sup>79</sup>

A grande quantidade de relíquias possuídas pelas Jerónimas, detalhadamente descritas nas *Memórias Paroquiais*, fazem-nos pensar na possibilidade do convento vianense ter possuído uma capela-santuário para a sua guarda e veneração, semelhante a outras ainda hoje existentes em alguns conventos<sup>80</sup>:

"Tem este convento hum perciozissimo thezouro de reliquiaz, joyaz de inextimavel preço, e vallor excessivo, vivaz immortais pedras do templo do Spirito Santo; Perpetuaz memoriaz de resurreissão futura, em contraztavens ancoraz da Esperança da eterna vida: e porque seria narração extensa, o

---

<sup>76</sup> FARRICA, Fátima, *Viana do Alentejo, Alcáçovas e Aguiar nas Memórias Paroquiais de 1758*, Vale de Cambra, Caleidoscópio, 2021, p.45.

<sup>77</sup> Idem, p.64.

<sup>78</sup> Idem, p.66.

<sup>79</sup> Idem, p.67.

<sup>80</sup> Lembramo-nos, por exemplo, dos Santuários das Relíquias do Convento de Santa Cruz, em Coimbra, ou do Mosteiro de Santa Maria, em Alcobaça. A este respeito ver: SALOIO, Marta Isabel Romão, *Os Relicários em Portugal e no Mundo Português entre os Séculos XVI e XVIII. Um Estudo Introductório*, Dissertação de Mestrado em História da Arte Moderna, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2016.

nomear todaz, bastara fazer menção das maiz notavens, que são = Hum osso do Santo Patriarcha Sam Jeronimo com authentica = Hum cabello da barba do grande Baptista = hum pedaço do coração de Sam Francisco Xavier = a cabessa de Santa Inez virgem, e martir = a cabessa de Santa Rosonia martir = a cabessa de santo Inominato ainda com seis den [/p.907/] dentez = sinco brassos, com suaz mãos de prata, e nellez as canas dos brassos, de Santo Alexandre martir – de huma das onze mil virgens - á que se não sabe o nome – o de Sam Marcos martir = de Santa Serpencia = e o de São Diogo Guiçai martir da Companhia. Tem mais huma cabessa em relicario de cristal que se venera como reliquia, pello admiravel cheiro que exhala, mas não se sabe de quem he. Tem mais em muntos sanctuarios riquissimos muntos ossos, e outraz reliquiaz, a saber dos santos = Alberto = Guadiozo martir = Deziderio = Verno martir = Siro martir = Aniceto P. = Reglo martir = Clemente P. martir = Marcal beata = Ruguel martir = Aristey martir = Exeperio martir = Sennimo martir = Felipe Neri = Vicente Ferrer e das santaz Liberata martir = Benedicta = Ignoscencia martir = Comtancia, Luzia virgem e martir = Fortunata virgem e martir = Seria virgem martir = Eraclita virgem martir = beata Magdalena martir = Getrudez = Theodora penitente = Izabel rainha de Ungria = Catherina virgem martir, e outraz de muntos santos e santaz a que se não sabem os nomes com certeza. Tambem neste convento se tem em grande veneração os votos do Padre João Cardim escriptos com o seo sangue emgastados em prata, e tem Deus feito por ellez muntaz maravilhaz."<sup>81</sup>

Tesouro dos tesouros para a mentalidade da época, as relíquias estariam guardadas em local bem protegido e vigiado, de acesso reservado e muito controlado. Embora não conheçamos qualquer referência específica à existência de uma tal estrutura no Convento Jerónimo de Viana, ao longo do acompanhamento arqueológico que fizemos tivemos este ponto em permanente consideração, sendo que lográmos elaborar uma hipótese para a sua localização.

Novas notícias sobre o convento apenas as vamos encontrar já na segunda metade do século XIX, dadas pela pena do historiador Inácio Vilhena Barbosa, numa época em que a casa já sofria os constrangimentos criados pela legislação liberal de Joaquim António de Aguiar. No entanto e segundo as informações que o mesmo teria recebido de um seu correspondente da Vila (seria o padre reitor?), a comunidade

---

<sup>81</sup> FARRICA, Fátima, *Op. cit.*, pp.68,69.

hieronimita vianense ainda contaria, na altura, com perto de dúzia e meia de religiosas e o edifício ainda estaria em bom estado de conservação:

"Tem esta villa uma só parochia, fundada por el-rei D. Diniz; casa de misericordia; hospital; uma ermida; e um mosteiro de freiras de S. Jeronymo, único que há em Portugal d'esta ordem. A sua invocação é Jesus, e foi edificado em 1560, sendo arcebispo d'Evora o cardeal infante D. Henrique, que auxiliou a fundação. É um bom edificio com excellente egreja, ainda habitado por umas dezeseis ou dezeseite religiosas. Occupa um dos lados do Rossio da villa."<sup>82</sup>

Vinte anos mais tarde, em 1882, Pinho Leal, no seu *Portugal Antigo e Moderno*, dedica também algumas linhas à Casa:

"É de freiras jeronymas, único em Portugal d'esta ordem. Foi fundado por Soror Brites da Columna, residente n'esta villa, em 1553 (no mesmo anno em que na India falleceu S. Francisco Xavier), concluindo-se todas as obras em 1560. Era então arcebispo d'Evora, o infante D. Henrique (depois cardeal rei), que tambem deu avultadas esmolos para esta fundação. O edificio do mosteiro, que está no Rossio arborizado, á entrada da villa, é vasto e muito bem conservado, e a sua egreja é magnifica, conservando-a as religiosas no maximo aceio. Ainda é habitado por algumas freiras, meninas do côro, educandas, recolhidas e creadas. (...) Na capella de Nossa Senhora da Conceição, da egreja d'este mosteiro, se lia no seculo passado, esta inscripção:

ESTA CAPELLA DE NOSSA SENHORA ..."<sup>83</sup>

Concluimos esta ronda às referências bibliográficas mais antigas do Convento do Bom Jesus com um extracto do artigo sobre o concelho de Viana do Alentejo, escrito pelo eborense António Francisco Barata, no seu *O Alemtejo histórico, religioso...*, publicado em 1893:

---

<sup>82</sup> BARBOSA, Ignacio de Vilhena, *As cidades e villas da Monarchia Portugueza que teem brasão d'armas*, Volume 3, Lisboa, Typographia do Panorama, 1862, pp.125-128.

<sup>83</sup> LEAL, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho, *Portugal antigo e moderno : dictionário geographico, estatistico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias*, Volume 10, Lisboa, Typographia de Mattos Moreira, 1882, pp.322-334.

"O Mosteiro do Bom Jesus de Vianna foi fundado por Brites Dias Rodovalho, ou Brites da Columna, lavrando-se a escriptura da doação de seus bens, para tal fim, do anno de 1548.

Começou elle por um pequeno oratorio, que se mudou para maior residencia em 1554, no sitio das Hortas da Fonte coberta, onde se construia desde um anno antes.

(...) De 15 de junho de 1553 é a escriptura de doação e fundação do mosteiro, e em 21 de Julho do mesmo anno sujeitaram-se as freiras á Mitra Eborense.

O Mosteiro de S. Jeronymo, de Lupiana, em Toledo, lhes mandou as Constituições por onde começaram de se reger.

No anno de 1560 passaram as freiras para o actual mosteiro, no Rossio da Villa, onde jaz a fundadora, Brites da Columna, morta em 1555, cuja campa existe dentro do convento, talvez no côro.

No corpo da igreja deste Mosteiro há diversas campas rasas, e letreiros, sendo notavel esta inscripção:

DESTA . CAPELA . HE . HERDEI  
RO . DIOGO . DE . MELLO . COG  
MINHO . BISNETO . DOS . FUNDA  
DORES . E . MORGADO . DATO  
RRE . DOS . COELHEIROS."<sup>84</sup>

Este derradeiro artigo corográfico nada acrescenta ao conteúdo dos anteriores, antes pelo contrário, apenas parece introduzir alguma confusão na cronologia da casa ao afirmar que a congregação "se mudou para maior residencia em 1554, no sitio das Hortas da Fonte coberta, onde se construia desde um anno antes". Não sabemos quais as fontes consultadas por Francisco Barata, mas tudo indica que a construção do edifício se iniciou apenas em 1554 e só em 1560 as freiras se instalaram nele, como afirma D. António Caetano de Sousa no seu *Agiologio*. No entanto, algumas evidências surgidas ao longo do acompanhamento arqueológico podem ser interpretadas à luz desta informação de Francisco Barata.

---

<sup>84</sup> BARATA, António Francisco, *O Alemtejo histórico, religioso, civil e industrial no districto de Évora, Portel, Redondo, Reguengos e Vianna*, Évora, Typographia Eborense, 1893, pp.65-85.

Quanto à lápide dos Cogominhos, ela ainda hoje existe no pavimento da Igreja, do lado do Evangelho e perto do que resta do púlpito. Contou-nos um antigo morador do Convento que, já nos finais do século XX, tinha havido uma tentativa para a remover, pelos vistos sem êxito.

### 3.2. As fontes documentais

Tal como já referimos, a documentação do Convento Jerónimo de Viana do Alentejo existente no seu *Arquivo e Biblioteca* à data do seu encerramento, foi dividida em dois grupos que foram entregues à guarda da B.P.E. e do A.N.T.T.. A *Livraria* possuía ainda um considerável número de títulos impressos, que foram inventariados em 1901<sup>85</sup> e, no ano seguinte, entregues à Inspeção Geral das Bibliotecas. Desconhece-se o seu paradeiro actual, presumindo-se que estejam na Biblioteca Nacional<sup>86</sup>.

Do fundo depositado na B.P.E.<sup>87</sup> fazem parte, entre outros, *Livros de Profissões das Religiosas, Cadernos de Relação de Bens, Rendas, Foros e Juros, Livros de Receita e Despesa*, sendo de especial importância para este trabalho os inventários produzidos em 1858, 1901 e 1902 e as actas de uma *Visitação* realizada em 1594 pelo então arcebispo de Évora, D. Teotónio de Bragança<sup>88</sup>. A congregação estava sujeita à obediência e sujeição da *Mitra* eborense - designação comum do arcebispado de Évora -, cabendo ao seu prelado *visitá-la*, isto é, fazer ou mandar fazer-lhe inspeções, normalmente de três em três anos, com o propósito de aferir o bom governo da casa, tanto no que dizia respeito aos assuntos espirituais, como aos

---

<sup>85</sup> B.P.E., Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo, *Livro 122*, 1559-1902.

<sup>86</sup> O acervo recolhido na Livraria do Convento do Bom Jesus de Viana do Alentejo, entregue à Inspeção Geral das Bibliotecas, era composto por 395 livros, 22 códices, 20 documentos avulsos e um maço de outros documentos. Cf. BARATA, Paulo J.S., "As livrarias dos mosteiros e conventos femininos portugueses após a sua extinção: uma aproximação a uma história por fazer", in *Lusitania Sacra*, número 24, Julho/Dezembro de 2011, p.151.

<sup>87</sup> Descrito em FONTES, João Luís Inglês, SERRA, Joaquim Bastos, ANDRADE., Maria Filomena, *Inventário dos Fundos Monástico-Conventuais da Biblioteca Pública de Évora* (Apresentação de José Mattoso), Lisboa, Edições Colibri/Cidehus, 2010, pp.126 e seguintes. O fundo está registado como sendo constituído por cerca de 130 *livros*, na realidade a grande maioria deles grossas pastas de arquivo contendo, algumas, mais de cem documentos avulsos.

<sup>88</sup> B.P.E., Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo (1522-1910), *Visitação feita a 7 de Dezembro de 1594 ao Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo, pelo arcebispo de Évora D. Teotónio de Bragança*, Cód. CIX/2 – 7, nº 20. A sua transcrição integral, a nosso pedido, foi feita por Fátima Farrica em 2018.

temporais<sup>89</sup>. Dessas visitas eram produzidas actas, por vezes muito ricas em detalhes, que nos permitem construir uma ideia de como seria a vida monástica nas suas mais variadas facetas.

O fundo do A.N.T.T., pensamos que totalmente digitalizado, é constituído por um conjunto de fontes que abarca o período compreendido entre 1603 e 1889, entre eles um *Livro de assentos das religiosas defuntas 1603-1874* (Livro 1), uma *Historia da Vila de Viana do Alentejo* (Livro 8) e dois volumes com actas de *Visitações*, o *Livro de actas das visitas do Senhor Cónego Manuel Guerreiro de Brito ao mosteiro 1726-1766* (Livro 2) e o *Livro de actas das visitas ao Mosteiro 1769-05-20/1822-10-10* (Livro 3)<sup>90</sup>. Estes dois últimos livros de *Visitações* foram-nos muito úteis, abrangendo um período temporal relativamente extenso, compreendido entre 1726 e 1822. De notar ainda que, infelizmente, não se conhece qualquer livro de *Visitações* para o século XVII.

O fundo existente no A.C.M.F. é relativamente pequeno e apenas integra documentos produzidos entre 1911 e 1941, importantes para a compreensão do processo que conduziu à venda do imóvel em hasta pública, em 1917.

---

<sup>89</sup> "As visitas feitas por superiores de abadias masculinas, ou por autoridades diocesanas, eram o mecanismo de controlo da vida nos mosteiros femininos, sublinhando a dependência destes em relação aos prelados masculinos." Cf. CONDE, Antónia Fialho, LALANDA, Margarida Sá Nogueira, "A Ação Disciplinadora de Trento no Quotidiano Monástico Feminino dos Mosteiro de S. Bento de Cástris", João Luís Fontes, Maria Filomena Andrade e Tiago Pires Marques (coord.), *Género e interioridade na vida religiosa: conceitos, contextos e práticas*, Lisboa, 2017, p.122. Visto em [https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/21374/1/EHR\\_23\\_GeneroInterioridade-121-138.pdf](https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/21374/1/EHR_23_GeneroInterioridade-121-138.pdf), acedido em Julho de 2022.

<sup>90</sup> Os restantes livros são: "*Livro de assentos das quitações das missas de obrigações das capelas 1787-08-26/1816-11-06*" (Livro 4); "*Livro contendo os respectivos estatutos, com documentos respeitantes à competente aprovação e o sumário das indulgências concedidas na Confraria do Senhor dos Passos, erecta na igreja do mosteiro.1707/1708*" (Livro 5); "*Livro de assentos das entradas das irmãs 1708/1889*" (Livro 6); "*Livro de assento dos nomes dos irmãos, com as quotas subscritas 1604/1885*" (Livro 7); "*Livro de como se recebem as noviças, e depois em a profissão*" (Livro 9); "*Compêndio e manual do que se faz na entrada das noviças e depois em sua profissão*" (Livro 10); "*Livro de procedimentos de noviças*" (Livro 11); "*Novena de Nossa Senhora da Encarnação deduzida de cada um dos versos do sagrado cântico Magnificat*" (Livro 12); "*Novena para as festas dos Santos Anjos*" (Livro 13); "*Novena dos Santos Anjos*" (Livro 14); "*Compêndio de indulgências*" (Livros 15 e 16); "*Constituições da ordem de São Jerónimo*" (Livro 17); "*Ordinário da Ordem de S. Jerónimo*" (Livro 18) e "*Regra do Padre Santo Agostinho 1613*" (Livro 19).

### 3.3. As fontes iconográficas

Se do ponto de vista documental se pode considerar existir e estar disponível um acervo com alguma expressão e valia, já quanto à iconografia ela é muito diminuta, circunscrevendo-se a uma dúzia de fotografias antigas, na sua quase totalidade mostrando o edifício no seu exterior. Delas, apenas uma (figura 3.1) se tem a certeza de o apresentar quando ainda estaria habitado por religiosas<sup>91</sup>. Esta imagem será anterior a 1889, ano em que um cruzeiro que existia junto da ermida de S. Sebastião, nas imediações do Convento, foi movido para junto do cemitério novo, em Santo André<sup>92</sup>. Esse cruzeiro ainda aparece na fotografia, à direita, o que a ajuda a datar. Das restantes, as melhores foram tiradas pelo fotógrafo amador local Viriato Campos (1878-1937), utilizando negativos sobre chapa de vidro em formato 9 x 12 cm. Alguns deles foram depois passados a positivo, também sobre vidro, e coloridos manualmente pelo próprio fotógrafo (figura 3.2). Os diapositivos assim criados eram projectados no pequeno *Cine Teatro* da Sociedade Vianense, durante as inúmeras interrupções das sessões de cinema mudo que obrigavam as muitas mudanças de bobine. Uma das fotografias que se revelou de grande utilidade para os trabalhos de reabilitação e restauro actualmente em curso está reproduzida num bilhete postal de cerca 1905 (figura 3.3) e mostra o alçado principal do Convento por alturas do seu encerramento. Isto porque nela já aparece, à direita, semienterrada e ainda sem o muro de treliça protector, a chamada *fonte das Freiras*, mandada construir pela *Comissão dos Pastos* no ano de 1896.

As características clausulares da Ordem impediam, obviamente, que se visitasse - e muito menos fotografasse - o interior do Convento. Apenas possuímos uma pequena pagela impressa onde se reproduz uma imagem fotográfica do altar do Senhor das Chagas - localizado, segundo Túlio Espanca, no Coro Baixo<sup>93</sup> - que tudo indica terá sido feita já na segunda metade do século XIX, ainda com a casa em funcionamento (figura 3.4). A sua existência poderá dever-se ao facto da então já muito reduzida comunidade procurar mitigar, com a sua edição e venda, as dificuldades financeiras com que se debatia na fase final da sua existência<sup>94</sup>. Do

---

<sup>91</sup> Fotografia V2441. Estava emoldurada e fazia parte da decoração da habitação de Jacinto *Caldeira* Carvalho, referido no texto. Foi-nos oferecida por volta de 2013, aquando da venda daquela parte do imóvel ao actual proprietário.

<sup>92</sup> A.H.C.M.V.A., *Livro de Actas das Vereações de 1889*, Sessão de 7 de Março.

<sup>93</sup> ESPANCA, Túlio, *Op. cit.*, p.433.

<sup>94</sup> A este respeito veja-se o artigo de Francesca Sbardella, "Res sacrae: constructing and patrimonializing religious items", in *Local Vocabularies of "Heritage". Variabilities, Negotiations, Transformations* Conference, Évora (Portugal), 2012.

interior da Igreja, sem dúvida de acesso mais livre que o resto do edifício, temos duas fotografias do painel de azulejos do Dr. Jorge Cardim, que estava junto à Capela de Nossa Senhora da Conceição e que sabemos terem sido tiradas por volta de 1925, numa altura em que o templo ainda manteria o seu revestimento azulejar.

Não conhecemos quaisquer desenhos ou representações pictóricas do edifício, nem tão pouco referências a eles nos inventários realizados antes do seu encerramento. Já no que respeita ao audiovisual, existe um documentário com cerca de 16 minutos, realizado pela RTP em 1972 e emitido em Janeiro do ano seguinte, que abordando a história da cerâmica tradicional de Viana do Alentejo, apresenta algumas imagens da oficina de olaria que então funcionava na Igreja conventual e nos espaços vizinhos<sup>95</sup>.

### **3.4. Em busca de uma metodologia para o acompanhamento arqueológico: do documento à prática arqueológica**

A ausência de condicionantes temporais significativas no acompanhamento arqueológico da empreitada de reabilitação do Convento do Bom Jesus de Viana do Alentejo, permitiu que se ensaiasse uma metodologia baseada na prévia leitura crítica das fontes bibliográficas e documentais existentes, com o intuito de se perceber as diversas vivências da Casa ao longo não só do tempo em que esteve activa - entre 1560 e 1902 -, como também durante todo o século XX, quando se viu transmutada para usos depredadores e profanos. A informação assim recolhida permitiu então identificar um grupo de estruturas que obrigatoriamente teriam existido, servindo de suporte a essas vivências. Assim, e quando em campo, o olhar do arqueólogo já estaria para elas alertado, mesmo quando os vestígios arqueológicos deixados fossem mínimos.

Este processo não é, verificámo-lo mais tarde, isento de alguns perigos, o maior deles, sem dúvida, a tentação de se pretender ver o que lá não está... Para o evitar, o arqueólogo tem de recorrer a uma permanente autocrítica e convocar, sempre que possível, o contributo de outros olhares, de preferência distanciados e não

---

<sup>95</sup> Trata-se de um programa conduzido por Fernando Russell Cortez sobre o fabrico de peças de barro na olaria que esteve instalada na Igreja do Convento de Jesus e o ensino da cerâmica na vizinha Escola Preparatória Dr. António José de Sousa. Acessível em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/olaria-de-viana-do-alentejo/>, acedido em 11.03.2021.

formatados por essa informação prévia. Desses olhares foram-nos de elevado préstimo não só os de colegas de profissão como também, e sobretudo, os de alguns dos pedreiros e outros técnicos presentes na obra, a maioria deles já com longas dezenas de anos de experiência em trabalhos semelhantes.

Não estando sujeita ao cumprimento de um cronograma apertado, como é habitual nas obras públicas e particulares dependentes de financiamento bancário ou de fundos comunitários - onde, neste último caso, é necessário cumprir prazos e com frequência se inicia a obra quando esses prazos já estão quase vencidos -, os trabalhos tiveram início em Janeiro de 2018<sup>96</sup>. A equipa deles encarregue raramente tem ultrapassado os dez indivíduos, o que, atendendo à dimensão e complexidade da intervenção, forçosamente tem resultado numa relativamente lenta progressão da empreitada<sup>97</sup>, facilitadora contudo da prática arqueológica.

A releitura exegética da bibliografia conhecida e o acesso a novas fontes documentais, neste último caso e de especial relevo o pequeno fundo depositado na Torre do Tombo, permitiu-nos, logo num primeiro tempo, a reformulação de algumas das considerações do que se pode considerar como sendo o corpus historiográfico aceite para o Convento do Bom Jesus de Viana do Alentejo, em grande parte estabelecido na segunda metade do século XX por Túlio Espanca. De algumas dessas reformulações damos notícia mais detalhada no capítulo 5.

Para além da recolha e análise crítica da informação bibliográfica e documental, no que se pode considerar como um exercício de *arqueologia do documento*, foram também de grande utilidade outras metodologias próprias da prática arqueológica *tout-court*, como a estratigráfica, normalmente utilizada nas cotas negativas e cuja lógica, herdada das ciências geológicas, se baseia no reconhecimento das desconformidades entre as várias camadas de depósitos naturais ou antrópicos presentes nos solos e subsolos, definindo o que se designa por *unidades estratigráficas*<sup>98</sup>. Um dos seus princípios, o da sobreposição, estabelece, por

---

<sup>96</sup> À data em que procedemos às derradeiras correcções desta dissertação (Maio de 2023) ultima-se a primeira fase do projecto, com os trabalhos das diversas especialidades, sendo do nosso conhecimento que já teria sido submetido à apreciação e licenciamento das entidades competentes a empreitada da segunda fase.

<sup>97</sup> Benéfica também para a qualidade da intervenção, pois que para se obterem bons resultados em alguns dos processos de reconstrução e reabilitação utilizados é necessário tempo, como por exemplo para se deixar secar convenientemente as argamassas das alvenarias antes da aplicação dos desempenos ou dos rebocos, ou ainda o betão das placas.

<sup>98</sup> "A estratigrafia é a base de todo o estudo arqueológico, uma vez que nos permite definir contextos, identificar unidades arqueológicas que têm uma cronologia definida e que são, portanto, o alicerce da

sua vez, que as unidades mais antigas serão as que se encontram em níveis mais baixos.

Foram, no entanto, as metodologias que têm vindo a ser ensaiadas pela chamada *arqueologia da arquitectura*, de certa forma derivadas da anterior, aquelas que, pela natureza dos trabalhos realizados no Convento do Bom Jesus de Viana do Alentejo, maior relevância tiveram para o respectivo acompanhamento arqueológico. E é sobre elas, portanto, que iremos tecer algumas breves notas.

### 3.5. Arqueologia da Arquitectura

Ainda que a presente intervenção no Convento do Bom Jesus seja parcial e restringida à sua zona nascente, a mais antiga, uma mais ampla compreensão da parte apenas poderia ser obtida pelo estudo do todo, uma vez que os diversos programas de obras a que o prédio foi sujeito ao longo dos séculos e os elementos construtivos a eles associados possuem, quase sempre, profundas inter-relações.

Segundo a arqueóloga Raquel Santos - e com algumas pequenas alterações que resultam da nossa própria experiência -, a intervenção arqueológica no património edificado partirá de três elementos fundamentais<sup>99</sup>:

1. Um edifício ou parte dele, isolado ou inserido num determinado conjunto de edifícios e/ou estruturas, de complexidade variável, possuidor de graus também variáveis de conservação e de alteração;

2. Uma equipa que se deseja o mais pluridisciplinar possível, proveniente de áreas aparentemente tão díspares como a geologia, a topografia, a engenharia, a arquitectura, a arqueologia, a história da arte. E, dizemos nós, integrando sempre que possível os velhos pedreiros e mestres de obras, ainda conhecedores dos processos

---

*cronologia arqueológica.*" Cf. BICHO, Nuno Ferreira, *Manual de Arqueologia Pré-Histórica* (2.ª edição), Lisboa, Edições 70, 2011, p.176.

<sup>99</sup> SANTOS, Raquel, *A Arqueologia da Arquitectura: Conceito e Metodologia*", in *Parc pesquisa em arquitectura e construção*, Vol. 4, nº 1, Edição do Departamento de Arquitectura e Construção da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitectura e Urbanismo da Universidade de Campinas (Brasil), Abril de 2013, p.6.

construtivos antigos<sup>100</sup>, cujos saberes e olhares são, não poucas vezes, de fundamental importância para a compreensão de determinadas estruturas;

3. Um programa de intervenção, abrangendo o todo ou apenas parte do imóvel, do qual são partes fundamentais o projecto e o orçamento. Em nossa opinião, quanto menos conhecimento prévio se possuir do edifício a intervir, tanto mais importante será o dito projecto se manter *aberto*, de forma a poder integrar realidades que só em obra poderão ser desvendadas. É obvio que esta prática entra em conflito com o orçamento, que sendo rígido, quicá mesmo ditatorial, não a pode acolher. Assim, sempre que o espartilho orçamental não possa ser alargado, o ideal seria sempre a realização de sondagens arqueológicas e estudos bibliográficos e documentais em momento prévio à elaboração do projecto, de forma a minimizar a incerteza e o impacte negativo que as obras possam depois gerar.

Grande ou pequena, rica ou pobre, dotada de melhor ou pior arquitectura, qualquer unidade edificada antiga é sempre, ao longo da sua mais ou menos longa existência, o resultado de campanhas sucessivas de "construção, de restauro, de reconstrução, de acrescento, de modificação, de adaptação para usos diferenciados, guardando nas suas diversas partes constituintes um pouco da sua história e da história dos seus diversos tempos. Na forma como hoje se apresenta, o património edificado corresponde ao produto final de uma acumulação estratigráfica de elementos construtivos e de relações estabelecidas com o meio - é um verdadeiro palimpsesto histórico. Porque se configura como contexto arqueológico de longa duração, o património edificado sujeita-se aos princípios e métodos de análise arqueológica, especialmente os correlacionados com a sequenciação estratigráfica."<sup>101</sup>

A partir deste conceito de unidade edificada, no qual a quarta dimensão é o tempo, pode entender-se que para a sua leitura e interpretação arqueológica se pudessem utilizar os princípios básicos da metodologia estratigráfica, na medida em que a formação e tipologia do objecto edificado que logrou chegar aos nossos dias não é mais do que o somatório de sucessivas acumulações estratigráficas, dispostas em planos horizontais ou verticais, que podem ser negativas (demolições) ou positivas (construções).

---

<sup>100</sup> As modernas técnicas construtivas, baseadas no ferro, no cimento e no betão, apenas lograram implementar-se na região de Viana do Alentejo em período relativamente tardio do século XX. Ainda nos recordamos, em criança, de ver construir muros e paredes de casas em taipa, e abóbadas e abobadilhas em tijolo *burro*. A derradeira geração de pedreiros locais ainda conhecedores dessas técnicas está hoje na casa dos oitenta anos de idade.

<sup>101</sup> FONTES, Luís, "Arqueologia da Arquitectura e Património Arquitectónico", in *Pedra & Cal*, n.º 25, 2005, p.6.

Quando Edward Harris<sup>102</sup> formulou as leis da estratigrafia arqueológica - sobreposição, horizontalidade original, continuidade original e sucessão estratigráfica - fê-lo baseando-se no estudo das camadas geológicas e das suas normas. Da sua aplicação e representação obtém-se uma sequência temporal, que tende a desenrolar-se de cima para baixo, do mais recente para o mais antigo. Segundo Ana Maria Núñez, a simplicidade do modelo de Harris não se pode adequar às construções arquitectónicas, porque temporalmente partimos de uma sequência que se estende lado a lado e não de cima para baixo, na medida em que um edifício é um conjunto de paredes, de pavimentos, de coberturas (telhados), etc.<sup>103</sup>. Ao invés de Unidades Estratigráficas (U.E.s), teremos na Arqueologia da Arquitectura as chamadas *Unidades Construídas* (U.C.s), constituídas por todos os elementos estruturais que integram, num determinado momento, o edifício, como são os diversos aparelhos de construção ou alvenarias, os revestimentos, os emparedamentos, os vãos (portas, janelas e outros), os materiais constituintes das estruturas, as argamassas de união, etc., "elementos que necessitam de interpretação, atribuição cronológica e aproximação funcional. Incluem-se ainda os interfaces, elementos que na Arqueologia da Arquitectura (...) se revestem de grande importância, pois são eles que determinam os momentos de acção, enquanto os aparelhos e construções em si constituem momentos de inactividade." <sup>104</sup>

Assim e para o caso do Convento do Bom Jesus de Viana do Alentejo, o registo das U.C.s foi feito em fichas próprias, adaptadas do modelo sugerido por Raquel Santos - que nos pareceu o mais adequado à sua realidade<sup>105</sup>. Nelas se precisaram a localização das ditas U.C.s, as suas características físicas e funcionais (tipo e aparelho, dimensões, etc.), as relações estratigráficas (verticais e horizontais) estabelecidas com outras U.C.s, as alterações identificadas (antrópicas ou não), etc. Na figura 3.5 apresentamos uma dessas fichas, no caso relativa à U.C. 106, um

---

<sup>102</sup> HARRIS, Edward. C., *Principles of archaeological stratigraphy*, 2ª edição, Londres, Academic Press, 1989.

<sup>103</sup> NÚÑEZ MARTÍNEZ, Ana María, "Reflexión Metodológica sobre la Arqueología de la Arquitectura", in *Revista ArqueoMurcia*, nº2, Julho de 2004, pp.6 e 7.

<sup>104</sup> SANTOS, Raquel, *Op. cit.*, p.4.

<sup>105</sup> "Sin embargo, a pesar de los esfuerzos llevados a cabo por algunos investigadores (Caballero, 1995 y 1996; Latorre, Caballero, 1995), no se ha alcanzado todavía una normalización de los sistemas de registro y análisis de los edificios históricos, lo que dificulta, sin duda, la puesta en común de los resultados alcanzados durante los estudios arqueológicos de los diversos equipos.", Cf. AZKARATE GARAI-OLAUN, Agustín, ESCRIBANO RUIZ, Sergio, SÁNCHEZ PINTO, Iban, SOLAUN BUSTINZA, José Luis, "Procedimiento y estrategias de análisis en Arqueología de la Arquitectura", in *Arqueología de la Arquitectura - Una experiencia práctica para el análisis arqueológico de edificios históricos*, Alicante, Instituto Universitario de Investigación en Arqueología, 2022, p.22. Neste trabalho os autores propõem outros modelos de fichas, quiçá mais simples.

pequeno pano de alvenaria de tijolo ou lambaz, que fecha um primitivo vão de janela (U.C.105) na zona central do alçado principal. Esse tabique foi posto a nu quando se levantou a camada de reboco de argamassas de cal (U.C.120), que cobria todo o dito alçado (figura 3.6).

Agrupadas, essas fichas espelham os múltiplos momentos de construção, demolição, reconstrução, remodelação e adaptação, sofridos pelo imóvel ao longo da sua extensa vida. Como exemplo apresentamos na figura 3.7 o desenho da parte central do alçado principal do Convento, zona onde registámos uma das maiores variações tipológicas de U.C.s, positivas e negativas, ao longo da diacronia. Para a boa interpretação das ditas variações, sobretudo daquelas ocorridas ao longo da primeira metade do século XX, foi também de extrema utilidade a observação da imagem do alçado principal (figura 3.3), agora novamente reproduzida na figura 3.8 com a identificação de alguns dos espaços conventuais que se escondiam para lá das paredes.

Com base na informação recolhida tem vindo a ser construída<sup>106</sup> uma representação gráfica do complexo conventual, feita a partir dos diversos desenhos do seu levantamento, fornecidos pelo gabinete de arquitectura - plantas, alçados e cortes - registando-se em cada uma das suas camadas (ou *layers*) as múltiplas evidências e ocorrências detectadas ao longo dos trabalhos de acompanhamento arqueológico, as suas tipologias e presumíveis relações temporais: p.e., registaram-se todas as estereotomias dos diversos pavimentos, assim como as dimensões precisas dos respectivos elementos cerâmicos cuja variação, embora geralmente pequena, parece corresponder a empreitadas realizadas em momentos diferentes; ou ainda a tipologia das cantarias dos cunhais ou dos vãos de portas e janelas, mármore ou granito, que também parecem indiciar diferentes momentos nas intervenções no complexo conventual. Em paralelo construiu-se uma base de dados com todo o espólio fotográfico produzido<sup>107</sup>, largos milhares de imagens, na qual se identificam claramente o local, as estruturas ou artefactos, a sua presumível cronologia e função e o momento e natureza da intervenção que eventualmente sobre eles estivesse a decorrer - p.e., o desmonte das cargas das abóbadas de algumas das salas do piso térreo, o número de peças de cerâmica utilitária comum nelas recolhidos, as suas dimensões, cor, textura das pastas, etc., a suposta função original ou primitiva e *naquele local*. Nessa base de dados refere-se também, quando existente, a documentação e/ou bibliografia relativas

---

<sup>106</sup> Que só poderá ser concluída aquando da realização da segunda fase da empreitada, a intervenção no *Dormitório Novo*, em data que ainda não podemos precisar.

<sup>107</sup> Usando-se o programa informático *FileMaker Pro Advanced*.

às ditas estruturas e/ou artefactos (figura 3.9). A informação presente nos desenhos e nesta base de dados tem vindo a constituir o cerne do modelo interpretativo da génese, evolução, degradação e reabilitação do conjunto edificado. Cotejando a informação fornecida pelas fontes documentais com aquela do modelo interpretativo, "será possível tecer considerações de carácter geral, ou mesmo restrito, acerca da comunidade, do seu meio envolvente, das condições económicas, ambientais ou outras, que influenciaram a construção, destruição ou transformação do objecto em estudo."<sup>108</sup>

Como refere a arqueóloga Maria Ramalho, a "arqueologia da arquitectura possibilita uma completa renovação metodológica do modo de abordar o património construído, pois através da análise estratigráfica, que até recentemente era apenas utilizada pelos arqueólogos, é possível alcançar a mais completa biografia do edifício.(...)"<sup>109</sup>

---

<sup>108</sup> SANTOS, *Raquel*, *Op. cit.*, p.6.

<sup>109</sup> RAMALHO, Maria M.B. de Magalhães, "Os primeiros passos da Arqueologia da Arquitectura no âmbito do Instituto Português do Património Arquitectónico", in *Arqueología de la Arquitectura*, nº 3, 2004, p.149.

## 4. Nascimento, vida e declínio do convento

### 4.1. O estabelecimento da Ordem de São Jerónimo em Portugal

A segunda metade do século XVI foi bastante copiosa no que respeita à instalação de conventos e mosteiros no território português, o que de alguma forma terá radicado não só na relativa prosperidade que o país então conheceu, mas também nas muito vivas disposições reformadoras do Concílio de Trento (1545-1563). O Cardeal Saraiva, num texto inserido nas suas *Obras Completas*, refere a fundação, apenas durante o reinado de D. Manuel I (1495-1521), de trinta e sete conventos por todo o território nacional, vinte e quatro masculinos e treze femininos. Para o período compreendido entre 1521 e 1600 contava o mesmo cardeal um total de cento e noventa e três novos cenóbios, número que já integrava as casas da então emergente congregação jesuítica. Daqueles, cento e quarenta e oito eram masculinos e quarenta e cinco femininos<sup>110</sup>. Temos assim, para o século XVI (a que se adicionam cinco ou seis anos do século anterior), a criação em Portugal de cento e setenta e dois conventos masculinos e cinquenta e oito femininos, num total de duzentos e trinta.

Estes números não andam muito distantes dos indicados por Fernanda de Campos, porventura mais correctos e afinados: para o reinado de D. Manuel I aquela investigadora identificou um total de quarenta e três fundações (vinte e cinco masculinas e dezoito femininas) e, para o período compreendido entre o início do governo de D. João III (1521) e o final do reinado de Filipe I (1598), duzentas e vinte e cinco (cento e cinquenta masculinas e setenta e cinco femininas), o que soma um total geral de duzentos e sessenta e oito novos conventos<sup>111</sup>.

Embora já presente em Portugal desde os derradeiros anos do século XIV, os frades Jerónimos também viram o número das suas casas incrementado no século XVI, passando de cinco para doze, incluindo-se neste último número o Colégio de S. Jerónimo, fundado em Coimbra, em 1549<sup>112</sup> (figura 4.1).

A Ordem Jerónima tinha nascido em Itália, na segunda metade do século XIV, fruto da agregação de diversas famílias religiosas de matriz eremítica, operada pelo

---

<sup>110</sup> Cf. S. LUIZ, D. Francisco de, "Ordens Monásticas e Mosteiros em Portugal", in *Obras completas do Cardeal Saraiva*, Vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1872, pp.186-188 e 191. - Acedido em [http://purl.pt/29266/3/hg-13792-v/hg-13792-v\\_item3/index.html#/10-11](http://purl.pt/29266/3/hg-13792-v/hg-13792-v_item3/index.html#/10-11), no dia 08.11.2018.

<sup>111</sup> CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de, *Op. cit.*, p.481.

<sup>112</sup> Idem, pp.106-108.

frade terceiro franciscano Tommasucio da Foligno<sup>113</sup>. Os seus membros procuravam seguir o exemplo ascético e penitente de S. Jerónimo, um dos quatro primeiros *doutores da Igreja*<sup>114</sup>. Mas foi na Península Ibérica que a congregação encontrou o seu *ecossistema natural*, com os monges a instalarem-se, ainda nesse século, em Espanha e Portugal, não tendo existido outras casas na Europa. Entre os discípulos de Tommasucio contava-se o português Vasco Martins, de Leiria, que em 1390 participou na criação da primeira casa no nosso país, o Mosteiro de S. Jerónimo da Penha Longa, nos ermos da serra de Sintra<sup>115</sup>. Nos finais do século XVI a congregação possuía já, distribuídas um pouco por todo o território português, dez casas masculinas e uma feminina, esta última a de Viana do Alentejo<sup>116</sup>. Os monges hieronimitas portugueses gozaram, desde o reinado de D. Afonso V, de independência administrativa face aos seus irmãos espanhóis; essa autonomia apenas foi quebrada durante o período filipino, contra a vontade e com bastante resistência por parte dos frades portugueses<sup>117</sup>.

Tal como já tinha sucedido em Itália - e decorrendo da própria natureza isolacionista e contemplativa da Ordem de S. Jerónimo -, grande parte das suas fundações conventuais portuguesas alojaram-se em locais já anteriormente ocupados por grupos de natureza eremítica não regular, comumente conhecidos como os *homens da pobre vida*, geralmente instalados em sítios ermos e agrestes<sup>118</sup>. Tais foram os casos de Penha Longa (Sintra), de Vale Flores (Nisa) e do Espinheiro (Évora). De alguma forma também irá ser o caso do Convento feminino de Viana do Alentejo.

As mulheres tiveram, desde cedo, uma relação muito estreita com o mundo hieronimita. Ainda em Roma, Jerónimo tinha feito amizade com um grupo de nobres

---

<sup>113</sup> Também referido, noutras fontes, por Tommasucio de Siena ou Tomás de Sena. Cf. "Jerónimos", in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Vol. 14, Lisboa, Página Editora, 1998.

<sup>114</sup> A par de S. Gregório, Santo Ambrósio e Santo Agostinho. Eusébio Sofronio Jerónimo, ou ainda *Jerónimo de Estridão*, nasceu por volta de 347 em Stridone, junto à fronteira oriental da Itália, hoje na Croácia. Membro de uma família rica e cristã, retirou-se em 373 para o deserto de Cálcis, perto de Antioquia, na actual Turquia, onde viveu três anos. Durante esse tempo dedicou-se ao estudo do grego, do hebraico e à transcrição de manuscritos bíblicos. Mais tarde seria o responsável pela fixação dos textos sagrados na chamada *Vulgata*, a versão oficial em latim da Bíblia, usada pela Igreja até praticamente aos nossos dias (Concílio Vaticano II). Cf. "Jerónimo (S.)", in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Vol. 14, Lisboa, Página Editora, 1998. S. Jerónimo, representado comumente em atitude de estudo, tendo ao lado uma caveira, é considerado o padroeiro dos tradutores e, também, dos arqueólogos.

<sup>115</sup> Cf. SANTOS, Cândido, *Op. cit.*, pp.4 e 5.

<sup>116</sup> Cf. SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (Dir.), *Op. cit.*, pp.157 e 168.

<sup>117</sup> COSTA, Padre António Domingues de Sousa, "Jerónimos", in *Dicionário de História de Portugal*, Coordenação de Joel Serrão, Vol.3, Porto, Livraria Figueirinhas, 1992.

<sup>118</sup> CAMPOS, *Op. cit.*, p.103.

damas, a quem tinha dado lições sobre as Sagradas Escrituras e a prática do ascetismo. Entre essas mulheres estava Paula, mulher do senador Júlio Toxocio, que em Belém (Terra Santa) fundará dois mosteiros, um para mulheres e outro para homens. Neste último viveu S. Jerónimo trinta e quatro anos, "ocupando o tempo na oração, no estudo e na direcção das religiosas"<sup>119</sup>. Paula, mulher instruída, seria mais tarde elevada à condição de Santa Paula, ela mesma a biógrafa de S. Jerónimo. A primeira Casa religiosa do ramo feminino na península Ibérica foi fundada pela beata Maria Garcias, em Toledo, ainda no século XIV, tendo precisamente Santa Paula por padroeira. Daí propagou-se por toda a Espanha onde, ainda hoje, as monjas jerónimas possuem dezassete casas activas<sup>120</sup>. Em Portugal, por razões obscuras, apenas um cenóbio feminino Jerónimo foi criado, o de Viana do Alentejo.

A ordem de S. Jerónimo, ou *hieronimita*, refira-se que pelo menos nos séculos XV e XVI orbitou os centros do poder secular, especialmente o régio, tendo sido particularmente acarinhada pelo *rei Venturoso* e pelo seu filho, D. João III. Para isso seguramente que terá contribuído a grande fama de erudição que gozavam os seus membros, municiados que estavam para responder às grandes questões levantadas pelo pensamento do seu tempo. Essa proximidade da comunidade Jerónima ao poder terá sido de fundamental importância para o êxito da construção, no local escolhido pela sua fundadora, do Convento de Viana do Alentejo.

A maioria dos mosteiros Jerónimos primitivos eram modestos. Os mais antigos, Penha Longa (Sintra) e S. Jerónimo do Mato (Alenquer), estabeleceram-se em locais despovoados, propícios à vida de recolhimento interior, onde "o monge, alheio aos atractivos do mundo, se entrega à contemplação de Deus"<sup>121</sup>. O extremo do eremitismo hieronimita foi atingido com a tentativa de fixação, em 1513, de um convento na ilha Berlenga. De vida efémera, contudo, uma vez que encerrou em 1535 devido à extrema rudeza e insalubridade do lugar<sup>122</sup>.

---

<sup>119</sup> Cf. "Jerónimo (S.)", in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Vol. 14, Lisboa, Página Editora, 1998.

<sup>120</sup> BESSE, J.M., "Hieronymites" (transcrição de Joel Dykstra), visto em <https://www.catholic.org/encyclopedia/view.php?id=5763>, acedido em 30.11.2018.

<sup>121</sup> SANTOS, Cândido dos, *Op. cit.*, p.16

<sup>122</sup> Idem, p.28.

## 4.2. O Século XVI e a emergência dos conventos *reformados*

O crescimento do número de casas religiosas regulares em Portugal ao longo do século XVI foi, naturalmente, plasmado no território transtagano, mormente no envolvente a Viana do Alentejo. Nos finais do século XV a região em causa contava um total de treze conventos, nove masculinos e quatro femininos, estando estes últimos localizados, na sua totalidade, na malha urbana ou nas imediações da cidade de Évora (vide figura 4.2 e respectivo quadro de legendas).

Os três conventos mais antigos, nascidos ainda no século XIII, localizavam-se em Évora: o convento de frades menores da Regra de S. Francisco, criado nos então arrabaldes da cidade, em 1224; o mosteiro feminino de S. Bento de Cástris, da Ordem de Cister (Regra de S. Bento), fundado em 1275; e o Convento de S. Domingos, da ordem homónima ou *dos Pregadores*, com fundação no ano de 1286. O primeiro e o terceiro, mendicantes, reflectiam a tendência do século XIII, altura em que surgiram, um pouco por todo o país, "um grande número de propostas de vida regular orientadas para a assistência, o ensino e a missionação" e que "se consagram ao combate às heresias (...) e ao apoio na vida quotidiana das populações urbanas"<sup>123</sup>. Já o cenóbio de S. Bento de Cástris - localizado a pouco mais de dois quilómetros da urbe medieval -, surgiu também num *período* "de gloria dos mosteiros cistercienses femininos", que ocorreu entre 1230 e 1250, mantendo-se essa expansão até 1280<sup>124</sup>.

O século XIV viu nascer, na região, apenas um convento: em 1369, o Mosteiro de Santa Cruz de Rio Mourinho, em local ermo dos arredores de Santiago do Escoural. Esta escassez de fundações poderá estar relacionada com a grande instabilidade política, económica e social então vivida na Europa e que, em Portugal, foi marcada por alguns episódios que entrosaram com a Guerra dos Cem Anos: os sucessivos conflitos armados conduzidos por D. Fernando I contra Castela, ou a crise sucessória de 1383-1385.

Mais prolixo foi o século seguinte, o XV, durante o qual emergiram na região nove conventos, seis dos quais em Évora. Chegados ao século XVI observa-se uma verdadeira explosão de fundações monásticas na região, com vinte e cinco casas, vinte masculinas e cinco femininas. A proporção entre cenóbios masculinos e femininos será aqui de quatro para um, um pouco diferente do rácio nacional que, para

---

<sup>123</sup> CAMPOS, *Op. cit.*, p.21.

<sup>124</sup> CONDE, Antónia Fialho, *Cister a sul do Tejo - O Mosteiro de S. Bento de Cástris e a Congregação Autónoma de Alcobaça (1567-1776)*, Lisboa, Edições Colibri, 2009, p.44.

o mesmo período, terá andado perto dos três para um, na contagem do Cardeal Saraiva<sup>125</sup>.

Foi precisamente o século XVI que viu nascer os três conventos existentes no actual concelho de Viana do Alentejo. Dois na vila sede de município: o Convento do Bom Jesus, fundado em 1548<sup>126</sup>, filiado na Ordem de S. Jerónimo; e o Convento de S. Francisco, da ordem terceira regular de S. Francisco, fundado em 1580. No então concelho de Alcáçovas tinha já sido fundado, em 1541, o Convento de Nossa Senhora da Esperança, nos ermos da Herdade da Pedregosa, vinculado à ordem mendicante de S. Domingos ou *dos Pregadores*.

Ainda no século XVI, foi a cidade de Évora e os seus arredores que mais conventos viu serem fundados, doze masculinos e dois femininos. Desses, cinco estavam ligados às chamadas ordens menores e mendicantes, então ainda muito populares: dois à Província da Piedade da ordem de S. Francisco, o Convento do Bom Jesus, em Valverde, fundado em 1543, e o Convento de Santo António da Piedade, fundado em 1576; outros dois ao ramo feminino franciscano, a saber o Convento de Santa Helena do Monte Calvário, de Clarissas da Primeira Regra, criado em 1565, e o Convento do Salvador, de Clarissas urbanistas, refundado em 1590, uma vez que já funcionava desde 1525 como recolhimento de terceiras regulares<sup>127</sup>; e, por fim, o Convento de Santa Catarina de Sena, da ordem de S. Domingos, fundado em 1547.

No entanto, foi a então emergente congregação Jesuíta<sup>128</sup> quem, já na segunda metade do século XVI, mais novas casas instituiu no burgo eborense, quatro: o Colégio de S. Manços, fundado em 1563 e de efémera vida, já que foi extinto em 1580; o Colégio do Espírito Santo, em 1551, a partir do qual nascerá, em 1559, a Universidade de Évora; o colégio de Nossa Senhora da Purificação, em 1579; e o Colégio da Madre de Deus, fundado em 1595. Ligado aos eremitas da Serra de Ossa, temos ainda a fundação, em 1578, do Colégio de S. Paulo.

---

<sup>125</sup> Cf. S. LUIZ, D. Francisco de, *Op. Cit.*, p.191. Este ratio foi obtido somando as fundações do século XVI com as do reinado de D. Manuel I cujo reinado, como é sabido, teve início ainda nos finais do século XV (1495).

<sup>126</sup> Fernanda de Campos sugere 1550 como a data da fundação da congregação hieronimita vianense. No entanto partilhamos a opinião de Fátima Farrica, que aponta o ano de 1548, muito embora a instalação da comunidade no edifício definitivo apenas tenha ocorrido em 1560. FARRICA, Fátima, *Op. cit.*, p.62.

<sup>127</sup> CAMPOS, *Op. cit.*, p.256.

<sup>128</sup> "A Companhia de Jesus é uma ordem religiosa, de clérigos regulares, fundada por Santo Inácio de Loiola e aprovada pela bula *Regimini militantis Ecclesiae*, de Paulo III, em 1540. Os seus membros chamam-se, comumente, jesuítas". Cf. GOMES, Padre João Pereira, "Jesuítas" in *Dicionário de História de Portugal*, Volume II, Coordenação de Joel Serrão, Porto, Livraria Figueirinhas, s.d., p.365.

O rol das fundações monásticas quinhentistas, em Évora, completa-se com o Convento de Nossa Senhora do Carmo, da ordem homónima, fundado em 1531<sup>129</sup>; o Convento de Nossa Senhora da Graça, da ordem dos Eremitas de Santo Agostinho, fundado em 1512; o Convento de Santa Maria Scala Coeli, da ordem da Cartuxa, fundado em 1587; e, por fim, com o Seminário de Santa Cruz, da Congregação da Missão, criado em 1579.

Para além de Évora, apenas mais três localidades apresentam mais do que uma - no caso, duas - fundações de conventos ao longo do século de Quinhentos: Viana do Alentejo, Alcácer do Sal e Montemor-o-Novo. No caso desta última vila, trata-se de dois cenóbios dominicanos masculinos, um fundado logo em 1506, o Convento de Nossa Senhora da Saudação, o outro em 1559, o Convento de Santo António de Pádua. Já Alcácer do Sal viu nascer duas casas ligadas à figura de S. Francisco, uma masculina e outra feminina: o Convento de Santo António, com fundação em 1524; e o Convento de Nossa Senhora Ara Coeli, fundado em 1573. Sensivelmente pela mesma altura, em 1560, a vila do Torrão - hoje freguesia de Alcácer do Sal mas na altura concelho por si mesmo -, também assistiu à emergência de uma casa de freiras clarissas, o Convento de Nossa Senhora da Graça.

O panorama das fundações monásticas na região circundante à vila de Viana do Alentejo concluiu-se, ainda no século XVI, com as instituições de mais três casas de frades menores franciscanos: o Convento de Nossa Senhora dos Mártires, fundado em 1534 nas imediações de Alvito; o Convento de Nossa Senhora da Assunção, em Vila de Frades (Vidigueira), fundado em 1545; e, por fim, o Convento de S. Francisco, em Portel, com fundação no ano de 1547.

Ao findar o século XVI existiam na região em volta de Viana do Alentejo trinta e oito casas religiosas, vinte e nove masculinas e nove femininas. Ao longo de todo esse século tinham sido criadas vinte e cinco novas comunidades regantes, sendo que a tendência foi ainda a urbana e mendicante, principalmente a franciscana, consubstanciada num total de onze fundações, onde se incluíam quatro de monjas Clarissas, a sua vertente feminina. Para o final do século começariam a emergir os Jesuítas, estes apenas na cidade de Évora e ligados à então recém fundada Universidade.

---

<sup>129</sup> Este cenóbio foi inicialmente instalado fora das muralhas, junto à Porta da Lagoa e à ermida de S. Tomé. Só em 1663, no quadro da Guerra da Restauração, os frades foram transferidos para o actual Convento do Carmo, às Portas de Moura. Cf. SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (Dir.), *Op. cit.*, p.416.

A esta profusão de fundações conventuais na região, ao longo de praticamente todo o século XVI, seguramente não terá sido alheio o facto de a corte ter estanciado na cidade de Évora durante largos períodos de tempo, sobretudo durante os reinados de D. Manuel I e D. João III <sup>130</sup>.

### 4.3. Os primeiros tempos

O Convento do Bom Jesus de Viana do Alentejo foi fundado em 1548<sup>131</sup> por um grupo de senhoras beatas da vila, lideradas por Brites Rodovalho (1483[?]-1555), filha de uma das mais abastadas e influentes famílias vianenses da altura. Tendo Brites Rodovalho uma sobrinha em Lisboa, na casa da Infanta D. Isabel - viúva do Infante D. Duarte, um dos filhos do rei D. Manuel I -, terá sido por sugestão daquela que a novel corporação se inscreveu na Ordem de S. Jerónimo, tendo sido o único convento feminino dessa congregação que existiu em Portugal<sup>132</sup>.

A comunidade feminina Jerónima foi a primeira congregação religiosa regular a instalar-se em Viana do Alentejo. Seria seguida, poucos anos depois (1578-1580) e por acção da mesma família Rodovalho, pelo Convento de S. Francisco, onde se acolheu um cenóbio de frades franciscanos, da ordem terceira regrante<sup>133</sup>. Este convento conheceu, no período revolucionário liberal, sorte diferente do seu conterrâneo hieronimita. Encerrado em 1834, esteve algum tempo ao abandono<sup>134</sup>. Por volta de 1859 foi adquirido pelo médico benemérito António José de Sousa e sua mulher, D. Maria José Guimarães de Sousa, para nele instalarem um Asilo e Creche

---

<sup>130</sup> "Se já D. João II, nomeadamente para fins do reinado, fez prolongadas estadias em Évora (...), tanto D. Manuel como D. João III - o *João de Évora* - aí residiram durante largos períodos, facto que se revelou determinante para a vida política, social e cultural da cidade, que entre finais do século XV e ao longo do século XVI se revelou muito intensa." Cf. BUESCU, Ana Isabel, D. João III, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005, p.242.

<sup>131</sup> FARRICA, Fátima, "Instituir um Mosteiro no Século XVI - A fundação do Mosteiro do Bom Jesus", *No Espaço e no tempo - Contributos para a História das Instituições de Viana do Alentejo (séculos XIV-XX)*, Vale de Cambra, Caleidoscópio, 2015, p.66.

<sup>132</sup> SOUSA, D. António Caetano de, *Op. cit.*, p.333.

<sup>133</sup> LEAL, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho, *Op. cit.*, p.326.

<sup>134</sup> Pensamos que na ampla Igreja deste convento, desafectada do culto em 1834, poderá ter funcionado provisoriamente a primeira sala de teatro da Sociedade Vianense, entre 1839 e 1843, ano em que esta inaugurou a sua nova sede e teatro, na antiga Rua do Poço Novo.

para crianças desvalidas, esta última uma das primeiras do nosso País<sup>135</sup>. Essa função ainda hoje se mantém, embora sob a tutela de uma congregação religiosa feminina, as Irmãs Escravas da Eucaristia e da Mãe de Deus. Nos inícios do século XX a sua cerca foi cortada sensivelmente a meio para a construção do prolongamento da antiga Rua de S. Francisco, hoje Teófilo Braga. No trato nascente construiu o já aqui referido médico veterinário, agrónomo e filantropo António Isidoro de Sousa, filho do casal Sousa, o seu *chalet*.

Mas antes das fundações quinhentistas já a vila teria conhecido duas comunidades de cariz religioso, ainda que não regrantes. A primeira, de natureza eminentemente eremítica, foram os *homens da pobre vida*, movimento que, no Alentejo, se difundiu a partir de um grupo sediado na Serra de Ossa<sup>136</sup>. Em Viana sabemos que estiveram instalados nos ermos da serra de S. Vicente, numa zona que, ainda hoje, dá pelo nome de *Provenças*<sup>137</sup>. Deles apenas conhecemos um documento da Chancelaria de D. Duarte, datado de 1436, em que solicitam autorização ao monarca para escambar a propriedade onde então residiam, de nome *Zarco*, uma vez que a mesma era desprovida de água<sup>138</sup>. Recentemente, no âmbito dos trabalhos que temos vindo a referir da *Carta Arqueológica de Viana do Alentejo*, foi identificada uma estrutura nas cercanias da actual herdade das Provenças, que poderá estar relacionada com a presença ali daquele grupo eremita<sup>139</sup>. Não sabemos se a memória desses homens, seguramente ainda bastante viva nas primeiras décadas do século

---

<sup>135</sup> "Em Portugal, funcionam apenas 5 crèches, duas em Lisboa, uma no Porto, fundada em 1856, esta de Vianna [do Alentejo], fundada em 1866 e a da freguesia do Couto de Cucujães...", Cf. LEAL, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho, *Op. cit.*, p.327.

<sup>136</sup> CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de, *Op. cit.*, pp.91,92. Já no final da redacção desta dissertação tivemos acesso à tese de doutoramento de João Luís Inglês Fontes, intitulada *Da «Pobre Vida» à Congregação da Serra d'Ossa: Génese e Institucionalização de uma Experiência Eremítica (1366-1510)*, (FCSH da Universidade Nova de Lisboa, 2012), onde o ermitério de Viana do Alentejo é largamente referido.

<sup>137</sup> Termo que parece derivar do português arcaico *povre*, pobre. O topónimo *Provenças* designa os locais onde viviam os *homens da pobre vida*. A este respeito leia-se BEIRANTE, Maria Ângela, *Territórios do Sagrado - Crenças e Comportamentos na Idade Média em Portugal*, Lisboa, Edições Colibri, 2011, p.133.

<sup>138</sup> *Chancelarias Portuguesas: D. Duarte*, Vol. I, Tomo II, 1435-1438, Lisboa, Edição do Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova, 1998, item [1037], p.307. Essa propriedade seria outra que não as actuais *Provenças*, pois estas possuem água em abundância. O que poderá significar que a pretensão dos eremitas vianenses foi atendida e que, depois da venda do *Zarco*, se mudaram para este último lugar.

<sup>139</sup> Cf. GALAMBA, Ulrico, BAIÃO, Francisco, *Carta Arqueológica e Patrimonial de Viana do Alentejo*, 2021, Ficha VA-0121.

XVI, não terá influenciado a então jovem Brites Rodovalho na escolha da opção de vida que, bem nova, terá feito<sup>140</sup>.

A segunda comunidade não regante é de existência mais incerta. Apenas podemos deduzir a sua presença na vila através de três pequenas referências expressas no *Tombo dos Hospital de Nossa Senhora da Graça...*, produzido, recordemo-lo, por volta de 1534, onde se enumeram e descrevem, com as respectivas confrontações, os bens mais tarde integrados na Misericórdia local e que tinham pertencido à extinta Confraria dos Homens Bons Ovelheiros de Viana do Alentejo:

"E parte as ditas casas da parte do norte cõ casas e quyntal de luys pyz carpinteyro e da parte do levante parte o dito quintal cõ quintal **da braguinas** (...)"<sup>141</sup>

Tratar-se-ia de uma irmandade de mulheres *beguinas*<sup>142</sup>, que teriam vivido numas casas, ainda hoje existentes, da antiga *Rua da Chafurda*, hoje Rua João Chagas.

Certo é que, depois de ter possuído umas primeiras e provisórias instalações na Rua do Poço Novo - actual Rua António Isidoro de Sousa -, a pequena comunidade feminina Jerónima instalou-se nos terrenos do chamado Rossio da Fonte Coberta onde, em 1554<sup>143</sup>, tinha começado a ser construído o actual edifício. Os conventos femininos - mesmo quando a *Regra* assim o exigia - não podiam, atendendo à insegurança a que as religiosas ficariam expostas, isolar-se demasiado do mundo. A tendência seria a sua instalação em locais periurbanos, como foi o caso das vizinhas *bernardas* de Évora, onde o sítio de S. Bento de Cástris, afastado da urbe mas dela à vista, "correspondia também ao ideário de afastamento do mundo, (...) muito embora a relação com o burgo tivesse sido constante"<sup>144</sup>. No caso de Viana do Alentejo a escolha foram uns terrenos, até então aparentemente ocupados com hortejos, localizados na periferia setentrional da vila, a cerca de quatrocentos metros do seu

---

<sup>140</sup> FARRICA, Fátima, "Instituir um Mosteiro no Século XVI - A fundação do Mosteiro do Bom Jesus", *No Espaço e no tempo - Contributos para a História das Instituições de Viana do Alentejo (séculos XIV-XX)*, Vale de Cambra, Caleidoscópio, 2015, p.63.

<sup>141</sup> A.N.T.T., *Tombo do Hospital de Nossa Senhora da Graça de Viana do Alentejo*, PT/TT/FC/5/273. fl.11. O negrito é nosso.

<sup>142</sup> Depois dos actos piedosos, a principal missão das *beguinas* era cuidar dos enfermos. Não eram uma ordem religiosa pois não faziam votos solenes. Em Portugal as *beguinas* ainda existiam no reinado de D. Manuel, muito embora, nos seus tempos finais, fossem vistas como um movimento quase herético. Cf. "Beguinas", *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*", Vol. 4, Lisboa, Páginia Editora, 1998, p.419.

<sup>143</sup> SOUSA, D. António Caetano, *Op. cit.*, p.339.

<sup>144</sup> CONDE, Maria Antónia Marques Fialho Costa, *Cister a sul do Tejo - O mosteiro de S. Bento de Cástris e a congregação autónoma de Alcobaça (1567-1776)*, Lisboa, Edições Colibri, 2009, p.51.

centro e perto do cruzamento (ou *cruzeiro*) de estradas que então seguiam para Évora, Lisboa, Vila Nova da Baronia, Torrão e Alcáçovas (figuras 2.4 e 4.3).

Por volta de 1560 já as freiras ocupariam as instalações<sup>145</sup>. Segundo Túlio Espanca, as obras ter-se-ão feito "com certa rapidez, a julgar pelas verbas legadas e pelas esmolas do prelado eborense"<sup>146</sup>, o Cardeal D. Henrique. Sem pretendermos pôr em causa o valor e a dimensão da obra daquele erudito eborense, com o qual ainda tivemos a honra e o prazer de uma ou outra vez conversar, o certo é que nem sempre com ele estamos de acordo no que se refere à interpretação das fontes escritas e concomitante fixação do corpus historiográfico da vila de Viana do Alentejo. E este será um desses casos: decorrendo do acompanhamento arqueológico e do estudo crítico das fontes documentais, sabemos agora que as obras não se terão feito de um só fôlego e que, quando as religiosas para lá se mudaram, em 1560, até mesmo a zona mais antiga do complexo conventual estaria ainda muito longe de se dar por concluída.

A instalação das freiras Jerónimas nos terrenos do *Rossio da Fonte Coberta* não terá sido, como já atrás tínhamos referido, isenta de percalços, com a oposição da população e da edilidade vianense à ocupação daqueles terrenos. A sua aquisição apenas foi conseguida pela intermediação de D. Isabel (filha de D. Jaime, Duque de Bragança e viúva do infante D. Duarte, filho de D. Manuel I) junto de D. João III, e deste junto da Câmara de Viana do Alentejo:

"A sua protecção [de D. Isabel] deveo vencer todas as opposições dos naturaes da terra, alcançando delRey D. Joaõ o III, seu cunhado, licença para a Fundação, e tambem de obrigar a que lhe vendessem as terras precisas à delineação do Mosteiro."<sup>147</sup>

De facto, as religiosas acabaram por ter, ao longo dos séculos, uma relação algo atribulada com o povo da Vila, que não lhes terá perdoado o facto de terem ocupado, a seu ver abusivamente, um dos mais férteis quinhões de terra dos subúrbios da vila. Essa relação haveria ainda de piorar quando, mais tarde, as freiras lograram alcançar que fossem canalizadas para o Convento parte das águas de uma das principais nascentes do povoado.

---

<sup>145</sup> LEAL, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho, *Op. cit.*, p.325.

<sup>146</sup> ESPANCA, Túlio, *Op. cit.*, p.427.

<sup>147</sup> SOUSA, D. António Caetano, *Op. cit.*, p.339.

Entregue às Capelas de D. Afonso IV e de D. Beatriz, instituídas na Sé de Lisboa em meados do século XIV, Viana do Alentejo era uma terra da Coroa<sup>148</sup>, mas também da Igreja. Num estudo sobre a concentração eclesiástica na Estremadura e no Entre Tejo e Guadiana para o período compreendido entre 1527 e 1532 (que se pode considerar imediatamente anterior à fundação do Convento hieronimita), a vila, então com trezentos e setenta e um fogos, possuía dezanove clérigos, num rácio de 19,53 fogos por clérigo<sup>149</sup>.

#### 4.4. A vida no Convento

Contemplativa e de clausura, conduzia-se a comunidade Jerónima vianense pela rigorosa *Regra* de Santo Agostinho<sup>150</sup>, uma espécie de *constituição* que regia a vida interna do cenóbio e o comportamento das monjas. Num tempo em que o Concílio de Trento procurou combater as práticas desviantes de uma parte do rebanho católico, assumiram-se também os conventos hieronimitas como paradigmas da boa conduta, locais moralmente prestigiados onde, por vezes, os prevaricadores e prevaricadoras de outras congregações menos cumpridoras iam expiar as suas culpas<sup>151</sup>.

---

<sup>148</sup> "A cidade [de Évora] e quatro vilas da comarca, Canal, Estremoz, Montemor-o-Novo, Viana do Alentejo eram da Coroa. Aguiar e Alcáçovas do barão de Alvito..." Cf. COELHO, António Borges, *História de Portugal - Portugal na Europa das Luzes*, Lisboa, Editorial Caminho, 2022, p.98.

<sup>149</sup> FONSECA, Fernando Taveiro da, "Demografia Eclesiástica", in *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (direcção de Carlos Moreira Azevedo), vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p.55.

<sup>150</sup> De facto, "a chamada regra de Santo Agostinho não é mais do que um pequeno conjunto de princípios muito gerais, consignados em sete capítulos (...) Assim, a par da Regra, nasceram os Estatutos ou Constituições. Por elas se regulava o governo da Ordem (...)" Cf. SANTOS, Cândido dos, *Os Jerónimos em Portugal - Das origens aos fins do Século XVII*, Porto, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1996, pp.20, 21

<sup>151</sup> Para o ilustrar não resistimos em reproduzir um extracto de um rol de delitos redigidos pela Inquisição de Évora, por volta de 1620, transcritos e publicados em 1928 pelo académico Mendes dos Remédios:

"LIBELLOS E PROCESSOS DE TODO O GENERO DE DELICTOS DE QUE SE CONHECE NESTA INQ.AM PERA SE PODEREM POR ELLES FAZER OUTROS E PROCESSAR E JULGAR OS CASOS SEMELHANTES

LVIII – Dos que não crem que N. S.or Jesu Xp.º está no S.mo Sacram.to da Eucharistia

190 - Izabel Goes, freira professa de S. Monica desta cidade de Evora no ano de 1571. A qual quando comungava tirava de boca o S.mo Sacra.to e o metia atado em hü lenço nos peitos...\*

Confessou seus erros por hü escrito que mandou á Mesa desta Inq.am de Evora; foi-lhe tomar sua confissão judicialm.te ao dito mosteiro o Inq.or Jer.º de Sousa, a qual foi vista e sentenciada nesta Inq.am. Foi-lhe lida sua sentença no mesmo mostrº diante do mesmo Inq.or e Notº e do

Os hieronimitas distinguiram-se em vários domínios do saber. Os seus elementos eram geralmente indivíduos bastante cultos, dotados do domínio de línguas estrangeiras<sup>152</sup> - sobretudo das chamadas *línguas mortas* -, e muito empenhados no estudo dos textos sagrados. Em Portugal, para além das treze casas fundadas, doze masculinas e uma feminina, a congregação possuiu ainda o Colégio de S. Jerónimo, em Coimbra, fundado em 1549 sob a protecção de D. João III<sup>153</sup>.

A erudição jerónima permitiu que os seus frades fossem, com frequência, cooptados como conselheiros, confessores e directores espirituais das elites. Tal foi o caso de Frei Miguel de Valença, confessor da rainha D. Catarina, mulher de D. João III, e também do infante D. Duarte e da sua mulher, D. Isabel, esta última a *inspiradora* da filiação hieronimita da comunidade vianense<sup>154</sup>. A importância e prestígio dos frades Jerónimos foi tal, sobretudo no virar do século XV para o XVI, que as duas monarquias ibéricas instituíram os seus panteões em mosteiros seus, Portugal em Santa Maria de Belém, Espanha no Real Sítio de S. Lourenço do Escorial.

Mas era a música o principal predicado artístico da congregação hieronimita. No reinado de D. José as freiras vianenses chegaram mesmo a possuir, para entretenimento de residentes e convidados, um *afamado quarteto de instrumentos de cordas*, ao que parece oferecido por uma Duquesa de Cadaval<sup>155</sup>. De tal forma a música era importante no quotidiano das Jerónimas vianenses que o cenóbio acedia, por vezes, em prescindir do dote de determinada candidata a freira quando esta possuía especiais predicados para esta função:

"Tãobem se me zelou que alguãs religiosas que entrãrão neste convento sem mais dote que as suas vozes, ou instrumentos, São omissas em ensinarem as outras Religiosas, que para melhor louvarem a Deos querem aprender a cantar ou a tanger, esquecendo-se que todo o bem naturalmente apetece o comunicarse. pello que, attendendo ao maior culto que se pode dar a Deos, havendo no Convento mais muzicas e instrumentos sem (?) a utilidade que o

---

Arcebp<sup>o</sup> desta cidade e abjurou em forma. **Foi mandada mudar... p<sup>a</sup> o Mostr.<sup>o</sup> de Viana deste Alentejo que he de Jeronimas...**"

Mendes dos Remédios introduziu ainda uma nota de rodapé em \*:

"Adivinhe o leitor o que a fria impassibilidade dum esbirro pode escrever, mas que a nossa pena se recusa a reproduzir."

Cf. REMÉDIOS, Mendes dos, *Os Judeus em Portugal*, II volume, Coimbra, Coimbra Editora, 1928, pp.35,36. O negrito é nosso.

<sup>152</sup> Recordemos que S. Jerónimo é o padroeiro dos tradutores.

<sup>153</sup> CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de, *Op. cit.*, p.102.

<sup>154</sup> FARRICA, Fátima, *Op. cit.*, pp.67,68.

<sup>155</sup> ESPANCA, Túlio, *Op. cit.*, p.434.

mesmo pode ter. Mando de baixo de preceito formal, que as sobreditas Religiosas ensinem as freiras professoras, que entenderem poderão aproveitar o Canto, e instrumentos muzicos, para o que lhes assignarã a Reverenda Madre Priora dias e horas, em que o possam fazer comodamente."<sup>156</sup>

Convento de vida relativamente folgada e proprietário rural com alguma expressão, o seu património fundacional, descrito em documento datado de 1553<sup>157</sup>, era constituído por rendas provenientes de diversas herdades localizadas no termo do concelho e fora deste - normalmente pagas em moios de cereal -, por olivais, courelas, vinhas e por casas na vila. Também faziam parte desse património cabeças de gado e dinheiro<sup>158</sup>.

A Casa foi, numa determinada altura, estância de vilegiatura do alto clero eborense, talvez atraído a Viana pelos bons ares da terra, pelas curativas e abundantes águas que existiam nas suas proximidades<sup>159</sup>e, provavelmente, pela doce gastronomia conventual<sup>160</sup>. Em Maio de 1804, aquando da segunda consagração do novo Santuário de Nossa Senhora de Aires, aqui se acomodou o arcebispo de Évora,

---

<sup>156</sup> A.N.T.T., Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo (1603-1889), *Livro de Actas das Visitas do Senhor Cônego Manuel Guerreiro de Brito ao Mosteiro*, PT-TT-MBJVA-L02, 1726-1766, fl.8. Esta facilidade concedida à entrada de mulheres especialmente dotadas para a música também foi registada no mosteiro cisterciense de S. Bento de Cástris, em Évora, cujos contractos de dote e respectivos montantes eram "geralmente inferiores à média praticada, ou mesmo inexistentes, para as candidatas que manifestavam apetência para a música e/ou para o canto, dada a necessidade do mosteiro de ter religiosas capazes nessas áreas." Cf. CONDE, Antónia Fialho, LALANDA, Margarida Sá Nogueira, *Op. cit.*, p.131.

<sup>157</sup> FARRICA, Fátima, *Op. cit.*, pp.71 e seguintes.

<sup>158</sup> Num livro de receitas de 1760 identificámos foros de trigo, cevada e centeio impostos em 85 herdades e courelas, a maioria delas no termo do antigo concelho de Viana do Alentejo, mas também nos termos de Alcáçovas, Aguiar, Évora, Oriola, Portel, Torrão, Alvito, Beja, Beringel, Ferreira do Alentejo, Aljustrel, Serpa, Moura, Vidigueira, Vila Alva e Alcácer do Sal. Cf. B.P.E., Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo, *Livro 20*, 1759-1765, fls.1 a 47v.

<sup>159</sup> Recordemos as águas medicinais das *termas da Casqueira e da Ganhoteira*, nas proximidades de S. Bartolomeu do Outeiro e a não mais de uma légua, pelos caminhos antigos, da vila de Viana, que funcionaram até meados do século passado. Também de valor curativo eram as águas de uma nascente nas proximidades da vila, no Monte dos Touros, como nos dão conta as Memórias Paroquiais de 1758: "Ha nesta villa muntas fontez de agoaz excellentez, maz a que esta no termo da mesma em a herdade do Monte dos Touros, tem especial virtudez porque para diarriaz, he prezentaneo remedio...". Cf. FARRICA, Fátima, *Viana do Alentejo, Alcáçovas e Aguiar nas Memórias Paroquiais de 1758*, Vale de Cambra, Caleidoscópio, 2021, p.45.

<sup>160</sup> Ainda hoje uma família local guarda ciosamente algumas receitas de doces, supostamente provenientes do Convento nos finais do século XIX através de um dos seus antepassados, o Padre João António de Carvalho (1833-1903), mais conhecido na vila por *Padre Reta*, um dos derradeiros capelães da casa. Num assentamento dos gastos em farinha de trigo, para o ano de 1759, é referida, entre muitos outros gastos, a que se usou "Com os Bollos de mel de N. P. Sette - @(arrobas)" ou "Com os Bollos brancos da mesma festividade - Quatro @". Cf. B.P.E., Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo, *Livro 20*, 1759-1765, fl.1 e 1v.

D. Frei Manuel do Cenáculo. Outros prelados eborenses já por cá tinham passado, sobretudo durante as *Visitações*<sup>161</sup>.

Contrariamente ao que se poderia supor, no apogeu da sua existência o dia a dia do convento seria muito complexo e, por vezes, muito conflituoso. Pensemos que em determinados momentos terão vivido dentro das paredes do Convento do Bom Jesus de Viana do Alentejo mais de setenta mulheres, entre religiosas claustrais de véu negro e véu branco, educandas, criadas da casa ou particulares, senhoras recolhidas e mesmo, por vezes, crianças do sexo feminino. Túlio Espanca refere que o cenóbio hieronimita vianense nunca teria sido habitado por mais de quarenta e quatro monjas<sup>162</sup>. Contudo, um artigo da *Visitação* efectuada em 1742 pelo cónego Manuel Guerreiro de Brito, alerta a Madre Priora para o facto de ter de diminuir o número de freiras, até atingir o número de cinquenta, número que achava adequado para a casa, atendendo aos recursos que esta possuía e que aquele tinha antecipadamente inventariado:

"Examinando nos com muita circunspeção as rendas do Convento achamos que elle de presente so as tem para poder sustentar com a moderação que temos determinado sincoenta Religiosas assim de veo preto como de veo branco mas nunca as de veo branco poderão ser mais de duas. e dêz moças para serviço das officinas; este he o numero que lhe definimos assim de Religiosas como de mossas. E mandamos a Reverenda Madre Priora que he e futuras em virtude de Santa obediência e sob pena de suspensão de seo officio por seis mezes, que não faça nem possa fazer ajustes ou convenções com pessoa alguma para entrar Religiosa no Convento enquanto o número das Religiosas não estiver reduzido ao de sincoenta."<sup>163</sup>

Na senda das considerações do cónego eborense, que talvez conhecesse pessoalmente, D. António Caetano de Souza refere, dois anos mais tarde - em 1744 -, que "He a sua lotaçã de sessenta Religiosas."<sup>164</sup>

Se uma parte substancial dos rendimentos eram recebidos em espécie, sobretudo os dos bens fundiários, no Convento entravam também réditos em

---

<sup>161</sup> Tais foram os casos de D. Teotónio de Bragança, arcebispo de Évora entre 1578 e 1602, ou ainda do já referido D. Frei Miguel de Távora, arcebispo entre 1751 e 1759. Eles mesmos *visitadores* da Casa em 1594 e 1742, respectivamente.

<sup>162</sup> ESPANCA, Túlio, *Op. cit.*, p.428.

<sup>163</sup> A.N.T.T., Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo (1603-1889), *Livro de Actas das Visitas do Senhor Cónego Manuel Guerreiro de Brito ao Mosteiro*, PT-TT-MBJVA-L02, 1726-1766, fl.22.

<sup>164</sup> SOUSA, D. António Caetano, *Op. cit.*, p.339.

numerário, principalmente os provenientes dos dotes, propinas e outras alcavalas das noviças. Dinheiro que era preciso administrar com sageza e parcimónia, sendo o seu empréstimo a juros o modelo preferido<sup>165</sup>. No entanto era preciso escolher os contratantes, uma vez que os *grandes e poderosos* nem sempre cumpriam o que com eles era contratado:

"Mandamos á Reverenda Madre Abbadeça, conformando-Nos com o que no Livro 1º das Actas se determina folha 24. n.º 11 que daqui por diante nunca faça arrendamentos, ou forais sem expressa Licença do Prelado, dada em escripto, e nunca a Pessoas grandes ou poderozas, mas somente áquellas, e daquelle modo, que no mesmo n.º 11 se determina..."<sup>166</sup>

Para além da assistência ao coro, nem sempre escrupulosamente cumprida pelas monjas, estas tinham ainda de assegurar o funcionamento dos diversos *ofícios*, isto é, das variadas tarefas de que dependia o bom funcionamento da casa. Os *ofícios superiores* - *Madre Priora*<sup>167</sup>, *Madre Mestra das Noviças*, *Madre Vigária* - eram normalmente de natureza electiva; os restantes, mais práticos, iam rodando entre todas as religiosas, sendo que alguns só podiam ser exercidos pelas mais velhas. Tínhamos assim, entre outros, os *ofícios de Madres Cerqueiras*, encarregues de zelar pelo acesso e exploração dos terrenos das cercas, de *Madres Porteiras*, incumbidas de controlar o funcionamento da portaria, ou de *Madres Escutas*, escolhidas normalmente entre as freiras mais velhas, tendo como função assistir às conversas nas grades quando os interlocutores não eram familiares directos das religiosas:

"Nas grades assistirão sempre as escutas conforme ordena o grande Patriarcha S. Geronimo, cujas palavras são as seguintes: = Mandovos que nenhuma Religiosa de vossa Santa Companhia se atreva a fallar com algum homem secular, sem estar diante alguas das irmãs, especialmente a Prelada, porque

---

<sup>165</sup> Cf. CONDE, Maria Antónia Marques Fialho Costa, *Op. cit.*, p.499.

<sup>166</sup> A.N.T.T., Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo (1603-1889), *Livro de Actas das Visitas ao Mosteiro*, PT-TT-MBJVA-L03, 1769-1822, fls. 22v-23. Um assentamento de despesa de Abril de 1777 refere a "Desp[esa]: Com os custos q' se fizeraõ em Lx.ª p.ª se cobrar o juro q' paga o Marquês do Pombal trezentos e trinta reis" Cf. B.P.E., Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo, *Livro 5*, 1775-1778, fls.156 e 156v. Em 1872 as quatro freiras que ainda viviam na Casa instituíram procurador o padre João António Martins Moron para tentar reaver, em Évora, o dinheiro que haviam emprestado a António de Sousa Faria e Melo. Cf. ESPANCA, Túlio, *Op. cit.*, p.428.

<sup>167</sup> É raro, na documentação por nós consultada, aparecer a designação de *madre Abadessa* como ofício máximo da casa, como sucedia, por exemplo, na congregação cisterciense de S. Bento de Cástris, em Évora.

sem duvida algũa semelhantes conversaçoes costumão gerar mãos pensamentos (...)"<sup>168</sup>

Os textos das Visitações também nos permitem enxergar a dieta das freiras, nos seus aspectos qualitativos e quantitativos, intrinsecamente ligada aos recursos alimentares decorrentes dos rendimentos, em dinheiro ou em géneros, dos bens fundiários e direitos possuídos pela congregação. Um artigo da Visitação de 1742 admoesta as religiosas para os gastos que fazem na compra de trigo, "porque tendo o Convento de renda mais de quarenta e quatro moyos ainda esse lhe não chega quando poderia sobejarlhe."<sup>169</sup>

Os comportamentos individuais e colectivos eram também objecto de controlo do visitador, que estabelecia penas para as prevaricadoras e, também, para as titulares dos ofícios que não fizessem cumprir o que estava determinado. Muitas vezes a sanção era a inibição de *voz activa e passiva*, isto é, da capacidade de elegerem e serem eleitas. Para as recalcitrantes existiam, no entanto, penas mais pesadas, como a do cárcere:

"E toda a religiosa que for achada nas mesmas [grades] sem licença da Prelada ao depois de dadas as Ave Marias, será privada por tempo de dous mezes de tornar às grades e nos mesmos jejuará todas as Sextas feiras a pão e agoa e irá dizer a culpa ao refeitorio; Se alguã não quizer cumprir esta penitencia a Reverenda Madre Priora a recolherá no carcere, e dará conta ao Prelado com toda a individuação para prover de remedio."<sup>170</sup>

Apesar do rigor da clausura as monjas hieronimitas interagem, por vezes, com a vida colectiva da vila. Em Janeiro de 1873, a pedido da Câmara Municipal, as religiosas acedem em manter aceso, às suas custas e *nas noites em que não houver luar*, um candeeiro para iluminação pública, a azeite, colocado na fachada principal do seu prédio<sup>171</sup>.

---

<sup>168</sup> A.N.T.T., Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo (1603-1889), *Livro de Actas das Visitas do Senhor Cónego Manuel Guerreiro de Brito ao Mosteiro*, PT-TT-MBJVA-L02, 1726-1766, fl.6, 6v.

<sup>169</sup> Idem, fl.19v. É difícil definir-se a equivalência do *moio* nos sistemas decimais actualmente em uso. Segundo o artigo "Pesos e Medidas" do *Dicionário da História de Portugal*, caso se tratasse de medida de capacidade - e os cereais podem medir-se como tal -, o moio equivaleria a cerca de 360 litros. Mas se for medida de peso, que também se pode aplicar ao trigo, teríamos então o "moio pequeno" com cerca de 250 Kg, e o moio grande com perto de uma tonelada.

<sup>170</sup> Idem, fl.6.

<sup>171</sup> A.H.C.M.V.A., *Livro de Actas das Vereações de 1873*, Sessão de 5 de Janeiro.

Também os acontecimentos externos são, por vezes, referidos nos livros do Cartório do Convento. No assento de óbito da Madre Rita Custódia do Sacramento, pode ler-se:

“276 - Faleceu a Madre Rita Custodia do Sacramento Sabado de Ramos as 6 horas da tarde 8 de Abril de 1808 foi natural de Vila Nova da Baronia de idade de 81 [?] anos. Muito perfeita religiosa e os seus confessores acharão sempre com a graça batismal (...).Veio muito Menina para a Religião por isso lhe tinha tanto afecto. Por mais d hum anno pedia sempre a Nosso Senhor com muitas Lagrimas a levase **antes que nos visemos em necessidade de sahir do Mosteiro por cauza dos insultos dos Francezes**. Por isto se alegrava de morrer antes que chegase esse tempo, prometendo pedir muito a Deus quando se vise na Sua presença nos livrase deles, e de todo o mal.”<sup>172</sup>

#### 4.5. A relação das monjas Jerónimas vianenses com outros conventos

Na documentação consultada são quase inexistentes os indícios de contactos da comunidade hieronimita vianense com outras ordens religiosas, incluindo mesmo a sua. Ao contrário do que sucedia, por exemplo, com as monjas de S. Bento de Cástris, de Évora, que estavam subordinadas, na figura do Abade de Alcobaça, à autoridade do ramo masculino da sua Congregação - perante quem respondiam, no temporal e no espiritual<sup>173</sup>-, as freiras jerónimas não tinham qualquer relação de dependência hierárquica com a congregação homónima masculina, representada na região pelo Mosteiro de Nossa Senhora do Espinheiro, de Évora, nem tão pouco com a Casa-mãe, sediada em Santa Maria de Belém. A sua tutela e obediência, desde os primórdios da sua fundação, era devida ao arcebispado (ou *mitra*) eborense, que regularmente as mandava auditar ou *visitar*<sup>174</sup>. Pela leitura da documentação depositada na *Livraria* do Convento ficamos a saber, contudo, que algumas vezes as

---

<sup>172</sup> A.N.T.T., Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo (1603-1889), *Livro de Assento de Religiosas e Moças Defuntas*, PT-TT-MBJVA-L01, fl.58. O negrito é nosso.

<sup>173</sup> "A primeira alusão directa de sujeição de S. Bento de Cástris à Ordem de Cister e à sua relação oficial com a figura do Abade da abadia masculina mais próxima, Alcobaça, data de 1275, embora a sua organização como comunidade monástica tivesse começado anteriormente." Cf. CONDE, *Op. cit.*, p.47.

<sup>174</sup> "A comunidade, da Regra de Santo Agostinho, integrou-se na Ordem Hieronimita, da qual foi única do sexo feminino em Portugal e submetendo-se às constituições do Mosteiro de S. Jerónimo de Lupiana, de Toledo, embora sujeitas à Mitra Eborense."Cf. ESPANCA, Túlio, *Op. cit.*, p.427.

religiosas vianenses terão ensaiado estabelecer comunicação epistolar ou outra com os seus irmãos jerónimos, o que a tutela arcebispal reprimia:

"Porque este mosteiro esta á obediência do ordinario desde o principio e nunca esteue sojeito a religiosos d alguma ordem e os padres de S. Jeronymo não tem religiosas a sua obediência nem as querem ter e hão começado algumas conversações nesta casa com alguns particulares da dita ordem de S. Jeronymo que pellas resões sobreditas se pode entender que buscão ocasiões pera se entreter com algumas inquietas em ociosidades dando lhe a entender que hão de ser de sua obediência como ia enganarão em tempos passados a outras tãobem inquietas. Não sabendo que por nenhuma uia se podem tirar do poder do ordinario, ainda que senhores e outros façam todas s diligencias que puderem sem o ordinario ser citado e ouuido. Por tirar occasiões destas inquietações mandamos so pena d escomunhão maior a Madre Prioressa e a cada huma das outras madres que nenhuma dellas assi a Prioressa como as outras falle a nenhum religioso da ordem de S. Jeronymo nem de nenhuma outra ordem se não forem enuiados por nos nem lhe escreuão nem recebem cartas se não forem de seus confessores sem nossa expressa licença dada em scriptis assinada por nos mesmos. Tirando o Padre Frej Simão da Luz nosso confessor por auer sido seu uisitador tanto tempo"<sup>175</sup>.

Por volta de 1759 e aproveitando um certo relaxamento no controlo exercido pela Mitra eborense - uma vez que nesse ano tinha falecido o arcebispo D. Frei Miguel de Sousa<sup>176</sup>, ficando durante alguns meses a arquidiocese em *sede vacante* -, as freiras tiveram comunicação com um desses conventos masculinos, do qual receberam um extenso *manual de procedimentos*, sob a forma de manuscrito<sup>177</sup>. Nele descrevem os frades, minuciosamente, o protocolo de uma série de actos religiosos, a maior parte deles a serem realizados no coro alto, sugerindo a sua adopção pelas suas irmãs vianenses:

---

<sup>175</sup> B.P.E., Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo (1522-1910), *Visitação feita a 7 de Dezembro de 1594 ao Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo, pelo arcebispo de Évora D. Teotónio de Bragança*, 1494, fl.2v. Transcrição de Fátima Farrica.

<sup>176</sup> Trata-se de D. Frei Miguel de Távora, Arcebispo de Évora entre 1741 e 1759. Os dramáticos acontecimentos que entre 1758 e 1759 envolveram a sua família obrigaram-no a alterar, no final da sua vida, o seu apelido para Sousa. Cf. "TAVORA, D. Frei Miguel", *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Vol.30, Lisboa, Página Editora, 1998.

<sup>177</sup> A.N.T.T., Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo (1603-1889), *Livro de Procedimentos de Noviças*, PT/TT/MBJVA/L11, s.d. Não sabemos porque foi este livro classificado sob este título, uma vez que o seu conteúdo em nada com ele se relaciona.

"Eu não sei se o seo Coro tem duas ordens de Cadeiras de cada parte, altas, e bachas como o noso; se tem duas ordens, e a Cadeira da Ebdomada he na ordem de sima, não deve aqui Celebrar a que toma a Carpa; mas se tem só a ordem de bacho, então sim: Celebre a paramentada na Cadeira do Coro, onde sempre nelle deve pôr huma almofada por distinção do paramento."<sup>178</sup>

Acreditamos que este documento não teria origem no vizinho convento do Espinheiro, de Évora, uma vez que este apenas tem, no coro alto, uma única fila no seu cadeiral. Sabendo nós que, por esse tempo, o convento vianense possuía um elevado número de freiras oriundas de Lisboa<sup>179</sup>, onde mantinham família e relacionamentos, pode supor-se a origem desse manual de procedimentos no Mosteiro de Santa Maria de Belém, cujo cadeiral possui, efectivamente, duas ordens de assentos. Antecipando a resistência que as *inovações* sugeridas poderiam produzir junto do arcebispado eborense, o monge hieronimita presta-se a fornecer alguns argumentos às suas irmãs:

"Todos os Mosteiros tem seos costumes proprios, que sendo bem fundados, nem o Cerimonial dos Bispos os prohihe, nem os Decretos da Congregação de Ritos os reprovão; pelo que, tudo o que for Louvavel, e Santo, e para maior perfeição, o devem conservar."<sup>180</sup>

De facto, logo em 3 de Fevereiro de 1760 e no âmbito de uma visitaçãõ mandada fazer já pelo novo prelado eborense, D. João Cosme da Cunha, as monjas são veementemente repreendidas:

"Achey que depois da morte do sobre ditto Ex.mo Prellado [o arcebispo D. Frei Miguel de Sousa] se inovarão algumas couzas tanto no temporal como no espiritoal praticando as Relligiozas novos ritos e seremonias introdozidas por Sertos Religiozos de São Jeronimo; e porque no temporal ja dey a devida providencia, mando em virtude da Santa obediencia que se não altere couza alguma antes se conservem todas no mesmo estado em que as deychou aquelle Santo(?) e imitavel Prelado e a bem do preceyto da Santa obediencia a

---

<sup>178</sup> A.N.T.T., *Livro de Procedimentos de Noviças*, PT/TT/MBJVA/L11, s.d., fls.11v, 12.

<sup>179</sup> Num pequeno trabalho de grupo em que participámos aquando da nossa licenciatura na Universidade de Évora, para a Unidade Curricular de "Portugal Moderno II", tivemos oportunidade de, a partir de dois livros de *Profissões* das religiosas Jerónimas vianenses depositados na Biblioteca Pública de Évora, estabelecer a origem geográfica de algumas das monjas presentes no convento jerónimo vianense ao longo, precisamente, do século XVIII. De Lisboa contámos vinte e quatro freiras, o maior grupo, logo seguido de Viana do Alentejo, com catorze.

<sup>180</sup> A.N.T.T., Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo (1603-1889), *Livro de Procedimentos de Noviças*, PT/TT/MBJVA/L11, s.d., fl.3v.

Reverenda Madre Prioressa sob pena de privação do seo officio por tempo de seis mezes fação observar sem novidade as seremonias e rittos do coro e officios Divinos na mesma forma que se praticarão sempre neste convento."<sup>181</sup>

Parece, no entanto, que as freiras vianenses terão porfiado no seu intento de manter algum relacionamento afectivo com os seus irmãos jerónimos, como se depreende de um curioso assentamento de despesa de Dezembro de 1776:

"Desp[esa]: Em hum mimo que se mandou aos Religiozos do Espinheyro em recompensa das folhas de roza que todos os annos mandaõ p.<sup>a</sup> este Most.<sup>o</sup> emportou em doues mil noventa e sinco reis."<sup>182</sup>

#### **4.6. O diabo à solta: o declínio a partir da revolução liberal de 1820<sup>183</sup>**

O declínio do Convento do Bom Jesus de Viana do Alentejo chegou com o século XIX, pelas mãos da legislação liberal de Mouzinho da Silveira que, em 1834, mandou fechar os conventos masculinos e protelar, até à data da morte da última freira, o encerramento dos conventos femininos<sup>184</sup>. Assim e à data da morte da última prioressa, Maria Miquelina de Vasconcelos, ocorrida em 4 de Janeiro de 1902<sup>185</sup>, a Casa foi encerrada e parte dos seus bens móveis vendidos em hasta pública. Antes dela foi feita uma triagem pelo Estado, sendo destinadas algumas das melhores peças

---

<sup>181</sup> A.N.T.T., Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo (1603-1889), *Livro de Actas das Visitas do Senhor Cônego Manuel Guerreiro de Brito do Mosteiro*, PT/TT/MBJVA/L02, 1726-1766, fl.38v.

<sup>182</sup> B.P.E., Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo, *Livro 5*, 1775-1778, fl.137v.

<sup>183</sup> João Francisco de Barbosa Aires de Campos, mais conhecido por João Ameal - jornalista, político e historiador conhecido pelas suas ideias conservadoras -, tituló assim o capítulo da sua *História de Portugal* dedicado à Revolução Liberal de 1820, alusão ao dia em eclodiu, 24 de Agosto, dia de S. Bartolomeu, do qual diz a tradição popular ser o dia em que o diabo se liberta e sai à rua por volta do meio-dia. AMEAL, João, *História de Portugal*, Porto, Livraria Tavares Martins, 1968, p.555.

<sup>184</sup> "Em Lisboa, frades e monges, incluindo os «velhos» e «doentes», foram postos fora dos conventos em «poucas horas», e condenados a «andar errantes pelas ruas da cidade, pelas praças e pelos bosques e charnecas, sem saber onde poderiam achar um asilo». Só as freiras puderam continuar nos seus conventos, fechados a noviças e destinados à extinção com a morte das últimas moradoras." Cf. RAMOS, Rui (coord.), *História de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2010, p.494.

<sup>185</sup> Maria Miquelina de Vasconcelos, natural da Vidigueira, faleceu com 91 anos de idade. Tendo nascido por volta de 1810, em 1834, com 24 anos, já seria freira professa. A.D.E., *Obitos - Freguezia de Vianna do Alentejo, 1902*, fl.1.

de mobiliário, tapeçarias, jóias e paramentaria ao Museu Nacional de Belas Artes<sup>186</sup>, os livros e demais documentação à Torre do Tombo, à Biblioteca Pública de Évora e à Inspeção Geral das Bibliotecas. Alguns outros artefactos foram entregues à Mitra eborense e às paróquias de Viana e de Alcáçovas, esta última contemplada, por exemplo, com um curiosíssimo conjunto de leões ceroférários - alusão ao leão de S. Jerónimo? -, que ainda hoje podem ser observados na capela dos Henriques de Trastâmara, na Igreja Matriz do Salvador (figura 4.4)<sup>187</sup>.

Alguns dias após o encerramento, a Misericórdia local manifestou o seu interesse em que o Estado lhe cedesse o edifício, pelo que pediu o apoio da municipalidade para alcançar esse intento. Ainda nesse mês de Janeiro de 1902 a Câmara Municipal de Viana deliberou:

"Dirigir uma representação a Sua Magestade, corroborando o pedido feito pela Santa Caza da Mizericordia d'esta villa, afim de ser cedido a esta o edificio, igreja e cerca do extincto Convento do Bom Jesus podendo, n'aquella conformidade, a Camara e Mizericordia, de commum accordo, estabeler no referido edificio não só a Mizericordia e Hospital, como tambem qualquer outro estabelecimento de geral utilidade local."<sup>188</sup>

Diligência sem sucesso, estamos em crer, pois apenas por decreto do dia 1 de Junho de 1911, já no regime republicano, o edifício e seus anexos foram cedidos graciosamente à Misericórdia de Viana do Alentejo com o propósito de ali fazer instalar um hospital e asilo de lázaros. Ainda nesse mesmo mês de Junho a Câmara oficiou à Misericórdia a "perguntar se pode dispensar no Convento que ultimamente lhe foi cedido alojamento para o posto da Guarda Nacional Republicana"<sup>189</sup>. Por essa altura alguns vianenses terão acalentado a esperança do desafectado complexo monástico poder a vir a albergar, para além da Misericórdia, os vários serviços públicos existentes na vila, Câmara, Registo Civil, Finanças, Tribunal, G.N.R., Cadeia, etc., criando naquela zona uma nova centralidade urbana que seria embelezada com o

---

<sup>186</sup> ACMF, *Relação de Peças dos Conventos Extintos*, PT/MNAA/AJF/APF-MNAA-M/003/00001/000021, Documento 28, 1886-1903. Este museu é hoje o Museu Nacional de Arte Antiga.

<sup>187</sup> No "*Termo de entrega à Auctoridade ecclesiastica dos objectos de uso do culto do supprimido Convento do Bom Jesus de Vianna do Alemtejo*", de 12 de Abril de 1902, o item número 25 descreve "Quatro tocheiros em forma de leão". Cf. B.P.E., Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo, *Livro 122*, 1550-1902, Peça n.º 5.

<sup>188</sup> A.H.C.M.V.A., *Livro de Actas das Vereações de 1902*, Sessão de 16 de Janeiro.

<sup>189</sup> A.H.C.M.V.A., *Livro de Actas das Sessões da Comissão Municipal Republicana de Viana do Alentejo, 1910-1913*, Sessão de 26 de Junho de 1911, fl.18. Desconhecemos a resposta da Misericórdia, que não deve ter sido positiva uma vez que a novel força de segurança acabou por se instalar, meses depois, numas casas da antiga Rua do Espírito Santo pertencentes a Manuel Félix da Rocha, na altura a viver em Mora.

arranjo do fronteiro *Rossio das Freiras*. Sabemos que essa aspiração esteve na ordem do dia de alguns habitantes da vila, pelo menos por mais duas vezes: logo após a Segunda Grande Guerra<sup>190</sup> e a última, por altura do 25 de Abril de 1974.

Talvez pela sua exagerada dimensão e porque parte do imóvel já anunciasse eminente ruína, certo é que no ano seguinte já a Santa Casa da Misericórdia de Viana do Alentejo tentava desfazer-se dele. Assim, em Março de 1912, vamos encontrá-la a oficial à Câmara Municipal para que esta a apoie "numa representação que [a] corporação vae dirigir ao Snr. Ministro das Finanças, pedindo-lhe auctorização para vender o antigo convento do Bom Jesus que lhe foi cedido e aplicar o producto da venda à ampliação do seu [antigo] hospital." <sup>191</sup>

Apenas no dia 13 de Junho de 1916 a Misericórdia de Viana obteve, do Ministério das Finanças, a autorização solicitada em 1912. De assinalar que no dia anterior tinha tomado posse, como titular daquela pasta, o Dr. António José de Almeida que, em Viana do Alentejo tinha um grande amigo, António José Direitinho<sup>192</sup>. Naquela altura vereador da Câmara, não é de descartar a hipótese de ter havido algum empenho deste último para que a venda se concretizasse. Assim, no leilão efectuado em 6 de Maio de 1917, o edifício acabou vendido por 3.030\$000 ao então chefe da estação de caminhos de ferro de Viana do Alentejo - e também vereador municipal -, Elias Balesteros, natural de Évora Monte mas de ascendência espanhola.

---

<sup>190</sup> O primeiro projecto de construção do vizinho Cine Teatro Vianense, produzido entre 1944 e 1945, previa um segundo alçado nobre virado para o Rossio, então já designado de Parque Dr. Oliveira Salazar, com um grande Café que teria funcionamento autónomo da casa de espectáculos. A essa opção, abandonada depois no projecto final, seguramente não seria alheio o desiderato de funcionalizar comunitariamente o velho Convento que se lhe erguia em frente. BAIÃO, Francisco, BAIÃO, Manuel, *Jesuino Simões e a construção do Cine Teatro de Viana do Alentejo*, edição da Câmara Municipal de Viana do Alentejo, 2021, p.58.

<sup>191</sup> A.H.C.M.V.A., *Livro de Actas das Sessões da Comissão Municipal Republicana de Viana do Alentejo, 1910-1913*, Sessão de 25 de Março de 1912, fl.7. Nesta altura o Ministro das Finanças era Sidónio Pais.

<sup>192</sup> José António Direitinho (1858-1934), que chegou a ser Presidente da Câmara durante a 1ª República, era natural de Alvito e foi um dos principais propagandistas do ideário republicano em Viana do Alentejo. Eram conhecidas as suas relações de estreita amizade com o seu correligionário António José de Almeida, correndo na vila que se tratavam mesmo "por tu". Cf. "José António Direitinho", in *O Transtagano*, nº 16, 15 de Julho de 1934.

#### 4.7. O Século XX: de Convento a *bairro social*

Ao longo de todo o século XX o edifício sofreu as maiores atrocidades, tendo ruído uma parte substancial dos pisos superiores da parte mais antiga, sobretudo dos lados nascente - hoje confinante com a via pública, a Travessa de Trásmosteiro - e do lado norte, confrontando com a *Cerca Velha*. Por volta de 1930 o seu proprietário mandou arrancar todos os azulejos que guarneciam algumas das paredes do mosteiro, sobretudo as da Igreja, tendo-os depois vendido a Rui Sommer de Andrade. Este acabou por oferecer parte deles à paróquia do Entroncamento, que os colocou na sua Igreja Matriz, onde ainda hoje podem ser vistos<sup>193</sup>.

Em 1937 e decorrendo da morte de Elias Balesteros, o prédio foi seccionado em dois cadastros. A parte poente, mais pequena mas mais recente - e logo em melhor estado -, foi herdada pela filha mais velha, Francisca Lopes. À viúva e restantes duas filhas coube a parte mais oriental. Francisca Lopes estava casada com o carpinteiro Jacinto *Caldeira* Carvalho, que mandou retalhar e adaptar o quinhão recebido em cerca de dezena e meia de pequenas habitações familiares, para arrendamento. Para tal foi praticamente demolido todo o interior do segundo piso, onde tinha estado instalado o *Dormitório Novo* e rasgadas algumas das abóbadas do piso térreo, para a instalação de lanços de escadas.

Tal como já referimos, existem algumas fotografias antigas do exterior do edifício, tiradas nos finais do século XIX e inícios do seguinte, que nos fornecem uma ideia da sua aparência antes das mutações que lhe foram infligidas. A mais antiga delas será a que está reproduzida na figura 3.1, feita numa altura em que o Convento ainda funcionava, muito embora as suas habitantes estivessem reduzidas, muito provavelmente, a uma dúzia e meia de almas, entre freiras, meninas do coro, educandas, senhoras recolhidas e criadas<sup>194</sup>. Na fotografia pode-se observar a torre central ou *Torre da Priora*, com a sua cobertura de quatro águas ainda intacta e as construções do lado norte, hoje praticamente desaparecidas ou arruinadas, onde funcionavam as cozinhas, os armazéns de alimentos, as adegas e teriam residência particular algumas monjas e criadas. No estreito alçado oeste é também visível uma

---

<sup>193</sup> ESPANCA, Túlio, *Op. cit.*, p.430. Em visita que fizemos a esta Igreja, com o intuito de fotografarmos o acervo azulejar, confirmámos ser do conhecimento de alguns dos habitantes mais idosos do Entroncamento que os azulejos da sua Matriz seriam oriundos de um convento no Alentejo.

<sup>194</sup> LEAL, Pinho, *Op. cit.*, p.325. Sabemos que o texto sobre Viana do Alentejo terá sido escrito por volta de 1880. Acerca do Convento escreve que "*ainda é habitado por algumas freiras, meninas do coro, educandas, recolhidas e creadas*". Espanca, por sua vez, refere que em 1872 apenas lá viviam quatro religiosas claustrais e, em 1902 - data da morte da última freira -, esta estava ainda acompanhada por outras dez mulheres, entre pupilas, criadas e recolhidas. Cf. ESPANCA, Túlio, *Op. cit.*, p.428.

das duas janelas grandes que serviam para ventilação do *Dormitório Novo*. Este vão, que estava protegido por forte gradeamento, ainda hoje existe, mas está entaipado.

Na figura 3.3, fotografia que sabemos ter sido tirada nos derradeiros anos do século XIX ou nos iniciais do seguinte, é possível ver-se quase todo o alçado principal do convento antes das alterações introduzidas pelo seu novo proprietário. Esta imagem testemunha-nos ter sido o flanco oeste do alçado principal o que sofreu maiores alterações, com a abertura de mais sete vãos de janelas no piso superior, que se juntaram aos três inicialmente existentes. No piso térreo foram abertas perto de uma dezena de novas portas, para acesso às novas moradias, algumas delas no lugar onde existiam anteriores janelas.

O telhado foi totalmente desmontado e substituído por um outro, em telha dita *marselhesa*, que hoje em parte subsiste, tendo sido sacrificada a água do lado poente, ainda existente ao tempo da fotografia mais antiga. No alçado traseiro mantiveram-se, no segundo piso, as treze pequenas janelas iniciais do *Dormitório Novo* (figura 4.5) que em tempos estiveram dotadas de grades, assim com as já referidas duas janelas grandes de ventilação. Foi este programa de janelas que nos permitiu agora, documentalmente e sem margem para dúvidas, identificar este espaço como o do *Dormitório Novo*<sup>195</sup>.

Quanto à fracção oriental, mais antiga e onde se inscrevem a Igreja, os Coros e os Claustros, acabou mais tarde nas mãos de uma outra filha de Elias Balesteros, Maria Augusta Balesteros. Também esta parte sofreu algumas intervenções que a adaptaram a espaços habitacionais, desprovidos de quaisquer comodidades, onde se amontoaram algumas das famílias mais pobres da vila, principalmente durante as décadas centrais do século passado. Na Igreja funcionou uma olaria (figura 4.6), explorada pelo oleiro António Marcelino, tendo os seus dois fornos de cozer loiça na sacristia, cujo segundo piso e respectiva cobertura tinham entretanto abatido<sup>196</sup>. Mais tarde o negócio foi explorado pelo seu genro, o *António Laranjo*, de seu nome de baptismo Américo Augusto Alves.

---

<sup>195</sup> "Despeza q' se fez com as obras do dormitório (...) Despendeo mais com treze grades de ferro pequenas p.<sup>a</sup> as janellas; e duas grandes, settenta e outo mil e outocentos reis". Cf. B.P.E., Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo, *Livro 82, 1711-1714, fls.37 e 37v.*

<sup>196</sup> Almeida Garrett sintetizou muito bem o estado de degradação a que já tinham chegado, poucos anos após o seu encerramento, grande parte dos conventos e mosteiros portugueses: "*Sáimos do Colégio, fomos direitos a S. Domingos [de Santarém], um dos mais antigos monumentos monásticos do reino e que eu tanto desejava visitar. Não sei descrever o que senti quando a enferrujada chave deu a volta na porta da igreja e o velho templo se patenteou aos nossos olhos. Acabara de servir, não imaginam de quê... de palheiro!*" - GARRETT, Almeida, *Viagens na Minha Terra*, Porto, Livraria Civilização Editora, 1978, p.236.

No *Coro Baixo* foi arrancada a grade de ferro que o separava da Igreja, entaipado o respectivo vão e compartimentada a ampla sala por alguns tabiques em *tijolo burro*. Foi também aberta uma porta para a via pública, a meio da parede que confronta com o Rossio e toscamente rasgada, pelo lado de dentro, uma das suas janelas, para servir de improvisada chaminé de lareira. Transmutado em habitação viveu aí, em meados do século passado, a família de Joana Manilhas com a sua numerosa prole, totalmente indiferentes ao facto de habitarem sobre uma necrópole<sup>197</sup>. Décadas mais tarde, já nos anos oitenta, também encontraram guarida no *Coro Baixo* os dois últimos almocreves que a vila conheceu, o *ti Raul* e o Guerra, ambos naturais da *aldeia do Mato*, designação jocosa pela qual era aqui conhecida a povoação, também ela oleira, de S. Pedro do Corval.

Quanto ao *Coro Alto*, depois de ter sido arrancada a sua pia de água benta que estava logo à esquerda da porta que o liga ao *Antecoro* - e que presumimos de alguma dimensão tendo em conta o *negativo* deixado na parede -, foi também desmantelado o forro do tecto, obrado em painéis de madeira, do século XVII<sup>198</sup>. O alfaiate Manuel Dâmaso Prates comprou parte desses painéis com os quais mandou fazer um guarda fatos, ainda hoje na posse da família<sup>199</sup>. Não conhecemos o destino do cadeiral, apenas temos como garantida a sua existência, não só por referências documentais<sup>200</sup> mas, sobretudo, por ainda serem visíveis as marcas da sua presença nos rebocos das paredes sul, oeste e norte do coro (figura 4.7).

A *quadra* ou pátio central serviu amiúde de curral de ovelhas, cabras e galinheiro. Num dos seus cantos cresceu um enorme loureiro, que durante décadas serviu para abastecimento de grande parte da população da vila. A fonte central foi arrancada e os elementos pétreos que a constituíam espalhados um pouco por toda a parte, tendo desaparecido o que rematava o conjunto e por onde jorrava a água, de

---

<sup>197</sup> Já em sede de acompanhamento arqueológico viríamos a confirmar a presença da necrópole da congregação (ou de uma das suas necrópoles?), no coro baixo. Sob o seu pavimento, que chegou aos nossos dias, em grande parte, apenas em terra batida, encontraram-se trinta e seis espaços individualizados de enterramento, definidos por muretes de tijolo *burro*, cada um com cerca de 1,65m x 0,68m.

<sup>198</sup> ESPANCA, Túlio, *Op. cit.*, p.434.

<sup>199</sup> Manuel Dâmaso Prates (pai), aparece na lista dos compradores da almoeda de bens, efectuada logo após o encerramento da casa. ESPANCA, Túlio, *Op. cit.*, p.429. O guarda fatos é hoje propriedade da neta, estando na sua casa de Alfragide, Amadora.

<sup>200</sup> "*Mando que as cadeiras do coro se distribuão segundo a antiguidade das religiosas e que cada huã se assente na que lhe couber no seu turno...*" Cf. A.N.T.T., Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo (1603-1889), *Livro de Actas das Visitas do Senhor Cónego Manuel Guerreiro de Brito ao Mosteiro*, 1726-1766, PT-TT-MBJVA-L02, fl.9.

decoração zoomórfica<sup>201</sup>. Numa altura em que o rossio fronteiro ao Convento sofreu algumas obras de beneficiação mandadas fazer pela Câmara, passando a designar-se *Parque Salazar*, o jornal local *O Transtagano* ainda alvitrou que a fonte fosse aí instalada, o que não se veio, contudo, a concretizar<sup>202</sup>. A estrutura negativa deixada depois do arranque das pedras da fonte - que se desenvolvia a uma cota inferior à do pavimento circundante - serviu, durante décadas, para tanque de derrega do barro da olaria.

Já nas décadas de sessenta e setenta do século passado o piso térreo da torre central viu-se transmutado em improvisada oficina de alumínio, explorada por Veríssimo Parrado. Uma outra família viveu na casa da portaria, para o que se entaiparam o *ralo*, locutório protegido por uma rede fina de ferro, e a *roda* ou *torno*, que servia para a passagem de objectos de não muito grande dimensão - os objectos maiores passavam na chamada *Porta do Carro* (figura 4.8). No final do século esta *Porta do Carro* foi bárbara e escusadamente amputada, por um industrial da terra (figura 4.9), do seu amplo portal renascentista, encimado de arco de volta perfeita e obrado em mármore verde local. Em seu lugar ficou um triste portão de chapa ondulada de ferro. Ainda na zona da *Porta do Carro*, no pátio que lhe está imediatamente adjacente, foi totalmente desmontado o engenho da nora que retirava água do fundíssimo e largo poço, que se pensa também ter servido de cisterna<sup>203</sup>.

Até mesmo o imenso logradouro desta parte mais antiga - a chamada *Cerca Velha* - não escapou à fúria destrutiva do século vinte, tendo perdido praticamente todo o sistema de *almécigas*<sup>204</sup> que distribuíam as águas de rega pelos desaparecidos pomar e leiras de cultura.

---

<sup>201</sup> ESPANCA, Túlio, *Op. cit.*, p.433. O erudito eborense refere ainda que a dita pedra de remate da fonte estaria em casa de Gonçalo Cabral, em Évora, tendo-lhe sido oferecida pela sua tia, Maria Alice Campos Faria e Melo, facto que o mesmo, por nós inquirido, diz não corresponder à verdade.

<sup>202</sup> "**As Pedras da Fonte do Repucho devem ser montadas e colocadas em local próprio** - Nos Claustros do Convento do Bom Jesus, no Rossio, desta vila, encontram-se as pedras da Fonte do Repucho, que ali funcionou, num estado de pleno abandono. Lembramos o aproveitamento destas pedras, de forma a tornar realizável a instalação desta fonte em local apropriado. Não concordamos com a perda desta obra de escultura. E porque não, a sua instalação no Parque Municipal, uma vez este livre do abandono em que se encontra?". Cf. *O Transtagano*, nº 124, 26 de Novembro de 1949.

<sup>203</sup> Provavelmente utilizados nesta nora, têm-se recolhido, durante os trabalhos de acompanhamento arqueológico, um grande número de alcatruzes em barro, de fabrico local, usados até ao século XIX, altura em que começaram a ser substituídos por outros fabricados em chapa metálica.

<sup>204</sup> Designação local para *almácegas* ou levadas. As *almécigas* são condutas construídas em tijolo *burro* e argamassas de cal, normalmente sem a parte superior - isto é, vê-se a água a correr -, muito comuns nas antigas hortas do aro de Viana do Alentejo. Parte do sistema de *almécigas* da *Cerca Velha* do convento ainda são distinguíveis num ortofotograma (aerofotométrica) que possuímos, produzido em 1974 pela D.G.R.F. [fiada 42/cliché 119193].

## 5. Reescrevendo parte da história do Convento a partir da leitura crítica das fontes bibliográficas, documentais e iconográficas.

O prédio, de austera fachada rectilínea, com cerca de cento e vinte metros de comprimento orientados no sentido nascente-poente, olha a sul o actual Jardim do Rossio, noutros tempos conhecido por *Rossio do Mosteiro*<sup>205</sup>. O complexo monástico ocupa cerca de hectare e meio, distribuídos entre as chamadas cercas *Velha* e *Nova*. A parte construída abrange cerca de quatro mil metros quadrados, repartidos pelos vários pisos, o que o qualifica como o maior edifício existente no concelho de Viana do Alentejo. A sua cêrcea é modesta, pouco mais de dez metros na sua maior parte, apenas cortada pela torre sineira, com cerca de dezasseis metros e pelos contíguos volumes dos Coros e da Igreja, com catorze e doze metros respectivamente. O facto de actualmente existir um desnível de mais de meio metro entre a cota do jardim, mais alta, e o plano do convento, acentua ainda mais o atarracado do conjunto (figura 5.1).

Activo entre 1560 e 1902, o Convento do Bom Jesus sofreu, ao longo desses quase três séculos e meio de vida, diversas campanhas de obras, algumas delas certamente bastante profundas. O lado nascente do complexo, o mais antigo e, porventura, o de maior valia patrimonial e arquitectónica, é o que agora tem vindo a ser intervencionado. Desenvolve-se em torno de um pátio central ou *quadra* (figura 5.2), para o qual confrontam as quatro alas dos Claustros, arcados em dois pisos: o térreo dispendo de abóbadas de nervuras singelas, o segundo de cobertura de abóbada de arestas. Em cada uma das alas do nível térreo abrem-se cinco arcos de volta perfeita, assentes em colunas fabricadas com mármore local, de estilo toscano, sendo o arco central o vão de acesso às diversas divisões que se alinham em cada ala. Em tempo que se percebe mais tardio foram os alçados primitivos dos Claustros reforçados com a justaposição de um segundo plano de arcos, desta vez do tipo abatido, sendo o resultado francamente medíocre no piso térreo, uma vez que oblitera em grande parte - e sobretudo nos cantos - a visão do programa primitivo de colunas (figura 5.3).

Para a ala meridional do piso térreo dos Claustros confrontam o corpo da Igrejas - cego de qualquer vão - e a porta de acesso ao *Coro Baixo*, este imediatamente adjacente à Igreja pelo lado poente; com ela comunicava através de uma ampla grade em ferro, agora desaparecida. O *Coro Baixo* possui uma abóbada

---

<sup>205</sup> A.H.C.M.V.A., *Livro de Actas das Vereações de 1867*, Acta da Sessão de 10 de Fevereiro.

nervurada que irradia de uma coluna central, de boa feitura, sob a qual parecem jazer os restos mortais da fundadora do cenóbio, Brites Rodovalho, em religião a madre Brites da Coluna<sup>206</sup>, falecida em 1555, quando ainda estariam no início as obras da casa (figura 5.4). Embora muito degradada, é esta a divisão do complexo conventual que apresenta o programa decorativo mais interessante "...de que subsistem vestígios de duas épocas distintas: de meados do séc. XVII e de setecentos, barrocas, enobrecidas por painéis historiados, com episódios bíblicos, santos comunitários, revoadas revoadas de anjos, albarradas de flores e medalhões alegóricos, conjunto que se prolongava pelos enxalsos da grade de comunicação com a igreja..."<sup>207</sup> No canto sudeste dos Claustros, e com entrada também por ele, temos ainda uma pequena casinha, que se percebe ter sido um confessionário, praticável pelos padres a partir da chamada *Sacristia de Fora*.

Pelo flanco nascente dos Claustros acedia-se a duas amplas divisões, até agora de difícil interpretação, uma vez que abateram por completo os seus tectos e todo o segundo piso que as sobrepunha, tendo toda aquela zona do Convento chegado aos nossos dias na mais completa ruína (figura 5.5). A maior, contígua à sacristia e de considerável dimensão (10 x 6,5m), está dotada de um programa de quatro pequenas colunas e outras tantas mísulas em mármore agora restauradas, de estilo igualmente toscano, a partir das quais arrancavam os desaparecidos tramos das abóbadas nervuradas. Pela sua localização e tipologia, estes cómodos teriam, seguramente, uma função específica e importante no quotidiano monástico.

A ala setentrional é dominada por uma sala que Túlio Espanca afirma ter sido a do Capítulo<sup>208</sup>, dotada do mesmo programa de colunas, mísulas e abóbadas nervuradas. Com cerca de doze metros de comprimento por seis e meio de largura, não se vislumbram nela quaisquer indícios de elementos decorativos pintados, como os que existem noutras divisões do edifício. Na sua parede do fundo, que dá para o grande logradouro designado de *Cerca Velha*, mandaram rasgar as freiras uma porta que acedia a uma construção mais tardia, de divisão única, que lhe terá sido adossada já no século XVIII. Ao lado desta suposta *Casa do Capítulo* e ocupando todo o canto Nordeste está uma outra sala, de dimensões semelhantes, que se encontrou totalmente aterrada por entulhos (figura 5.6). Ainda nessa ala norte, perto do canto oposto, o noroeste, abre-se um vão - encimado por arco de volta perfeita e orlado de

---

<sup>206</sup> "Para o [coro] debaixo foraõ trasladados os ossos da Fundadora, que ficaõ debaixo de huma columna de pedra, que serve de fundamento à obra temporal, o que não parece sem mysterio, por ser ella a columna espirital, que edificou este Mosteiro". Cf. SOUSA, D. António Caetano, *Op. cit.*, p.339.

<sup>207</sup> ESPANCA, Túlio, *Op. cit.* p.433.

<sup>208</sup> ESPANCA, Túlio, *Op. cit.* p.432.

boas ombreiras, verga e soleira em pedra mármore -, que dá acesso à divisão de onde rompe o escadório para o segundo piso. Uma inscrição esgrafitada numa das suas paredes (figura 5.7), aberta em caracteres capitais mas já muito erodida, recorda às monjas o episódio bíblico da *escada de Jacob*, tentando incutir-lhes alento para a canseira da subida:

Ω  
I.H.S.  
LENBRENSE.DA DE IACOB. PELLA QVAL  
ANIOS.SOBIAM  
E DECIAM<sup>209</sup>

No lado poente dos Claustros corre o Refeitório. Com excepção da Igreja, é a maior das divisões do piso térreo, com treze metros de comprimento por seis e meio de largura. A sua identificação não oferece quaisquer dúvidas, uma vez que, encostado à sua parede poente e debaixo de uma desaparecida janela que lhe dava luz, está um pequeno púlpito que servia para as leituras que acompanhavam as refeições. A abóbada do Refeitório conserva ainda, em razoáveis condições, o seu programa decorativo, "com cartelas circulares e losânicas, enrameadas de flores, lizes e outros elementos vegetalistas"<sup>210</sup>. É ainda nesta zona do Convento que se encontra a construção mais singular de todo o complexo, uma massiva torre de quatro pisos, de planta sensivelmente quadrada, adossada ao exterior da parede oeste do refeitório, na qual Espanca presumiu as instalações privadas das madres priorosas<sup>211</sup>. Por fim e junto ao canto Sudoeste temos o acesso à chamada *Portaria de Dentro*, a partir da qual, fazendo-se uso da chamada *Porta Regral*, se acedia à *Portaria de Fora*. Ladeando a *Porta Regral*, dois outros pequenos vãos comunicacionais, em forma de janelinha e encontrados entaipados, ligavam as duas *Portarias*: o do locutório ou *ralo*, no lado poente e o da roda ou *torno*, no lado oposto.

A Igreja, de planta rectangular (17,5 x 7,5m), é de uma só nave, tendo o presbitério e altar no lado nascente e, no poente, o já descrito *Coro Baixo*, sobre o qual se sobrepõe o *Coro Alto*. Possuía dois pequenos altares colaterais: o de Santo António, no lado da Epístola, e o de Nossa Senhora da Conceição, no lado do

---

<sup>209</sup> O carácter Ω está muito sumido, razão pela qual Túlio Espanca, quando copiou o letreiro e o publicou no seu *Inventário*, não o viu. Pensamos que por cima dessa letra poderá também estar o símbolo "α", que só os próximos trabalhos de limpeza poderão pôr a descoberto. Alfa e ómega, o princípio e o fim.

<sup>210</sup> ESPANCA, Túlio, *Op. cit.*, p.432.

<sup>211</sup> ESPANCA, Túlio, *Op. cit.*, p.434.

Evangelho<sup>212</sup> (figura 5.8). Como é frequente nas Igrejas dos conventos femininos, a porta de acesso público abre-se sensivelmente a meio da parede meridional, dando para o Rossio. Três degraus em mármore venciam o desnível entre o pavimento do interior do templo e a via pública<sup>213</sup>. Aterros posteriores fizeram com que hoje restem visíveis apenas dois.

A abóbada da Igreja é de meio canhão e está, ainda hoje, "especiosamente decorada por caixotaria geométrica, de discos e quadrilóbulos, obra de estuque que esteve iluminada por tonalidades de escaiolas"<sup>214</sup>. Tal como muitas outras igrejas conventuais um pouco por todo o nosso país<sup>215</sup> também esta conheceu, na segunda metade do século XVII, uma decoração com azulejos policromos em todas as suas paredes, o que devia inculcar no visitante uma grande sensação de cor e beleza. O revestimento azulejar estava também presente noutras divisões da casa, mas em menor escala, sendo que no acompanhamento das obras de reabilitação se procurou identificar e registar esses lugares - por exemplo, em algumas zonas da *Portaria de Fora* e do piso térreo dos Claustros.

O acesso aos pisos superiores era feito pela escadaria em mármore a que já fizemos referência, na ala norte. Desenvolvendo-se em três lanços e outros tantos patamares, a partir do segundo acedia-se ao conjunto edificado que supomos terem sido as cozinhas principais da casa e afins, que estariam situadas a uma cota intermédia das cotas dos pisos principais<sup>216</sup>. Já no exterior, do lado norte e confrontando a *Cerca Velha*, todo este conjunto era ancorado por um grupo de quatro contrafortes ou *gigantes*, definindo entre eles três estruturas arcadas (figura 5.9) - tudo chegando aos nossos dias em grande estado de ruína. A partir do último patamar da escadaria entrava-se então nos Claustros superiores, à volta dos quais, à semelhança dos térreos, se distribuía as diferentes divisões. Ainda no lado norte, refira-se a grande sala a cavaleiro da presumível do Capítulo, que se encontrou sem cobertura e com parte do pavimento abatido. No centro desta divisão, olhando a cerca e, mais ao

---

<sup>212</sup> Ao invés do que afirma Túlio Espanca, que os localiza de forma inversa. Cf. ESPANCA, Túlio, *Op. cit.*, p.430.

<sup>213</sup> "No frontispício [dos templos], os degraus deverão ser dispostos de tal modo que sejam sempre ímpares: pois como se sobe o primeiro degrau com o pé direito, também este será o primeiro a atingir a parte superior do templo." Cf. VITRÚVIO, *Tratado de Arquitectura - Decem Libri*, Liber III, Tradução, introdução e notas de M. Justino Maciel, Lisboa, IST Press, 2006, p.119.

<sup>214</sup> ESPANCA, Túlio, *Op. cit.*, p.430.

<sup>215</sup> GOMES, Paulo Varela, "Arquitectura - Do Manuelino ao Romantismo", in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p.114.

<sup>216</sup> Já no Paço dos Henriques, em Alcáçovas, tínhamos constado uma disposição semelhante: no chamado piso intermédio, que não abrange todo o edifício e está localizado entre o térreo (adegas, celeiros, armazéns, cavalariças, etc.) e o superior (o áulico), funcionava a cozinha, despensas e tinham cómodos os criados.

fundo, a planície alentejana e Évora, subsiste uma enorme janela de sacada, orlada também de cantaria em mármore ao jeito do século XVIII a qual, em tempos, esteve protegida por grossas grades de ferro.

Pela ala poente dos Claustros superiores se acederia a um dos possíveis dormitórios mais antigos e, através dele, aos três pisos mais elevados da *Torre da Priorosa*. Já no canto sudeste abre-se a porta de entrada no *Antecoro*, uma pequena divisão que fazia a distribuição para o *Dormitório Novo* (e possível segundo *Dormitório Velho*), *Coro Alto* e escadas da torre sineira.

Quanto à ala nascente do segundo piso, chegou aos nossos dias completamente derruída, o que, à partida, dificultava a compreensão da serventia dos seus compartimentos. Era a partir dela que também se fazia o acesso, por umas escadas em mármore praticamente desaparecidas, ao desafogado terraço ou *mirante* que corre sobre todas as quatro alas do piso superior dos Claustros (figura 5.10).

No alçado principal, hoje bastante desvirtuado pela abertura de inúmeros vãos de portas e janelas ao longo do século passado, destaca-se a presença da torre sineira - relativamente modesta em relação à volumetria geral do imóvel -, e o programa de cinco janelas que iluminavam uma divisão que existiu nas águas-furtadas do *Coro Alto*, à qual se acedia pela escadinha da própria torre sineira ou pelo terraço. Apenas esta parte oriental da fachada do complexo monástico sugere uma certa intenção artística, expressa sob a forma maneirista tardo-quincentista. No seu todo o conjunto reflecte uma arquitectura muito sóbria e despojada, quiçá mesmo severa, "saída das actas conciliares de Trento"<sup>217</sup>.

A comunidade comunicava com o exterior apenas pelo alçado fronteiro, através de dois vãos claustrais - o da *Portaria* e o da *Porta do Carro*. Este último dava acesso a uma divisão em forma de túnel, a partir da qual se entrava no chamado pátio da *Porta do Carro*. Nele e logo à esquerda fica o enorme poço-cisterna, hoje totalmente despido da enorme estrutura da nora, em ferro, que muitos vianenses ainda se recordam de lá terem visto. Para o lado poente da *Porta do Carro* alinham-se uma série de pequenas divisões, cuja arquitectura de abóbadas nervuradas sugere maior antiguidade que o resto do edifício, provavelmente o século XV. Ainda no alçado principal, referira-se a porta ancha de acesso à Igreja, de pública serventia.

Como materiais de construção predominantes no edifício temos, na maioria dos paramentos, alvenaria de pedra calcária ou granitóide, ligada com argamassas de cal,

---

<sup>217</sup> ESPANCA, Túlio, *Op. cit.*, p.430.

estas últimas de muito boa qualidade. Recordemos que no aro de Viana existiram muitos fornos de fabrico de cal, sendo que ainda na década de oitenta do século passado funcionava pelo menos um deles<sup>218</sup>. As abóbadas e algumas outras paredes são de tijolo dito *burro*, de fabrico local e também de muito boa qualidade, de tal forma que muito dele, depois de limpo, se verificou estar em condições de ser reaproveitado nos trabalhos de reconstrução. De muito provável fabrico local são também as tijoleiras e as *baldoas* que revestiam os pavimentos de grande parte das divisões, incluindo todo o pátio central<sup>219</sup>. As ombreiras, soleiras e vergas dos diferentes vãos foram, em grande parte, obrados em mármore local, de qualidade medíocre, já que se fissura com facilidade, mesmo quando manuseado com muito cuidado. Igualmente de mármore local são as colunas e mísulas dos Claustros inferiores e de muitas das divisões que o cercam, assim como a soberba coluna que, no *Coro Baixo*, suporta a sua abóbada. Apenas se verifica a presença de granitos, também eles locais, nos cunhais da *Torre da Priora* (aqui de grão grosseiro), nos cunhais das duas cercas e em alguns dos vãos de janela.

Nesta sumária descrição do edifício, tal como o fomos encontrar em Janeiro de 2018, não referimos, obviamente, uma grande parte das suas dependências, muitas delas já colapsadas, pois desconhecíamos na altura a sua funcionalidade monástica. Desde aí foi possível, contudo, produzirem-se algumas correcções e um expressivo incremento no estado do conhecimento do edifício e, concomitantemente, da própria comunidade hieronimita vianense. Esses *ganhos* foram obtidos, por vezes, apenas pela simples exegese das fontes bibliográficas e documentais; outras pela observação arqueológica; muitas outras ainda, pelo cruzamento das duas anteriores. Por vezes também as fontes iconográficas (fotografias antigas), ainda que escassas e reproduzindo, quase sempre, apenas aspectos exteriores do edifício, foram de singular importância para tal desiderato. Vejamos um primeiro exemplo:

"A seus pés [do Convento] se estende a cerca monástica, onde existia, no ano de 1707, segundo informação do padre António Carvalho da Costa, na Corografia Portuguesa, uma pequena capela dedicada ao Espírito Santo. Dela não há quaisquer vestígios e parece que desapareceu em tempos recuados,

---

<sup>218</sup> Cf. GALAMBA, Ulrico, BAIÃO, Francisco, *Carta Arqueológica e Patrimonial do Concelho de Viana do Alentejo*, 2021, registos VA-0095, VA-0185, VA-0186 e VA-0194. O que funcionava era explorado pela família Pereira.

<sup>219</sup> As monjas possuíam um forno de *cozer telha*, encravado na Herdade de Vila Lobos, na encosta poente da serra de S. Vicente. Cf. ESPANCA, Túlio, *Op. cit.*, p.430. Esse forno ainda existe (registo VA-0095 da *Carta Arqueológica e Patrimonial de Viana do Alentejo*), sendo que a sua localização, próxima da Herdade dos Baiões e dos seus barreiros, poderá significar que seria daí que vinha o barro utilizado na produção da cerâmica de construção utilizada na edificação do mosteiro.

porquanto os inventariantes oficiais de 1858 desconhecera, em absoluto, a sua existência.<sup>220</sup>

Parece-nos incorrecta a interpretação que Espanca faz do texto do Padre Carvalho, quando afirma que na cerca conventual teria existido uma capela dedicada ao Espírito Santo. Leiamos então o que realmente escreveu o coreógrafo setecentista:

"Tem mais um Mosteiro de Religiosas de S. Jeronymo, único em Portugal desta Ordem, o qual se fundou com os dotes das Freyras em tempo que o Cardeal D. Henrique era Arcebispo de Evora, & foy a primeira Fundadora a Madre Brites da Coluna, natural desta Villa, **que tem dentro em si huma Ermida do Espirito Santo**, & no termo para varias partes tem outras mais visinhas, que são as de S. Pedro, S. Sebastião, S. Vicente; as mais distantes são as de N. Senhora de Ayres, de grande romagem, & Santo André (...)"<sup>221</sup>

Túlio Espanca terá interpretado erradamente a parte que, neste texto, destacámos a negrito. Da ermida do Espírito Santo não há qualquer vestígio no Convento, porque ela pura e simplesmente nunca ali terá existido. O Padre Carvalho referia-se, na sua narrativa, não a qualquer ermida erguida na cerca conventual, mas sim à capela do Espírito Santo *desta Villa*<sup>222</sup>. A confusão nasceu, portanto, de uma vírgula a mais. Até porque, dando sequência ao seu pensamento, o clérigo passou logo a elencar as outras ermidas existentes no aro do povoado: S. Pedro, S. Sebastião, S. Vicente... Daqui decorre que a compreensão, o mais exacta possível, do veiculado nas fontes documentais e bibliográficas, terá sido de fundamental importância para o posterior trabalho de acompanhamento arqueológico, pois podia - ou não - activar alertas que conduzissem à identificação e/ou interpretação de vestígios de determinadas estruturas e/ou artefactos entretanto desaparecidos, mas cuja efectiva existência nos tinha sido, clara e inequivocamente, atestada por essas mesmas fontes.

Uma última nota acerca desta improvável ermida do Espírito Santo que, a ter realmente existido, se localizaria na *Cerca Velha*. Isto porque à data em que o Padre Carvalho escreveu (antes de 1708), ainda que a instituição já fosse proprietária do prédio onde veio a instalar a *Cerca Nova*, só em 1711 terá iniciado a ampliação do

---

<sup>220</sup> ESPANCA, Túlio, *Op. cit.*, p.434.

<sup>221</sup> COSTA, Padre António Carvalho da, *Op. cit.*, p.462. O negrito é nosso.

<sup>222</sup> Localizada na rua homónima do centro da Vila, hoje Rua Padre Luís António da Cruz e que, à época em que o padre António Carvalho da Costa escreveu, tinha acabado de ser totalmente reedificada a expensas da Câmara. Cf. ESPANCA, Túlio, *Op. cit.*, p.446.

edifício para poente<sup>223</sup>. Ora, uma análise detalhada de uma fotografia aérea da vila feita em 1974, numa altura em que o solo da *Cerca Velha* ainda não estaria muito mobilizado pelas sucessivas searas de trigo que aí se fizeram nas duas décadas seguintes<sup>224</sup>, não são visíveis sinais de quaisquer estruturas, para além das duas linhas de *almécigas* para rega, cuja presença denuncia uma utilização agrícola exclusiva daquele trato de terra.

Um outro caso, aqui de evidente conflito entre as fontes bibliográficas e iconográficas, reporta ao painel de azulejos que existiu junto ao altar lateral de Nossa Senhora da Conceição, na Igreja do Convento, ali mandado colocar, no século XVII, pelo Dr. Jorge Cardim Frois, natural de Viana do Alentejo e desembargador dos Agravos em Lisboa. A referência mais antiga que possuímos a esse painel foi redigida por Frei Francisco de Oliveira, que nos meados do século XVIII o copiou e reproduziu (vide página 37) nas suas *Memórias da Villa de Vianna*<sup>225</sup>.

Por sua vez, anos mais tarde e já nos finais do século XIX, Pinho Leal escreveu que

"Na capella de Nossa Senhora da Conceição, da egreja d'este mosteiro, se lia no seculo passado, esta inscripção:

ESTA CAPELLA DE NOSSA SENHORA ...<sup>226</sup>

o que subentende que, nessa altura, o dito painel já não estaria no local. Contudo e quase um século depois, sobre a dita Capela de Nossa Senhora da Conceição escreveu Túlio Espanca:

"O altar do lado da Epístola, igualmente de talha barroca e consagrado a NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, com profundo culto da comunidade e da Vila, foi remodelado em 1643 pelo Dr. Jorge Cardim Frois, desembargador dos Agravos na corte de Lisboa, natural de Viana, e sua mulher D. Catarina de

<sup>223</sup> No *Livro 82* do fundo da B.P.E. registam-se algumas despesas com a construção do *Dormitório Novo*: "Despendeo a Comunidade com os pedreiros, como consta dos recibos dos mesmos, cujo prim.ro he de 12 de Março de 1711, e o ultimo de 11 de Novembro de 1713, hum conto, settecentos e settenta e quatro mil, e quatrocentos rs." e "Despendeo com os carpinteiros, como se pode ver dos recibos dos mesmos, desde 11 de Julho de 1713 até o fim de Jan.ro de 1714, quatrocentos e quatorze mil rs" com CF.B.P.E., Mosteiro do Bom Jesus, *Livro 82*, 1711-1714, fl.37v.

<sup>224</sup> Das quais nos recordamos, assim como o proprietário da vizinha *horta de Trásmosteiro*, sr. Joaquim Paitio.

<sup>225</sup> *Memórias Da Villa de Vianna do Alentejo junto a Évora, e notícia dos Condes e Donatários que A possuirão, e da fundação dos Conventos que tem; com algumas Clarezas mui curiosas* Manuscritos 104 - 104a da Biblioteca Pública do Porto, atribuídos a frei Francisco de Oliveira e datáveis de meados do século XVIII. fl.6.

<sup>226</sup> LEAL, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho, *Op. cit.*, p.326.

Andrade, da Vila de Campo Maior, pais que foram de nove religiosos, entre os quais o célebre escritor jesuíta António Francisco Cardim e duas professoras neste mosteiro. A lápida comemorativa, do lugar retirada na década de 1930, existe hoje numa parede interior do palacete dos morgados Faria de Melo, actual dependência do Banco Totta & Açores, na Rua Padre Luís António da Cruz."<sup>227</sup>

Duas fotografias que possuímos, tiradas por volta de 1925 e que fazem parte de um mesmo rolo de negativos de formato 6 x 9cm<sup>228</sup>, confirmam que o painel ainda estava, nessa altura, na Igreja, o que desmente Pinho Leal e corrobora Túlio Espanca (figura 5.11). Mas, contrariamente ao que este último afirma, não se situavam no lado da Epístola mas sim do lado do Evangelho (aquele onde se faz a sua leitura, o lado esquerdo de qualquer igreja quando se está de frente para o altar), perto do vão de acesso às escadinhas do púlpito, uma vez que é aí que se encontram, claramente visíveis e dimensionalmente correspondentes com a fotografia, os *negativos* de argamassas deixados pela remoção do dito painel e do revestimento azulejar que o circundava (figura 5.12).

### **5.1. A identificação de alguns dos espaços através das fontes documentais**

Tal como já atrás referimos, um dos objectivos do acompanhamento arqueológico da empreitada de requalificação do Convento do Bom Jesus de Viana do Alentejo foi a identificação da função – ou funções – das suas diversas divisões e espaços quando ainda se encontrava activo. O propósito não era, à partida, muito simples, não só pelo avançado estado de ruína de muitas salas, como também pelas alterações por elas sofridas, ao longo do século XX, na adaptação a novas valências profanas. Por outro lado - e restringindo-nos agora apenas às funções monásticas -,

---

<sup>227</sup> ESPANCA, *Túlio, Op. cit.*, p.431. Numa visita que fizemos a esta casa em 1972, ainda antes da de Túlio Espanca, recordamo-nos de termos visto este painel no piso superior. Este piso serviu depois, durante cerca de duas décadas, para habitação de função dos diversos gerentes da agência do Banco Totta e Açores (agora Santander Totta) que ocupa o piso térreo. Há um par de anos, em nova visita a essas instalações entretanto devolutas, já não encontrámos o dito painel. O último gerente que lá viveu, sr. Adriano Pisco, não se recorda de alguma vez o ter visto.

<sup>228</sup> Este formato resultava da utilização de filmes já em celulóide, do tipo 120, criados em 1901 pela Kodak.

era necessário ter-se em linha de conta que os diversos espaços poderiam não ter tido sempre o mesmo uso ao longo dos quase três séculos e meio de vida religiosa da Casa, variando conforme as diversas contingências, uma delas e não de somenos importância, o número de monjas residentes. Percebeu-se que a partir da segunda metade do século XIX, decorrendo dos constrangimentos políticos criados em 1834, as freiras foram fechando espaços à medida que o seu número ia diminuindo, entrando essas áreas mais precocemente em degradação; privadas de grande parte das suas rendas, ser-lhes-ia inviável a manutenção de todo o enorme edifício. As derradeiras freiras e acompanhantes estariam, por fim, confinadas a uma pequena área em torno da Igreja e dos *Coros Alto e Baixo*, os epicentros das suas vidas.

Nos últimos anos e para poderem prover ao seu próprio sustento, as religiosas viram-se obrigadas a vender alguns dos bens móveis da casa, o que deu azo a denúncias por parte de alguns habitantes da vila. Atento e zeloso, o Estado mandou então fazer arrolamentos dos ditos bens, hoje documentos de grande valia para o conhecimento do recheio do Convento e das próprias divisões onde se encontrava<sup>229</sup>.

Algumas das salas e compartimentos não ofereceram problemas de maior quanto à sua identificação (figura 5.13): a *Casa da Portaria de Fora* e a *Casa da Portaria de Dentro*, separadas por três vãos, o principal a chamada *Porta Claustal*, os dois restantes o parlatório ou *ralo* e a roda ou *torno*<sup>230</sup>. Ou a *Casa do Refeitório*, com o seu pequeno púlpito adossado à parede poente, onde se abria uma pequena fresta que servia para entrar a luz necessária às leituras que acompanhavam as refeições da comunidade:

“... que faça taboa todas as semanas, em que nomee cinco religiosas que não chegarem a ter quarenta annos de profissão, duas para darem agua as quais se sentarão a comer depois de a darem, e duas para levarem o comer as Religiosas e hua **para lér à meza** (...)”<sup>231</sup>

---

<sup>229</sup> Por exemplo, o *Auto de Avaliação e Descrição do Edifício e mais Pertences do Convento*, feito em Novembro de 1858, ou o inventário feito no ano de 1901. Cf. B.P.E., Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo, *Livro de Inventário dos Bens do Mosteiro, com outro Inventário Avulso - Livro 123*, 1901-1902.

<sup>230</sup> “E desejando conservar a paz entre as Irmãs, Mando com pena de obediencia, que nenhuã se possa deter na **roda** mais de um quarto, Salvo constar as Reverendas Madres he o negocio de tanta importancia, que necessita de mais tempo para se concluir, que então poderão permittir estejam athe meia hora, estando o **ralo** occupado;” Cf. A.N.T.T., Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo (1603-1889), *Livro de Actas das Visitas do Senhor Cónego Manuel Guerreiro de Brito ao Mosteiro*, 1726-1766, PT-TT-MBJVA-L02, fl.5v. O negrito é nosso.

<sup>231</sup> A.N.T.T., Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo (1603-1889), *Livro de Actas das Visitas do Senhor Cónego Manuel Guerreiro de Brito ao Mosteiro*, 1726-1766, PT-TT-MBJVA-L02, fl.20. O negrito é nosso.

### 5. 1.1. O prédio

A empreitada de requalificação do Convento do Bom Jesus de Viana do Alentejo incidiu, por enquanto (2022), apenas sobre a parte do edifício que se sabe ser a mais antiga (*Cerca Velha*) e cuja construção se terá iniciado por volta de 1554. A separação do prédio em dois cadastros, feita em 1937 alguns anos após a morte de Elias Balesteros - o seu primeiro proprietário *civil* -, não respeitou integralmente essa primitiva divisão, uma vez que o quinhão oeste, herdado pela filha Francisca e maioritariamente composto pela *Cerca* e *Dormitório Novo*, abarcou ainda alguns metros da parte mais antiga. Para este estudo interessou-nos, contudo, definir com a maior precisão possível os primitivos limites desses dois grandes e distintos programas construtivos que, separados no tempo por quase século e meio, fizeram obviamente uso de materiais, técnicas e opções estéticas diferentes.

O levantamento do Convento iniciou-se num prédio de geometria sensivelmente rectangular, com 68m de frente meridional confrontando o antigo *Rossio do Concelho* e, seguindo para norte, 135m de comprimento. Nesta *Cerca Velha*, com perto de 8.200m<sup>2</sup>, a área construída ocupa cerca de 1.900m<sup>2</sup>. Mais tarde, no século XVII, foi-lhe acrescentada a *Cerca Nova*, localizada imediatamente a poente. Também ela de geometria rectangular, agora orientada no sentido este-oeste, tem cerca de 81m no lado que confronta com o *Rossio*, e de profundidade máxima 64m. Com uma área bruta de 5.000m<sup>2</sup>, a área construída ocupa nela apenas 450m<sup>2</sup>.

O *Tombo dos Bens do Hospital...*, já anteriormente citado, não refere obviamente o Convento, pois à data em que foi redigido (circa 1534) este ainda não existia. Mas alude à zona da vila onde iria ser construído, por onde passaria a *corredoura* vinda da antiga estrada de Évora:

"Teẽ ho dito esprital tres vinhas e hũas oliueyras em termo desta villa e caminho deuora honde chamã a corredoyra e nazinhaga q' vay da dita estrada deuora pera a oliueira que se chama dos emforcados..."<sup>232</sup>

---

<sup>232</sup> A.N.T.T., *Tombo do Hospital de Nossa Senhora da Graça de Viana do Alentejo*, PT/TT/FC/5/273, fl.47. Pensamos ter localizado o trato de terra onde estava uma das vinhas referidas naquele documento, uma vez que ainda hoje mantém a mesma geometria e praticamente as mesmas oliveiras de há quinhentos anos: "Item teẽ a dita vinha de comprido de longo a longo de hũa azinhada atee outra duzentas e vinte varas de medyr de cinco palmos a vara e teẽ de largura dazassete vara e meya". O flanco sudeste deste prédio confrontaria, mais tarde e ao longo de mais de 50m, com o muro poente da *Cerca Nova* do Convento.

As corredouras, que ainda hoje subsistem na toponímia de muitas vilas e cidades portuguesas (Évora, Tomar, Guarda...), eram caminhos relativamente anchos, abertos nas periferias próximas aos núcleos urbanos medievais e modernos, que serviam para a passagem de gados, evitando assim que estes atravessassem o centro das povoações aquando das suas deslocações. A corredoura de Viana, em parte hoje ocupada pelo Jardim fronteiro ao Convento, ainda estaria funcional nos finais do século XIX, conforme se pode observar na figura 3.1, onde está assinalada por uma linha tracejada amarela.

Túlio Espanca já se tinha apercebido que a construção do Convento do Bom Jesus de Viana do Alentejo teria sido feita em, pelo menos, duas fases, com o “*Dormitório Novo a ser concluído em período avançado do século XVIII*”<sup>233</sup>. No entanto a aquisição do trato de terra para essa ampliação da Casa tinha ocorrido ainda no século XVII. Com efeito, em 1650 D. João IV autorizou as monjas hieronimitas a trocarem uns olivais que possuíam por uma propriedade contígua ao convento, que já tinha sido horta, na qual pretendiam fazer a *Cerca Nova*<sup>234</sup>. Os altos muros das duas cercas terão sido erguidos por essa altura (o seu modus construtivo, em grande parte composto por sucessivos arcos estruturais obrados em tijolo, preenchidos por alvenaria de pedra, é semelhante - figuras 5.14 e 5.15), mas apenas nos inícios do século XVIII foi construído, na parte mais meridional da *Cerca Nova* e prolongando a fachada primitiva, o *Dormitório Novo*<sup>235</sup>. Com ele podia o cenóbio almejar o aumento das suas professoras e, concomitantemente, o incremento dos seus rendimentos.

De 27 de Maio de 1699 temos um outro importante documento que nos informa das medições de todo o prédio, documento esse que terá sido produzido um pouco antes do início da empreitada de construção do *Dormitório Novo*:

“Medisam do Comvento de Jesus de Vianna

“(…) Prencipiou a medisão do dito comvento pella parte do nascente comessando da parte do norte pera o sul do lugar aonde se ajunta a serca com o convento e caminhando pera o sul athe chegar ao rocio do conselho se

---

<sup>233</sup> ESPANCA, Túlio, *Op. cit.*, p.130.

<sup>234</sup> B.P.E., Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo (1522-1910), *Lv20*, documentos anexos um ao outro com os números originais 961 e 281. Segundo nos informou Fátima Farrica, essa propriedade pertencia às *Capelas de D. Afonso IV*, que em Viana do Alentejo possuíam vários bens. Na petição ao rei, as religiosas alegavam que o convento estava muito exposto, pois das suas janelas podia haver comunicação para fora, por confrontarem com campo público.

<sup>235</sup> As despesas efectuadas com as obras do Dormitório novo foram registadas entre 11 de Março de 1711 e 11 de Novembro de 1713. Cf. B.P.E., *Mosteiro do Bom Jesus*, *Lv82*, fl.37,38. O que de alguma forma contraria Túlio Espanca, que sinalizava a conclusão dessa construção nos finais do século XVIII.

achou que pella dita parte tem o dito convento trinta e quatro varas [A] de largo e dahi caminhando pera poente athe ao fim do ditto convento e dormitorio se achou que pella dita parte tem o convento de comprimento sessenta e duas varas e meia [B] e por esta parte entesta a parte do dito convento com o rocio do conselho e do dito lugar começou a medisão das cercas por serem duas em rezão de terem divizão pela parte de dentro com parede e porta e fazer a ditta serca duas pernas ou pontas pela parte de fora e huma dellas que he aonde se comessou a medisão das cercas se chama a serca nova e indosse lordeando e medindo athe chegar à parede da serca velha se achou tem a dita serca sento e noventa e seis varas de craveira [C] e do ditto lugar se comessou a medir a serca que chamão a serca velha e caminhando athe o lugar aonde se principiou a medissão do convento se fechou a dita medissão e se achou tinha a dita serca sento o noventa e huma vara [D] declarandosse que no comprimento das sesenta e duas varas e meia que o convento tem pella parte do rocio do conselho se incluye a Igreja e dormitorios e debacho deles as cazas da hospedaria que são tres e huma retrete com mais huma estrebaria e hum palheiro e por este modo foi feita a ditta medissão de todo (...)" <sup>236</sup>

Confrontando as medidas nele indicadas com as actuais do prédio, verificamos a sua correspondência<sup>237</sup>, tendo-se tomado 1,1m como referência do comprimento da vara<sup>238</sup>. Na transcrição, colocámos entre parêntesis recto as letras que correspondem, no ortofotomapa da figura 5.16, a cada troço descrito. Este documento informa-nos ainda que o Convento possuía, no piso térreo da zona mais ocidental do alçado principal e viradas para o espaço público, instalações destinadas à hospedagem das suas visitas, compostas de três divisões, retrete, estrebaria e palheiro. Essas divisões não tinham acesso directo ao pátio da *Porta do Carro*, estando delas separado por um alto muro que em 2003 ainda existia (figura 5.17). Mais referências a esta estalagem encontram-se noutros documentos da Casa, mormente nas *Visitações* onde, por exemplo, se dão algumas instruções quanto às condições em que os familiares das religiosas ali podiam estanciar<sup>239</sup>.

---

<sup>236</sup> B.P.E., *Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo*, Lv1, fl.6. Transcrição de Fátima Farrica.

<sup>237</sup> Com ligeiras variantes nas medidas maiores, derivadas da forma como se faziam, até há bem pouco tempo, estas medições - com a chamada corrente de agrimensor, passível de produzir erros em distâncias grandes.

<sup>238</sup> Cf. MARQUES, A.H. de Oliveira, "Pesos e Medidas", *Dicionário de História de Portugal* (Dir. Joel Serrão), Vol. 5, Porto, Livraria Figueirinhas, 1992.

<sup>239</sup> Na acta da Visitação de 3 de Fevereiro de 1760, feita pelo Visitador Pascoal Roiz da Costa, Bacharel na Santa Sé de Évora e Desembargador da Relação Eclesiástica, constatava o mesmo que "...depois de fechada a noyte a Clausura se abre pera se acomodarem os hospedes nas hospedarias do Convento..."

### 5.1.2. Os dormitórios

A localização do *Dormitório Velho* ofereceu alguma dificuldade, uma vez que existiam, no segundo piso, duas áreas distintas que apresentavam características e indícios de terem servido para tal fim: a primeira, a grande sala (cerca de 30m x 6m) alinhada no sentido sul - norte, que cavalgava a *Casa da Portaria*, a *Casa do Refeitório* e parte da zona de copa e que confrontava, pelo seu lado poente, com a *Torre da Priora*. A segunda, uma outra sala também de grandes dimensões (cerca de 32m x 5,5m), que começava sobre a *Sala da Grade Nova* e corria até aos limites poente da parte mais velha do Convento. Em ambas as salas os vãos de janelas passíveis de serem acedidos pelas monjas estão virados para o interior do edifício, para o *Pátio da Porta do Carro* ou para a ala poente do segundo piso dos Claustros. Esses vãos de janelas estavam providos de grades e de pequenas *buracas*, no seu intradorso, algumas delas possuindo pequenas prateleiras feitas de fino xisto que serviriam para arrumo de objectos (figura 5.18). Estamos em crer que a individualização dos espaços era feita por tabiques amovíveis, tal como sucedia no Real Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição, em Beja<sup>240</sup>. Uma passagem de uma *Visitação* de 1 de Janeiro de 1757 manda a comunidade reparar as janelas do *Dormitório Velho*:

"...pelo que mandamos em virtude de S. Obediência e sob pena de privação de voz activa e passiva ás religiosas que morão nas seis cellas do dormitorio velho que nellas mandem por grades tão bastas que não caiba por ellas huma cabeça..."<sup>241</sup>

Ao tempo desta *Visitação* já existia o *Dormitório Novo*, razão pela qual o Visitador teve necessidade de precisar a localização das janelas a reparar (setas vermelhas 1 a 6 na figura 5.19). A existência, contudo, de *buracas* nas sete janelas da ampla divisão da ala oeste dos Claustros do segundo piso, leva-nos a supor que, também ela, teria servido de camarata. O *Dormitório Velho* teria assim a geometria de

---

Cf. A.N.T.T., Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo (1603-1889), *Livro de Actas das Visitas do Senhor Cônego Manuel Guerreiro de Brito ao Mosteiro*, 1726-1766, fl.38.

<sup>240</sup> Em extenso artigo publicado ao longo de cinco números de *O Arquivo de Beja*, Abel Viana fala-nos do Dormitório do Convento das Clarissas bejenses: "As celas, que corriam de um e outro lado de compridas salas, quási sem luz, de tectos em tumba, eram formadas de grades de madeira forradas de lona, divididas contra as paredes com outras grades perpendiculares e fôrro também de madeira ou de lona, e constituía cada divisão uma cela. Em cada cela havia dois leitos..." - Cf. VIANA, Abel, "Mosteiro da Conceição e Palácio dos Infantes", *Arquivo de Beja*, Câmara Municipal e Beja, Janeiro-Junho de 1946, p.196.

<sup>241</sup> A.N.T.T., Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo (1603-1889), *Livro de Actas das Visitas do Senhor Cônego Manuel Guerreiro de Brito ao Mosteiro*, 1726-1766, PT-TT-MBJVA-L02, fl.35.

"J", distribuído por duas grandes salas, uma a norte, confrontando com os aposentos da Madre Priora, e a outra na zona sul, olhando sobre o pátio da *Porta do Carro*. A sala 2.15, contígua pelo lado poente à pequena saleta do *Antecoro*, fazia a ligação entre essas duas alas. A entrada na ala meridional do *Dormitório Velho*, que mais tarde se prolongaria pelo *Dormitório Novo*, era feita por um amplo vão provido de um arco em pedra mármore, que no início da empreitada se desenhava e se desmontou, tendo mais tarde sido reconstruído praticamente no local original (figuras 5.19 e 5.20).

### 5.1.3. As escadas, a Casa da Enfermaria e a Botica

De especial relevância para a percepção do funcionamento da Casa hieronimita vianense e reconhecimento das suas estruturas foram, repitamo-lo, as actas das *Visitações*, que se acharam repletas de informes sobre os quotidianos das monjas, as suas práticas religiosas, a complexa logística de suporte de vida, enfim, os próprios conflitos internos e as formas como eram superados. Por elas ficamos a saber, por exemplo, da existência de uma Enfermaria, que nos finais do século XVI estaria situada perto das escadas que acediam ao segundo piso:

"Mando so pena d obediencia á Madre Priora que dentro de 15 dias mande fazer huma porta mui forte no pe da escada que vai pera o dormitório ou no cimo della (de maneira que possão as freiras ir do dormitorio pera a **enfermaria**) com huma fechadura mui forte cuja chaue terá a Madre Priora, e ella mesma a fechará ou a sua vigaira."<sup>242</sup>

O vão para o qual o Visitador impõe a porta é o que, no canto noroeste dos Claustros térreos, acede ao escadório de três lances que leva ao segundo piso (indicado com a seta 1 na figura 5.13). Tanto quanto sabemos não terão existido, no corpo principal do edifício, outras escadas que ligassem o piso inferior aos superiores. Obrado em mármore da região, com um arco de volta perfeita a encimá-lo, esse vão não estaria inicialmente destinado a ser fechado. A imposição do Arcebispo levou a que se tivesse de improvisar uma solução para nele se instalar a porta, que passou pela colocação, pelo lado de dentro, de uma verga também em pedra mármore, ao nível do arranque do arco, destinada a segurar a parte superior das aduelas. Quanto ao semicírculo ou tímpano superior, foi simplesmente entaipado. Embora sem a porta

---

<sup>242</sup> B.P.E., Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo, *Visitação feita a 7 de Dezembro de 1594 ao Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo, pelo arcebispo de Évora D. Teotónio de Bragança*, Cód. CIX/2-7, n.º 20, fl.3. Transcrição de Fátima Farrica. O negrito é nosso.

de madeira, este inestético *arranjo* logrou chegar aos nossos dias praticamente intacto (figuras 5.21 e 5.22), tendo sido desmontado no decorrer das obras actuais.

Na altura desta *Visitação*, 1594, ainda estavam em construção os dois níveis dos Claustros e o próprio pátio central. Tanto assim que cinco anos depois, em Fevereiro de 1599, o cenóbio estava a contratar com os pedreiros João Gomes, Francisco Toscano e António Fernandes, todos residentes em Viana do Alentejo, a feitura de trinta e duas colunas em mármore, com dez palmos de comprimento cada uma, destinadas aos Claustros de baixo<sup>243</sup>. Este facto poderá significar que a recomendação do prelado eborense para o fechamento do acesso às escadas radicaria na necessidade de manter as religiosas bem apartadas dos operários que então trabalhariam na empreitada.

Este item da *Visitação* também forneceu pistas para a identificação, como a muito provável Enfermaria, de uma ampla divisão da ala norte do piso superior, sobre a presumível *Casa do Capítulo*, sala que se encontrou já sem telhado e com parte do pavimento abatido (figura 5.23). Com efeito e tal como refere o documento, o último patamar das escadas dava acesso a uma porta, à direita, que conduzia aos dormitórios e, à esquerda, a uma plataforma em madeira<sup>244</sup> onde estava uma das portas da Enfermaria. Não esquecer que, nessa altura e não existindo ainda os Claustros - cuja principal função é distribuidora para as diversas divisões que em seu redor se alinham -, esse acesso era feito internamente, com vãos que ligavam as diversas salas entre si e que, quando os Claustros se deram por concluídos, foram fechados – como foi o caso, entre outras, da porta que acedia à *Casa do Capítulo* a partir da *Casa das Escadas*. Na figura 5.13 as setas vermelhas com o número 2 assinalam os vãos de porta que foram encontrados fechados mas que apresentam indícios de já terem sido praticáveis, sendo que alguns deles foram agora reabertos.

Provida de uma grande janela olhando o setentrião e a *Cerca Velha*, a ampla sala principal da Enfermaria estava dotada de um pequeno altar que se encostava ao paramento nascente, cuja função seria a indispensável assistência religiosa às doentes (seta 9 na figura 5.19). Este altar, construído em alvenaria e que se encontrou já em grande parte destruído, estava encimado por uma cruz central esgrafitada,

---

<sup>243</sup> B.P.E., Convento de Jesus de Viana do Alentejo, *Livro 124*, 1571-1900, Peça 231. Transcrição de Fátima Farrica.

<sup>244</sup> Num documento de 1901 esta plataforma é designada como a *Varanda do Primeiro Andar*. Em parte ainda estava funcional na primeira metade do século XX, tendo apodrecido quando ruiu o telhado daquela zona. Cf. B.P.E., Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo, *Livro de Inventário dos Bens do Mosteiro, com outro Inventário Avulso - Livro 123*, 1901-1902, fl.19v. Esta plataforma e vão de porta estão assinalados com a seta vermelha 8 na figura 5.19 dos Anexos de Imagens.

ladeada por dois pequenos nichos sobre o vertical, destinados à colocação de imagens de santos (figura 5.24). Ao lado da porta que conduz à sala imediatamente a nascente, podem ainda observar-se os vestígios de um pequeno recipiente embutido na parede, em forma de vieira, obrado em cerâmica local vidrada e destinado a pia de água benta. Muito embora a comunidade possuísse boticária e *partido médico*<sup>245</sup>, o principal *equipamento hospitalar* era metafísico, pois acreditava-se que a cura advinha mais da graça divina que das ciências médicas.

O inventário feito em 1901 também nos dá confirmação indirecta da função desta sala. Se pensarmos que os indivíduos que o fizeram foram percorrendo as diversas divisões da Casa de forma sequencial, isto é, à medida que concluíam o arrolamento dos objectos de uma divisão passavam imediatamente à que lhe estaria mais próxima, podemos deduzir que na altura em que o Convento encerrou a Enfermaria se mantinha ainda no mesmo local onde estava em 1594. Terminado o inventário do Refeitório, passaram imediatamente ao do patamar das escadas, de seguida ao Oratório das escadas (seta 10 na figura 5.19) e destas, naturalmente, à Enfermaria, onde registaram a existência de “um crucifixo de madeira e uma imagem de Nossa Senhora da Conceição com a respectiva coroa em prata pesando 130 grammas”<sup>246</sup>

Túlio Espanca supôs a Enfermaria na zona nova, a construída nos inícios do século XVIII, não nos esclarecendo, contudo, da sua localização anterior<sup>247</sup>. Estando nesse local, o facultativo seria obrigado, quando em visita, a atravessar um grande número de divisões para as quais se requeria grande recato, como seriam os casos de parte do *Dormitório Velho* ou, quando os Claustros se deram por concluídos, a zona do *Antecoro*. Estando na ala norte, como defendemos, o acesso à Enfermaria era muito mais directo, minimizando a violação da clausura conventual. A divisão imediatamente a nascente da Enfermaria também poderá ter sido utilizada para os mesmos fins, pois não é crível que religiosas e criadas, pelo menos no período em que a Casa acolheu mais gente (século XVIII), fizessem uso da mesma. Um assentamento

---

<sup>245</sup> Que aparece, com frequência, referido na documentação da comunidade. Entre outros valores, o “*surgião da Caza*” recebia de paga pelos serviços prestados 20 arrobas de farinha de trigo. Cf. B.P.E., Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo, *Livro 20*, 1759-1765, fl.1v.

<sup>246</sup> B.P.E., Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo, *Livro de Inventário dos Bens do Mosteiro, com outro Inventário Avulso - Livro 123*, 1901-1902, fl.19v.

<sup>247</sup> “A restante frente monástica, formada pelo DORMITÓRIO NOVO e ENFERMARIA, oferece menor interesse artístico, não só por se ter adaptado a habitação particular, como por ser o corpo mais recente do edifício, concluído em período avançado do séc. XVIII.” – ESPANCA, Túlio, *Op. cit.*, p.430.

dos gastos do azeite, de 1775, parece corroborar esta possibilidade ao referir a "D[espesa] com as alampadas **das enfermarias**. seis alqueires"<sup>248</sup>.

Sabemos, também documentalmente, que a Casa possuía Botica:

"Mandamos a Reverenda Madre Priora que ponha na botica alguã Religioza de Véo branco se houver, ou alguã das mossas da Comunidade que para isso tiver mais inclinação para que va apprendendo o officio de boticaria..."<sup>249</sup>

A função de boticária era de tal forma necessária e apreciada que o próprio Cardeal Patriarca, em missiva datada de 1 de Janeiro de 1826, facilitava o ingresso na comunidade de noviças com tal competência:

"A q' quer entrar por Boticaria sem dote, pode V. S. pedir a paga da comdoria do anno de Noviça, e nada mais."<sup>250</sup>

Desconhecemos a localização exacta da botica das Jerónimas vianenses. Pode-se contudo pensar que poderá ter estado numa pequena divisão junto ao canto SE do segundo piso (sala 2.12 na figura 5.19), não muito longe da(s) Enfermaria(s) e da respectiva cozinha, onde ainda foi possível identificar dois armários muito compartimentados, abertos nas paredes, que poderiam ter servido para o arrumo de drogas e utensílios. Este pequeno compartimento possuía apenas uma porta, o que facilitava a sua segurança e uma pequena lareira com chaminé (visível no canto superior esquerdo da figura 3.02), ainda hoje existente<sup>251</sup>.

#### 5.1.4. As cozinhas e a Adega

Muitas outras estruturas funcionais são mencionadas na documentação do Convento hieronimita vianense: coros e antecoro, celeiros, despensas, amassarias, mirante, Casa do Capítulo, capela dos Claustros, Arquivo e Livraria, etc. Quanto a cozinhas, pensamos que o complexo chegou a ter pelo menos três: uma geral, na ala

---

<sup>248</sup> B.P.E., Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo, *Livro 5*, 1775-1778, fl.92v. Sendo o alqueire cerca de 18 litros [Cf. "Pesos e Medidas", *Dicionário de História de Portugal*, (dir. Joel Serrão), Vol.5, Porto, Livraria Figueirinhas, 1992], trata-se de um gasto de 108 litros de azeite só para a iluminação das enfermarias.

<sup>249</sup> A.N.T.T., Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo (1603-1889), *Livro de Actas das Visitas do Senhor Cônego Manuel Guerreiro de Brito ao Mosteiro*, 1726-1766, PT-TT-MBJVA-L02, fl.32.

<sup>250</sup> B.P.E., Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo (1522-1910), *Livro 124*, 1571-1900, Peça 206.

<sup>251</sup> Um assentamento de despesa de Maio de 1777 refere a "D[espesa] em quatro sacas de carvão p.<sup>a</sup> a Botica". Cf. B.P.E., Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo, *Livro 5*, 1775-1778, fl.3v.

norte, num nível intermédio entre o piso térreo e o segundo piso<sup>252</sup>, a que se acedia pelo patamar intermédio das escadas; uma outra junto à Portaria, para utilização privada das Madres Porteiras, do Torno e Cerqueiras quando em serviço; e uma terceira, junto à Enfermaria (sala 2.10, na figura 5.19), para confecção das dietas das pacientes:

“... que sempre que alguã Religiosa adoecer e o medico lhe mandar comer galinha se lhe faça dar ao jantar hum quarto de galinha em especie feita e cozida na **cozinha da enfermaria**.”<sup>253</sup>

A localização desta cozinha das Enfermaria é indiciada pela existência, num dos dois panos de parede sobreviventes, de dois armários compartimentados para arrumos e, sobretudo, por uma lareira que se encostava à derruída parede nascente, mas cuja chaminé era ainda, por volta de 1930, perfeitamente visível perto da zona central da figura 3.02.

Da cozinha geral apenas sobreviveram algumas das paredes no alçado norte do complexo conventual, que se achou muito arruinado e em grande parte já desaparecido. Não foi possível confirmar a existência de escadas de serviço entre o piso intermédio e o piso térreo, onde se encontravam as divisões destinadas a guardar cereais, lenhas, vinho, azeite e outros mantimentos. Mas supomos que existiram, pois não faria muito sentido fazer-se o abastecimento da cozinha pela escadaria principal. No que restava das suas paredes foi ainda possível registar alguns vãos utilizados como prateleiras e parte do sistema de águas sujas, cuja presença ajudou a validar a serventia daquelas divisões.

Já a cozinha das Madres Porteiras estava instalada junto ao Pátio da *Porta do Carro*, numa construção que se encontrava encostada à parede norte da *Casa da Grade Nova* (ver figura 5.13), com entrada por uma porta localizada na *Casa da Portaria de Dentro*:

“Que as duas porteiras do torno residão na porta, E huma moça do choro estando fora da casa do torno leue os recados.”<sup>254</sup>

---

<sup>252</sup> Esta solução também está presente no Paço dos Henriques de Alcáçovas, onde no chamado *Piso Intermédio* estava localizada a cozinha, despensas e instalações das criadas de dentro. Escadas de serviço ligavam-no ao piso térreo (adegas, armazéns, cavalariças) e ao piso superior, o piso áulico.

<sup>253</sup> A.N.T.T., Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo, *Livro de Actas das Visitas do Senhor Cónego Manuel Guerreiro de Brito ao Mosteiro*, 1726-1766, PT-TT-MBJVA-L02, fl.20v. O negrito é nosso.

Com duas divisões, nesta construção também pernoitavam as Madres Porteiras ou *Veleiras*, como nos informa um Inventário feito em 21 de Novembro de 1858 pela Repartição da Fazenda do Distrito, a mando do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça. Ao descrever a *Caza da Portaria de fora*, refere que à sua esquerda tinha uma porta "que dá serventia para outra grade, e Caza onde rezide a Velleira..."<sup>255</sup> Cremos ter sido impensada a demolição desta estrutura já durante a empreitada de reabilitação do completo conventual, que apenas se releva pelo estado de degradação em que se encontrava e pelo facto de, na altura, a sua antiga valência funcional não ser ainda clara.

Uma quarta cozinha poderá ter existido no canto sudeste do piso superior. Serviria a área que, pelo menos em determinado período, nos parece ter sido destinada às noviças (sala 2.11 na figura 5.19). A sua ampla chaminé, de que encontrámos nítidos vestígios (seta vermelha 16 na mesma figura 5.19), teria sido entaipada aquando da construção do escadório (seta vermelha 14) para acesso ao terraço ou *mirante*.

Nas fotografias antigas que possuímos contámos um total de catorze chaminés, a que se terá de adicionar a atrás mencionada, fechada já no século XVIII. Dessas chaminés, apenas seis chegaram aos nossos dias em diferentes graus de conservação. Três delas ressaltam do plano do alçado principal (podem ser observadas, à esquerda, na figura 5.01) e terão servido os cómodos do piso térreo destinados à *Hospedaria* da Casa e a outras casas de função, não directamente acedidas pelas religiosas. A chaminé da *Torre da Priora* destinava-se a fumar um fogão de sala localizado no segundo piso, para aquecimento. O total de cozinhas apontado, quatro, poderá ter sido superior, se tivermos em linha de conta que algumas religiosas terão possuído, em determinadas alturas, aposentos privados dotados daquela serventia.

O Convento era proprietário de algumas vinhas<sup>256</sup> e tinha adega, onde se produzia e guardava o vinho que se consumia na Casa<sup>257</sup>. Temos razões para crer que

---

<sup>254</sup> B.P.E., *Visitação feita a 7 de Dezembro de 1594 ao Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo, pelo arcebispo de Évora D. Teotónio de Bragança*, Cód. CIX/2-7, n.º 20, fl.1. Transcrição de Fátima Farrica. O negrito é nosso.

<sup>255</sup> B.P.E., *Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo, Livro 122, 1550-1902, Doc.1.*

<sup>256</sup> Pelo menos quatro, uma em Beringel e três nos arredores de Viana: ao Esporão (onde já para o século XVI estavam referenciadas outras vinhas), aos Bacelos do Melo (será a actual *horta do Melo*, nos Reguengos?) e a "*vinha do Manquinho*", na zona NO do aro da vila, que "*parte com vinha de João Clemente, com vinha de Luís Salema e com a estrada de Lisboa...*". Cf. B.P.E., *Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo*, lv. 1, 1699, fl.23v.

estaria situada atrás da ala norte, confrontando com a *Cerca Velha* e perto do bloco das cozinhas e das restantes divisões que serviam de armazenamento de alimentos. Da adega apenas resta parte da parede do lado sul e o arranque da abóbada (figura 5.25). O alinhamento desta divisão, com o comprido alçado principal virado ao setentrião, ajuda a denunciar o seu primitivo uso. No século XX o local foi usado para a construção de um tanque, em cimento, aproveitando-se a presença da água que, vinda talvez do grande poço-cisterna do pátio da *Porta do Carro* por uma conduta de granito, originalmente abastecia a adega. A ela se encostava, pelo lado nascente, uma pequeníssima divisão sobre o comprido, sem qualquer ligação às que a flanqueavam e possuindo apenas a porta virada a norte: a provável casa do vinagre (figura 5.26). Estes complexos - adega de vinho/casa do vinagre -, são muito comuns na vila, possuindo sempre a orientação que descrevemos, herança muito provável da presença romana neste território e das disposições *vitruvianas* para a otimização da construção deste tipo de equipamentos<sup>258</sup>.

Já não vislumbramos vestígios do forno da comunidade<sup>259</sup>. Alguns vianenses mais velhos, que viveram ou conheceram o Convento há mais de cinquenta anos, recordam-no e localizam-no perto da zona das cozinhas - ver figura 5.2. Como nele se cozia o pão do dia-a-dia presumimos que a *Casa da Amassaria*, isto é, onde o pão era amassado, estaria nas suas cercanias, talvez na sala 1.12 que, infelizmente, encontrámos praticamente por terra.

Ainda no piso térreo e na base da cozinha principal, uma das divisões maiores faria as funções de casa da lenha, abundantemente consumida pela comunidade. Em 1826 e quando o declínio já se avizinhava, as freiras lograram obter do duque de Cadaval, ao tempo D. Nuno Caetano Álvares Pereira de Melo (1799-1837), proprietário da herdade da Quinta de Santa Maria, a lenha necessária ao seu consumo:

---

<sup>257</sup> No entanto o vinho utilizado na missa era, pelo menos na segunda metade do século XVIII, comprado no exterior, como nos dão conta inúmeros assentamentos num livro de despesas do período compreendido entre 1775 e 1778. B.P.E., Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo, *Livro 5*, 1775-1778.

<sup>258</sup> "[A cozinha] deverá ter igualmente perto a adega, que possuirá aberturas de janelas do lado norte; pois se as tiver de outro lado, que o sol possa aquece, o vinho que estiver nessa adega, corrompido pelo calor, perderá a força". Cf. VITRÚVIO, *Tratado de Arquitectura - Decem Libri*, Tradução, Introdução e Notas de M. Justino Maciel, Lisboa, IST Press, 2006, p.234.

<sup>259</sup> Ainda que não existissem registos documentais que atestassem a sua existência, ela seria sempre certa uma vez que se trata dum equipamento fundamental. Num assento de despesa de Março de 1777 apontaram as freiras: "Des[pesa]: Com hũ oficial de Ped[rei]ro que concertou o forno da comunid[ad]e doues dias, seis centos reis" e "Des[pesa]: em Adobes p.<sup>a</sup> se ladrilhar o mesmo forno - seis centos reis", Cf. B.P.E., Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo, *Livro 5*, 1775-1778, fls.151v e 152.

"Attendendo ao que Me representou a Madre Abbadeça e mais Religiozas do Convento do Bom Jezus da Ordem de S. Jeronimo de Vianna do Alemtejo. Hey por bem fazer-lhes Mercê de lêmha preciza para o consumo do dito Convento concedendo-lhes licença para que a mandem buscar aos montados da Minha Quinta denominada de S. Maria dezinando sempre o couteiro os troncos que para esse fim devem ser cortados. Pelo que Mando ao competente Almojarife que assim o cumpra, faça cumprir e registrar, ficando na intelligencia de que esta Mercê só terá vigor em quanto Eu não mandar o contrario. Pallacio de Pedroços oito de Novembro de mil oito centos e vinte seis. [assinado] Duque"

260

### 5.1.5. O cárcere

Estando documentalmente estabelecida a sua existência, colocava-se o desafio de localizar a prisão da casa, caso ela ainda fosse passível de ser identificada. E pensamos ter sido bem-sucedidos. A escadaria que, a partir de uma sala do canto noroeste dos Claustros, conduz ao segundo piso, assenta sobre um vão, em forma de " Γ ", com pouco mais de um metro e meio de largura, totalmente praticável no seu interior. A sua localização e o facto de, na parte interna que faz ângulo recto, se encontrarem vestígios bem claros de uma banqueta corrida, também em forma de " Γ ", construída em tijolo e manifestamente antiga, sugerem poder ser este o local onde terá estado instalado o cárcere da comunidade (figura 5.27). Servida por uma desaparecida porta, da qual apenas restam vestígios da respectiva aduela, esta estreita masmorra recebia luz de cinco pequenas frestas verticais, abertas nas suas paredes, o que significa que a iluminação da enxovia seria muito escassa, uma vez que o próprio espaço onde está a escada, desprovido de vãos para o exterior era, ele mesmo, fracamente iluminado.

No exterior do cárcere, na parede do lanço maior das escadas, está a inscrição esgrafitada a que já fizemos referência no capítulo 5, alusiva à *escada de Jacob*:

"LENBRENSE.DA DE IACOB. PELLA QVAL ANIOS.SOBIAM E DECIAM"

Acreditamos que este lereiro possa ser duplamente significativo: por um lado procurava dar alento às velhas monjas para a subida das escadas. Por outro,

---

<sup>260</sup> B.P.E., Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo, *Livro 124*, 1571-1900, Peça 170.

recordava a quem sob elas cumpria pena o quão árduo e espinhoso é o caminho para se atingir o céu. Revestido de profundo simbolismo seria também o facto de o calabouço se localizar debaixo das escadas, num local onde freiras e criadas estariam permanentemente a passar por cima das que ali estivessem confinadas<sup>261</sup>. Apenas mais um pormenor: no interior do cárcere e debaixo de inúmeras camadas de caiações foi possível observar-se, pelo menos, dois grupos de riscos verticais feitos com objecto aguçado, marcas prováveis da contagem dos dias ali passados por algumas das suas reclusas (figura 5.28).

---

<sup>261</sup> O "passar por cima" é uma constante nas penas aplicadas às transgressões e indisciplina das monjas: "Espantado estou como não caie o mosteiro sobre todas as freiras, auendo nelle duas falsas religiosas como são Maria de Jesu e Maria da Coluna, as quais sempre andão em brigas (...) E á porta do refeitório se prostrará atrauessada huma dellas a 1ª Maria de Jesu e passará a 1ª por cima della Maria da Coluna e apos ella todo conuento. E logo o outro dia se prostrará Maria da Coluna e passará Maria de Jesu (...)" - Cf. B.P.E., Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo, *Visitação feita a 7 de Dezembro de 1594 ao Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo, pelo arcebispo de Évora D. Teotónio de Bragança*, Cód. CIX/2-7, n.º 20, fl.5v. Transcrição de Fátima Farrica.

## 6. O acompanhamento arqueológico: alguns casos paradigmáticos resultantes do cruzamento da informação documental com a arqueologia da arquitectura.

A execução do projecto de arquitectura e engenharia para a requalificação do Convento do Bom Jesus de Viana do Alentejo foi antecedida da realização de sondagens geológicas, em 2017, que tiveram como objectivo principal verificar a natureza e a solidez do enrocamento do edifício. Nessas sondagens, que decorreram em simultâneo com outras de natureza arqueológica (vide figura 5.13), foi sumariamente caracterizada a estratigrafia geral da zona em que foi implantado todo o complexo monástico. No relatório então produzido, pode ler-se:

"A estratigrafia das oito sondagens realizadas apresentou essencialmente características equivalentes nas diferentes áreas do convento, sendo marcada pela presença de um nível genérico de aterro associado à construção do mesmo, sobrepondo níveis estéreis, de formação natural. Não se identificaram contextos arqueológicos preservados que permitam apontar uma ocupação anterior do terreno, surgindo apenas algumas estruturas e pavimentos associados a momentos de remodelação do espaço do próprio edifício. (...) A sua estratigrafia caracterizava-se pela presença de um nível de aterro, argilo - arenoso e de tom castanho, no qual estavam presentes fragmentos ocasionais de cerâmica de construção e alguns nódulos de argamassa. Este depósito, associado ao momento de construção da referida ala do Dormitório Novo, cobria um depósito bastante compacto, de formação natural, constituído por argilas estéreis de tom castanho escuro, que por sua vez cobriam o substrato geológico constituído por saibros acinzentados, com veios alaranjados, identificado a 2m de profundidade." <sup>262</sup>

Mais tarde, uma visita ao Convento<sup>263</sup> feita com o Professor José António Paulo Mirão, do Departamento de Geologia da Universidade de Évora, permitiu-nos afinar a análise estratigráfica da chamada *Cerca Velha*, o seu maior e mais antigo logradouro. É opinião daquele investigador que o depósito de *argilas estéreis de tom castanho escuro* - que já em obra verificámos ter, em alguns lugares, perto de um metro de

---

<sup>262</sup> SIMÃO, Inês, *Relatório dos trabalhos arqueológicos - Convento de Jesus, Viana do Alentejo - Projecto nº 1196.13*, Lisboa, ERA Arqueologia, pp.9 e 10.

<sup>263</sup> No dia 16 de Novembro de 2019. Na mesma ocasião tivemos oportunidade de visitar e estudar uma das pedreiras de mármore de Viana e a pedreira de granitos da Herdade do Monte das Pedras de onde, pensamos, poderá ter saído a pedra utilizada no convento nas obras realizadas no século XVIII.

potência -, poderá não ser totalmente de origem natural, mas estará, isso sim, muito trabalhada pela acção humana, uma vez que é a camada arável de terra vegetal das hortas que, presumivelmente ao longo de muitos séculos, ocuparam aquele sítio. Já quanto aos *saibros acinzentados, com veios alaranjados*, provêm da meteorização das rochas granitóides que constituem a natureza geológica do local, alcançada através de processos mecânicos e químicos que terão envolvido as águas provenientes das cotas mais elevadas da serra de Viana e a falha geológica mais próxima (figura 2.2). Durante os trabalhos de acompanhamento arqueológico da obra verificámos que todos os caboucos do edifício se encontram perfeitamente encaixados no substrato geológico saibroso, encaixe esse nunca inferior a, pelo menos, cerca de meio metro, ainda que para tal o alicerce se tivesse de prolongar, em alguns locais, até mais de dois metros de profundidade.

Logo de início, a primeira preocupação foi o registo fotográfico de todo o imóvel, memória futura do estado a que tinha chegado em 2018. Com especial detalhe fotografaram-se as estruturas que, na planta de *amarelos e encarnados*<sup>264</sup>, se destinavam à demolição. Em alguns casos, onde a valia patrimonial ou histórica o justificava, procedeu-se também ao desenho pormenorizado dessas estruturas<sup>265</sup>, por exemplo uma pequena calçadinha que se encontrou na ala poente do Pátio Central, sob a qual passa a conduta de abastecimento da fonte (figura 6.1). A partir dos desenhos e levantamentos fornecidos pelo dono da obra foram sendo produzidos, pelo próprio arqueólogo, cortes e plantas para seu uso específico, tendo sido numeradas todas as divisões existentes para simplificação da sua identificação: p.e., a sala 1.06 corresponde a uma divisão no piso térreo, a sala 2.06 a uma divisão no segundo piso.

Na impossibilidade de aqui darmos conta da totalidade dos trabalhos de natureza arqueológica realizados ao longo de cerca de quatro anos - e porque não é esse o objectivo desta dissertação -, durante os quais, reiteradamente, usámos a metodologia que sumariamente podemos descrever como "exegese documental / prática arqueológica / síntese" - conjugada, obviamente, com os outros métodos próprios da arqueologia já atrás descritos, como o estratigráfico ou os da chamada *arqueologia da arquitectura* -, ir-nos-emos circunscrever, para a elaboração desta

---

<sup>264</sup> Expressão usada no universo da construção civil, em obras de recuperação ou de reabilitação, onde as estruturas a demolir são desenhadas a amarelo e as que são para construir, a vermelho.

<sup>265</sup> "Sin embargo, nos parece importante señalar que las intervenciones desarrolladas en construcciones que vayan a tener alteraciones sustanciales de su materialidad, deberían emplear recursos gráficos que garanticen una documentación lo más precisa y completa posible." Cf. AZKARATE GARAI-OLAUN, Agustín, ESCRIBANO RUIZ, Sergio, SÁNCHEZ PINTO, Iban, SOLAUN BUSTINZA, José Luis, *Op. cit.*, p.25.

dissertação, a alguns casos concretos cujos resultados, de certa forma, consideramos positivos.

Trataremos com mais detalhe a investigação feita em torno da *Torre da Priorosa*, onde a aplicação de alguns dos princípios da arqueologia da arquitectura permitiu que nela se tivessem identificado fortes alterações feitas em, pelo menos, dois momentos diferentes (séculos XVI e XVIII) e, em simultâneo, compreendido que essas alterações visaram transformar uma estrutura seguramente anterior ao próprio Convento, provavelmente do século XV e de feição militar, em cómodos de serventia monástica. Observaremos ainda outros sinais de estruturas que serão pré-existentes ao cenóbio, em parte reaproveitadas aquando da sua construção. Debruçar-nos-emos, por fim e ainda que sumariamente, sobre o sistema de águas limpas e sujas e parte do espólio cerâmico recolhido na carga de algumas das abóbadas das divisões do piso térreo, em que as características das suas pastas e da sua cozedura denunciam ter sido, quase todo ele, produzido na própria vila.

### 6.1. As Sacristias e os Confessionários

A documentação refere a existência de duas Sacristias, a de *Fora* e a de *Dentro*, que seriam contíguas. A de *Fora* será a pequena divisão imediatamente a norte do altar-mor, comunicando com a Igreja por uma porta do lado do Evangelho<sup>266</sup>. Quanto à *Sacristia de Dentro*, estaria instalada na grande sala da ala nascente do piso térreo (sala 1.16 na figura 6.2), que se encontrou completamente abatida e onde os oleiros tinham construído os dois fornos de cozer loiça (ver figura 5.5). Pensamos que as duas Sacristias não tinham comunicação que permitisse a passagem de pessoas. Sabemos, de fonte documental datada de 1728, que pelo menos existiu um vão, provido de roda, pelo qual se fazia a passagem de paramentos e alfaias religiosas. A sua tábua do meio tinha um pedaço cortado, para facilitar a passagem da custódia<sup>267</sup>.

---

<sup>266</sup> “Do presbitério e através de pequena e interior arrecadação alcança-se a Sacristia-mor, bela sala de planta rectangular e coberturas nervuradas, de aresta viva, em grande extensão actualmente desabada e distribuída em três tramos de colunata da ordem dórica, de mármore branco.” – ESPANCA, Túlio, *Op. cit.*, p.432.

<sup>267</sup> Arquivo da Sé de Évora, PT/ASE/CSE/MESV/H/C/001/Mç.001-1540-1731. Transcrição de Fátima Farrica.

Do lado poente da *Sacristia de Dentro* e com esta comunicando por uma porta, identificou-se uma pequena divisão destinada a confessionário, de uso dos padres. A sua grelha ou *ralo*, de apertada trama férrea, tinha desaparecido, restando apenas a moldura de pedra onde encaixava, com os orifícios pouco espaçados onde aquela se chumbava. As monjas acediam a esse confessionário por um outro compartimento, junto ao canto sudeste dos Claustros térreos (figura 6.3).

Na escavação do pavimento da *Sacristia de Dentro* encontraram-se vestígios de dois caboucos que, em determinada altura, terão sustentado duas paredes que seccionaram da sala duas pequenas divisões (figura 6.2). Encostadas à *Sacristia de Fora* e ao confessionário velho, terão servido de segundo confessionário, provavelmente na segunda metade do século XVIII quando o Convento conheceu maior ocupação. Dessas paredes tardias, também se identificaram vestígios nos locais onde colavam aos paramentos do lado nascente e poente da *Sacristia de Dentro* (figura 6.4). Para acesso dos confessores terá sido então aberta uma porta de ligação à *Sacristia de Fora*, provavelmente no mesmo lugar onde anteriormente estava a roda, que nessa altura terá passado para a nova parede separadora da *Sacristia de Dentro*. Nos Claustros e para entrada das freiras no improvisado segundo confessionário foi transformada em porta, de forma tosca, uma das janelas gradeadas (figura 6.5), reutilizando-se como soleira o seu antigo peitoril - o que é denunciado pelos orifícios, simétricos aos do intradorso da verga, onde se chumbava a ferragem. Ainda durante os trabalhos de limpeza daquela zona encontrou-se um fragmento comprido de pedra mármore, com uma linha de pequenos orifícios circulares muito próximos (figura 6.6), que poderia ter pertencido à grelha do novo confessionário. Nela também é visível um orifício de maior diâmetro, onde encaixaria a aduela da portada de madeira, que estaria do lado do confessor.

## 6.2. As abóbas

Os trabalhos de desmonte e limpeza das cargas das abóbas das divisões térreas da do flanco sul do edifício iniciaram-se a partir das três salas que estão imediatamente a poente da chamada *Porta do Carro* (salas 1.22, 1.21 e 1.20 na figura 5.13). Essas cargas ou *carregos*, constituídos essencialmente por entulhos provenientes do derrube de construções anteriores - e onde se podiam observar muitos nódulos de cal de obra e pequenos fragmentos de pedra, tijolo e telha -, foram

depositados sobre o extradorso das abóbadas para lhes conferir solidez e estabilidade, ao mesmo tempo que proporcionavam camalho de assentamento ao pavimento do piso que se lhes sobrepunha, quando existente<sup>268</sup>. Em algumas das abóbadas do edifício essas cargas apresentaram uma potência superior a um metro, sobretudo nos cantos. A sua remoção prendeu-se com a necessidade de se proceder à sua reabilitação e consolidação<sup>269</sup>, sendo que muitas delas apresentavam sinais evidentes de degradação e outras já se encontravam em parte derruídas.

Antes do início dos desmontes das cargas já tinham sido registados todos os pavimentos cerâmicos, tendo sido desenhadas as respectivas estereotomias. Nos casos em que os seus elementos cerâmicos se encontravam ainda em bom estado de conservação, foram limpos e guardados para posterior utilização.

Se nas três salas acima referidas as cargas retiradas eram apenas de entulhos, já na do túnel da *Porta do Carro* (sala 1.19) começou a aparecer, logo imediatamente abaixo do pavimento cerâmico do segundo piso e misturados nos ditos escombros, grande quantidade de artefactos de cerâmica utilitária comum (figura 6.7). Trata-se de peças na sua maioria fechadas - bilhas, infusas, cântaros, panelas, asados, cantis, alcatruzes de nora -, mas também algumas escudelas, pratos, alguidares, canecas, etc. Pela textura e qualidade das pastas, pela sua cozedura em forno oxidante e pela sua tipologia, a grande maioria dos artefactos aparenta ser de fabrico local, muito embora um ou outro possa ser de importação. Grande parte deles foram recolhidos inteiros, ainda que apresentando avarias sob a forma de rachas, orifícios ou falta parcial dos bordos ou asas (figura 6.8). A quase totalidade apresenta sinais de uso nas suas funções originais, sendo os mais evidentes as marcas de fogo no exterior e de calcário no interior. As peças fechadas encontravam-se quase todas vazias de conteúdo, embora algumas apresentassem vestígios de terem contido cal de cair, sinal de que depois de se terem danificado ainda tiveram alguma serventia<sup>270</sup>.

---

<sup>268</sup> O enchimento - ou carregamento - do extradorso das abóbadas era normalmente feito com entulhos provenientes de anteriores demolições, constituídos por cal de obra, fragmentos de cerâmica de construção e pedra miúda. A *carga* é uma força exterior produzida por acção da gravidade, que actua directa ou indirectamente sobre todos os elementos de uma estrutura - neste caso, a abóbada. Cf. BRANCO, J. Paz, *Dicionário Técnico de Construção Civil*, Queluz, Edição da Escola Profissional Gustave Eiffel, 1993, p.54.

<sup>269</sup> As abóbadas foram totalmente reconstruídas e limpas no seu extradorso. Espaçadamente, alguns dos seus tijolos foram furados e nos orifícios grampeados ferros galvanizados, em forma de "L", aos quais se amarraram armações em ferro, moldadas ao jeito das respectivas curvaturas. Essas armações foram imbricadas nos paramentos laterais e, posteriormente, preenchidas com betão leve.

<sup>270</sup> Prática ainda hoje utilizada pela população mais ruralizada da vila, que caia as suas casas e derrega e guarda a cal em peças de loiça - normalmente pequenos potes ou talhas - já inutilizadas (ou *avariadas*) para as funções primitivas, mas funcionais para este fim.

Nas divisões imediatamente a seguir (salas 1.18, 1.17, 1.05, 1.06 e 1.06a) foram recolhidos mais artefactos cerâmicos de idêntica tipologia, com especial destaque para as abóbadas das salas 1.05 e 1.17, respectivamente a *Casa da Portaria de Fora* e a *Casa da Grade Nova*. Nesta última a cerâmica foi sobremaneira abundante, sobretudo no lado meridional, junto à parede que confronta com o exterior, onde está a janela gradeada. No canto noroeste da abóbada da *Casa da Portaria de Fora* foi recolhido um grande fragmento de um volumoso recipiente, provavelmente um pote ou talha para azeitonas, apresentando toscamente esgrafitado no seu bojo, com a ajuda de um objecto cortante, um pequeno desenho figurando esquematicamente os próprios tramos nervurados da abóbada sobre a qual se encontrava (figura 6.9). Podemos imaginar os mestres pedreiros a discutir a forma como a iriam construir e, à falta de uma folha de papel, algum deles ilustrou o projecto usando o que tinha mais à mão...

Acompanhando-se depois o desmonte das cargas das abóbadas do Coro Baixo e de todo o piso inferior dos Claustros, continuou-se a recolher loiça de tipologias semelhantes ainda que, comparativamente, em menor quantidade. No canto noroeste dos Claustros, junto ao vão que dá acesso às escadas que conduzem ao piso térreo, num local onde a potência das terras de carregamento era maior, para além da cerâmica utilitária comum - a maior parte dela muito danificada e fragmentada -, retiraram-se também muitos fragmentos, alguns deles grandes, de loiça vidrada verde (verde garrafa), de boa qualidade, que parecem ter pertencido a vasos de noite ou *servidores*. Não muito longe e junto ao cunhal sudoeste dos Claustros do segundo piso descobriu-se, a pouca profundidade e logo por baixo da camada de cal de obra que serve de camalho e cola à tijoleira do pavimento, um numisma em cobre, com cerca de 28 mm de diâmetro, que se identificou como uma moeda de 3 reais cunhada no reinado de D. João III (1521-1557). Recordemos que em 1599 os Claustros ainda estavam em construção, posto que eventualmente já praticáveis, o que nos é documentalmente atestado pelo contrato a que mais atrás já fizemos referência<sup>271</sup>.

Já anteriormente, no acompanhamento arqueológico das sondagens geológicas realizadas em 2013, tinham sido identificadas no *Poço 2* - aberto junto ao túnel da *Porta do Carro* (sondagem P2 na figura 5.13) -, peças cerâmicas semelhantes a algumas das agora recolhidas:

“Identificou-se ainda uma estrutura [203], possível pequeno túnel abobadado, construído em alvenaria com a mesma tipologia do restante convento. Poderá

---

<sup>271</sup> B.P.E., Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo, *Livro 124*, 1571-1900, Peça 231.

corresponder a antigo caneiro entretanto entulhado. É de referir que este entulhamento [202], se caracteriza pela presença frequente de peças em cerâmica, muitas quase completas, entre as quais cântaros e potes em cerâmica comum, alguidares revestidos a vidro esverdeado ou melado e pratos e taças em faiança. Estas peças, com uma cronologia da 2.<sup>a</sup> metade do século XVII / 1.<sup>a</sup> metade do século XVIII, permitem considerar o abandono de utilização e posterior entulhamento deste possível caneiro no momento de construção da nova ala do convento.”<sup>272</sup>

Depois de retiradas, as peças foram lavadas e identificadas individualmente com uma ficha, colocada no interior de uma saqueta que, quando possível, se prendeu à peça com recurso a pequenas braçadeiras plásticas. Nessas fichas identificou-se o local da recolha, a data, a Unidade Estratigráfica ou Construtiva (quando possível), a designação do artefacto, as suas principais dimensões e o seu estado de conservação, indicando-se também as patologias que apresenta: p.e., a falta da asa ou um orifício na base. No verso da grande maioria dessas fichas entendeu-se ainda fazer um pequeno *croquis* detalhando a área da recolha. Mais tarde a informação dessas fichas foi passada para a base de dados produzida com o programa File Maker Pro 9 (reproduz-se uma destas fichas na figura 6.10).

Apesar do estado muito frágil de muitos dos objectos, logrou-se a lavagem de todos eles sem percalços de maior. Depois de secas todas as peças foram marcadas com o acrónimo dos trabalhos (CBJVA), seguido do código do local onde tinham sido recolhidas (p.e. 0.17, a *Casa da Grade Nova*) e, por fim, o número da peça. O estudo detalhado deste acervo ficará reservado para um futuro próximo.

### **6.3. As Casas da Grade e as Madres Escutas**

Para além do locutório e da roda da *Casa da Portaria*, um outro lugar usado para a comunicação das hieronimitas vianenses com o exterior era a chamada *Casa da Grade*, que amiúde aparece na documentação. A sua localização não oferecia problemas de maior, uma vez que seriam divisões que teriam de confrontar com o

---

<sup>272</sup> SIMÃO, Inês, *Op. Cit.* p.11. O caneiro a que se refere o texto é, efectivamente, a desactivada conduta de abastecimento de água que, proveniente da vizinha e já desaparecida Fonte Coberta, esteve na origem de graves atritos entre o povo de Viana e as religiosas hieronimitas.

exterior. Através de uma janela aberta num plano relativamente elevado, provida de sólido gradeamento, as habitantes do cenóbio podiam falar, em condições muito bem definidas pelos normativos internos, com quem estivesse do lado de fora.

O Convento do Bom Jesus de Viana do Alentejo estava dotado de duas *Casas da Grade*, a *Velha* e a *Nova* (ver figura 5.13), ingressando-se nelas pela *Casa da Portaria de Fora*. Saber qual delas era a velha e qual a nova, tal desiderato apenas foi possível graças ao *Inventário* de 1901. Assim, a *Casa da Grade Velha* seria a mais pequena, a que ocupava o piso térreo da *Torre Sineira*. A distinção fundamentamo-la na quantidade de mobiliário nelas inventariado, em menor quantidade na *Casa da Grade Velha*: tinha um estrado, dois esteirões, quatro cadeiras e uma cortina de chita. Já a *Nova* possuía um estrado, três esteiras, três cortinados de chita, dez cadeiras, uma mesa de abas e outra de pé de galo<sup>273</sup>. A *Casa da Grade Velha* estava também apetrechada com umas pequenas escadas, entretanto desaparecidas mas que deixaram negativo na parede (figura 6.11), que permitiam o acesso à janela gradeada.

À Madre Priora competia autorizar conversas das freiras com o exterior, que podiam ocorrer no parlatório ou *ralo*, ou nas *Casas das Grades*. Mas essas conversações tinham de ser acompanhadas e ouvidas por outras religiosas, as *Madres Escutas*, cargo ou *ofício* reservado apenas às mais velhas. Somente haveria dispensa da sua presença quando a conversa fosse tida com familiares directos, pais ou irmãos:

"Nas grades assistirão sempre as escutas conforme o grande Patriarcha São Geronimo (...) Pello que conformando me com a Regra e Disposições de muitos Consilios, Mando debaxo de preceito de obediencia que se não dê grade a Religioza alguã sem escuta, e só a Reverenda Madre Priora poderá permittir a não tenham as que fallarem com Pays e Irmãos, não levando estes consigo pessoa de sospeita, porque levandoa, ou dando occasião a que alguã religiosa fique só com qualquer pessoa estranha de qualquer estado que seja se lhe não dará mais grade sem escuta, porque os Santos Concilios não exceptuão a ninguem."<sup>274</sup>

Durante os trabalhos de acompanhamento arqueológico do levantamento das cargas das abóbadas foram recolhidas, como já atrás demos notícia, grande quantidade de peças de cerâmica utilitária, sobretudo artefactos de algum volume,

---

<sup>273</sup> A.N.T.T., Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo (1603-1889), *Livro de Actas das Visitas do Senhor Cônego Manuel Guerreiro de Brito ao Mosteiro*, 1726-1766, PT-TT-MBJVA-L02, fl.25v.

<sup>274</sup> Idem, fl.6.

misturados nos entulhos de carrego. A utilização da loiça nas cargas das abóbadas teria múltiplos intuitos, como o de lhes diminuir o peso, criando, em simultâneo, bolsas de arejamento. E também, segundo alguns autores, melhorar a acústica das salas sobre as quais era depositada. Esta técnica foi especialmente estudada na Sinagoga de Tomar, em 1943, por Santos Simões<sup>275</sup>, sendo também referida por Mário Barroca:

"A Sinagoga de Tomar beneficia, ainda, de um engenhoso sistema acústico, comportando oito peças de cerâmica embutidas, duas a duas, nas esquinas do edifício, a cota elevada, o que permitia que as palavras proferidas pelo Rabi no espaço central do templo - onde se localizava a bima - fossem distintamente ouvidas em qualquer ponto da construção."<sup>276</sup>

Curiosamente, o local onde foi recolhida mais loiça foi na abóbada da principal e maior *sala da grade*, nada menos do que 142 peças, das quais 109 inteiras. Também da abóbada da *Portaria de Fora* saiu um número considerável de artefactos cerâmicos, 42, alguns deles de grandes dimensões - como foi o caso do pote com o desenho da abóbada a que já fizemos referência. Ocorre-nos uma possível e simples explicação para a abundância de loiça nestas salas: escolhidas as *Madres Escuta* entre as freiras mais idosas, estas seriam também as que maiores dificuldades auditivas teriam. Sendo assim, era necessário dotar os locais onde exerciam o seu mister com as melhores condições acústicas possíveis.

#### **6.4. Torre da Priora ou *Domus Fortis*?**

A *Torre da Priora* domina todo o imóvel, dele fortemente sobressaindo. Destaca-se na paisagem quando, vindos do norte, das bandas de Évora, ainda nos encontramos a largos quilómetros da vila. Túlio Espanca supô-la instalações das madres prioresas, não nos informando, contudo, das razões para tal<sup>277</sup>. Mas pensamos que poderia ter razão, uma vez que na já aqui referida *Visitação* de 1757, feita pelo Arcebispo de Évora D. Frei Miguel de Távora, se pode ler:

---

<sup>275</sup> SIMÕES, Santos, *Tomar e a sua Judiaria*, Tomar, Edição do Museu Luso-Hebraico, 1943.

<sup>276</sup> ALMEIDA, Carlos Alberto F. de, BARROCA, Mário, *História da Arte em Portugal - O Gótico*, Lisboa, Editorial Presença, 2002, pp.132,133.

<sup>277</sup> "Finalmente, no extremo ocidental do complexo mais antigo, fica a pesada construção de planta quadrangular, assente em robusto embasamento granítico mas aberta em arcaria nos lados norte-sul, formada por três andares e onde, julgamos, viviam as madres superiores da casa." ESPANCA, Túlio, *Op. cit.*, p.434.

"Vimos que as seis janellas das cellas do dormitorio velho que cahem para acerca todas tem grades de ferro nas janellas mui raras e tambem **as duas janellas da caza da Reverenda Madre Priorosa** actual Luiza Ignacia..."<sup>278</sup>

Com efeito, a sala do segundo piso da torre possui duas amplas janelas, uma virada a sul, controlando o pátio da *Porta do Carro*, outra a poente, olhando sobre a *Cerca Nova* e, noutro tempo, a velha estrada para Évora. Pela breve descrição que dela faz no seu *Inventário Artístico*, na qual olvida a belíssima abóbada pintada do terceiro piso, acreditamos que Túlio Espanca não terá chegado a entrar na torre, o que de resto se compreende, se tivermos em linha de conta o estado de perigosa ruína em que já se encontrava toda a zona que lhe dava acesso quando, nos meados da década de setenta do século passado, visitou o Convento.

Com planta de geometria rectangular, com 9,50m por 7,4m de dimensões exteriores e 7,4m por 5,80m úteis no interior, os seus quatro pisos elevam-na até aos 16,50m (figura 6.12). Todos eles com diferentes alturas, sendo mais alto o térreo, com cerca de 4,30m, mais baixo o terceiro, com apenas 3,20m. E todos eles monocelulares, isto é, possuindo uma única divisão, sendo que não existe comunicação interna entre o térreo e os restantes.

No andar térreo abrem-se hoje três arcos estruturais de volta perfeita (figura 6.13), dois maiores e simétricos nos alçados sul e norte (4,30m de base por 3,5m de flecha), o terceiro, mais pequeno, no alçado poente (2,20m de base por 1,25m de flecha). Os arcos dos lados setentrional e meridional encontraram-se fechados com tabiques de tijolo cerâmico furado, contemporâneo, tendo o do lado sul abertos três vãos de janelas e um de porta. No lado exterior do alçado nascente, que hoje se encontra encostado à zona do púlpito do Refeitório e à copa (sala 1.11, vide figura 5.13), registou-se um pequeno vão de janela, entaipado desde há muito. Na figura 6.14 a linha tracejada vertical vermelha marca os limites da torre, e a elipse tracejada amarela o dito vão de janela que, outrora, daria alguma iluminação ao piso térreo.

O acesso aos níveis superiores da *Torre da Priorosa* era feito por duas portas localizadas lado a lado no alçado nascente do segundo piso, também visíveis na parte superior esquerda da figura 6.14. A esses vãos se chega pela grande divisão que foi a parte norte do *Dormitório Velho*, localizada na ala poente do mesmo piso. Pela porta mais a sul (seta vermelha 17, na figura 5.19) acedia-se apenas à sala do segundo piso

---

<sup>278</sup> A.N.T.T., Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo (1603-1889), *Livro de Actas das Visitas do Senhor Cónego Manuel Guerreiro de Brito ao Mosteiro*, 1726-1766, PT-TT-MBJVA-L02, fl.35. O negrito é nosso.

da torre, onde se pensa ter sido o aposento da Madre Priora. Pela outra (seta vermelha 18 na mesma figura 5.19), a umas escadas estreitas que correm encaixadas na parede de pedra e cal, conduzindo ao piso seguinte e, daí e pelo mesmo sistema, ao quarto e último nível.

A divisão térrea encontrou-se totalmente despida de qualquer estrutura interna. O seu pavimento era contemporâneo, colocado já nas derradeiras décadas do século XX, altura em que, provavelmente, também terão sido entaipados os arcos. Mais tarde veio a encontrar-se o que poderão ser vestígios do seu pavimento primitivo, obrado em tijoleira rectangular, de fabrico local, semelhante às restantes registadas na Casa ( $\pm 30 \times 15\text{cm}$ ), embora com uma estereotomia diferente. Localizado a 85cm abaixo da cota do pavimento actual (cota altimétrica 237,15m), identificaram-se também alguns fragmentos de parede, o que sugere uma antiga compartimentação deste piso (figura 6.15).

Quanto à sala do segundo piso (figura 6.16) destaca-se nela, na parede sul, uma lareira embutida no paramento, ao lado de uma das já referidas janelas que iluminam a divisão; orlada na sua face com pedra mármore possui, no fundo, uma interessante *boneca*. Na parede poente, à direita da segunda janela, abria-se um enorme negativo na parede, sinal que dali tinha sido extirpado qualquer artefacto de grande volume. A presença de uma conduta de saída de águas sujas, obrada em manilha de barro de fabrico local, denuncia a sua função muito provável de lavatório em pedra (seta azul número 3 na figura 5.19). Completa esta sala um conjunto de armários embutidos nas paredes, um no lado nascente, mesmo ao lado da porta, dois no lado norte e um último, aberto no lado esquerdo do interior da janela de poente. Fazendo uso da enorme espessura da maioria das paredes, encontramos esta solução de *mobiliário* um pouco por todo o edifício. Dois dos armários apresentam recorte em duas das suas prateleiras de alvenaria, significando que serviriam como cantareiras. O número de janelas, a lareira, o lavatório e os armários, tudo isto reforça a hipótese de, efectivamente, terem tido as Madres Prioras os seus cómodos no segundo piso da torre.

O terceiro piso é o que apresenta maiores cuidados construtivos, com a sua abóbada de berço a manter um programa decorativo ainda relativamente conservado, constituído por motivos geométricos pintados onde predominam os círculos (figura 6.17). Acede-se a esta sala por uma estreita escadaria, com degraus em pedra mármore com cerca de 75cm de largura, vinda da segunda porta e correndo encaixada na grossa parede que, aqui, tem 1,70m de espessura. Esta divisão é

servida por quatro janelas, duas na parede norte, uma na oeste e a última olhando o meio dia.

Por fim o piso superior, tem acesso por escadaria semelhante às anteriores. Este nível encontrava-se desde há muito sem cobertura, sendo certo não ter possuído abóbada, mas sim um tecto em madeira. Na figura 6.18, reprodução de um bilhete postal ilustrado editado por volta de 1910, numa altura em que o Convento já estava encerrado, percebe-se que o seu telhado era de quatro águas, estando servido, no lado setentrional, por uma mansarda (seta 2) a que se chegava, assim como às águas-furtadas, por um pequeno lanço de escadas em alvenaria. A sala é hoje iluminada por cinco janelas, duas no lado nascente e uma em cada um dos outros lados. Depois de removidos os rebocos percebeu-se que em momento anterior teria possuído um total de sete janelas sacadas, duas em cada um dos lados norte, nascente e sul e apenas uma no poente, o que lhe conferiria características de um verdadeiro miradouro.

#### **6.4.1. Os cunhais do Convento**

A torre está adossada, pelo seu lado nascente, à ala poente dos Claustros, aquela cujo piso térreo está em grande parte ocupado pela *Casa do Refeitório* e, no segundo piso, pela já referida ala norte do *Dormitório Velho*. No exterior da torre chamaram-nos imediatamente a atenção dois cunhais em granito grosseiro, nos cantos noroeste e sudeste. O primeiro, subindo quase ao nível do pavimento do último piso, isto é, até perto dos 12m (figura 6.19). O segundo, alcançando apenas o primeiro piso térreo, a cerca de 4,30m. Mais tarde, depois de removido o seu reboco, verificou-se que também se prolongava até quase ao topo do terceiro piso.

No canto noroeste, apenas na parte que sobressai acima da linha do beiral da desaparecida cobertura da ala poente dos Claustros eram visíveis algumas pedras graníticas do cunhal, uma ou outra ainda mais ou menos *in situ*, as outras já claramente deslocadas (figura 6.20). Percebe-se claramente que parte do alçado nascente da torre, ao nível do terceiro piso, terá sido desmontado e que, na posterior reconstrução, agora com recurso sobretudo ao tijolo (sinalizado com a seta vermelha na mesma figura 6.20), não teria havido grande preocupação na reposição correcta das pedras do cunhal, até porque a estrutura se destinaria a ser rebocada. No canto sudeste, apenas quando se procedeu à remoção do reboco se percebeu que também

estava dotado de cunhal, muito embora também aqui faltassem alguns dos seus elementos pétreos.

A presença, na torre, de cunhais em granito, difere do que sucede na zona mais antiga do complexo conventual, onde todos os cunhais são em pedra mármore. Os dois mais expressivos estão no canto sudeste da Igreja (seta amarela 2, na figura 6.21) e no canto nordeste do edifício, no local onde este se liga ao alto muro da *Cerca Velha* (seta amarela 1). Um outro cunhal em mármore - ou o que dele resta -, é menos perceptível (seta amarela 3), mas pode observar-se no alçado principal, no local de ligação entre o volume mais antigo do edifício e o mais recente - na figura 6.22 a linha tracejada vermelha assinala esse local e a elipse amarela o que resta do cunhal. Terá sido em parte desmontado aquando da construção do *Dormitório Novo*, para facilitar talvez o imbricamento do corpo velho com o novo. Alguns dos seus silhares foram depois intermitentemente reutilizados no cunhal noroeste do *Dormitório Novo* (seta amarela 4 na figura 6.21).

A pedra mármore de Viana do Alentejo<sup>279</sup> parece ter sido um dos materiais preferidos para a construção da parte primitiva do edifício, tendo sido utilizada nos enrocamentos e nos grossos paramentos (aí ligada com fortes argamassas de cal), nas cantarias de portas e janelas (soleiras, peitoris, vergas e ombreiras), nos cunhais, nos degraus das escadas ou ainda nos diversos programas de embelezamento, com colunas, dos Claustros e das salas *áulicas* do piso térreo.

O granito apenas parece surgir nas obras de inícios do século XVIII, quando se construiu o *Dormitório Novo* e se fizeram algumas alterações na zona velha. A razão parece-nos clara: os mármorees anteriormente utilizados são, de uma maneira geral, de fraca qualidade, provavelmente recolhidos em afloramentos muito superficiais, quebrando-se com muita facilidade. Disso mesmo nos demos conta durante os trabalhos de limpeza dos derrubes de algumas salas do lado nascente e nordeste do piso térreo onde, apesar dos grandes cuidados postos em torno das colunas que se encontravam em grande parte envoltas em entulhos, não foi possível evitar a desagregação de uma das suas bases.

Muito provavelmente desagradadas com o mau comportamento dos mármorees, terão as religiosas, ou quem as aconselhava nestas matérias, decidido, para a

---

<sup>279</sup> “Não é falta de caça [o termo do conelho e Viana] e encerra em diferentes montanhas pedreiras de finissimos marmores de mui diversas qualidades, d’onde teem vindo alguns para as officinas de Lisboa, apezar das difficuldades do transporte.” Cf. BARBOSA, Ignacio de Vilhena, *As cidades e villas da Monarchia Portugueza que teem brasão d’armas*, Volume 3, Lisboa, Typographia do Panorama, 1862, p.128.

empreitada setecentista, utilizar maioritariamente granitos, que serão, também eles, da região. Com efeito, pela sua granulometria – grão fino – e tonalidade mesocrática, parecem-nos oriundos da vizinha Herdade do Monte das Pedras onde, em sede de trabalhos de prospecção para a Carta Arqueológica de Viana do Alentejo, encontramos, em alguns dos afloramentos graníticos que dominam a paisagem, vestígios claríssimos de antigos cortes de pedra pelo sistema de cunhas de madeira<sup>280</sup>. No entanto estes granitos setecentistas são bem diferentes dos presentes nos cunhais da *Torre da Priorosa*: estes de grão mais grosseiro, com os silhares a mostrarem uma maior degradação devida à sua muito mais prolongada exposição aos elementos. Daqui concluímos que a construção da torre terá sido efectuada numa empreitada diferente das restantes duas grandes obras do complexo conventual.

Numa das pedras do cunhal do canto sudoeste é perceptível uma marca ou inscrição, hoje de difícil leitura (figura 6.23). Se nos ângulos noroeste e sudeste da torre não é visível a linha de cunhal granítico abaixo do nível do terceiro piso, é porque estará embutida na alvenaria do paramento poente do corpo principal do Convento.

#### **6.4.2. O quarto piso da *Torre da Priorosa***

Pela forma como a ala poente do volume principal do Convento se encosta à *Torre da Priorosa*, como que a abraçando – o que é especialmente visível ao nível da cobertura do seu segundo piso –, poucas dúvidas deixa quanto à sua menor antiguidade. A torre já existiria, pelo que o programa construtivo do século XVI se limitou a integrá-la no complexo conventual.

Atentemos agora o seu último piso. Enquanto os que lhe são inferiores foram todos construídos em forte alvenaria de pedra e cal, com paredes com mais de metro e meio de espessura, este piso foi maioritariamente obrado em *tijolo burro*, de fabrico local, sendo as suas paredes bastante mais finas, entre os 80 e os 90cm de largura. O desmonte, já atrás referido, que se tinha identificado no alçado nascente do terceiro piso – e que teria dado azo a que os blocos do cunhal já não tivessem sido recolocados nos seus devidos lugares – deveu-se à necessidade de embutir naquele paramento as escadas para acesso ao quarto piso, que originalmente não existiria. Na reconstrução desse lado usou-se, depois, alvenaria de tijolo, semelhante à utilizada na

---

<sup>280</sup> GALAMBA, Ulrico, BAIÃO, Francisco, *Carta Arqueológica e Patrimonial de Viana do Alentejo*, 2021, Ficha VA-0129.

construção *ex-nihilo* da maior parte do quarto piso. Explicado fica o facto das linhas de cunhal dos ângulos noroeste e sudoeste não atingirem a actual linha da cimalha, quedando-se um pouco antes da linha do tecto do segundo andar. Por outro lado, observando-se o desenho do corte E-O do corpo da *Torre da Priorosa* (seta vermelha na figura 6.24) e a figura 6.20, é bastante claro o avanço para nascente, em cerca de 35 cm, do terceiro piso, cavalgando um pouco a cimalha do *Dormitório Velho*, uma vez que teve de acomodar as escadas de acesso a um anteriormente inexistente quarto piso.

Como já foi referido, acede-se hoje à *Torre da Priorosa* por duas portas, abertas lado a lado e dando para a ala oeste do *Dormitório Velho*, ao nível do segundo piso. Da sua análise percebe-se que a segunda porta, a que está mais a norte, foi aberta em momento posterior ao da primeira, para dar acesso, exclusivamente, ao segundo e ao terceiro andar. Na altura em que apenas existia a porta mais a sul, esta dava ingresso tanto ao primeiro andar como a um vão, localizado imediatamente à sua direita - e que fomos encontrar entaipado com um pano de tijolo antigo -, pelo qual se acedia ao lanço de escadas que conduzia ao andar superior (assinalado a tracejado amarelo na figura 6.16). Muito provavelmente e aquando da construção do quarto piso, foi então aberta a segunda porta e fechado o dito vão, de forma a compartimentar o acesso à torre e a aceder-se-lhe sem se ter de incomodar a residente no segundo piso. Observando-se as soleiras em mármore de ambas as portas, o desgaste da que se pensa mais antiga é muito maior, apresentando a típica depressão central causada pela acção abrasiva do calçado grosseiro e da água.

Por fim, os degraus das escadas. Ainda que todos obrados em pedra mármore, os dos lances que ligam o segundo ao terceiro piso têm 81cm de largura e apresentam maior desgaste que os que vão do terceiro para o quarto piso, estes com apenas 66 cm de largura.

#### **6.4.3. As escadas "secretas"**

Durante os trabalhos de acompanhamento chamou-nos a atenção uma *buraca* existente junto ao arranque das escadas que vão, no alçado nascente da *Torre da Priorosa*, do segundo para o terceiro andar (figura 6.25). Se bem que existam outras *buracas* no edifício, normalmente nos vãos das janelas - aproveitando a largura das paredes e que se pensa terem sido usadas para arrumos (figura 6.26) -, esta era diferente pois a sua geometria aproximava-se de um triângulo rectângulo, com a parte

superior (o lado da hipotenusa) arredondado, como é uso nos tectos das escadas antigas. O seu pavimento cerâmico, ao nível do primeiro patim das ditas escadas, parecia ser oco por baixo e o reboco caiado dos paramentos laterais indiciava ter continuação para lá do nível do chão. Feita uma pequena sondagem com o levantamento de apenas uma das tijoleiras (figura 6.27), percebeu-se que estávamos perante um lance de escadas desactivado que, primitivamente, ligaria o segundo ao terceiro piso.

Este lanço, encrustado na parede nascente da torre, dirigia-se ao seu canto sudeste onde se foi encontrar, entaipado e virado para nascente, um aparente vão de porta, com 72cm de largura e 1,35m de altura (figura 6.28). Não ultrapassando os 65cm de largura, este curto escadório está assinalado com a seta vermelha n.º 2 no corte da figura 6.24 e também a verde na planta do terceiro piso da *Torre da Prioresa*, na figura 6.29.

A desactivação dessas escadas deverá ter ocorrido aquando da integração da torre no conjunto conventual, sendo provável que, para tal, tenham concorrido diferentes motivos. Muito estreitas, seriam pouco praticáveis pelas monjas. Havendo necessidade de altear as cotas dos diferentes pisos da torre de forma a coincidirem com as do restante edifício, a porta servida por essas escadas, para além de também ser muito pequena, iria ficar num nível impraticável e logo teria de ser suprimida. O acesso ao novo segundo piso foi então resolvido por um novo vão de porta, aquele que se encontrou com a soleira mais gasta.

Por fim, a necessidade de construir um quarto piso - e, concomitantemente, integrar as respectivas escadas de acesso na parede que mais facilmente poderia ser alargada, a de nascente, uma vez que ao ser-lhe encostada a forte parede poente da ala norte do *Dormitório Velho*, sobre ela podia facilmente descarregar o peso do dito alargamento.

#### **6.4.4. A *Domus Fortis***

Pelo que até agora foi exposto, parece-nos muito provável ser a *Torre da Prioresa* anterior à construção da parte mais antiga do Convento, isto é, já existiria nos terrenos do então denominado *Rossio da Fonte Coberta* – ou *Rossio das Hortas* -, quando a congregação aí iniciou a construção da sua Casa. Essa torre teria, nessa altura, apenas três pisos, tendo-lhe sido acrescentado um quarto muito provavelmente

ainda durante a primeira fase da edificação do complexo conventual, grosso modo, entre 1554 e os primeiros anos do século seguinte<sup>281</sup>. Em alternativa menos provável, poderia ter sido elevada nas empreitadas do século XVIII, altura em que os vãos de janela primitivos foram substituídos pelos actuais, de sacada, protegidos por gradeamento do tipo *barrinha*, muito popular na segunda metade daquele século.

E que edifício seria esse? Pela tipologia da torre e da sua planta de divisão única em cada piso, acreditamos estar perante uma casa forte - ou *domus fortis* -, construções senhoriais fortificadas emergentes em Portugal no século XIII, importadas *directamente da arquitectura castelar*<sup>282</sup>.

Esta *Torre da Priora* não nos parece, na sua versão primitiva, muito diferente das treze *domus fortis* alentejanas estudadas por Margarida Contreiras na sua dissertação de mestrado intitulada *A Casa Forte Alentejana na Transição da Época Medieval para a Época Moderna*<sup>283</sup>. Nelas, a planta dominante é a quadrada, oscilando entre os 5 e os 17 metros de lado, respectivamente na Torre do Monte de S. Caetano (Évora) e na Torre das Águias (Mora). Mas também registou plantas rectangulares, na Torre do Carvalho (Montemor-o-Novo), com 13m x 9m, ou na Torre do Esporão (Reguengos de Monsaraz), com 10m x 14m.

Tal como sucede na *Torre da Priora* do Convento do Bom Jesus, a maior parte dos pisos das casas fortes alentejanas são monocelulares<sup>284</sup>. Quanto ao número de pisos, quase todas possuem três, número que já inclui o térreo<sup>285</sup>. Apenas a Torre das Águias e a Torre de Palma (Monforte) possuem quatro, sendo que a Torre dos Cantarinhos (Portalegre) é apenas composta por dois. A altura total das torres apresentadas na dissertação de Margarida Contreiras oscila entre os 10 m - nos três

---

<sup>281</sup> Sabemos que, em 1599, as monjas ainda estavam a encomendar as colunas para a conclusão dos Claustros. Cf. B.P.E., Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo, *Livro 124*, 1571-1900, Peça 231. Passados uns anos, em 1616, já estavam a adjudicar a obra para desmanchar a abóbada da igreja e fazer uma nova. Cf. Idem, Peça 249.

<sup>282</sup> Cf. BARROCA, Mário Jorge, "Arquitectura Gótica e Civil", *História da Arte em Portugal - O Gótico*, Lisboa, Editorial Presença, 2002, p.103.

<sup>283</sup> CONTREIRAS, Margarida dos Santos, *A Casa Forte Alentejana na Transição da Época Medieval para a Época Moderna*, Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à FCSH da Universidade Nova de Lisboa, 2019.

<sup>284</sup> "De qualquer forma, a torre quadrangular destes velhos solares, pelas suas reduzidas dimensões, manteve-se sempre como um espaço não-divisível, levando a que cada piso soalhado correspondesse a uma única divisão." Cf. BARROCA, Mário Jorge, *Em torno da Residência Senhorial Fortificada - Quatro Torres Medievais na região de Amares*, Porto, 1989, p.24.

<sup>285</sup> Características também presentes nas casas fortes mais antiga, da região de Entre Douro e Minho: "Apresentavam planta quadrangular, geralmente com dois ou três andares em madeira, e eram portadoras de elementos primários de defesa..." - Idem, p.22.

pisos da Torre de Cabedal e Pomar d'El Rei (Vila Viçosa) - e os 22 m na Torre das Águias. Oito das treze torres possuem ou possuíram merlões<sup>286</sup>.

Com a sua planta rectangular de 9,50 m por 7,4 m, a *Torre da Prioresa* enquadra-se perfeitamente no modelo arquitectónico das *domus fortis* da região alentejana. Antes de lhe ter sido construído o quarto piso teria cerca de 12,5 m de altura, o que se pode considerar em linha com os 13,50 m de altura média das suas congéneres com igual número de andares. Parece que o seu acesso seria feito pelo terceiro piso, caso o vão por nós encontrado entaipado, no lado nascente, tenha sido de facto uma porta. A sua baixa altura, 1,35 m, ainda assim é razoavelmente praticável e poderá estar relacionada com questões de segurança, pois ao baixarem-se para entrar, os possíveis intrusos ficavam fisicamente mais vulneráveis. Por outro lado, o troço de escada encontrado não tem seguimento, o que reforça a função de vão de porta. A ela estaria externamente adossado um desaparecido escadório em alvenaria - nas torres mais antigas do norte do País, onde a função militar ainda estava em grande medida presente, essas escadas eram de madeira, que se removiam ou incendiavam em caso de perigo<sup>287</sup>.

As cotas dos pisos actuais da *Torre da Prioresa* não correspondem às cotas dos pisos primitivos, sendo que no desenho da figura 5.24 assinalamos com uma linha tracejada verde a posição conjectural destas últimas. A localização da torre, na periferia setentrional da pequena vila quinhentista de Viana (figura 4.3) está, também ela, em completa sintonia com muitas das suas homólogas: "As Torres senhoriais do século XIII reflectem uma dupla opção: por um lado uma implantação rural, normalmente arredada dos grandes centros urbanos e na orla de pequenos núcleos de povoamento rural..."<sup>288</sup>

No que respeita à espessura dos seus paramentos, medimos 1,70m no flanco norte dos primeiros e segundos pisos e 1,60m no flanco sul. Valores estes que também coincidem com os de outras estruturas semelhantes já estudadas:

"As preocupações defensivas predominam nas torres, demonstradas pela grossura e altura das paredes. As paredes em termos de espessura oscilavam

---

<sup>286</sup> "A maioria era coroada por merlões e possuía um pequeno caminho de ronda. A presença de merlões assumiu-se desde muito cedo como um elemento definidor da mobilidade da casa fortificada..." - Idem, p.23.

<sup>287</sup> "...na maior parte dos casos tinham acesso facultado pelo primeiro andar, sendo o térreo maciço ou sem aberturas. O acesso era, nestes casos, móvel, podendo ser recolhido em caso de ameaça." - Idem, p.23.

<sup>288</sup> Idem, p.19.

entre os 1,5 e os 3 metros, embora a espessura diminuísse em cada piso. Relativamente à altura, esta podia oscilar entre os 12 e os 15 metros, remetendo para as torres de menagem dos castelos."<sup>289</sup>

Quanto à sua data de construção, apenas se poderá afirmar que será anterior aos meados do século XVI, altura em que teve início a empreitada do Convento, não se sabendo em que estado de conservação se encontraria nessa altura. O fenómeno de difusão das *casas fortes* iniciou-se na Europa durante o período compreendido entre os meados do século XII e os primeiros anos do século seguinte<sup>290</sup>. Tratava-se de um modelo habitacional arquitectonicamente baseado nas construções castrenses, que pretendia representar e ampliar o prestígio das pequenas linhagens rurais, "em processo de ascensão social, procurando conquistar visibilidade e afirmar, junto das comunidades locais, os poderes recentemente adquiridos"<sup>291</sup>; de certa forma, a evolução construtiva das velhas torres em madeira da Alta Idade Média ou, ainda, das motas feudais<sup>292</sup>.

Embora se conheçam, em Portugal, alguns exemplos de *domus fortis* na passagem do terceiro para o último quartel do século XII, certo é que a sua disseminação ocorreu ao longo do século XIII, sobretudo nas terras senhoriais da região de Entre Douro e Minho<sup>293</sup>. Ao sul do país chegariam mais tarde, após as vicissitudes militares da chamada *Reconquista*. No Alentejo espalhar-se-iam, sobretudo, em redor da cidade de Évora e da vila de Montemor-o-Novo<sup>294</sup>. Nas treze torres transtaganas estudadas por Margarida Contreiras, as datas das suas construções oscilam entre os finais do século XIV (1395, para a Torre dos Coelhoiros) e o século XVI, com cinco a terem sido edificadas no século XV. A cerca de doze quilómetros de Viana do Alentejo, na direcção de Évora e bem à vista dos pisos

---

<sup>289</sup> AZEVEDO, Pedro Ricardo Coelho de, *Roteiro das casas nobres com torre(s): Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto e Amarante*, Dissertação de Mestrado em Património e Turismo Cultural, Universidade do Minho, 2016, p.17.

<sup>290</sup> Idem, p.12.

<sup>291</sup> Cf. BARROCA, Mário Jorge, "Arquitectura Gótica e Civil", *História da Arte em Portugal - O Gótico*, Lisboa, Editorial Presença, 2002, p.103.

<sup>292</sup> "Castelo de planta circular, construído a partir do séc. VIII sobre um montículo artificial feito com terra tirada de um fosso e constituído por uma paliçada e uma torre com entrada alta e andar superior saliente de madeira". Cf. SILVA, Jorge Henrique Pais da, CALADO, Margarida, *Dicionário de Termos de Arte e Arquitectura*, Lisboa, Editorial Presença, 2005, p.248.

<sup>293</sup> Cf. BARROCA, Mário Jorge, *Op. cit.*, p.104.

<sup>294</sup> CONTREIRAS, Margarida dos Santos, *Op. cit.*, p.30.

superiores da *Torre da Prioresa*, ergue-se a vetusta Torre da Camoeira (figura 6.30), cujo início de construção se supõe ter ocorrido ainda no século XV<sup>295</sup>.

A maioria das torres nortenhas e alentejanas possuíam, na sua proximidade ou mesmo a elas encostadas, outros edifícios de construção normalmente mais tardia, cuja função foi aumentar o espaço habitacional e de armazenagem, procurando assim corresponder às *novas exigência de conforto que se foram impondo ao longo dos tempos*<sup>296</sup>. Também em Viana do Alentejo a torre não estaria só, tendo sido identificados, integrados na estrutura do Convento do Bom Jesus, abundantes vestígios de um outro edifício que o terá antecedido.

## 6.5. Os vestígios de um edifício mais antigo na ala sul

Os dados que recolhemos são muito claros quanto à existência de um outro edifício que estaria perto da torre, a cerca de doze metros a sul, mas que com ela aparentemente não teria comunicação directa. A pré-existência de estruturas habitacionais de qualidade, nos terrenos em que viria a ser edificado o Convento do Bom Jesus de Viana do Alentejo, poderá ajudar a explicar algumas das vicissitudes em que esteve envolvido o início da sua construção.

Voltando de novo à *Casa da Grade Nova*, a demolição da sua abóbada<sup>297</sup> deixou a descoberto, no alçado que confronta com a via pública e em zona até aí escondida pelas cargas da dita abóbada, dois vãos de janela (figura 6.31). Localizados numa cota que não corresponde à dos pisos actuais do Convento - assinalada com o tracejado amarelo número 2 nas figuras 6.31 e 6.32 -, denunciam uma outra configuração daquela zona do edifício. No exterior, a desagregação do reboco do alçado principal colocou a nu a cantaria da janela mais a poente (UC-105 nas figuras 6.31 e 6.32), obrada em pedra mármore. Do outro vão apenas sobreviveu parte da cantaria (UC-107 nas mesmas figuras) e o pano de tijolo *burro* com o qual foi entaipado (UC-108).

---

<sup>295</sup> Cf. [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=1158](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1158), acedido em Julho de 2022.

<sup>296</sup> BARROCA, Mário Jorge, *Em torno da Residência Senhorial Fortificada - Quatro Torres Medievais na região de Amares*, Porto, 1989, p.24.

<sup>297</sup> Nesta divisão ficou instalado o elevador do edifício o que, obviamente, obrigou ao desmonte da sua abóbada.

Aquando da escavação do piso inferior daquela parte do edifício, percebeu-se que toda ela tinha sido aterrada em cerca de meio metro, havendo mesmo algumas paredes que se prolongavam, com reboco e caiação, até essa cota mais baixa. A figura 6.33 mostra a parede nascente da pequena sala 1.20 (que outrora fez parte da hospedaria da Casa) depois de escavada, com a linha tracejada amarela a assinalar a cota do pavimento actual.

Damos assim como assente que os vãos encontrados serviam o piso superior de uma outra configuração do edifício, piso esse que se encontrava cerca de 1,5m mais baixo que a cota actual do segundo piso. Essa anterior construção, embora também de dois pisos, seria relativamente baixa, cerca de seis metros de pé direito, partilhados entre os três metros e meio do andar térreo e os dois metros e meio do superior. Viana do Alentejo ainda hoje possui alguns edifícios antigos com essas mesmas características: rés-do-chão relativamente alto e andar superior bastante mais baixo. Como, por exemplo, a casa quinhentista do número 21 da Rua Prof. Dr. Manuel Prates, a antiga Rua da Graça.

Numa primeira interpretação ainda se considerou que aquelas janelas poderiam ter sido do próprio Convento, numa primitiva modelação arquitectónica. Mas o facto da janela que ainda possui a cantaria ser uma janela dita *conversadeira*, ajuda a afastar, porque inverosímil, essa hipótese. Provida, no seu lado interior, de dois pequenos assentos laterais em mármore (dos quais apenas se conseguiu observar o do lado esquerdo), mais baixos que o peitoril, essas janelas facilitavam a comunicação com o exterior, sendo comumente usadas pelas mulheres da casa como local para os trabalhos de costura e afins, enquanto falavam com quem ia passando na rua<sup>298</sup>. Ora esta função comunicacional entrava claramente em conflito com a própria natureza da Ordem Religiosa Jerónima, contemplativa e de clausura, onde os contactos com o exterior eram rigorosamente minimizados e controlados. Por outro lado, verificou-se que a cantaria da janela não apresentava, nas suas faces internas, os orifícios do encastramento de gradeamento, o que mais a afasta de qualquer utilização conventual.

---

<sup>298</sup> "Os espaços de morada também ofereciam lugares de vigilância, que podiam interferir na vida privada. Desde logo as janelas e sacadas. Nas cidades, as mulheres seriam figuras recorrentes nestas áreas, mesmo que ali estivessem a bordar ou absorvidas na costura. Era também um espaço usado para o namoro à distância. (...) Seria um meio fundamental e ocupar o tempo, de observação das ruas e exibição dos dotes musicais, mas também seria um método de controlo sobre os outros." Cf. CUNHA, Mafalda Soares, MONTEIRO, Nuno Gonçalo, "As Grandes Casas", *História da Vida Privada em Portugal - A Idade Moderna*, Direcção de José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 2010, p.269.

Pensamos, portanto, que estas janelas terão servido um outro edifício, anterior ao Convento. Aquando do início da construção deste último ter-se-á procedido a um aterramento geral, de forma a deixar todo o piso térreo do futuro complexo monástico mais ou menos à mesma cota, sem grandes diferenças que tivessem de ser vencidas pelos sempre problemáticos degraus<sup>299</sup>. Aproveitaram-se também algumas das paredes da construção antiga, o que terá obrigado ao entaipamento dos seus vãos. Estes vestígios de um pré-existente edifício foram ainda observados durante a escavação da *Casa da Portaria de Dentro*, bastante vizinha da *Casa da Grade Nova*, onde se colocaram à vista alguns troços de antigos caboucos, assim como na divisão onde exerceriam o seus mister as Madres Escutas (sala 1.06a), onde se pôs a descoberto, depois de removidos os rebocos, um arco obrado em boa cantaria de pedra mármore, de volta perfeita, estando as suas bases enterradas sob o pavimento actual (seta vermelha 5 na figura 5.13). Em grande parte entaipado, a sua presença é totalmente estranha às funções<sup>300</sup> e características desta pequena divisão (figura 6.34).

Na figura 6.35 assinalamos, a verde, os troços de paredes do piso térreo e caboucos que terão integrado o edifício que precedeu o actual Convento e que neste foram reaproveitados.

## 6.6. Cumprir Trento

Sendo as construções pré-existentes relativamente baixas e tendo havido necessidade de subir a cota do pavimento entre 60 e 80 cm - pensamos que, para além da razão já atrás evocada, uma outra terá sido a minimização das probabilidades de inundação, uma vez que a zona ainda hoje é afectada pelas águas que escorrem

---

<sup>299</sup> De facto, todas as divisões térreas que confrontam com o Rossio e envolvem o Claustro encontram-se sensivelmente à mesma cota altimétrica ( $\pm 238.00\text{m}$ ), estando a igreja um pouco mais elevada (238.36 m). Parece que esta sobrelevação da igreja era habitual no programa arquitectónico dos conventos femininos: "*Como sucede quase sempre nos mosteiros de monjas, a fachada principal do templo fica situada a um nível superior ao da rua (...) sendo o acesso feito por escadaria...*" Cf. LOPES, Vítor Sousa, "Os azulejos do Mosteiro de Santa Marta", *História*, I série, n.º 34, Lisboa, Publicações Projornal, Agosto 1981.

<sup>300</sup> Acreditamos que seria nesta pequena divisão (sala 1.06a) que as Madres Escutas controlariam as conversas feitas no interior da *Casa da Grade Velha* (sala 1.06). Isto porque o pano de parede que as separava não ia até ao tecto, deixando ouvir tudo o que se dissesse na divisão ao lado e porque adossado a essa parede, no lado das madres, existia um pequeno banco em alvenaria onde elas se sentariam a exercer o seu ofício.

das cotas vizinhas mais elevadas, a "serra" e "altinho" -, as paredes que iriam ser reutilizadas foram então alteadas em cerca de 1,90 m. Os testemunhos dessa elevação são claramente visíveis em alguns dos locais onde os rebocos foram removidos e se puderam observar alterações na composição, textura e cor dos aparelhos construtivos, como é o caso da parede sul do *Dormitório Velho* que confronta com o Rossio, perto da *Porta do Carro*, onde se percebe perfeitamente a zona de ligação do seu alteamento, a 1,56 m acima da cota do pavimento do segundo piso actual (figura 6.36). Tal como já tínhamos visto no capítulo precedente, esse alteamento obrigou ao entaipamento de alguns vãos de janela dos panos de parede reaproveitados, como se pode observar nas figuras 6.31, 6.32 e 6.36.

Para além dessa elevação geral da cota do novel edifício, alguns dos seus espaços terão ainda sofrido modificações adicionais um pouco mais tardias, as quais, estamos em crer, poderão ter sido motivadas, pelo menos em parte, por razões de natureza religiosa. O complexo conventual começou a ser construído em 1554, anos antes do encerramento da 25.<sup>a</sup> e derradeira sessão do Concílio de Trento (1545-1563). Entre muitas outras disposições que, de certa forma, procuravam corrigir algumas das críticas luteranas aos desvios de Roma - cada vez mais aceites por grandes franjas do universo cristão europeu<sup>301</sup>-, o Concílio esteve na origem da posterior produção de abundante doutrina sobre a vida regrante, assim como de instruções que pretendiam normalizar a construção de igrejas e conventos, adequando a sua arquitectura e estruturas às reformas doutrinárias, vivenciais e disciplinares entretanto introduzidas. Carlos Borromeu (1538-1584), cardeal e arcebispo de Milão, elaborou ele mesmo um conjunto de detalhadas recomendações que deveriam formatar os programas construtivos das igrejas e cenóbios femininos e que fez publicar, em 1577, sob o título *Instructiones Fabricæ Et Supellectilis Ecclesiasticæ*, ou mais sucintamente, *De Fabrica Ecclesiæ*. O seu articulado, redigido em latim, foi há anos traduzido por Gabriel dos Santos Frade e integra, como anexo, a sua tese de doutoramento<sup>302</sup>.

As *Determinações* teriam sido aplicadas em Portugal relativamente cedo. A isso não seria estranho a amizade que ligava Borromeu ao frade dominicano português Frei Bartolomeu dos Mártires (1514-1590), arcebispo de Braga que também

---

<sup>301</sup> "As propostas luteranas, de conteúdo e de forma, inicialmente condenadas pela Igreja institucional, continuavam a despertar vivo interesse na população alemã e em consideráveis círculos cultos da Europa Central". Cf. BARBOSA, David Sampaio Dias, "Concílios Ecuménicos", *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (Dir. de Carlos Moreira Azevedo), Lisboa, Círculo de Leitores, 2000.

<sup>302</sup> FRADE, Gabriel dos Santos, *Entre o Renascimento e Barroco: os Fundamentos da Arquitectura Religiosa e a Contrarreforma - o De Fabrica Ecclesiæ de Carlos Borromeu*, Tese ao Programa de Pós Graduação da Faculdade de Arquitectura e Urbanismo da Universidade de S. Paulo como requisito para a obtenção do grau de Doutor em Ciências, Programa de Arquitectura e Urbanismo, 2016.

participou na fase final de Trento e que, como ele, aí teve um papel fundamental "reclamando importantes reformas"<sup>303</sup>.

Quando *De Fabrica Ecclesiae* foi publicado já as monjas habitavam o Convento hieronimita de Viana do Alentejo há cerca de dezassete anos. No entanto e porque a construção do que se pode considerar a primeira grande fase do complexo conventual<sup>304</sup> se prolongou até finais do século XVI e inícios do seguinte, podemos inferir que os programas das obras dessa altura já estariam condicionados pelas *Determinações*.

No decorrer da visitação de 1594, D. Teotónio de Bragança determinou que:

"A Madre Priora mandarà por humas taboas no choro alto pello modo que nos temoz mandado ao seu carpinteiro, de maneira que não possão ver as freiras senão o altar mor."<sup>305</sup>

Desta imposição se infere que a parte inferior do vão onde estava instalada a grade do *Coro Alto* - onde a maioria das religiosas assistiam aos ofícios -, não estaria suficientemente elevada para impedir que elas pudessem ver e ser vistas por quem estivesse na nave da Igreja, espaço de acesso livre à população. Daí a tábua que limitaria o observável apenas à zona *não perigosa* do presbitério. Contudo não encontrámos vestígios de alterações nesse vão, o que poderá significar que a solução da tábua se manteve.

A edificação dos coros poderá, também ela, ter aproveitado uma já existente construção, como parecem sugerir duas evidências. Logo que foi levantado o pavimento do *Coro Alto* para reforço da abóbada da subjacente casa do *Coro Baixo*, verificou-se que os rebocos de todas as paredes se prolongavam para baixo da linha do pavimento (figura 6.37), apresentando-se também caiados, o que significa que em tempos estariam visíveis. Esse prolongamento é sobretudo visível nos cantos (figura 6.38 e setas verdes com o número 1 na figura 6.39), onde atinge cerca de um metro. Existem também vestígios de vãos em forma de arco quebrado e de uma linha riscada a cerca de 35cm abaixo da cota do pavimento actual (seta verde com o número 2 nas

---

<sup>303</sup> Entre elas, a criação de seminários para a formação de futuros clérigos. Frei Bartolomeu dos Mártires foi também professor, no início da sua vida religiosa, no Convento e S. Domingos, em Évora. Cf. MÁRTIRES, D. Fr. Bartolomeu dos, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Vol. 16, Lisboa, Página Editora, 1998.

<sup>304</sup> A segunda grande fase, recordemo-lo, seria a construção do *Dormitório Novo*, nos inícios do século XVIII.

<sup>305</sup> B.P.E., Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo, *Visitação feita a 7 de Dezembro de 1594 ao Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo, pelo arcebispo de Évora D. Teotónio de Bragança*, Cód. CIX/2 – 7, nº 20, fl.1. Transcrição de Fátima Farrica.

figuras 5.38 e 5.39), cuja função parece ter sido marcar o nível do limite inferior de uma caixa de ar construída em *tijolo burro* e agora removida (figura 6.40), sobre a qual o pavimento cerâmico do *Coro Alto* foi depois colocado.

Por outro lado, pela sua forma algo singular, chama-nos a atenção a coluna que, no *Coro Baixo*, suporta a sua abóbada nervurada (figura 6.41). Com 3,21m de altura, foi prolongada com a adição de uma outra pequena coluna com 1,03m, colocada sobre o capitel, com um resultado final que se pode considerar esteticamente sofrível. Esta alteração poderá ter decorrido: ou do reaproveitamento de uma coluna já existente, mas não suficientemente alta, aquando da construção de raiz daquela zona do Convento (o que os rebocos atrás referidos parecem desmentir); ou então da necessidade em elevar uma pré-existente sala já dotada de coluna, para depois instalar sobre ela o *Coro Alto* (figura 6.39).

O pé-direito da Igreja parece ter conhecido pelo menos três cotas diferentes, cujos indícios ficaram à vista quando se removeu o reboco da face externa do seu alçado poente, nas águas-furtadas do *Coro Alto*, espaço este onde se pensa terem tido aposentos algumas das criadas da Casa. Na figura 6.42 são claramente visíveis esses alteamentos: num primeiro momento em cerca de 50 cm, com alvenaria de pedra e cal muito semelhante à primitiva; e finalmente mais 95 cm, agora com uma alvenaria mais fraca e escura, constituída essencialmente por tijolo e pedra miúda. Esta alteração final da empena da Igreja poderá estar ligada à construção da abóbada de berço que chegou aos nossos dias, cujo contrato foi celebrado em Évora, em 27 de Agosto de 1616, segundo nos informa um documento titulado de *Instrumento de contrato e tomada de obra de empreitada e obrigação*<sup>306</sup>.

A altura geral dos edifícios conventuais foi também tratada no *De Fabrica Ecclesiae*, tendo Carlos Borromeu disposto que

"...em toda a edificação do mosteiro, cuide-se diligentemente da norma da clausura, quer dizer, que o espaço dela, por quão grande seja, de todos os lados se feche com paredes idôneas [sic] e bem fabricadas (...) Além disso, a altura delas seja de pelo menos vinte e quatro côvados..."<sup>307</sup>

---

<sup>306</sup> B.P.E., Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo, *Livro 124*, 1571-1900, Peça 249. Nessa data as freiras contrataram com Diogo Gonçalves, morador no Chão das Covas Pequeno, em Évora, a construção da dita abóbada. Fátima Farrica alvitra que em 1613 existia um oficial de pedraria homónimo a trabalhar no aqueduto de Évora, colocando a possibilidade de poder tratar-se do mesmo indivíduo.

<sup>307</sup> FRADE, Gabriel dos Santos, *Op. cit.*, p.261.

Se tomarmos como boa a conversão, proposta por Gabriel Frade, do côvado milanês em 41,5cm do nosso sistema métrico<sup>308</sup>, a altura sugerida pelo arcebispo de Milão seria de 9,96m, o que se pode considerar em linha com os cerca de 9,36m de altura média das paredes exteriores do Convento Jerónimo de Viana do Alentejo, medidos entre a cota da via pública e a parte superior das cimalthas.

## 6.7. Os sistemas de águas limpas e sujas

Acreditamos que um dos factores que determinaram a escolha deste local da vila para a instalação da comunidade hieronimita foi o facto de o saberem possuidor de bastos recursos aquíferos, em parte ainda hoje existentes. O complexo monástico possuiu pelo menos três poços, dois deles ainda funcionais. O maior, que designaremos por *Poço Grande*, está situado no chamado pátio da *Porta do Carro*. Provido de ampla abóbada que lhe permitiria funcionar como cisterna, para ele parece que corriam as águas recolhidas nos telhados, num sistema de *compluvium* semelhante aqueles desenvolvidos pela civilização romana. O seu singular bocal, de geometria rectangular arredondada nos topos (figura 6.43), com 4,60m de comprimento por 1,80m de largura, estava provido de uma enorme nora metálica de que ainda subsiste parte da estrutura de assentamento. Era movida a sangue, mas lateralmente: isto é, o mecanismo ao qual os animais eram atrelados (provavelmente dois), não rodava, como habitualmente, em volta do bocal do poço, mas estava descentrado, num pequeno terreiro lateral. Isto deveu-se, muito provavelmente, ao facto de o poço já existir quando o edifício foi construído e não ter restado espaço disponível, do lado sul do bocal, encostado que ficou ao muro, hoje desaparecido, que isolava as casas da hospedaria da Casa do pátio da *Porta do Carro* (figura 5.13).

Dos outros dois poços, um encontrava-se também na *Cerca Velha*, junto ao muro que a separa da *Cerca Nova*. Está hoje entaipado mas bem identificável, sendo que no local cresceu um loureiro. O outro poço, aparentemente o mais recente, localiza-se no extremo sudoeste da *Cerca Nova* e ainda possui o mecanismo férreo da nora, com os seus alcatruzes em madeira e folha de flandres (figura 6.44). Tem água e poderá ser, com facilidade, recuperado. Inicialmente as noras devem ter possuído

---

<sup>308</sup> Segundo a entrada "Pesos e Medidas" do *Dicionário de História de Portugal* (dir. Joel Serrão), o côvado português andaria pelos 70cm, o que elevaria a cêrcea dos edifícios conventuais para mais de 16m, o que nos parece exagerado.

alcatruzes em barro, de fabrico local, atendendo ao elevado número de espécimes avariados que encontrámos ao longo do acompanhamento arqueológico. Eram amarrados ao mecanismo da nora com correias de cabedal. Estes dois poços mais pequenos parecem ter servido para as regas e dessedentarização dos animais criados nas cercas.

Certo é que, apesar da comunidade possuir três poços, a água por eles disponibilizada não seria, em determinada altura, suficiente para os seus gastos. Principalmente a partir dos inícios do século XVIII, quando se viu ampliada com a construção do *Dormitório Novo* e, simultaneamente, aumentada também em número de residentes. Terá sido por essa altura que as freiras diligenciaram obter, no exterior, o usufruto de parte das águas que alimentavam a não muito distante Fonte Coberta, a principal e mais regular estrutura pública de fornecimento de água à vila<sup>309</sup>, o que não terá agradado à população que assim via reduzido um dos seus principais recursos hídricos. A reacção popular ocorreu logo após a revolução liberal de 1820, com o povo a cortar a água às freiras. No entanto ela acabaria por lhes ser reposta, por decisão judicial tomada dois anos depois, em 30 de Abril de 1822, conforme informava um documento que se guardava no *Arquivo e Livraria da Casa* e de cuja existência apenas temos conhecimento por fazer parte de um arrolamento de bens, feito em 1901<sup>310</sup>. No Inventário realizado em 21 de Novembro de 1858 é dito que a casa possui "um bellissimo Pomar de Laranjeiras, o qual é regado com a agua que vem da fonte coberta que está no Rocio..."<sup>311</sup> Em 1896 esta água seria em definitivo retirada ao Convento e reencaminhada para a fonte pública que a Comissão de Pastos então mandou construir no Rossio, a chamada Fonte das Freiras.

---

<sup>309</sup> Para além de uma grande quantidade de poços particulares, alguns deles meeiros, a vila moderna era abastecida por três fontes públicas: a *Fonte Grande*, hoje Fonte da Praça, talvez a mais antiga e praticamente coetânea da fundação da Vila, no século XIII; a *Fonte dos Escudeiros*, hoje desaparecida e que estaria perto da actual Rua do Progresso e a *Fonte Coberta*, no Rossio homónimo, hoje também desaparecida mas da qual, em nossa opinião, subsistirão alguns elementos construtivos pétreos, quer na Fonte e Chafariz do Largo 25 de Abril (1904), quer na Fonte das Freiras (1896), ambos construídos pela acção da Comissão de Pastos.

<sup>310</sup> Trata-se do item nº 631 do arrolamento de bens moveis e imoveis realizado em 1901 [B.P.E., Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo, *Livro 122*, 1550-1902], descrito como "*Publica forma da sentença de 30 de Abril de 1822, que mandou restituir ao convento a posse da água da fonte coberta no Rossio*". Este arrolamento foi mandado fazer pelo Estado porque havia denúncia que a única freira ainda viva "*consentia na saída clandestina de objectos valiosos do património da casa*." Cf. ESPANCA, Túlio, *Op. cit.*, p.428. Quanto à conduta que trazia a água, o povo da terra congeminou uma historieta - de resto comum a muitas outras localidades possuidoras de conventos masculinos e femininos - segundo a qual conduziria ao mosteiro dos Franciscanos, sito na outra ponta da vila, havendo mesmo quem jurasse, e não há muitos anos, que a tinha percorrido e nela encontrado ossos de crianças...

<sup>311</sup> B.P.E., Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo, *Livro 122*, 1550-1902, Doc.1.

Na figura 6.45 localizamos, a azul, o que actualmente conhecemos (2022) das redes de abastecimento de água potável e, a castanho, de recolha e reaproveitamento das águas residuais do piso térreo do Convento. As redes do segundo piso, mais simples, podem ser vistas, com o mesmo código de cores, na figura 5.19.

Vinda da Fonte Coberta, a água chegava ao cenóbio por uma ampla conduta construída em tijolo burro, com cerca de 90cm de altura por 45cm de largura, entrando pelo centro do vão da *Porta do Carro* (seta 1 na figura 6.45 e figura 6.46). Não conhecemos, por enquanto, grande parte do seu percurso interno, mas não é de excluir a hipótese de ter sido essa água a alimentar, por gravidade, a fonte do pátio central<sup>312</sup>. Como já referimos, esta fonte encontra-se um pouco enterrada, cerca de 40cm, em relação à cota do pavimento circundante, o que poderá significar que existiriam constrangimentos com o seu *ponto*, isto é, com o diferencial necessário entre a cota altimétrica no ponto de origem da água e o ponto terminal, neste caso entre a mãe d'água da Fonte Coberta e o conjunto zoomórfico (hoje desaparecido) que encimava a fonte e pelo qual a água brotava. Para minimizar este constrangimento pode ter existido um pequeno tanque de compensação que faria "*a passagem do regime de condução livre ao de escoamento forçado, por tubos de terracota*"<sup>313</sup>, cujos vestígios, contudo, não encontramos. Certo é que a alimentação final da fonte central era feita por uma conduta constituída por pequenas manilhas de barro de fabrico local<sup>314</sup>, com cerca de 45cm de comprimento e 10cm de secção útil (figura 6.47). Vinda do pátio da *Porta do Carro*, já a cota muito perto da superfície, atravessava depois o refeitório (figura 6.48), a ala poente dos Claustros e parte do pátio central, até entrar na fonte. O remanescente das águas saía depois para norte, passando primeiro por uma pequena caixa de visita que se encontrou e desenhou, num dos cantos do arco central da ala setentrional dos Claustros e, daí e atravessando a *Casa do Capítulo*, para reaproveitamento nas regas do pomar e horta da *Cerca Velha*.

---

<sup>312</sup> Esta estrutura hídrica terá sido construída em 1739 tendo importado, entre mão de obra e materiais, em "*quatro centos trinta e oito mil cete centos e noventa reis*". Cf. B.P.E., Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo, *Livro 57, 1738-1742*, fl. 39v. Esta importância, relativamente elevada, correspondia grosso modo à de um dote da mesma altura, 400.000 réis.

<sup>313</sup> Cf. JORGE, Virgolino Ferreira, "Captação, adução, distribuição e evacuação de água na Abadia Cisterciense de Alcobaça", in *Ratio Fecit Diversum - Ensaios sobre a Abadia de Alcobaça*, edição da DGPC - Mosteiro de Alcobaça, 2017, p.66.

<sup>314</sup> Recordemos que, pelas características mais grosseiras das suas argilas, a produção tradicional oleira de Viana do Alentejo estava mais vocacionada para a chamada *obra grossa* - alguidares grandes, asados, talhas para vinho, potes para água e azeitonas - e também para a produção de cerâmica de construção, entre ela as manilhas para condução de água que, nos últimos anos, se têm vindo a encontrar e a registar no âmbito dos diversos acompanhamentos arqueológicos em que temos participado, nos *anéis de água* das fontes públicas e em algumas construções particulares.

Uma outra estrutura de condução de água encontrada parece-nos estar relacionada com a adega da casa, que estaria localizada no alinhamento do alçado norte, olhando a *Cerca Velha* e da qual apenas sobreviveu parte de uma parede e o arranque da abóbada. Trata-se de uma conduta aberta em troços de pedra granítica de grão médio, com cerca de 1,30m de comprimento cada, em forma de "U", que seguia do pátio da *Porta do Carro* arrimada ao alçado lateral poente da *Torre da Priorosa* (seta 5 na figura 6.45). Passava depois por baixo de umas casas mais recentes, agora demolidas, indo sair na adega onde seria utilizada na lavagem das talhas e no fabrico do vinho que a Casa consumia. Já no século XX e depois de ter abatido, esta adega foi transformada num tanque de lavagem de roupa, aproveitando a água que já aí estava. Pensamos que esta água teria origem no poço grande do pátio da *Porta do Carro*.

Estando as cozinhas localizadas numa estrutura adossada à ala norte da zona mais velha do Convento, ao nível de um segundo piso, não nos parece que tivessem possuído um sistema de águas canalizadas. O seu abastecimento seria feito manualmente, com a água a ser acarretada em bilhas, cântaros e infusas de algum volume, com que se enchiam grandes recipientes em forma de pote, com tampa, normalmente vidrados por dentro e por fora e possuídos, em baixo, de uma pequena torneira metálica, comumente bronze. Este sistema era ainda utilizado na vila nos inícios da década de sessenta do século passado, sendo que dele nos recordamos<sup>315</sup>.

As águas residuais estavam, contudo, encanadas, pois encontrámos vários troços de condutas obrados com as manilhas de barro já atrás mencionadas, ou com telha e tijolo *burro*, todos eles direccionados para norte e para o reaproveitamento agrícola. Esses encanamentos também foram registados nos negativos deixados pelos arranques do lavatório em cantaria que existiu na *Sacristia de Fora*, para uso dos padres da Casa (seta 6 na figura 6.45 e figura 6.49) e da pia ou lavatório, também em pedra, que servia a sala do segundo piso da *Torre da Priorosa* (seta azul 3 na figura 5.19 e figura 6.50). Perto dela e como já tínhamos referido, dois armários de alvenaria abertos na parede, com recortes nas prateleiras superiores, denunciam o seu uso como cantareiras (figura 6.51).

Segundo nos informaram alguns indivíduos que viveram no Convento, terá existido um outro ponto de fornecimento de água, obrado em cantaria, que se encontraria na zona da copa, nas divisões que encontrámos praticamente derruídas,

---

<sup>315</sup> A água era trazida pelos muitos aguadeiros que então existiam na Vila, em carrinhos de mão ou em carroças adaptadas para tal, que iam buscar às fontes públicas. Desses homens recordamos o *Pezudo*, o *João da Água*, o *Leonardo Parvo* e o tio Tomás do Espírito Santo que vivia na antiga Rua das Pedras.

imediatamente a nascente do refeitório. Esse ponto, que está assinalado com a seta 4 na figura 6.45, poderia ter sido alimentado pela mesma conduta que seguia para a adega - uma vez que lhe passava muito perto -, mas dele não se encontraram vestígios durante o acompanhamento arqueológico dos trabalhos de demolição ali feitos. Uma fotografia guardada no Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (SIPA) da D.G.P.C.<sup>316</sup>, datada de 2007, parece mostrar a parte superior desse artefacto, na altura já caído por terra e posteriormente desaparecido (figura 6.52)<sup>317</sup>.

Quanto às instalações sanitárias da Casa, Túlio Espanca localizou-as perto do bloco das cozinhas:

"Na linha do campo estende-se, em iminente desmoronamento - apesar do robusto encosto de botaréis de grossa alvenaria -, a fachada das cozinhas e seus anexos, também da época tardo-quinhentista, e de interiores abobadados com artesões singelos. Numa das dependências havia um forro de azulejos mudejares, sevilhanos, e daqui se alcançava o lavabo das freiras, vizinho do Refeitório, em parte subsistente."<sup>318</sup>

Parece, portanto, que as sentinas e lavabos se situariam no canto noroeste do complexo monástico, imediatamente a norte do Refeitório. Infelizmente essa foi uma das áreas da Casa que fomos encontrar mais destruída, já sem o segundo piso, não se tendo nela vislumbrado os vestígios que ainda estariam "em parte subsistentes" aquando das visitas de Túlio Espanca em meados da década de 1970. No entanto era precisamente nessa área que, ainda em 2007, estava a estrutura representada na figura 6.52; e também foi aí que recolhemos, sob camadas de entulhos, o único exemplar inteiro de azulejo multicolor sevilhano, em corda seca (figura 6.53).

Não sabemos se as freiras possuíam, no segundo piso e próximo dos seus dormitórios, algo semelhante a instalações sanitárias<sup>319</sup>. Pensamos, contudo, que tal serviço poderá ter existido, estando localizado junto à ala norte do *Dormitório Velho*

---

<sup>316</sup> [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00032388](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00032388), acedido em 18.08.2022.

<sup>317</sup> Este artefacto foi referenciado no logradouro de uma residência da vizinha vila do Torrão e adquirido, no Verão de 2022, pelo proprietário do Convento, tendo nós acompanhado o seu acondicionamento e transporte. Parece que a água era vertida manualmente no pequeno reservatório que possui na parte de trás, o que explicaria não termos encontrado as condutas que o alimentassem.

<sup>318</sup> ESPANCA, Túlio, *Op. cit.*, p.434.

<sup>319</sup> "...considerando a localização tradicional das sentinas inodoras dos monges e dos conversos na extremidade dos seus dormitórios e em divisões próprias e salientes, localizadas, respectivamente, nas alas a este e a poente do espaço claustal e sobre uma linha de água." Cf. JORGE, Virgolino Ferreira, *Op. cit.*, pp.73,74.

(seta azul 2 na figura 5.19); isso porque que foi aí que encontrámos vestígios de condutas de águas sujas embutidas num dos paramentos sobreviventes (figura 6.54), desta vez obradas em tijolo *burro* e telha, esta última a servir de escorredouro.

As necessidades nocturnas das habitantes da Casa seriam asseguradas, à priori, pelos vasos de noite ou *servidores*, sendo que deles encontrámos grande quantidade de fragmentos, em cerâmica vidrada interna e externamente, de cor verde garrafa. Também se encontraram calhandras, mais toscas e denunciando fabrico local, que serviriam para o seu transvase e despejo final (figura 6.55).

Era ainda no pátio da *Porta do Carro* que se localizava o grande tanque de lavagem de roupa da comunidade (ver figura 6.45 e figura 6.56), que seria alimentado pelo engenho do *Poço Grande* ou mesmo pelas águas vindas do exterior. Dessa estrutura, hoje separada do dito pátio pelo muro divisório construído nos meados do século XX aquando do seccionamento do prédio, ainda é identificável o forte muro de alvenaria de pedra e cal que continha a água, sendo também visível parte da conduta que, vinda do pátio da *Porta do Carro*, o alimentava. Porventura na mesma altura da construção do muro separador, esta estrutura hídrica foi transformada num telheiro. As águas deste tanque também eram reaproveitadas na rega do belo pomar da *Cerca Nova*, passando dele para uma caixa que, provida de registos, as reencaminhava para a rede de almécigas ainda hoje em grande parte existente.

Tanto na *Cerca Velha* como na *Cerca Nova*, a condução das águas até aos locais das regas era feita por almécigas (figura 6.57), condutas de secção rectangular correndo a céu aberto, praticamente à cota do solo, construídas com tijolo *burro* e fortes argamassas de cal, ainda não há muitos anos comumente usadas nas inúmeras hortas do aro da vila<sup>320</sup>.

Embora o sistema de utilização da água do Convento do Bom Jesus de Viana do Alentejo esteja ainda insuficientemente estudado, do que até ao momento conhecemos algo nos parece evidente: estava concebido para que todas as gotas de água se pudessem aproveitar.

---

<sup>320</sup> Na Horta do Melo, numa zona que no século XVI era conhecida por *Reguengos*, registou-se, no âmbito dos trabalhos da Carta Arqueológica, uma das melhores redes de almécigas que conhecemos no Concelho. Cf. GALAMBA, Ulrico, BAIÃO, Francisco, *Carta Arqueológica e Patrimonial de Viana do Alentejo*, 2021, Ficha VA-0346.

## **7. Conclusão. Uma actualização da narrativa historiográfica do Convento do Bom Jesus de Viana do Alentejo.**

Em Março de 2018, aquando do início da empreitada de reabilitação e reconstrução do Convento do Bom Jesus de Viana do Alentejo, o seu corpus historiográfico baseava-se, sobretudo, nos escritos de Túlio Espanca, produzidos por volta de 1970, e em dois textos publicados pela investigadora Fátima Farrica. Grande parte das considerações de Espanca radicavam, por sua vez, na leitura relativamente acrítica de fontes impressas dos séculos XVIII e XIX, ainda que tenha consultado alguma da documentação guardada na Biblioteca Pública de Évora, por essa altura ainda não tratada e muito dispersa.

A releitura crítica que, a partir daquela data, fizemos da bibliografia e das fontes documentais produzidas no próprio cenóbio, articulada com a minuciosa observação e registo, feito no terreno, das múltiplas estruturas da Casa - muitas delas postas agora a descoberto depois de terem jazido, durante décadas, sob camadas de entulhos ou de rebocos -, permitiu-nos alcançar uma percepção mais afinada das suas primitivas valências e funções, apesar do estado de grande degradação da maioria. Possibilitou-nos, também, compreender algumas das metamorfoses sofridas pelo conjunto do edificado ao longo dos últimos cinco séculos, de forma a adequar-se não só às determinações que lhe iam sendo impostas pela tutela canónica, como também às flutuações do seu número de residentes, religiosas ou não. E até mesmo um pouco antes, pois cremos ter detectado construções pré-existentes à própria casa monástica, cujo início de construção, recordemo-lo, se remete para o ano de 1554.

Quando em 1548 foi instituída a comunidade<sup>321</sup>, pensamos que as fundadoras já teriam em mente o local onde iriam mandar erguer a sua Casa: uma residência senhorial fortificada, situada na periferia noroeste do pequeno burgo quinhentista, dotada de uma torre fortificada que marcava a paisagem. Esse edifício seria propriedade da família de Brites Rodovalho, terratenentes inscritos na pequena nobreza de província<sup>322</sup> mas, ainda assim, com ligações evidentes à sede do poder, a Casa Real. Segundo Fátima Farrica:

---

<sup>321</sup> B.P.E., Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo, 1699, *Livro 1*, fl.3.

<sup>322</sup> Segundo M.J. Barroca, a residência senhorial fortificada "*corresponde ao modelo arquitectónico das pequenas linhagens*". Cf. BARROCA, Mário Jorge, "Arquitectura Gótica e Civil", *História da Arte em Portugal - O Gótico*, Lisboa, Editorial Presença, 2002, p.104.

"...a primeira escritura de doação de bens para o mosteiro fora realizada na casa da mesma Infanta [D. Isabel] o que denota existir uma proximidade da família Rodovalho à Casa Real, mais precisamente aos infantes. Esta constatação vem de encontro ao facto do pai de Brites Dais Rodovalho, segundo consta, ter sido cavaleiro da Casa Real"<sup>323</sup>.

As residências senhoriais fortificadas, ou *domus fortis*, contribuíram para representar socialmente os seus proprietários, projectando o seu prestígio e o seu poder uma vez que, pelas suas características militares, careciam de autorização régia para poderem ser construídas<sup>324</sup>. Ao edificarem a sua Casa a partir de uma residência senhorial fortificada as monjas estavam também, de alguma forma, a transmitir ao novel cenóbio essa aura de prestígio.

A inequívoca identificação de estruturas habitacionais pré-existentes ao Convento, com as características da residência senhorial fortificada, leva-nos a pensar que a mesma já seria propriedade de uma das suas fundadoras, provavelmente da própria Brites Rodovalho ou da sua sobrinha Leonor Vaz Rodovalho<sup>325</sup>, uma vez que aquele tipo de construção apenas era acessível às elites nobilitadas.

Por outro lado, a possibilidade de uma das fundadoras já ser ali proprietária de um edifício, a partir do qual se pretendia iniciar a construção da Casa, ajuda a explicar a insistência da então recém-criada comunidade na aquisição de outros tractos de terra naquela zona da vila, pois o prédio original poderia não ter a dimensão suficiente para acomodar um tal desiderato. Aquisição que, sabemo-lo, só lograram alcançar graças à intermediação régia.

A teimosia das monjas em fazer instalar o complexo conventual naquele local radicaria, provavelmente, noutros motivos para além de já ali possuírem um prédio: a zona desfrutava de recursos hídricos e, em simultâneo, drenava com alguma

---

<sup>323</sup> FARRICA, Fátima, *Op. cit.*, p.72.

<sup>324</sup> É conhecido um relato da demolição de uma dessas torres, no século XIII, por ausência de autorização régia: "...entre Abril e Outubro de 1210, Lourenço Fernandes da Cunha seria alvo de uma insólita medida régia. Efectivamente, D. Sancho I terá dado ordem a D. Vasco Mendes de Sousa (...) para destruir a Torre e as quintãs de Lourenço Fernandes da Cunha. Os motivos subjacentes a esta medida régia permanecem algo obscuros, mas não devemos andar muito longe da verdade se considerarmos que poderão ter girado em torno de alguma afronta (...) nomeadamente a de Lourenço Fernandes ter erguido a Torre da Cunha sem pedir autorização ao monarca." Cf. BARROCA, Mário Jorge, "Torres, Casas-Torres ou Casas-Fortes - A Concepção do Espaço de Habitação da Pequena e Média Nobreza na Baixa Idade Média (Sécs. XII-XV)", *Revista de História das Ideias*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Vol. 19, 1997, p.45.

<sup>325</sup> Falecida em 1569, foi também uma das fundadoras do novel cenóbio, depois de ter decidido abandonar o Paço de D. Isabel, em Lisboa; logo após a morte da tia, passou a ser a Madre Priora Leonor das Chagas. Cf. ESPANCA, Túlio, *Op. cit.*, p.427.

facilidade para norte; para simular o eremitismo próprio da congregação hieronimita, era periférica à vila mas suficientemente próxima dela para garantir a segurança necessária às suas habitantes; estava junto à *corredoura* e a um cruzamento de caminhos, entre eles os que conduziam a Évora e a Lisboa; possuía uma geologia favorável, anti-sísmica e muito fácil de escavar, sem afloramentos rochosos que fosse necessário remover; e, por fim e não de somenos importância, oferecia possibilidades de expansão futura - como efectivamente se veio a verificar nos inícios do século XVIII.

A primeira pedra da Casa terá sido lançada no dia 1 de Agosto de 1554<sup>326</sup>, cerca de um ano antes do passamento de Brites Rodvalho, ocorrido em 28 de Julho de 1555. Não se tratando de uma construção *ex-nihilo*, talvez nessa data tivessem começado os trabalhos de demolição das partes do casario existente que não iriam ser aproveitadas no novo edifício. Espanca supôs que "as obras se fizeram com certa rapidez"<sup>327</sup>, talvez influenciado pela afirmação de D. António Caetano de Sousa de que "por urgentes causas se passou no [ano] de 1560, para o sitio, em que hoje está no Rocio da Villa"<sup>328</sup>. De facto não terá sido assim. A empreitada foi muito lenta, pois em 1599 as freiras ainda estavam a encomendar as colunas de pedra que iriam suportar e alindar os arcos do piso inferior dos Claustros<sup>329</sup>, o que significa que eles tão pouco estariam feitos por essa altura. E não estando os do piso térreo, seguramente que também não estariam os do piso superior.

A terem-se de facto mudado naquela data, as religiosas ter-se-ão instalado num edifício ainda em obras. Certo é que a comunidade, por essa altura, ainda seria bastante pequena, pouco mais de uma dezena de monjas - a que se teria de juntar mais umas poucas criadas -, o que certamente facilitaria a sua acomodação<sup>330</sup>.

O facto de terem homens dentro de portas, os pedreiros e seus serventes, terá obrigado a comunidade a tomar fortes providencias. Assim e não se fazendo ainda a comunicação entre as diversas salas pelos Claustros, estas possuíam vãos de porta ligando-as internamente entre si, mais tarde entaipados quando os Claustros se deram por concluídos. Alguns desses vãos não chegaram a ser totalmente fechados,

---

<sup>326</sup> FARRICA, Fátima, *Op. cit.*, p.83.

<sup>327</sup> ESPANCA, Túlio, *Op. cit.*, p.427

<sup>328</sup> SOUSA, D. António Caetano de, *Op. cit.* p.339. No entanto aquele clérigo teatino não nos dá conta de onde terá recolhido esta informação.

<sup>329</sup> B.P.E., Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo, *Livro 124*, 1571-1900, Peça 231. Transcrição de Fátima Farrica.

<sup>330</sup> "... e que ao presente estavam em o ditto Mosteiro quatorze freiras...", pode ler-se no treslado de um alvará passado por D. Sebastião em 4 de Janeiro de 1558. Cf. B.P.E., Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo, *Livro 1*, 1699-1776, fl.5v.

aproveitando-se parte da espessura dos paramentos para a instalação de armários embutidos, como o que fomos encontrar na parede poente da *Casa do Capítulo*, antigo vão de porta que comunicava com a casa das escadas. Ou os dois armários da parede norte da *Casa da Portaria de Dentro*, antigos vãos de porta que a ligavam à *Casa do Refeitório*.

Por vezes essas providências de resguardo não seriam suficientes aos olhos da tutela canónica, o que explica, por exemplo, a determinação de D. Teotónio de Bragança, em 1594, de mandar colocar "hum porta mui forte no pe da escada que vai pera o dormitório ou no cimo della"<sup>331</sup>, de forma a isolar o piso térreo dos Claustros, ainda em construção, das áreas utilizadas pelas freiras.

A adaptação da estrutura da *domus fortis* às novas funções monásticas passou pela reformulação das cotas dos seus diferentes pisos, tendo todos eles subido pelo menos 85cm - o térreo, através de aterro. Nessa altura terão sido construídas as respectivas abóbadas e aberto um novo vão de acesso, no alçado nascente, ao nível do novo segundo piso. Através dessa porta se entrava nos aposentos da Madre Priora e deles, por uma outra porta colocada logo à sua direita, se acedia por escadório de pedra ao terceiro piso. Pelo cuidado posto na decoração do tecto deste último e também pela sua localização e acesso protegidos, pensamos que teria sido aí que estaria instalado o *Arquivo e Livraria* do cenóbio e guardada a sua arca do dinheiro:

"Todo o dinheiro do patrimonio do Conv<sup>o</sup> em q.<sup>to</sup> não ha q.<sup>m</sup> o tome a juro esta no Archivo donde estão todos os Livros e papeis desta Comonid.<sup>e</sup>; cujo tem tres chaves diverças, huã tem a R.<sup>d</sup>a M.<sup>e</sup> e A.<sup>o</sup>a, outra a Escrivã, e a outra a Depozitaria mais velha, e todas tres juntas se vaõ ao ditto Cartorio p.<sup>r</sup>a tudo q' delle se precize..."<sup>332</sup>

Mais do que o dinheiro, os valores mais importantes da comunidade seriam os livros onde se discriminavam as suas rendas, na sua maioria consubstanciadas em trigo, cevada, aveia e azeite. E um outro, de natureza metafísica: a grande colecção de relíquias de santos descritas nas *Memórias Paroquiais*, que apenas saíam à igreja ou aos actos do *Coro Alto* nos dias de sua evocação. Não havendo testemunhos documentais ou arqueológicos da Casa ter possuído uma capela-relicário como a do

---

<sup>331</sup> B.P.E., Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo, *Visitação feita a 7 de Dezembro de 1594 ao Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo, pelo arcebispo de Évora D. Teotónio de Bragança*, Cód. CIX/2-7, n.º 20, fl.3. Transcrição de Fátima Farrica.

<sup>332</sup> B.P.E., Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo, *Livro 20, 1759-1765*, fl.101.

Convento de Santa Cruz, em Coimbra, ou do Mosteiro de Santa Maria, em Alcobaça, pensamos que as relíquias também poderiam ter estado guardadas nesta sala. A sala do quarto piso, porque muito ensolarada pelos seus sete vãos de janela sacada, poderia ter servido de *scriptorium*.

A existência de apenas uma porta de acesso à torre obrigava à passagem pelos aposentos da Madre Priora. Mais tarde e talvez num período em que as visitas ao *Arquivo* tivessem de ser mais frequentes - o que terá coincido com o crescimento da comunidade a partir dos inícios do século XVIII -, decidiram as religiosas abrir um novo vão de porta para acesso exclusivo ao terceiro e quarto pisos, ficando o vão já existente para uso exclusivo dos aposentos da Priora. Terá sido então nessa altura que foi fechada a ligação destes às escadas.

Sabemos que a Casa possuía cómodos para receber sessenta religiosas, conforme nos informa D. António Caetano de Sousa em escrito publicado em 1755<sup>333</sup> mas presumivelmente redigido uns anos antes<sup>334</sup>, numa altura em que já estaria concluído e em funcionamento o *Dormitório Novo*. O *numerus clausus* das jerónimas estaria, contudo, mais relacionado com os recursos disponibilizados pelas rendas da comunidade do que propriamente com a largueza e conforto das suas instalações. Em 1743 o cónego Manuel Guerreiro de Brito, em auto de Visitação, mandou reduzir o número de freiras para cinquenta, depois de ter examinado "com muita circunspeção as rendas do Convento"<sup>335</sup>. Pelas dimensões dos dois dormitórios, cujo somatório de comprimentos atingiria mais de 80m lineares (por, talvez, 4m de largura em toda a ala que confrontava com o Rossio das Freiras), pensamos ser razoável o número de monjas aventado por Caetano de Sousa.

O segundo piso do Convento do Bom Jesus de Viana do Alentejo era ocupado pelos cómodos que *De Fabrica Ecclesiae* designava por *lugares superiores*<sup>336</sup>, os que requeriam maior privacidade: dormitórios, *Coro Alto* e *Antecoro*, enfermarias,

---

<sup>333</sup> Num dos registos de despesa da comunidade, datado de Setembro de 1777, pode ler-se: "D.[espesa] com a Seia p.<sup>a</sup> toda a comunidad.e em vinte e oito ar.[rat]jeis e meio de peixe frito p.<sup>a</sup> sincoenta e uma R.[eligios]as mil e duzentos e oitenta e dois rs" B.P.E., Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo, *Livro 5*, 1775-1778, fl.33. Se pensarmos que na Enfermaria poderiam estar acamadas mais algumas monjas, com dieta diferente e portanto não abrangidas neste computo de cinquenta e uma, o total de religiosas na Casa, por esta altura, andaria perto do número máximo avançado por Caetano de Sousa.

<sup>334</sup> SOUSA, D. António Caetano de, *Op. cit.* p.339.

<sup>335</sup> A.N.T.T., Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo (1603-1889), *Livro de Actas das Visitas do Senhor Cónego Manuel Guerreiro de Brito ao Mosteiro*, PT-TT-MBJVA-L02, 1726-1766, fl.22.

<sup>336</sup> FRADE, Gabriel dos Santos, *Op. cit.*, p.242.

provavelmente a casa destinada às noviças (na ala nascente, sobre as sacristias<sup>337</sup>) e as instalações sanitárias que se resumiriam às sentinas a norte do *Dormitório Velho*, localização que facilitava o escoamento de águas sujas para o logradouro da *Cerca Velha*. É natural que existissem outras sentinas no *Dormitório Novo*, mas só os futuros trabalhos arqueológicos naquela zona ainda não intervencionada o poderão esclarecer. Este dormitório, cuja construção teve início em 1711, estava dotado de duas amplas janelas de ventilação, uma no topo poente<sup>338</sup> e a outra virada para norte, para a *Cerca Nova*, uma vez mais em sintonia com o determinado por Carlos Borromeu:

"Em cada uma das cabeceiras (...) se construam grandes janelas por onde entra a luz. Tenham firmes grades (...) mas de modo que a sua parte superior possa ser aberta para a saída do ar viciado..."<sup>339</sup>

Algumas das criadas teriam os seus aposentos nas águas-furtadas do *Coro Alto*, fazendo-se o acesso pelas estreitas escadas da Torre Sineira<sup>340</sup>. Esta sobrecâmara que se encostava ao exterior da parede poente da Igreja, sofreu obras de alteamento em pelo menos duas ocasiões, em simultâneo com a subida do pé direito do templo e construção da abóbada de berço. Esse alteamento terá melhorado as condições de habitabilidade daquele espaço que possuía, na parede do lado sul e olhando sobre o Rossio, cinco vãos de janelas colocados ao nível do pavimento. Embora virados para o espaço público, esses vãos nunca terão possuído grades de protecção; o que se explica pela elevada altura em que estão, a mais de 9m da cota da rua.

A Casa possuía um conjunto de cozinhas, três ou talvez mais, a principal instalada no edifício de serviços que se encontrava adossado ao alçado norte e era suportado por três enormes arcos, operando funções de contraforte. Das restantes,

---

<sup>337</sup> "Em lugar separado (...) e um pouco afastado da frequência das monjas, construa-se um geniceu das noviças, quer dizer, uma escola onde elas moram. Este lugar deve ser amplo (...) Bem fechado, tenha suas latrinas e as demais partes apropriadas para o seu funcionamento necessário". FRADE, Gabriel dos Santos, *Op. cit.*, p. 254. De facto, na ala nascente do segundo piso do Convento, afastada do antecoro e dos dormitórios das monjas, registámos os vestígios de uma ampla sala, em tempos dotada de lareira que poderá ter servido uma pequena cozinha e de um cubículo sanitário equipado por uma só sentina. Este cubículo possuía uma pequena janela de ventilação, virada também a nascente, protegida no exterior por um murete construído sobre o telhado, em forma de Π e com cerca de um metro de altura, cuja função era cortar toda a visibilidade exterior, deixando apenas ver o céu.

<sup>338</sup> Perfeitamente visível na figura 2.01.

<sup>339</sup> FRADE, Gabriel dos Santos, *Op. cit.*, p.253.

<sup>340</sup> "Mandamos que se acabem as necessarias [obras] de cima e se faça em cima dellas huma casa pera as seruidoras primeiro que nenhuma outra obra se faça." Cf. B.P.E., Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo, *Visitação feita a 7 de Dezembro de 1594 ao Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo, pelo arcebispo de Évora D. Teotónio de Bragança*, Cód. CIX/2 – 7, nº 20, fl.1v. Transcrição de Fátima Farrica.

uma destinava-se a servir as Madres Porteiras, que tinham aposentos próprios entre a *Casa da Portaria de Dentro* e a *Porta do Carro*<sup>341</sup>. A terceira serviria as Enfermarias e dela pouco mais nos chegou que a imagem da sua chaminé. Uma possível quarta cozinha seria a das noviças, servida por uma ampla lareira que seria entaipada, presume-se, já nos finais do século de setecentos. O grande número de chaminés que se puderam contar em três fotografias antigas, quinze, poderão indiciar terem existido mais cozinhas ainda não registadas, por exemplo na hospedaria e nos aposentos particulares de algumas monjas.

A casa da botica ou farmácia<sup>342</sup> estaria situada num pequeno cubículo, também dotado de uma pequena lareira, localizado na zona sudeste do segundo piso do complexo e não muito distante das casas das Enfermarias. Recordemos, uma vez mais, as dificuldades que encontrámos na identificação das funcionalidades das estruturas de toda a ala nascente do complexo conventual e, sobretudo, as do seu piso superior, uma vez que foi a zona que se encontrou mais destruída, praticamente toda abatida, o que obviamente dificultou tal desiderato.

Apenas se conhece uma ligação entre o piso térreo e o segundo piso, a escadaria em pedra mármore que parte do canto noroeste dos Claustros. Embora delas não tenhamos encontrado vestígios, estamos em crer que o bloco da cozinha principal também teria possuído escadas que a ligariam às casas térreas - onde se guardavam lenhas e víveres, se amassava o pão e se dispunham a adega e oficinas, entre outros -, pois não faria sentido que essa ligação se fizesse pela escadaria áulica interna, o que além do mais obrigaria a uma grande volta pela zona da copa e pelos Claustros.

As Enfermarias estavam logo ao topo das escadas, o que minimizaria a violação da clausura por parte de médico, cirurgião ou padre. Essa localização não está totalmente conforme o disposto em *De Fabrica Ecclesiæ* pois aí, ainda que se recomende que deva ser construída *num lugar no interior do mosteiro, mas um pouco remoto*, o que é de certa forma o caso, também se indica que *terá também partes*,

---

<sup>341</sup> "Que as duas porteiras do torno residão na porta". Cf. B.P.E., Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo (1522-1910), *Visitação feita a 7 de Dezembro de 1594 ao Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo, pelo arcebispo de Évora D. Teotónio de Bragança*, Cód. CIX/2 – 7, nº 20, fl.1. Transcrição de Fátima Farrica.

<sup>342</sup> "Pode haver, para uso do mosteiro, uma drogaria ou farmácia. Mesmo que não se guarde todo género de medicamento, deve nela haver aqueles simples remédios que facilmente se confeccionam e que valem para curar ou aliviar os ataques de alguma enfermidade súbita". FRADE, Gabriel dos Santos, *Op. cit.* p.251.

*tanto superiores como inferiores*<sup>343</sup>, isto é, que terá algumas dependências no piso térreo (cozinha, despensa, lavandaria, poço) e outras no piso superior (cubículos de amplitude modesta, dispendo de fogão e de latrinas), o que não nos parece ter acontecido no Convento das Jerónimas de Viana do Alentejo.

A zona dos Coros, Alto e Baixo, foi aquela onde a interpretação da evolução das estruturas se nos afigurou mais complexa. Apesar dos fortes indícios que apontam no sentido de, também aí, já haver pré-existências, ficam-nos, porém, algumas reservas. No entanto falta ainda remover os rebocos de todas as paredes da casa do *Coro Baixo*, o que certamente trará novos aportes às questões levantadas: a sala já existia? tinha no centro uma coluna? a coluna foi acrescentada aquando do alteamento da sala, quando esta passou a integrar o edifício religioso?

No piso térreo não levantaram dúvidas os reconhecimentos do Refeitório, com os seus bancos corridos de alvenaria encostados às paredes maiores e o seu pequeno púlpito<sup>344</sup>, da *Casa do Capítulo*, das *Sacristias de Dentro* e de *Fora* e dos confessionários. As duas salas não identificadas que se encontraram praticamente demolidas - uma ao lado da *Casa do Capítulo* (sala 1.14), no canto nordeste e a seguinte (sala 1.15), já na ala nascente e antes das sacristias -, poderão ter sido os lugares "de trabalho onde as monjas se encontram em determinadas horas para realizar trabalhos manuais (...) iluminado, e em nenhuma parte meio obscuro..."<sup>345</sup>. Estes requisitos de iluminação eram sobretudo cumpridos na sala 1.14, apetrechada que estava com três vãos altos de janela virados a norte e dois a nascente. Na sala 1.15 encontrámos vestígios de um pequeno poial de canto, com pouco mais de 20cm de altura e com marcas deixadas pelas bases de, pelo menos, dois recipientes de médio porte, talvez potes para a água que poderiam abastecer, através da roda, o lavatório da vizinha *Sacristia de Dentro*.

Ainda no piso térreo, a identificação das *Casas das Grades* também não ofereceu problemas de maior, pois confrontam ambas com a via pública. Estando os respectivos vãos bastante elevados em relação à cota das salas e da rua (2,10m na *Casa das Grades Velha* e 1,70m na *Casa das Grades Nova*), o acesso interno era facilitado por um pequeno escadório de três degraus na primeira e por uma pequena estrutura em forma de poial, com pouco mais de meio metro de altura, na segunda. As

---

<sup>343</sup> FRADE, Gabriel dos Santos, *Op. cit.*, p.255.

<sup>344</sup> "Sua estrutura seja ampla de modo que facilmente acomode todas as monjas sentadas ao longo de cada uma das paredes (...) de um lado [tenha] ainda um púlpito, construído no meio da parede de onde a leitura sagrada se possa ouvir comodamente. Igualmente haja de ambos os lados janelas por onde entra a luz. Além disso, uma adega de vinho...". FRADE, Gabriel dos Santos, *Op. cit.*, p.243.

<sup>345</sup> Idem, p.245.

abóbadas destes lugares de conversação, que comumente tinha de ser acompanhada pelas Madres Escutas, encontraram-se densamente carregadas com peças de loiça de contenção (bilhas, infusas, potes, asados), o que se interpretou com a necessidade de melhorar as condições acústicas desses compartimentos. O mesmo sucedeu com as cargas das abóbadas da casa da *Portaria de Fora* (onde estava o locutório ou *ralo*) e do *Coro Baixo*, espaço onde as freiras tinham a sua necrópole e o sussurro seria o tom de voz permitido.

As estruturas repressivas - e não será todo o convento ou mosteiro feminino, todo ele, uma imensa estrutura repressiva?<sup>346</sup> - não foram esquecidas por Carlos Borromeu na sua *De Fabrica Ecclesiæ*:

"Os mosteiros devem ter, como antigamente tiveram, um cárcere sólido no qual se prende, conforme a gravidade da culpa, uma monja que alguma vez se desviou da disciplina (...) Ora o cárcere ficará longe da via pública e das casas vizinhas, antes esteja na parte interna superior do mosteiro, que é também mais remota de onde as monjas frequentam e se encontram."<sup>347</sup>

O Convento hieronimita de Viana do Alentejo também possuiu o seu pequeno calabouço *em lugar bem afastado da via pública*, não na parte superior do edifício mas sob o vão das escadas que a ele conduzem. Para além da própria documentação do cenóbio o mencionam, os indícios que encontramos e reportamos - presença de uma banquetta, lugar pouco iluminado dotado de orifícios de arejamento, o simbolismo de ser num local onde toda a comunidade tinha de passar por cima, inscrição no exterior e os riscos sob camadas de cal - parecem-nos suficientemente sólidos para confirmar a função disciplinadora deste lugar.

Já referimos que a comunidade tinha a sua necrópole no *Coro Baixo*. Era também ali que as monjas que comungavam assistiam à missa, através das desaparecidas grades de ferro, cujo grosso diâmetro e pouco espaçamento apenas podemos inferir pelos orifícios onde outrora se chumbavam, deixados abertos na cantaria de mármore. Nessa grade existia uma pequena zona um pouco mais

---

<sup>346</sup> Ou talvez nem tanto. Para algumas mulheres a entrada num convento poderia ser a libertação do jugo familiar ou a fuga a algum casamento indesejado. "*Um viajante francês do início do século XVIII esclarece: «Elas [as jovens religiosas] renunciam tanto mais voluntariamente ao mundo, quanto lhes parecia que, deixando-o, entravam nele em vez de sair. Porque sendo, em casa delas, extrema a prisão e achando nos conventos a liberdade de verem homens e de poderem conversar com eles [...], a sua sorte parecia-lhes mais agradável».*" CALDEIRA, Arlindo Manuel, *Mulheres Enclausuradas - As Ordens Religiosas Femininas em Portugal nos Séculos XVI a XVIII*, Alfragide, Casa das Letras, 2021, p.82.

<sup>347</sup> FRADE, Gabriel dos Santos, *Op. cit.* pp.257, 258.

alargada, onde as freiras podiam colocar a face para receber a hóstia, o chamado *comunga*<sup>348</sup>.

Tendo sido necessário rebaixar a cota do pavimento do *Coro Baixo* em cerca de 30cm, verificou-se que sob uma primeira camada de terra batida e raros vestígios de um desaparecido pavimento em tijoleira, esta divisão estava seccionada por uma grelha ortogonal construída com pequenos muretes de *tijolo burro*, definindo um total de 36 espaços individualizados de enterramento - nove no sentido norte-sul e quatro no sentido este-oeste -, cada um com cerca de 1,65m de comprimento por 68cm de largura. O *Livro de Assentos das Religiosas Defuntas*<sup>349</sup>, depositado da Torre do Tombo, identifica as monjas que foram enterradas nesses espaços:

"220. Faleceu a M.<sup>e</sup> Lorença Fr.<sup>ca</sup> a 25 de Mayo no dia Santissima Trind.<sup>e</sup> as duas oras da tarde, está sepultada no coro debacho da parte do Rocio abacho do Retabulo do Batista na era de 1755"<sup>350</sup>.

Este assentamento também nos informa que, para além dos cinco pequenos altares mencionados por Túlio Espanca<sup>351</sup>, o *Coro Baixo* possuía também, na sua parede do lado sul - que no exterior confronta com o Rossio -, um retábulo cujo tema seria S. João Baptista.

Ainda no *Coro Baixo* e correndo ao longo de toda a sua parede poente, encontrou-se uma zona com pouco mais de um metro de largura, que pensamos poder ter servido de ossário. Logo que a necrópole ficou completa com os primeiros enterramentos, começaram a exumar os mais antigos para, no seu lugar, fazerem novas inumações. Os ossos antigos eram depois depositados sobre o novo enterramento, como hoje ainda se usa fazer. Deste processo resultava ficar sempre algum material osteológico disperso, quase sempre ossos pequenos e em grande quantidade.

---

<sup>348</sup> "Na grade que separava a «igreja de fora» do «coro de baixo», havia, em geral, bem protegida, uma portinhola (chamada ministra) através da qual as religiosas podiam confessar-se e comungar e que apenas se abria com autorização da abadessa." CALDEIRA, Arlindo Manuel, *Op. cit.*, p.46.

<sup>349</sup> A.N.T.T., Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo, (1603-1889), *Livro 1*, 1603-1874, PT-TT-MBJVA.

<sup>350</sup> *Idem*, fl.21.

<sup>351</sup> "O coro de baixo (...) encontra-se, infelizmente, em acentuado estado de ruína. Tratava-se da mais rica e delicada obra de arquitectura ornamental do convento, composta por cinco altares devocionais consagrados a NOSSA SENHORA DAS DORES, NOSSA SENHORA DO CARMO, SANTA ANA, SENHOR DAS CHAGAS e SENHOR JESUS DOS PASSOS, este com irmandade instituída no ano de 1708, de tomo próprio...". Cf. ESPANCA, Túlio, *Op. cit.*, p.433.

O pavimento do *Coro Baixo* era em tijoleira, que se levantava e repunha (nem sempre com a necessária mestria), cada vez que era necessário proceder-se a uma inumação<sup>352</sup>. Apenas temos conhecimento de uma pedra epigrafada, que hoje está numa casa particular perto do Convento e que esteve, durante anos, a servir de soleira de porta. Faz alusão à Madre Filipa da Cruz, falecida em 1635, sobrinha do 7.º Duque de Bragança, D. Teodósio II<sup>353</sup>, o que poderá justificar a distinção.

Na ala sul do piso térreo dos Claustros, encostados à parede da igreja, conhecemos documentalmente a existência de alguns enterramentos que, todavia, não foram encontrados, uma vez que ali a escavação foi pouco profunda. Esta zona seria reservada às criadas da Casa:

"61 - Faleceu Bernarda Baptista creada da comonid. e Natural desta V.ª de Viana a 27 de Junho de 1786. e está sepultada da parte do Claustro logo abaixo da sepultura de Ant.ª de S. Fran.º para aparte da Portaria" e

"63 – Faleceo Josefa M.ª creada da comunid.ª natural desta V.ª de Vianna a 4 de Dezembro no anno de 1786 Era mt. virtuozza (...) esta sepultada da parte do Claustro no primeiro pegão ao pé do arco q' vai p.ª a Snr.ª da Graça."<sup>354</sup>

Parece que o chão da Igreja estaria reservado ao enterramento dos padres que serviram a Casa. No entanto existem ali poucas pedras tumulares, sendo a maior parte do pavimento também em tijoleira, não mostrando sinais de grandes alterações. A maior das pedras tumulares é composta por várias placas de mármore e está encostada ao vão da desaparecida grade de ferro que ligava ao *Coro Baixo*. Está epigrafada e assinala as inumações de alguns capelães e confessores da comunidade. Do lado do Evangelho e muito perto do púlpito está outra, a que já fizemos referência nas páginas 23 e 24. Fomos encontrar uma última no lado da Epístola, perto da porta de acesso à rua e debaixo de um tanque para derrega de barro - construção do período em que o templo serviu de oficina de olaria. Apesar dos cuidados postos na remoção do dito tanque, encontrou-se muito danificada, não tendo (ainda) sido possível fazer a sua leitura epigráfica.

---

<sup>352</sup> Num livro de despesas da comunidade e referente ao mês de Dezembro de 1776, pode ler-se: "Desp.[esa]: Abertura de sepultura da M.e Izabel Ignacia Duzentos e quarenta reis" e " Desp.[esa]: com oficial de Ped.[rei]ro que ladrilhou a tal sepultura cento e vinte reis", B.P.E., Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo, *Livro 5, 1775-1778*, fl.137.

<sup>353</sup> Idem, p.432.

<sup>354</sup> A.N.T.T., Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo, (1603-1889), *Livro 1, 1603-1874*, PT-TT-MBJVA, fl. 90v. Pegão significa "coluna". Segundo Túlio Espanca, imagem da Senhora da Graça, juntamente com uma outra de S. Jerónimo, ocuparia o pequeno altar que está no canto sudeste do piso térreo do Claustro. Cf. ESPANCA, Túlio, *Op. cit.*, p.433.

A partir da segunda metade do século XIX e decorrendo da emergente legislação de saúde pública produzida pelos governos liberais, freiras e restantes mulheres começaram a ser enterradas nos cemitérios públicos. Um pouco antes, em 1843, a comunidade ainda logrou receber autorização para continuar a manter uma necrópole particular no interior do Convento, desde que cumprisse as novas disposições higienistas:

"A Rainha foi servida conceder por Portaria do Ministério do Reino de 8 do corrente a licença sollicitada para se construir um cemitério particular dentro da Cerca desse Mosteiro e no lugar que mais apropriado for, ficando porem as R.<sup>da</sup> s Religiosas obrigadas à fiel execução das Condições Sanitárias prescriptas no Decreto de 21 de Setembro de 1835..."<sup>355</sup>

Tanto quanto sabemos o novo cemitério nunca terá sido construído, continuando freiras, senhoras recolhidas e criadas a receber sepultura na velha necrópole do Coro Baixo e na ala sul dos Claustros. Em 1863 uma criada ainda era enterrada *no nosso cardal*. No registo seguinte, já de 1870, a inumação já era feita no então recém inaugurado cemitério público de Santo André<sup>356</sup>.

Pela sua geometria, localização, disposição e modus construtivo, pode considerar-se o Convento do Bom Jesus de Viana do Alentejo uma produção típica da segunda metade do século XVI, estando o seu programa arquitectónico em sintonia quase total com as determinações pós tridentinas expressas em *De Fabrica Ecclesiae*.

Apesar das sevícias recebidas durante praticamente todo o século XX e do estado de ruína em que chegou aos nossos dias, foi ainda possível fazer uma leitura bastante alargada do complexo monástico, das suas estruturas funcionais e da sua evolução ao longo dos cerca de trezentos e cinquenta anos em que albergou religiosas jerónimas, criadas e outras mulheres. Dessa leitura ressalta a detecção de vestígios de algumas construções apalaçadas anteriores ao próprio cenóbio, a partir das quais ele teria sido construído.

Percebeu-se também que a construção do complexo monástico terá ocorrido em dois grandes *andamentos*: o primeiro e mais extenso, que contemplou a

---

<sup>355</sup> B.P.E., Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo, *Livro 124*, 1571-1900, Peça 225. Trata-se de um ofício datado de 15 de Novembro de 1843, emanado da Administração do Concelho de Viana do Alentejo, que nessa altura tinha à frente Francisco de Mello Cabral e Sousa, morgado de Santa Catarina.

<sup>356</sup> A.N.T.T., Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo, (1603-1889), *Livro 1*, 1603-1874, PT-TT-MBJVA, fls.82v e 83.

construção da Igreja, Coros e Claustros com as suas diversas salas e dormitórios, teve início em 1554 e prolongou-se para lá dos alvares do século XVII. O segundo, coincidindo com a altura em que a comunidade acolheu mais religiosas, nos inícios do século XVIII, com a construção do chamado *Dormitório Novo* e da *Cerca Nova*. No entanto o complexo terá sofrido em permanência obras de menor vulto, como foram as empreitadas do alteamento e construção da abóbada da Igreja, lançada em 1616, ou a construção da fonte do pátio central e respectivo sistema de abastecimento de água, feita em 1739. Ou ainda a substituição do pavimento e pintura do tecto do Refeitório, realizadas em 1779<sup>357</sup>.

A leitura que agora fazemos do complexo conventual hieronimita de Viana do Alentejo é isso mesmo: apenas e tão só uma leitura. Novos aportes de informação arqueológica e/ou documental poderão trazer, e certamente trarão, novas leituras. Ainda que incompleta e segmentada, para que esta leitura fosse alcançada foram fundamentais as contribuições e concatenação de inúmeras áreas do conhecimento científico humano, nem sempre por nós suficientemente dominadas: ciências geográficas e geológicas, ciências da história (entre elas, a arqueologia, a paleografia, a história da arte, das religiões, das mentalidades, etc.), ciências da engenharia e da arquitectura. E também o conhecimento empírico daqueles que, há largos anos, intervêm como pedreiros, canteiros, estucadores, serventes, carpinteiros, etc., em obras de reabilitação desta natureza. Porque pretender observar o objecto apenas por um óculo, por mais nítida que seja a sua lente, é reduzir a possibilidade de alguma vez o compreendermos na sua plenitude - desiderato epistemológico que, contudo, sabemos inalcançável.

Sem pretendermos imitar o sapateiro Apeles que um dia opinou acima do chinelo, permitamo-nos glosar o falecido professor e investigador Paulo Varela Gomes:

"...a arquitectura das igrejas conventuais de freiras coloca [algumas questões] à história da arquitectura no mundo português. A investigação ainda está no início e nela terão de intervir tanto a tipologia, como a história documental, a história da liturgia católica e a iconologia."<sup>358</sup>

---

<sup>357</sup> "Despe[sa]: Com o pintor que guarneceo o Refeitório Sete mil e duzentos reis", B.P.E., Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo, *Livro 5*, 1775-1778, fl.145v

<sup>358</sup> GOMES, Paulo Varela, "Igrejas de Conventos de Freiras na Arquitectura Portuguesa", in *Actas do II Colóquio Luso Brasileiro de História de Arte - Volume. O Barroco*, Ouro Preto, 1993-1996, p.81, citado por VALENTE, Maria Teresa, *O espaço das igrejas dos conventos das Clarissas da província dos Algarves*,

E, convenhamos, a arqueologia, que pela sua intrínseca multidisciplinaridade está, hoje em dia, perfeitamente municiada para ajudar a responder às questões colocadas na interpretação da arquitectura dos edifícios religiosos, mormente os conventuais.

## 8. Bibliografia

A.A.V.V., *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (Dir. de Carlos Moreira Azevedo), Lisboa, Círculo de Leitores, 2000.

*Alguns dados sobre o Concelho de Viana do Alentejo*, caderno policopiado da Câmara Municipal de Viana do Alentejo, 1983.

ALMEIDA, Carlos Alberto F. de, BARROCA, Mário, *História da Arte em Portugal - O Gótico*, Lisboa, Editorial Presença, 2002.

AMEAL, João, *História de Portugal*, Porto, Livraria Tavares Martins, 1968.

ANTUNES, Ana Sofia Tamissa, "A Idade do Ferro na Serra de Portel - Elementos de uma Composição Territorial no Sudoeste Peninsular", in *Vipasca - Arqueologia e História*, nº 2, 2ª série, 2007.

AZEVEDO, Pedro Ricardo Coelho de, *Roteiro das casas nobres com torre(s): Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto e Amarante*, Dissertação de Mestrado em Património e Turismo Cultural, Universidade do Minho, 2016.

AZKARATE GARAI-OLAUN, Agustín, ESCRIBANO RUIZ, Sergio, SÁNCHEZ PINTO, Iban, SOLAUN BUSTINZA, José Luis, "Procedimiento y estrategias de análisis en Arqueología de la Arquitectura", in *Arqueología de la Arquitectura - Una experiencia práctica para el análisis arqueológico de edificios históricos*, Alicante, Instituto Universitario de Investigación en Arqueología, 2022.

BAIÃO, Francisco, *Acompanhamento Arqueológico das Obras de Requalificação do Centro Histórico de Viana do Alentejo - 1ª Fase - Relatório Final*, Texto policopiado, 2016. Aprovado por despacho do Senhor Director Geral da DGPC, de 21 de Janeiro de 2017.

IDEM, "A Presúria da Herdade de Foxen", in *Boletim da Câmara Municipal de Viana do Alentejo*, nº 78, Março de 2013, p.36,37.

BAIÃO, Francisco, BAIÃO, Manuel, *Jesuíno Simões e a construção do Cine Teatro de Viana do Alentejo*, edição da Câmara Municipal de Viana do Alentejo, 2021, p. 58.

BAIÃO, Francisco, "O Fim do Império Romano e a Chegada do Islão", in *Boletim Municipal de Viana do Alentejo*, nº 76, edição da Câmara Municipal de Viana do Alentejo, Setembro de 2012, p.p. 30,31.

IDEM, "O Nascimento de Viana", in *Os Forais Manuelinos de Aguiar e de Viana do Alentejo - 500 Anos*, Fátima Farrica (coord.), Lisboa, Caleidoscópio, 2017.

BARATA, António Francisco, *O Alentejo histórico, religioso, civil e industrial no districto de Évora, Portel, Redondo, Reguengos e Vianna*, Évora, Typographia Eborensis, 1893.

BARATA, Paulo J.S., "As livrarias dos mosteiros e conventos femininos portugueses após a sua extinção: uma aproximação a uma história por fazer", in *Lusitania Sacra*, número 24, Julho/Dezembro de 2011.

BARBOSA, Ignacio de Vilhena, *As cidades e villas da Monarchia Portugueza que teem brasão d'armas*, Volume 3, Lisboa, Typographia do Panorama, 1862.

BARKER, Philip, *Techniques of archaeological excavation*, 3ª edição, Londres, Batsford Book, 1993.

BARROCA, Mário Jorge, "Arquitectura Gótica e Civil", *História da Arte em Portugal - O Gótico*, Lisboa, Editorial Presença, 2002.

IDEM, "Torres, Casas-Torres ou Casas-Fortes - A Concepção do Espaço de Habitação da Pequena e Média Nobreza na Baixa Idade Média (Sécs. XII-XV)", *Revista de História das Ideias*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Vol. 19, 1997, p.p.39-103.

IDEM, *Em torno da Residência Senhorial Fortificada - Quatro Torres Medievais na região de Amares*, Porto, 1989.

BEIRANTE, Maria Ângela, *Évora na Idade Média*, Lisboa, edição da Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.

IDEM, *Territórios do Sagrado - Crenças e Comportamentos na Idade Média em Portugal*, Lisboa, Edições Colibri, 2011.

BICHO, Nuno Ferreira, *Manual de Arqueologia Pré-Histórica* (2.ª edição), Lisboa, Edições 70, 2011.

BILOU, Francisco, *Sistema Viário Antigo na Região de Évora*, Lisboa, Edições Colibri, 2005.

BRANCO, J. Paz, *Dicionário Técnico de Construção Civil*, Queluz, Edição da Escola Profissional Gustave Eiffel, 1993.

BUESCU, Ana Isabel, *D. João III*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005.

CAEIRO, Elsa Maria Moreira, *Estudo Comparativo de Conjuntos Urbanos Situados na Área de Influência de Évora*, Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, Universidade de Évora, 1995.

CALDEIRA, Arlindo Manuel, *Mulheres Enclausuradas - As Ordens Religiosas Femininas em Portugal nos Séculos XVI a XVIII*, Alfragide, Casa das Letras, 2021.

CÂMARA, Paulo Perestrello da, *Diccionario Geographico Historico Politico e Litterario do Reino de Portugal e seus Dominios*, Tomo Primeiro, Lisboa, s.l., 1850.

CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de, *A Ordem das Ordens Religiosas: Roteiro Identitário de Portugal (Séculos XII-XVIII)*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2017.

CARVALHO, António Rafael, "A Muşalla do Hişn Turruş/Torrão: Uma Leitura Arquitectónica", in *Elementos para a História de Alcácer*, nº 3, edição digital da Câmara Municipal de Alcácer do Sal, Outubro de 2008.

CARVALHOSA, A. Barros, ZBYSZEWSKI, G., *Carta Geológica de Portugal - Notícia Explicativa da Folha 40-C - Viana do Alentejo*, Lisboa, edição da Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos, 1972.

*Chancelarias Portuguesas: D. Duarte, vol. I, tomo II, 1435-1438*, Lisboa, Edição do Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova, 1998.

COELHO, António Borges, *História de Portugal - Portugal na Europa das Luzes*, Lisboa, Editorial Caminho, 2022.

CONDE, Antónia Fialho, *Cister a sul do Tejo - O Mosteiro de S. Bento de Cástris e a Congregação Autónoma de Alcobaça (1567-1776)*, Lisboa, Edições Colibri, 2009.

CONDE, Antónia Fialho, LALANDA, Margarida Sá Nogueira, "A Ação Disciplinadora de Trento no Quotidiano Monástico Feminino dos Mosteiros de S. Bento de Cástris", João Luís Fontes, Maria Filomena Andrade e Tiago Pires Marques (coord.), *Género e interioridade na vida religiosa: conceitos, contextos e práticas*, Lisboa, 2017, p.121-138.

CONTREIRAS, Margarida dos Santos, *A Casa Forte Alentejana na Transição da Época Medieval para a Época Moderna*, Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à FCSH da Universidade Nova de Lisboa, 2019.

COSTA, Padre António Carvalho da, *Corografia Portuguesa, e Descrição Topográfica do famoso reyno de Portugal, com as noticias das fundações das Cidades, Villas & Lugares, que contém; Varões illustres, Genealogias das Familias nobre; antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observações*, Tomo II, Lisboa, Officina de Valentim da Costa Deslandes, 1708.

COSTA, Padre António Domingues de Sousa, "Jerónimos", in *Dicionário de História de Portugal*, Coordenação de Joel Serrão, Vol.3, Porto, Livraria Figueirinhas, 1992.

CRUZ, Maria das Dores, CORREIA, Virgílio Hipólito, *Cerâmica Utilitária - Normas de Inventário*, Lisboa, edição do Instituto dos Museus e da Conservação, 2007.

CUNHA, Mafalda Soares, MONTEIRO, Nuno Gonçalo, "As Grandes Casas", *História da Vida Privada em Portugal - A Idade Moderna*, Direcção de José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 2010.

*Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, Lisboa, Temas & Debates, 2005.

ESPANCA, Túlio, *Inventário Artístico de Portugal - Distrito de Évora*, I Vol., Lisboa, Academia Nacional de Belas-Artes, 1978.

FARRICA, Fátima, BAIÃO, Francisco, *Os Forais Manuelinos de Aguiar e de Viana do Alentejo - 500 anos*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2017.

FARRICA, Fátima, *No Espaço e no Tempo - Contributo para a História das Instituições de Viana do Alentejo (séculos XIV-XX)*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2015.

IDEM, *Viana do Alentejo, Alcáçovas e Aguiar nas Memórias Paroquiais de 1758*, Vale de Cambra, Caleidoscópio, 2021

FIGUEIREDO, Paulo, *Dicionário de Termos Arqueológicos*, Lisboa, Prefácio, 2004.

FONSECA, Fernando Taveiro da, "Demografia Eclesiástica", in *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (direcção de Carlos Moreira Azevedo), vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000.

FONTES, João Luís Inglês, SERRA, Joaquim Bastos, ANDRA.D.E., Maria Filomena, *Inventário dos Fundos Monástico-Conventuais da Biblioteca Pública de Évora*, Lisboa, Edições Colibri, 2010.

FONTES, Luís, "Arqueologia da Arquitectura e Património Arquitectónico", in *Pedra & Cal*, n.º 25, 2005.

FRADE., Gabriel dos Santos, *Entre o Renascimento e Barroco: os Fundamentos da Arquitectura Religiosa e a Contrarreforma - o De Fabrica Ecclesiae de Carlos Borromeu*, Tese ao Programa de Pós Graduação da Faculdade de Arquitectura e Urbanismo da Universidade de S. Paulo como requisito para a obtenção do grau de Doutor em Ciências, Programa de Arquitectura e Urbanismo, 2016.

FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*, Vol. I, Lisboa, INCM, 1996.

FREIRE, António de Oliveira, *Descripçam Corografica do Reyno de Portugal*, Lisboa, Oficina de Miguel Rodrigues, 1739.

GALAMBA, Ulrico, BAIÃO, Francisco, *Carta Arqueológica e Patrimonial do Concelho de Viana do Alentejo*, 2021, aprovada por despacho de 14.02.2022 do Sr. Subdirector-Geral da DGPC.

GALAMBA, Ulrico, *O Património Arqueológico de Viana do Alentejo, estado do conhecimento*, Dissertação de Mestrado em Arqueologia e Ambiente, Universidade de Évora, 2012.

GARRETT, Almeida, *Viagens na Minha Terra*, Porto, Livraria Civilização Editora, 1978.

GOMES, Padre João Pereira, "Jesuítas" in *Dicionário de História de Portugal*, Volume II, Coordenação de Joel Serrão, Porto, Livraria Figueirinhas, s.d.

GOMES, Paulo Varela, "Arquitectura - Do Manuelino ao Romantismo", in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000.

IDEM, "Igrejas de Conventos de Freiras na Arquitectura Portuguesa", in *Actas do II Colóquio Luso Brasileiro de História de Arte - Volume. O Barroco*, Ouro Preto, 1993-1996, citado por VALENTE, Maria Teresa, *O espaço das igrejas dos conventos das Clarissas da província dos Algarves*, Dissertação de Mestrado em História da Arte pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve, Faro, 2007.

*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa, Página Editora, 1998.

HARRIS, Edward. C., *Principles of archaeological stratigraphy*, 2ª edição, Londres, Academic Press, 1989.

JORGE, Virgolino Ferreira, "Captação, adução, distribuição e evacuação de água na Abadia Cisterciense de Alcobaça", in *Ratio Fecit Diversum - Ensaios sobre a Abadia de Alcobaça*, edição da DGPC - Mosteiro de Alcobaça, 2017.

LEAL, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho, *Portugal antigo e moderno : dictionário geographico, estatístico, chorographico, heraldico, archeologico, historico*,

*biographico e etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias*, Volume 10, Lisboa, Typographia de Mattos Moreira, 1882.

LOPES, Francisco Fernandes, "Convento", in *Dicionário de História de Portugal*, Volume II, Coordenação de Joel Serrão, Porto, Livraria Figueirinhas, s.d..

LOPES, Vítor Sousa, "Os azulejos do Mosteiro de Santa Marta", *História*, I série, n.º 34, Lisboa, Publicações Projornal, Agosto 1981.

MARQUES, A.H. de Oliveira, "Pesos e Medidas", *Dicionário de História de Portugal* (Dir. de Joel Serrão), Vol. 5, Porto, Livraria Figueirinhas, 1992.

MARTÍNEZ, Ana María Núñez, "Reflexión Metodológica sobre la Arqueología de la Arquitectura", in *Revista ArqueoMurcia*, nº2, Julho de 2004.

NEIVA, Adélio de A. Torres, "Formas de Vida Religiosa", in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores e Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2000.

OLIVEIRA, Frei Francisco de, *Gazeta de Lisboa*, Lisboa, Officina de Luiz Jose Correa Lemos, 30 de Janeiro de 1744.

PÁSCOA, Marta Cristina Relvas Janeiro, *Fr. Francisco de Oliveira - A escrita da História Regional e Local no século XVIII*, Dissertação de Mestrado em História Regional e Local, Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2002.

PEREIRA, Félix Alves, "Cemitério da Época Romana", in *O Archeologo Portugues*, Vol. IX, Lisboa, edição do Museu Ethnologico Português, 1904, p.p. 282-296.

IDEM, IBIDEM, Volume X, Lisboa, edição do Museu Ethnologico Português, 1905, p.p. 16-28.

RAMALHO, Maria M.B. de Magalhães, "Os primeiros passos da Arqueologia da Arquitectura no âmbito do Instituto Português do Património Architectónico", in *Arqueología de la Architectura*, nº 3, 2004.

RAMOS, Rui (coord.), *História de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2010.

REMÉDIOS, Mendes dos, *Os Judeus em Portugal*, II volume, Coimbra, Coimbra Editora, 1928.

S. LUIZ, D. Francisco de, "Ordens Monásticas e Mosteiros em Portugal", in *Obras completas do Cardeal Saraiva*, Vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1872.

SALOIO, Marta Isabel Romão, *Os Relicários em Portugal e no Mundo Português entre os Séculos XVI e XVIII. Um Estudo Introductório*, Dissertação de Mestrado em História

da Arte Moderna, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2016.

SANTOS, Cândido dos, *Os Jerónimos em Portugal - Das origens aos fins do Século XVII*, Porto, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1996.

SANTOS, Raquel, "A Arqueologia da Arquitectura: Conceito e Metodologia", in *Parc pesquisa em arquitectura e construção*, Vol. 4, nº 1, Edição do Departamento de Arquitectura e Construção da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitectura e Urbanismo da Universidade de Campinas (Brasil), Abril de 2013.

SBARDELLA, Francesca, "Res sacrae: constructing and patrimonializing religious items", in *Local Vocabularies of "Heritage". Variabilities, Negotiations, Transformations* Conference, Évora (Portugal), 2012.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Itinerários de El-rei D. João II*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1993.

SERRÃO, Vítor, *História da Arte em Portugal - O Renascimento e o Maneirismo (1500-1620)*, Lisboa, Editorial Presença, 2002.

SHAW, Julia, *A Ilusão da Memória - Recordar, esquecer e a ciência da memória falsa*, Lisboa, Temas & Debates, 2016.

SILVA, João Martins da, *Calcários Cristalinos da Região de Viana do Alentejo-Alvito*, Separata dos fascículos 3-4 do vol. XIV de "*Estudos, Notas e Trabalhos*", Porto, Edição do Fundo de Fomento Mineiro, 1960.

SILVA, Jorge Henrique Pais da, CALADO, Margarida, *Dicionário de Termos de Arte e Arquitectura*, Lisboa, Editorial Presença, 2005.

SIMÃO, Inês, *Relatório dos trabalhos arqueológicos - Convento de Jesus, Viana do Alentejo - Projecto nº 1196.13*, Lisboa, ERA Arqueologia, 2013.

SIMÕES, Santos, *Tomar e a sua Judiaria*, Tomar: Edição do Museu Luso-Hebraico, 1943.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (Dir.), *Ordens Religiosas em Portugal - Das Origens a Trento - Guia Histórico*, Lisboa, Livros Horizonte, 2016.

SOUSA, D. António Caetano de, *Agiologio Lusitano, dos Santos, e Varões Ilustres em Virtude do Reino de Portugal e suas Conquistas*, Tomo IV, Lisboa, Regia Officina Sylviana, 1744.

SOUSA, João Manuel Santana de, *História da Primeira Adega Social Portuguesa - Viana do Alentejo, 1893-1906*, Viana do Alentejo, edição da Câmara Municipal de Viana do Alentejo, 1994.

SYLVA, Rodrigo Mendez, *Poblacion General de España*, Madrid, Roque Rico de Miranda, 1675.

TAVARES, Maria José Pimenta Ferro, *Pobreza e Morte em Portugal na Idade Média*, Lisboa, Editorial Presença, 1989.

TRINDADE, Luísa, *Urbanismo na Composição de Portugal*, Tese de Doutoramento em Arquitectura apresentada à Universidade de Coimbra, 2010.

VASCONCELOS, José Leite de, "Antiguidades de Viana do Alentejo", in *O Archeologo Português*, Volume IX, Lisboa, 1904, p.p. 271 - 282.

VIANA, Abel, "Mosteiro da Conceição e Palácio dos Infantes", *Arquivo de Beja*, Câmara Municipal de Beja, Janeiro-Junho de 1946.

VITRÚVIO, *Tratado de Architectura - Decem Libri*, Tradução, introdução e notas de M. Justino Maciel, Lisboa, IST Press, 2006.

## 8.1. Fontes Documentais

Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças (ACMF), Fundo Documental da Direcção-Geral da Fazenda Pública, *Convento do Bom Jesus de Viana do Alentejo*, PT/ACMF/DGFP/RP/EVO/VDA/CONVF /002, 1911-1943.

ACMF, *Relação de Peças dos Conventos Extintos*, PT/MNAA/AJF/APF-MNAA-M/003/00001/000021, Documento 28, 1886-1903.

Arquivo Distrital de Évora (A.D.E.), *Obitos - Freguezia de Vianna do Alemtejo, 1902*, PT-A.D.E.VR-PRQ-VNT02-003-0055, 1902.

Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Viana do Alentejo (AHCMVA), *Livro de Actas das Vereações de 1851*, Sessão de 16 de Março.

AHCMVA, *Livro de Actas das Vereações de 1867*, Acta da Sessão de 10 de Fevereiro.

AHCMVA, *Livro de Actas das Vereações de 1873*, Sessão de 5 de Janeiro.

AHCMVA, *Livro de Actas das Vereações de 1884*, Acta da Sessão de 13 de Julho.

AHCMVA, *Livro de Actas das Vereações de 1889*, Sessão de 7 de Março.

AHCMVA, *Livro de Actas das Vereações de 1890*, Sessão de 30 de Janeiro.

AHCMVA, *Livro de Actas das Vereações de 1909*, Sessão de 22 de Abril.

AHCMVA, *Livro de Actas das Vereações de 1902*, Sessão de 16 de Janeiro.

AHCMVA, *Livro de Actas das Sessões da Comissão Municipal Republicana de Viana do Alentejo*, 1910-1913.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (A.N.T.T.), Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo (1603-1889), *Livro de Actas das Visitas do Senhor Cónego Manuel Guerreiro de Brito do Mosteiro*, PT/TT/MBJVA/L02, 1726-1766.

A.N.T.T., Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo (1603-1889), *Livro de Procedimentos de Noviças*, PT/TT/MBJVA/L11, s.d.

A.N.T.T., *Tombo do Hospital de Nossa Senhora da Graça de Viana do Alentejo*, PT/TT/FC/5/273, s.d.

Biblioteca Pública de Évora, Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo, *Livro 1*, 1699-1776.

B.P.E., Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo, *Livro 5*, 1775-1778.

B.P.E., Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo, *Livro 20*, 1759-1765.

B.P.E., Mosteiro do Bom Jesus, *Livro 82*, 1711-1714.

B.P.E., Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo, *Livro 122*, 1550-1902.

B.P.E., Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo, *Livro 124*, 1571-1900.

B.P.E., Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo, *Livro de Inventário dos Bens do Mosteiro, com outro Inventário Avulso - Livro 123*, 1901-1902.

B.P.E., Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo, *Visitação feita a 7 de Dezembro de 1594 ao Mosteiro do Bom Jesus de Viana do Alentejo, pelo arcebispo de Évora D. Teotónio de Bragança*, 1494, transcrição de Fátima Farrica.

Biblioteca Pública do Porto, *Memórias Da Villa de Vianna do Alentejo junto a Évora, e notícia dos Condes e Donatários que A possuirão, e da fundação dos Conventos que tem; com algumas Clarezas mui curiosas*, Manuscritos 104 - 104a da Biblioteca Pública do Porto, atribuídos a frei Francisco de Oliveira e datáveis de meados do século XVIII.

## 8.2. Periódicos

*O Transtagano*, nº 16, Viana do Alentejo, 15 de Julho de 1934.

*O Transtagano*, nº 124, Viana do Alentejo, 26 de Novembro de 1949.

## 8.3. Fontes digitais

<https://arquivos.rtp.pt/conteudos/olaria-de-viana-do-alentejo/>, acedido em Janeiro de 2018.

<https://digitalq.arquivos.pt/details?id=1437379>, acedido em Janeiro de 2018.

<https://www.catholic.org/encyclopedia/view.php?id=5763>, acedido em 30.11.2018.

## 8.4. Créditos das imagens

**Figura 2.1.** Desenho de Francisco Baião

**Figura 2.2.** Desenho de Francisco Baião sobre parte da folha 40C da Carta Geológica de Portugal - edição da Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos, 1971.

**Figura 2.3.** Desenho de Francisco Baião.

**Figura 2.4.** Desenho de Francisco Baião.

**Figura 3.1.** Fotografia de autor desconhecido, circa 1889. Colecção de F. Baião.

**Figura 3.2.** Fotografia de Viriato Campos (1878-1937), circa 1925. Colecção de F. Baião.

**Figura 3.3.** Bilhete Postal Ilustrado, edições Alberto Malva, circa 1905. Fotografia provável de Viriato Campos. Colecção de F. Baião.

**Figura 3.4.** Pagela impressa com fotografia de J. Martinez, circa 1890. Cedida por António Joaquim Viegas da Silva.

**Figura 3.5.** Ficha de registo de U.C, adaptação de ficha proposta por Raquel Santos.

**Figura 3.6.** Fotografia de Francisco Baião, 2 de Julho de 2020.

**Figura 3.7.** Desenho de Francisco Baião, feito sobre levantamento em PDF fornecido pelo gabinete de Arquitectura Falcão de Campos - Lisboa. 2018-2022.

**Figura 3.8.** Bilhete Postal Ilustrado, edições Alberto Malva, circa 1905. Fotografia provável de Viriato Campos. Colecção de F. Baião.

**Figura 3.9.** Ficha da base de dados fotográfica produzida por Francisco Baião em *File Maker Pro*.

**Figura 4.1.** Desenho de Francisco Baião.

**Figura 4.2.** Desenho de Francisco Baião.

**Figura 4.3.** Desenho de Francisco Baião sobre ortofotomapa *Google Earth*, Maio de 2019.

**Figura 4.4.** Fotografia de Francisco Baião, 7 de Março de 2004.

**Figura 4.5.** Fotografia de Francisco Baião, 9 de Maio de 2020.

**Figura 4.6.** Fotografia de Francisco Baião, 6 de Dezembro de 2018.

**Figura 4.7.** Fotografia de Francisco Baião, 10 de Maio de 2018.

**Figura 4.8.** Fotografia de Francisco Baião, 1 de Junho de 1985.

**Figura 4.9.** Fotografia de Francisco Baião, 1988.

- Figura 5.1.** Fotografia de Manuel José Baião, circa 1980.
- Figura 5.2.** Desenho de Francisco Baião feito sobre levantamento fornecido pelo gabinete de Arquitectura Falcão de Campos - Lisboa. 2018-2022.
- Figura 5.3.** Fotografia de Francisco Baião, 6 de Março de 2018.
- Figura 5.4.** Fotografia de Francisco Baião, 2003.
- Figura 5.5.** Fotografia de Francisco Baião, Março de 2018.
- Figura 5.6.** Fotografia de Francisco Baião, 13 de Abril de 2018.
- Figura 5.7.** Fotografia de Francisco Baião, 26 de Novembro de 2018.
- Figura 5.8.** Fotografia de Francisco Baião, Julho de 2018.
- Figura 5.9.** Fotografia de Francisco Baião, 3 de Maio de 2018.
- Figura 5.10.** Fotografia de Francisco Baião, 2003.
- Figura 5.11.** Fotografia de Manuel Dâmaso Prates (1903-1965), circa 1925. Colecção de F. Baião.
- Figura 5.12.** Fotografia de Francisco Baião, 20 de Dezembro de 2018.
- Figura 5.13.** Desenho de Francisco Baião feito sobre levantamento fornecido pelo gabinete de Arquitectura Falcão de Campos - Lisboa. 2018-2022.
- Figura 5.14.** Fotografia de Francisco Baião, Outubro de 2020.
- Figura 5.15.** Fotografia de Francisco Baião, Outubro de 2020.
- Figura 5.16.** Desenho de Francisco Baião sobre ortofotomapa *Google Earth*, Maio de 2019.
- Figura 5.17.** Fotografia de Francisco Baião, 2003.
- Figura 5.18.** Fotografia de Francisco Baião, 24 de Novembro de 2020.
- Figura 5.19.** Desenho de Francisco Baião feito sobre levantamento fornecido pelo gabinete de Arquitectura Falcão de Campos - Lisboa. 2018-2022.
- Figura 5.20.** Fotografia e desenho de Francisco Baião, 26 de Março de 2018.
- Figura 5.21.** Fotografia de Francisco Baião, 20 de Abril de 2018.
- Figura 5.22.** Fotografia de Francisco Baião, 10 de Novembro de 2020.
- Figura 5.23.** Fotografia de Francisco Baião, 8 de Maio de 2018.
- Figura 5.24.** Fotografia de Francisco Baião, 3 de Maio de 2018.
- Figura 5.25.** Fotografia de Francisco Baião, 13 de Março de 2018.
- Figura 5.26.** Fotografia de Francisco Baião, 22 de Maio de 2018.
- Figura 5.27.** Desenho de Francisco Baião feito sobre levantamento em PDF fornecido pelo gabinete de Arquitectura Falcão de Campos - Lisboa. 2018-2022.
- Figura 5.28.** Fotografia de Francisco Baião, 22 de Janeiro de 2019.

**Figura 6.1.** Desenho de Francisco Baião, 2022.

**Figura 6.2.** Desenho de Francisco Baião feito sobre levantamento fornecido pelo gabinete de Arquitectura Falcão de Campos - Lisboa. 2018-2022.

**Figura 6.3.** Fotografia de Francisco Baião, 13 de Julho de 2018.

**Figura 6.4.** Fotografia de Francisco Baião, 13 de Julho de 2018.

**Figura 6.5.** Fotografia de Francisco Baião, 10 de Novembro de 2020.

**Figura 6.6.** Fotografia de Francisco Baião, 19 de Junho de 2018.

**Figura 6.7.** Fotografia de Francisco Baião, 11 de Abril de 2018.

**Figura 6.8.** Fotografia de Francisco Baião, 11 de Outubro de 2018.

**Figura 6.9.** Fotografia de Francisco Baião, 18 de Abril de 2018.

**Figura 6.10.** Ficha da base de dados fotográfica do espólio cerâmico, produzida por Francisco Baião em *File Maker Pro*.

**Figura 6.11.** Fotografia de Francisco Baião, 10 de Novembro de 2020.

**Figura 6.12.** Fotografia de Francisco Baião, 27 de Março de 2018.

**Figura 6.13.** Fotografia de Francisco Baião, 8 de Junho de 2018.

**Figura 6.14.** Fotografia de Francisco Baião, 27 de Junho de 2018.

**Figura 6.15.** Fotografia de Francisco Baião, 3 de Dezembro de 2022.

**Figura 6.16.** Fotografia de Francisco Baião, 10 de Julho de 2018.

**Figura 6.17.** Fotografia de Francisco Baião, 10 de Novembro de 2020.

**Figura 6.18.** Bilhete Postal Ilustrado, circa 1910. Autor desconhecido. Colecção de F. Baião.

**Figura 6.19.** Fotografia de Francisco Baião, 13 de Março de 2018.

**Figura 6.20.** Fotografia de Francisco Baião, 27 de Junho de 2019.

**Figura 6.21.** Desenho de Francisco Baião sobre ortofotomapa *Google Earth*, Maio de 2019.

**Figura 6.22.** Fotografia de Francisco Baião, 30 de Junho de 2020.

**Figura 6.23.** Fotografia de Francisco Baião, 18 de Setembro de 2020.

**Figura 6.24.** Desenho de Francisco Baião feito sobre levantamento fornecido pelo gabinete de Arquitectura Falcão de Campos - Lisboa. 2018-2022.

**Figura 6.25.** Fotografia de Francisco Baião, 20 de Julho de 2018.

**Figura 6.26.** Fotografia de Francisco Baião, 20 de Julho de 2018.

**Figura 6.27.** Fotografia de Francisco Baião, 1 de Novembro de 2020.

- Figura 6.28.** Fotografia de Francisco Baião, 2 de Dezembro de 2021.
- Figura 6.29.** Desenho de Francisco Baião feito sobre levantamento em PDF fornecido pelo gabinete de Arquitectura Falcão de Campos - Lisboa. 2018-2022.
- Figura 6.30.** Fotografia de Viriato Campos (1878-1937), circa 1920. Coleção de F. Baião.
- Figura 6.31.** Fotografia de Francisco Baião, 3 de Maio de 2018.
- Figura 6.32.** Fotografia de Francisco Baião, 13 de Abril de 2018.
- Figura 6.33.** Fotografia de Francisco Baião, 21 de Março de 2019.
- Figura 6.34.** Fotografia de Francisco Baião, 29 de Julho de 2022.
- Figura 6.35.** Desenho de Francisco Baião feito sobre levantamento fornecido pelo gabinete de Arquitectura Falcão de Campos - Lisboa. 2018-2022.
- Figura 6.36.** Fotografia de Francisco Baião, 3 de Setembro de 2022.
- Figura 6.37.** Fotografia de Francisco Baião, 4 de Junho de 2018.
- Figura 6.38.** Fotografia de Francisco Baião, 28 de Maio de 2018.
- Figura 6.39.** Desenho de Francisco Baião feito sobre levantamento fornecido pelo gabinete de Arquitectura Falcão de Campos - Lisboa. 2018-2022.
- Figura 6.40.** Fotografia de Francisco Baião, 10 de Maio de 2018.
- Figura 6.41.** Fotografia de Francisco Baião, 27 de Março de 2019.
- Figura 6.42.** Fotografia de Francisco Baião, 21 de Outubro de 2020.
- Figura 6.43.** Fotografia de Francisco Baião, 22 de Maio de 2018.
- Figura 6.44.** Fotografia de Francisco Baião, 9 de Outubro de 2020.
- Figura 6.45.** Desenho de Francisco Baião feito sobre levantamento fornecido pelo gabinete de Arquitectura Falcão de Campos - Lisboa. 2018-2020.
- Figura 6.46.** Fotografia de Francisco Baião, 30 de Abril de 2021.
- Figura 6.47.** Fotografia de Francisco Baião, 14 de Setembro de 2018.
- Figura 6.48.** Fotografia de Francisco Baião, 12 de Setembro de 2018.
- Figura 6.49.** Fotografia de Francisco Baião, 12 de Julho de 2018.
- Figura 6.50.** Fotografia de Francisco Baião, 16 de Julho de 2018.
- Figura 6.51.** Fotografia de Francisco Baião, 17 de Outubro de 2020.
- Figura 6.52.** Fotografia de Carlos Marques, Arquivo SIPA, cliché IPA.00032388, 2007.
- Figura 6.53.** Fotografia de Francisco Baião, Junho de 2018.
- Figura 6.54.** Fotografia de Francisco Baião, 29 de Janeiro de 2019.
- Figura 6.55.** Fotografia de Francisco Baião, Maio de 2018.

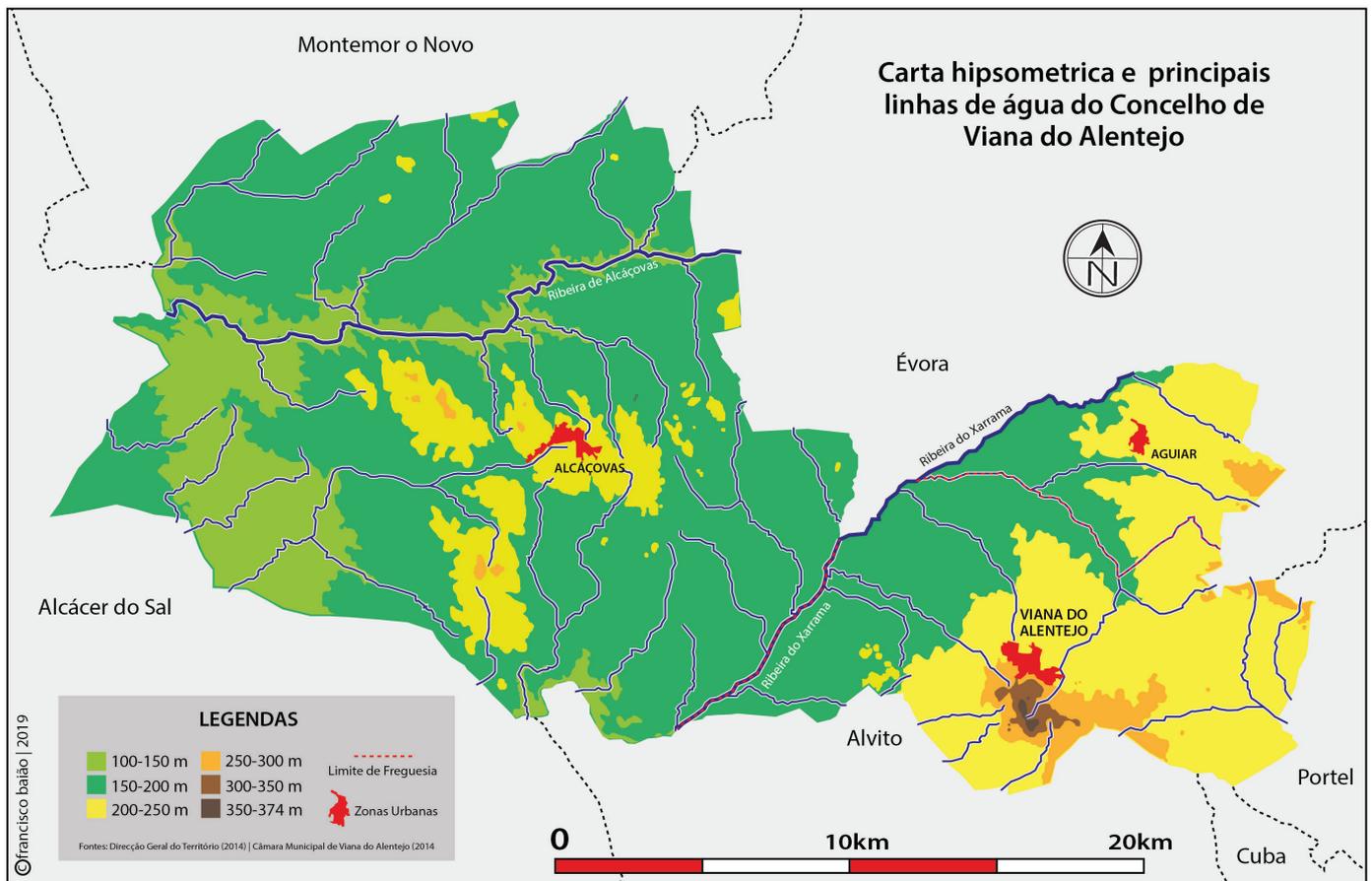
**Figura 6.56.** Fotografia de Francisco Baião, 27 de Junho de 2020.

**Figura 6.57.** Fotografia de Francisco Baião, 20 de Março de 2018.

# *Do Documento à Arqueologia no Convento do Bom Jesus de Viana do Alentejo*

Dissertação de Mestrado em Arqueologia e Ambiente  
Universidade de Évora

## Anexo de Imagens



**Figura 2.1** - Mapa hipsométrico do Concelho de Viana do Alentejo, assinalando-se nele, a azul, as principais linhas de água.

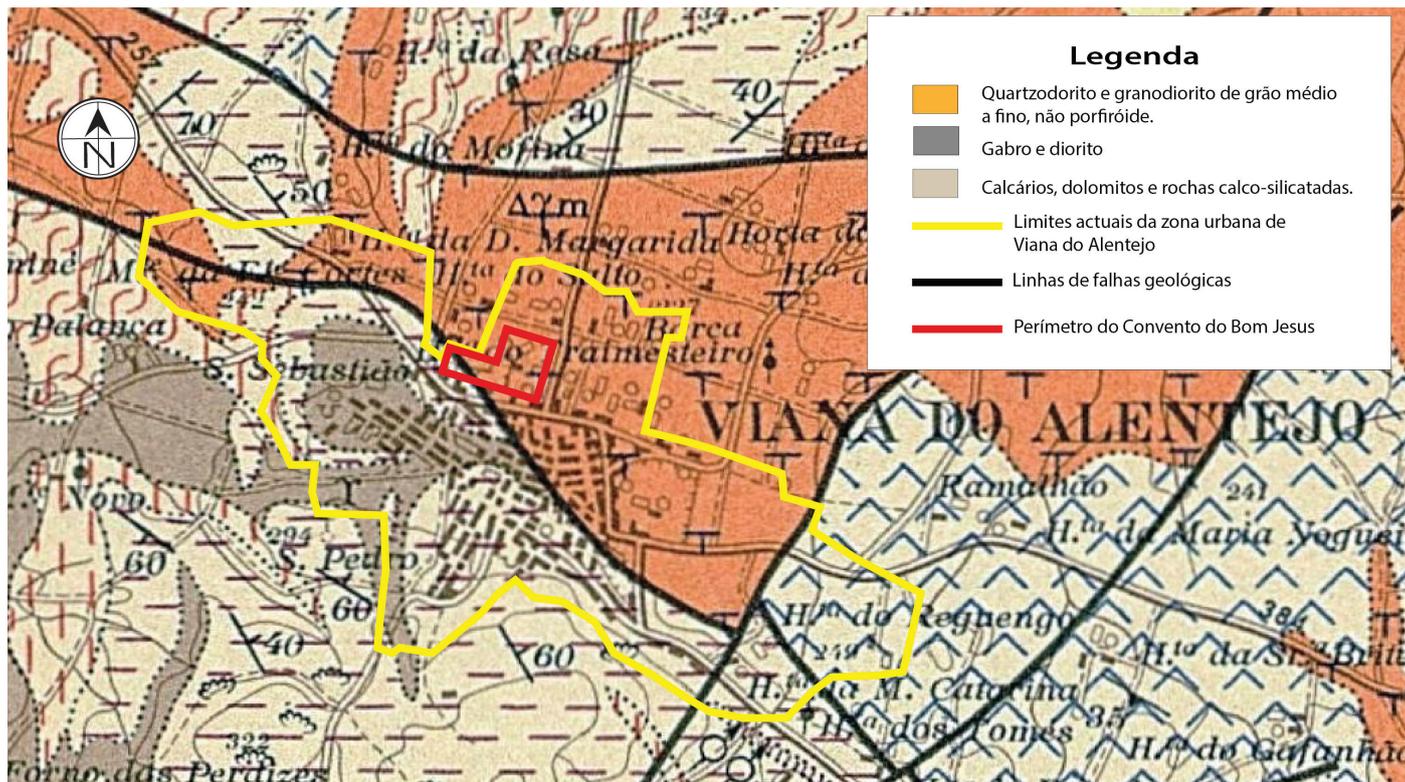


Figura 2.2 - Pormenor da folha 40-C da Carta Geológica de Portugal, assinalando-se nela o perímetro actual da vila e o do complexo monástico do Bom Jesus.

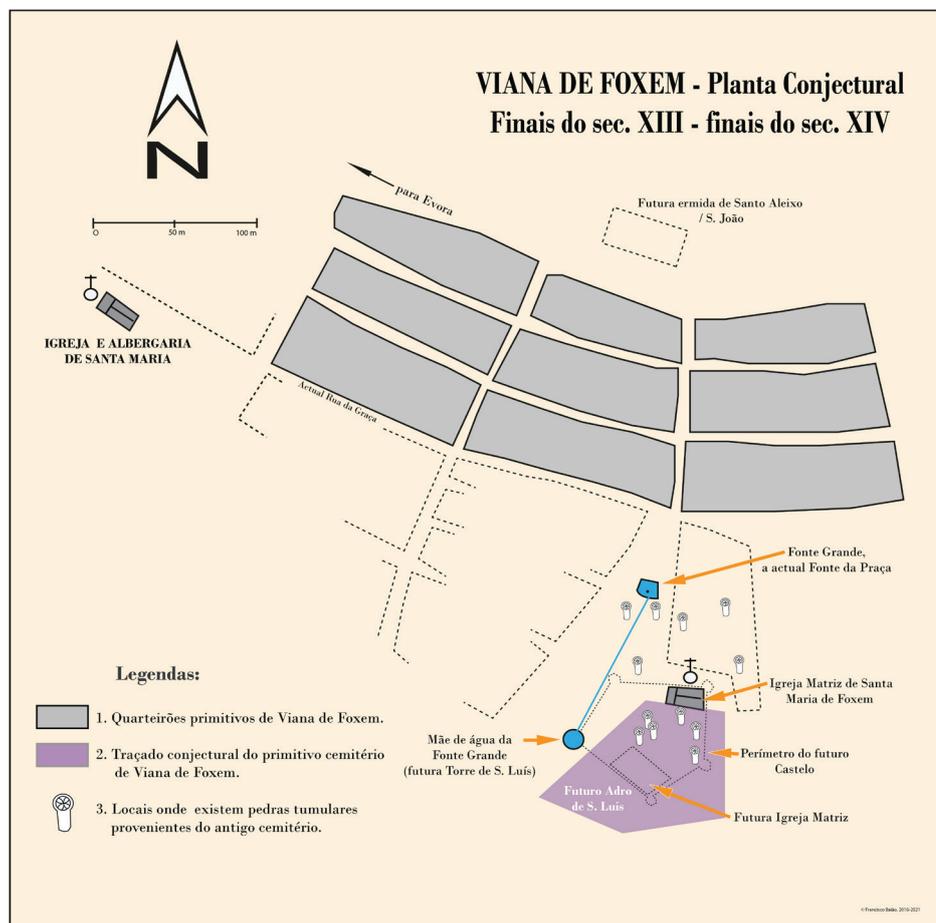


Figura 2.3 - Planta conjectural da vila de Viana de Foxem entre os finais dos séculos XIII e XIV. Desenho do autor.

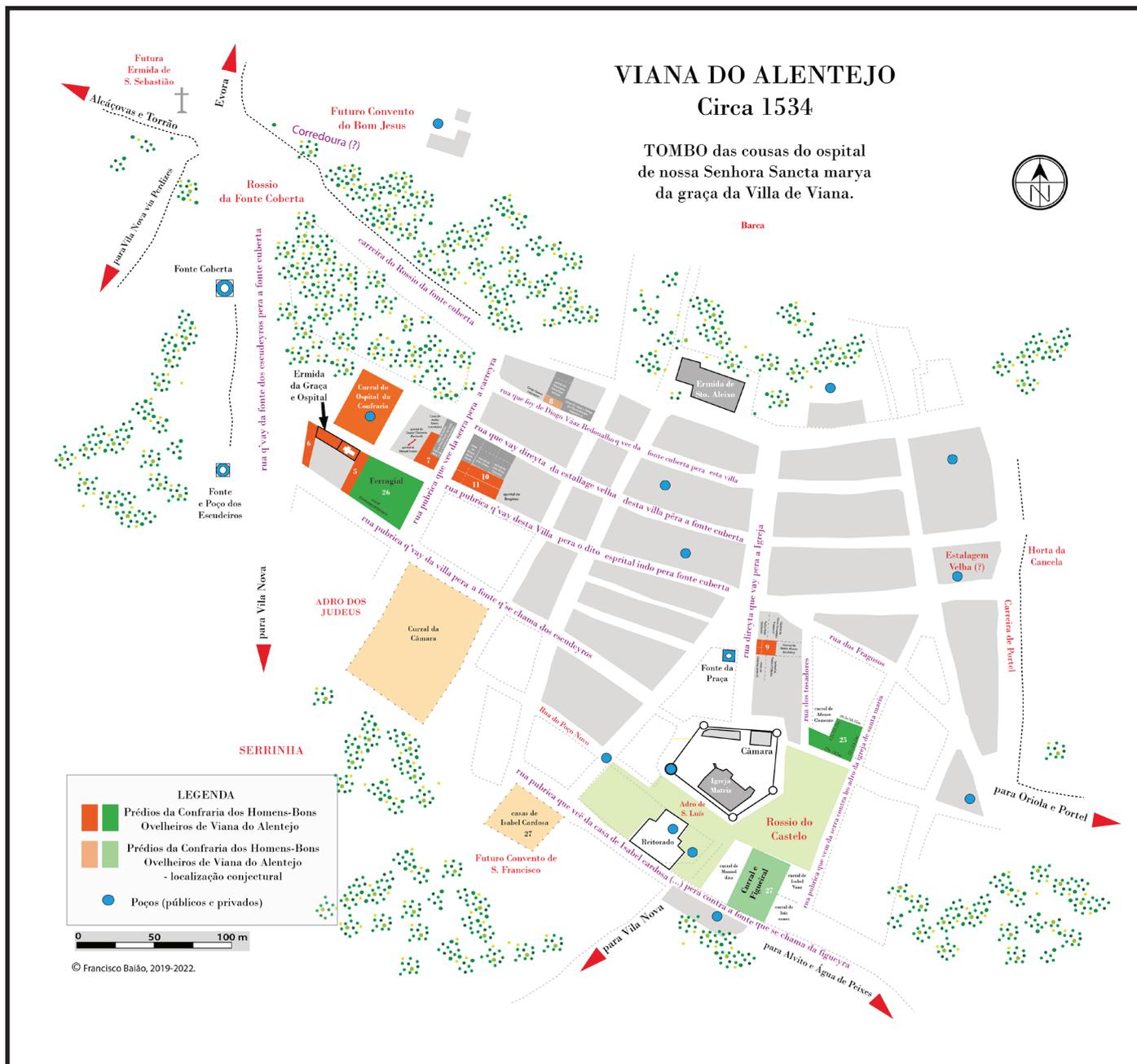
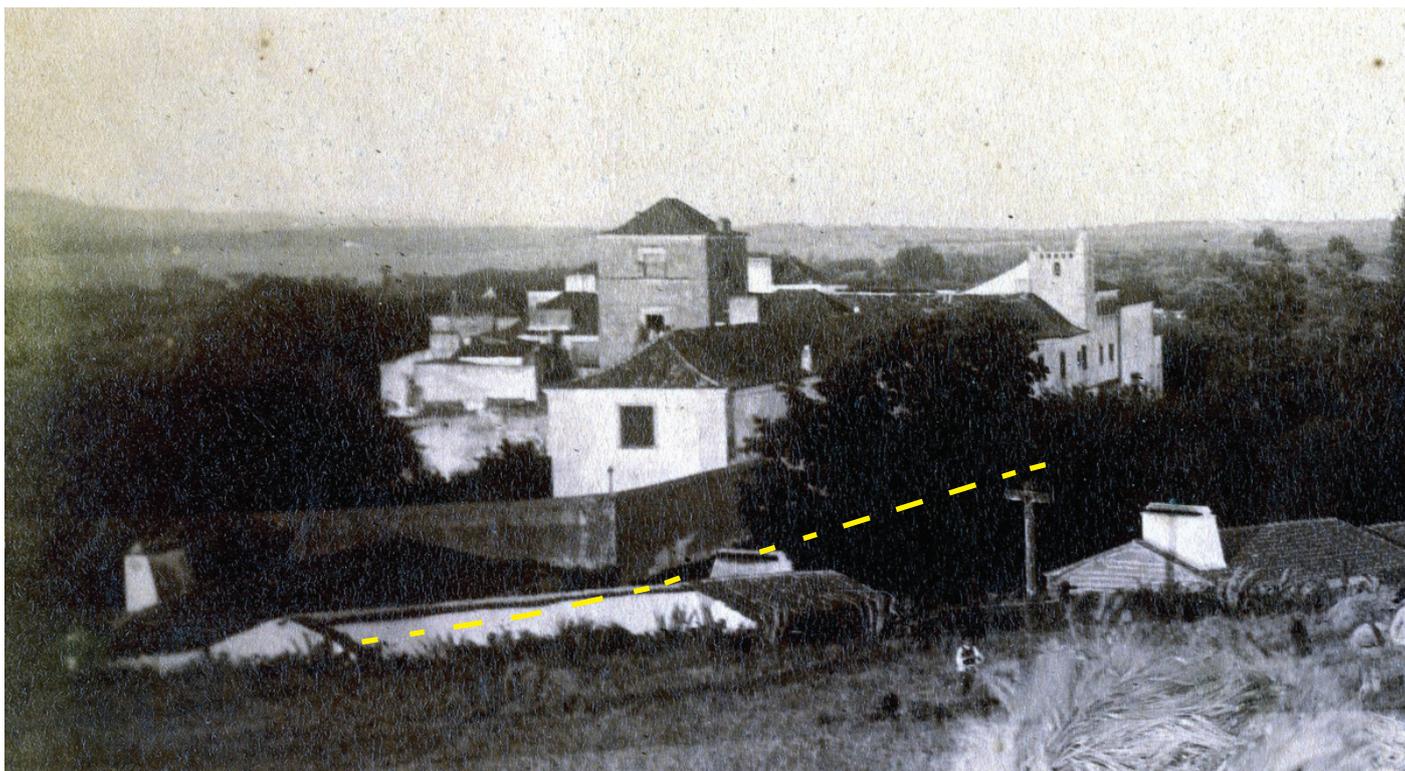


Figura 2.4 Planta conjectural de Viana do Alentejo por volta de 1534, segundo o Tombo do Hospital de Nossa Senhora da Graça de Viana do Alentejo. Nela se assinalam os dois locais onde, anos mais tarde, seriam construídas as duas casas conventuais da vila. Desenho do autor.



**Figura 3.1** - O flanco poente do Convento do Bom Jesus de Viana do Alentejo, fotografado a partir do ainda não urbanizado Altinho. Fotografia anterior a 1889, autor desconhecido. A linha a tracejado amarelo assinala a então ainda existente corredoura.



**Figura 3.2** - Alçado lateral nascente do Convento do Bom Jesus de Viana do Alentejo. A construção em segundo plano, que cavalgava as antigas sacristias, desapareceu quase por completo. Note-se, em cima e quase no centro, a chaminé que poderia ter servido a cozinha das enfermarias. Uma outra chaminé, no canto esquerdo superior, poderá ter sido a das instalações das noviças. Pormenor de fotografia de Viriato Campos, circa 1925, colecção do autor.



**Figura 3.3** - Alçado principal do Convento do Bom Jesus de Viana do Alentejo, circa 1905. Bilhete Postal nº 56 das *Edições Alberto Malva* (Lisboa), colecção do autor.



**Figura 3.4** - Pagela do altar do Senhor das Chagas. S.d. Colecção do autor.

Convento do Bom Jesus de Viana do Alentejo			Localidade: Viana do Alentejo		UC n.º
Localização			Tipo		106
Paramento	<input checked="" type="checkbox"/>	Sondagem	Estrutura positiva	<input checked="" type="checkbox"/>	
Área	<input checked="" type="checkbox"/>	Quadrícula	Estrutura negativa	<input checked="" type="checkbox"/>	
Compartimento		Quadrante			
Designação: parede, muro, piso, porta, janela, escada conduta, arco, alicerce, elemento decorativo, vão, fundo de cabana, buraco de poste, sepultura, silo, fossa, estrutura, etc.					
Pano de tijolo burro que fecha o vão UC-105, janela que terá pertencido ao edifício primitivo = Alçado principal					
Relações Estratigráficas		Antrópica		Alterações Sofridas	
Anterior a	Posterior a	Destruição	Bioturbação	Animal:	Naturais
Coberta por: 120	Cobre	Transformação	Vegetal:	Despedaçado:	
Cartada por	Costa	Reutilização	Outra:	Enviado:	
Chelva por	Límite 105	Outra:		Outra:	
Adossa em				Indeterminável:	
Outra:				Sem alterações	<input checked="" type="checkbox"/>
Características Físicas					
Estado de Conservação		Dimensões		Posição	
Vestígios		Comprimento		Cota Máxima	243,30 m
Mau		Largura	0,78 m	Cota Mínima	242,20 m
Razoável		Altura	1,10 m	Orientação	
Bom		Diâmetro		Inclinação	
Muito bom	<input checked="" type="checkbox"/>	Espessura			
Estrutura Negativa					
Planta	Paredes	Fundo	Perfil	Revestimento	
Circular	Introvertidas	Plano	Em "U"		Não
Sub-Circular	Extrovertidas	Côncavo	Em "v"		Sim
Elíptica	Verticais	Convexo	Em "saco"		
Sub-Elíptica	Irregulares	Em "v"	Piriforme		Argila
Sub-Quadrangular	Outra:	Irregular	Tronco-cônico		Argamassa
Em "S"		Outra:	Cilíndrico		Outra:
Irregular			Irregular		
Estrutura Positiva					
Planta	Rectilínea <input checked="" type="checkbox"/>	Circular	Curva	Irregular	Outra:
Material Construtivo					
Tipo	Consistência	Textura	Tamanho do Constituinte		
Pedra	Muito solta	Muito macia	Muito pequeno		
Madeira	Solta	Macia	Pequena		
Adobe (terra/argila)	Compacta moderada	Média	Médio	<input checked="" type="checkbox"/>	
Argamassa Cerâmica	Compacta	Grosseira	Grande		
Metal	Muito compacta	Muito grosseira	Muito grande		
Vegetal	Observações:				
Outra:	Tijolo ou lambariz, de fabrico local.				
Material de União					
Tipo	Consistência	Textura	Outros constituintes (elementos artefactuais, vegetais, faunísticos ou botânicos)		
Argamassa	Muito solta	Muito macia			
Terra	Solta	Macia			
Argila	Compacta moderada	Média			
Cimento	Compacta	Grosseira			<input checked="" type="checkbox"/>
Vegetal	Muito compacta	Muito grosseira			
Nenhum					
Outro:					

Técnica Construtiva				
Aparelho pétreo	Acabamento	Revestimento	Juntas	Elementos decorativos
Arbitrário c/ fiadas	Tosco	Argamassa <input checked="" type="checkbox"/>	Regular <input checked="" type="checkbox"/>	Ignífio, canelado, espelho, emblema, brasão, pintura, estatuária, friso, etc.)
Arbitrário s/ fiadas	Argamassado	Estuque	Irregular <input checked="" type="checkbox"/>	
Fiadas regulares	Aparelhado	Argila	Aberta	
Fiadas irregulares	Bojardado	Madeira	Disfarçada	
Silhar	Alisado	Pedra	Outra:	
Outro:	Outro:	Outro:		
Contextualização				
Elementos de datação:		Cronologia: <i>Gravos da primeira metade do séc. XVI</i>		
Observações				
<i>Troço de fechamento de um vão de janela conversadeira, pertencente ao edifício que precedeu o actual e que se encontrava à cota das</i>				
Matriz				
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Registo				
Fotografia	<input checked="" type="checkbox"/>	Ref.º	D200702	
Desenho	<input checked="" type="checkbox"/>	Ref.º	A.P. AA	
Amostragem	<input type="checkbox"/>	Ref.º		
Caderno de Campo				
Descrição	Pág.			
Croquis	Pág.			
Bibliografia:				
Responsável	<i>Luís Carlos</i>			
Data	<i>01.07.2020</i>			
Cota ponto zero				
Cota do nível				



Figura 3.5 - Ficha da Unidade Construtiva (U.C.) 106 - Pano de tijolo que fechou, nos finais da primeira metade do séc. XVI, um vão de janela conversadeira que terá pertencido ao edifício que precedeu o Convento.

Figura 3.6 - O pano de tijolo (U.C.106) que fechou, nos finais da primeira metade do séc. XVI, um vão de janela conversadeira que terá pertencido ao edifício que precedeu o Convento, na altura em que foi posto a descoberto.

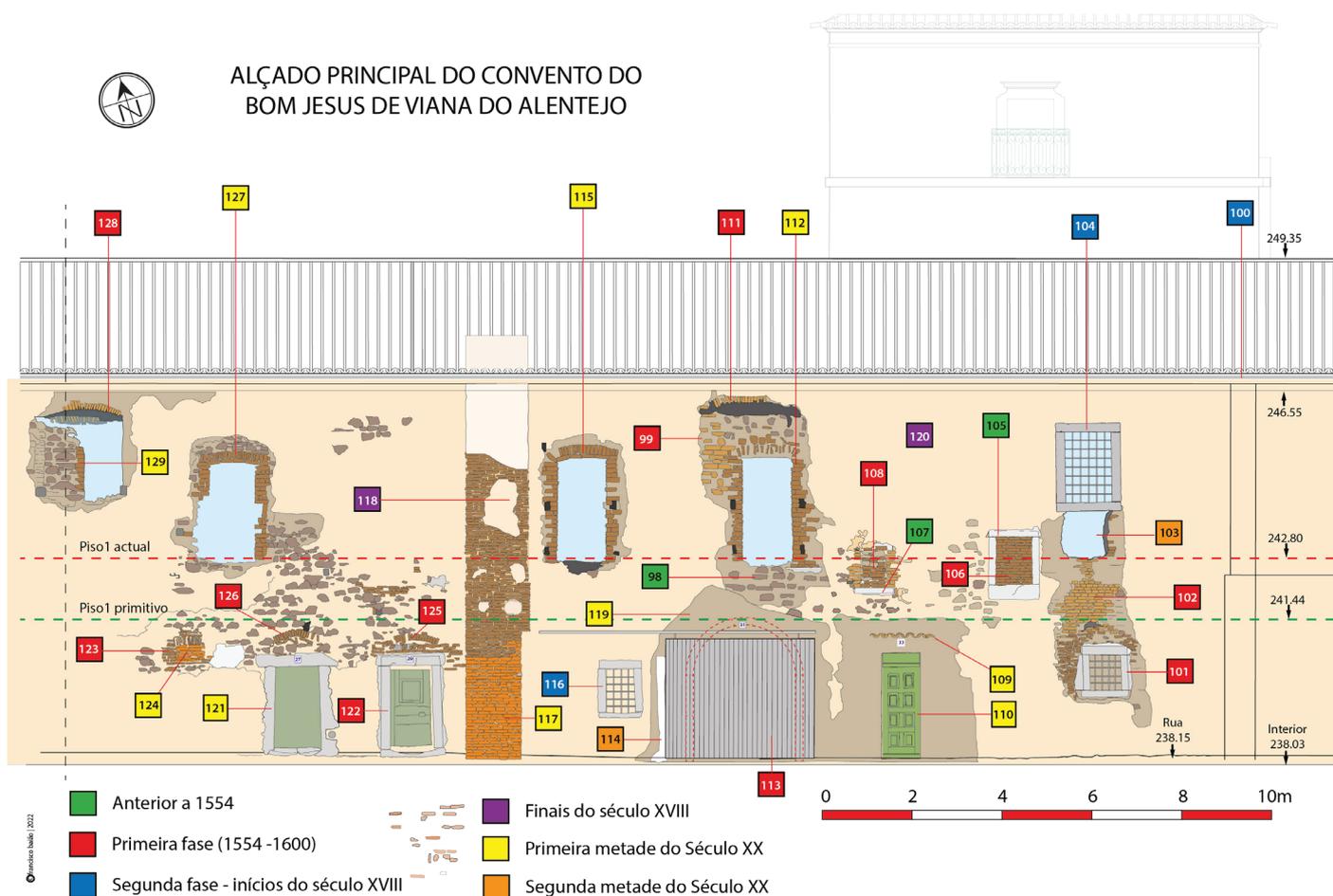


Figura 3.7 - Desenho de parte do alçado principal, assinalando-se com um código de cores as diferentes cronologias construtivas e com a numeração as diferentes unidades construtivas (U.C.'s). Desenho do autor.

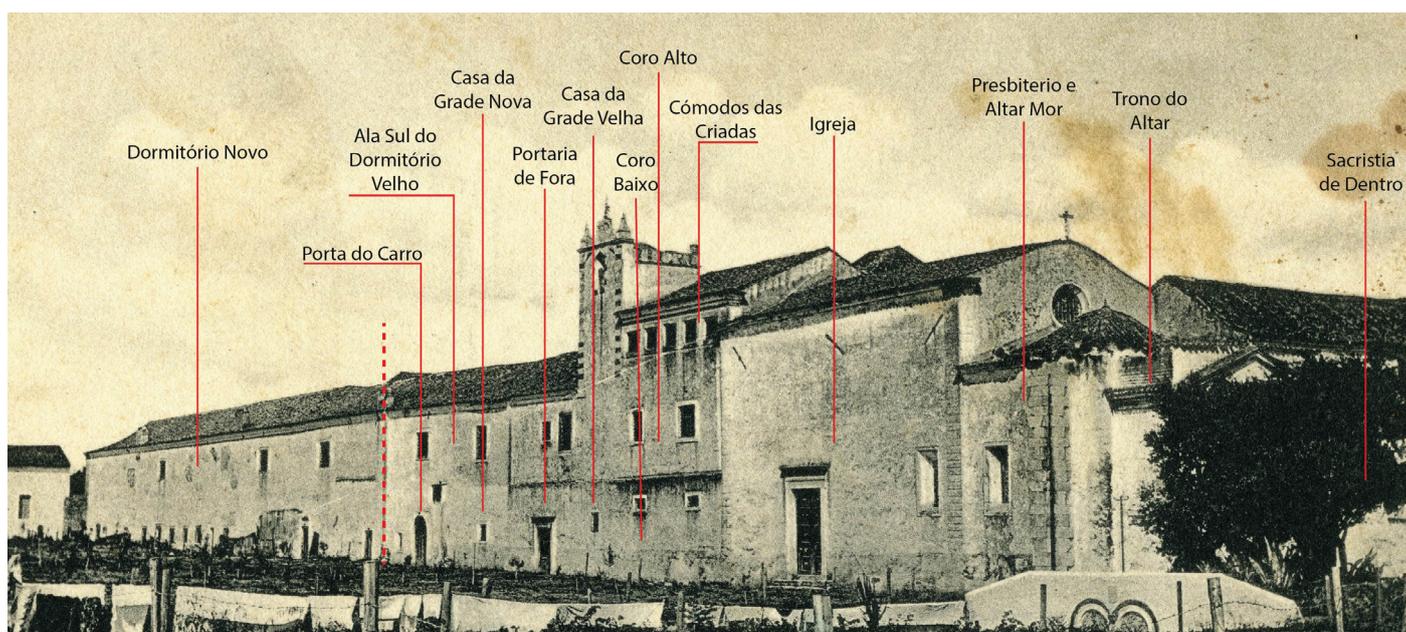


Figura 3.8 - O alçado principal por volta de 1905, antes da abertura de novos vãos operada ao longo da primeira metade do século XX. A linha tracejada vermelha assinala o local de união da zona mais velha, à direita, com a do chamado Dormitório Novo (inícios do séc. XVIII). Identificam-se também as localizações de algumas das valências da Casa. Bilhete Postal nº 56 das Edições Alberto Malva (Lisboa), colecção do autor.

# Photo Catalog

View Last I



New



Delete



Find



Import Pictures



CVBJVA\_D220729\_08

30-07-2

## Designação:

Cota: CVBJVA\_D220729\_08  
 Data Entrada: 29-07-2022  
 Origem:  
 Data provavel:  
 Data certa: 29-07-2022  
 Película:

Piso térreo - Casa da Portaria de Fora - Roda ou torno, colocada do lado direito da Porta Regral. Agora já desimpedida do tabique de tijolo, contemporâneo, que a fechava, tem de altura de vão útil 91 cm, de largura 52 cm e de profundidades 78 cm. A moldura, de pedra mármore e coberta por camadas de caiação em ambos os lados, estava envolvida por revestimento azulejar, cuja tipologia se

Suporte/papel: Digital - 3264x2448 pixel



## Mais notas:

Fotógrafo: Francisco Baião

"A roda [165] - A roda, colocada, seja na igreja, seja perto da porta ou em outro lugar conforme o prescrito, seja de bronze, ou de madeira, diligentemente revestida de todo lado com lâminas que chamam de tolla. Tenha altura de um côvado e oito onças; de largura, também um côvado, mas na embocadura não mais do que dezasseis onças. Toda ela finalmente bem encaixada e adequadamente compacta, para que não haja, ou apareça de algum lado uma fenda sequer, por onde se possa olhar para fora."

Cf. FRADE., Gabriel dos Santos, *Entre o Renascimento e Barroco: os Fundamentos da Arquitectura Religiosa e a Contrarreforma - o De Fabrica Ecclesiæ de Carlos Borromeu*, Tese ao Programa de Pós Graduação da Faculdade de Arquitectura e Urbanismo da Universidade de S. Paulo como requisito para a obtenção do grau de Doutor em Ciências, Programa de Arquitectura e Urbanismo, 2016, p. 248.

Figura 3.9 - Registo da base de dados com o espólio fotográfico, produzida no programa informático *File Maker Pro*.



Figura 4.1 - Distribuição das Casas de S. Jerónimo em Portugal.

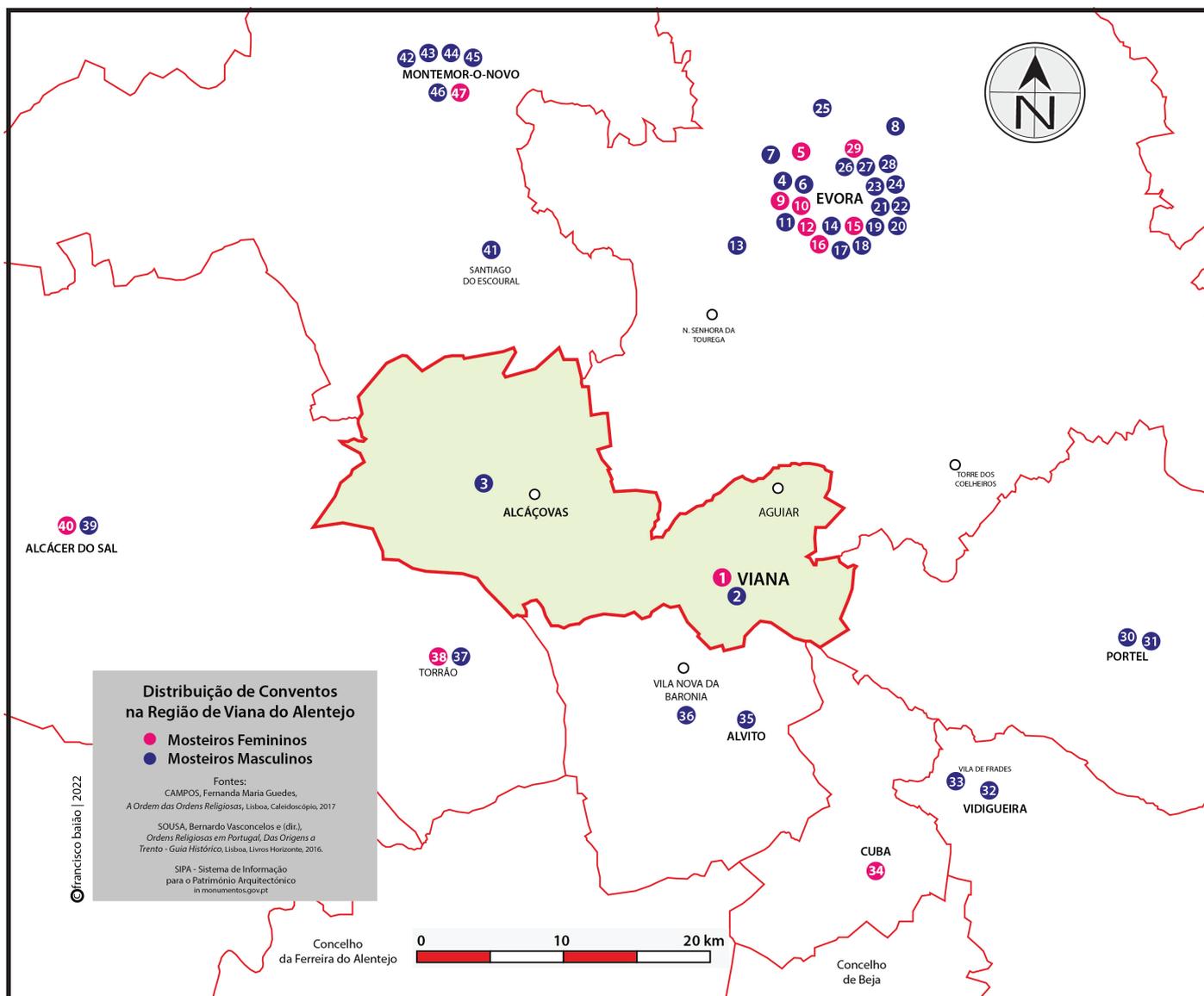


Figura 4.2 Distribuição dos Conventos na Região de Évora. As legendas estão na página seguinte.

N.º	Nome	Ordem	Gen.	Data
1	Convento do Bom Jesus	Jerónimo	F	1548
2	Convento de S. Francisco	Franciscano	M	1580
3	Senhora da Esperança	Dominicano	M	1541
4	Frades menores de S. Francisco	Franciscano	M	1224
5	S. Bento de Cástris	Cister	F	1275
6	S. Domingos	Dominicano	M	1286
7	Santa Margarida do Aivado	S. Paulo Primeiro Eremita	M	1406
8	Nossa Senhora do Espinheiro	Jerónimo	M	1405
9	Nossa Senhora do Paraíso	Dominicano	F	1435
10	Santa Clara	Clarissas	F	1458
11	Convento dos Lóios	S. João Evangelista	M	1491
12	Convento de Santa Mónica ou do Menino Deus	Ermitas de Santo Agostinho	F	1421
13	Convento do Bom Jesus	Franciscano	M	1543
14	Convento de Santo António da Piedade	Franciscano	M	1576
15	Convento de Santa Helena do Monte Calvário	Clarissas da Primeira Regra	F	1565
16	Convento do Salvador	Clarissas Urbanistas	F	1590
17	Convento de Santa Catarina de Sena	Dominicano	M	1547
18	Colégio de S. Manços	Jesuíta	M	1563
19	Colégio do Espírito Santo	Jesuíta	M	1551
20	Colégio de Nossa Senhora da Purificação	Jesuíta	M	1579
21	Colégio da Madre de Deus	Jesuíta	M	1595
22	Colégio de S. Paulo	S. Paulo Primeiro Eremita	M	1578
23	Convento de Nossa Senhora do Carmo	Carmelitas	M	1531
24	Convento de Nossa Senhora da Graça	Ermitas de Santo Agostinho	M	1512
25	Convento de Santa Maria Scala Coeli	Cartuxa	M	1587
26	Seminário de Santa Cruz	Congregação da Missão	M	1579
27	Convento dos Remédios	Carmelitas	M	1606
28	Convento das Mercês	Carmelitas	M	1670
29	Convento de S. José da Esperança	Carmelitas	F	1682
30	Mosteiro de S. Paulo	S. Paulo Primeiro Eremita	M	1405
31	Convento de S. Francisco	Franciscano	M	1547
32	Convento de Nossa Senhora das Relíquias	Carmelitas	M	1496
33	Convento de Nossa Senhora da Assunção	Franciscano	M	1545
34	Convento de Nossa Senhora do Carmo	Carmelitas	F	1652
35	Nossa Senhora dos Mártires	Franciscano	M	1534
36	Convento da Santíssima Trindade de Alvito	Santíssima Trindade	M	1618
37	Convento de Santo António	Franciscano	M	1604
38	Convento de Nossa Senhora da Graça	Clarissas	F	1560
39	Convento de Santo António	Franciscano	M	1524
40	Convento de Nossa Senhora Ara Coeli	Clarissas	F	1573
41	Mosteiro de Santa Cruz de Rio Mourinho	S. Paulo Primeiro Eremita	M	1369
42	Frades menores de S. Francisco	S. Francisco	M	1496
43	Convento de Nossa Senhora da Saudação	Dominicano	M	1506
44	Convento de Santo António de Pádua	Dominicano	M	1559
45	Convento de Nossa Senhora da Conceição	Ermitas de Santo Agostinho	M	1671
46	Convento de S. João de Deus	Hospitaleira S. João de Deus	M	1677
47	Recolhimento do Desagravo do Santíssimo Sacramento	Clarissas	F	1780

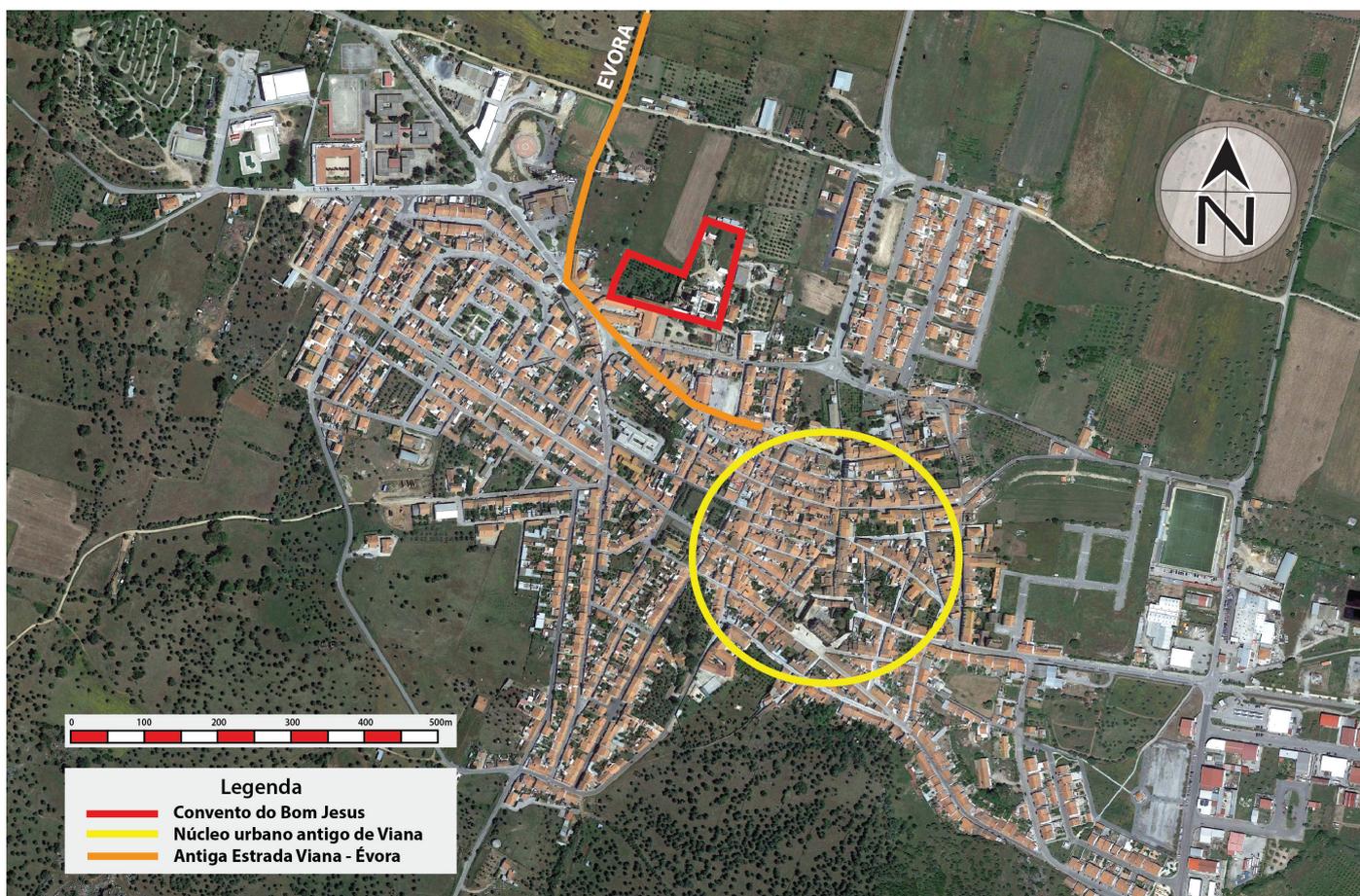


Figura 4.3 - Localização, sobre ortofotomapa *Google Earth*, do núcleo urbano antigo da vila de Viana do Alentejo e do Convento do Bom Jesus.

Figura 4.4 - Um dos leões ceroferários que estão hoje na Capela dos Transtâmaras, na Igreja Matriz de Alcáçovas.



Figura 4.5 - Alçado norte do Dormitório Novo, vendo-se parte do programa de 13 pequenos vãos de janelas. Janeiro de 2018.



**Figura 4.6** - Interior da profanada igreja, vendo-se à esquerda e em baixo restos de uma roda de oleiro. Dezembro de 2018.



**Figura 4.7** - A casa do Coro Alto, na altura em que começou a ser desimpedida de entulhos, vendo-se a linha no reboco que delimitava o desaparecido cadeiral. Ao centro, no moldurado sobre a porta, estava uma pintura representando S. Jerónimo. Janeiro de 2018.



 **Figura 4.8** - A Porta do Carro, ainda intacta. Em frente desenrolava-se um espectáculo de teatro de fantoches. 1 de Junho de 1985.



**Figura 4.9** - Destruição da Porta do Carro por um empresário local. 1988.



Figura 5.1 - Alçado principal do Convento do Bom Jesus de Viana do Alentejo por volta de 1980, numa altura em que nele ainda viviam algumas famílias e a Câmara procedia a trabalhos de beneficiação do fronteiro Jardim do Rossio. Fotografia de Manuel Baião.

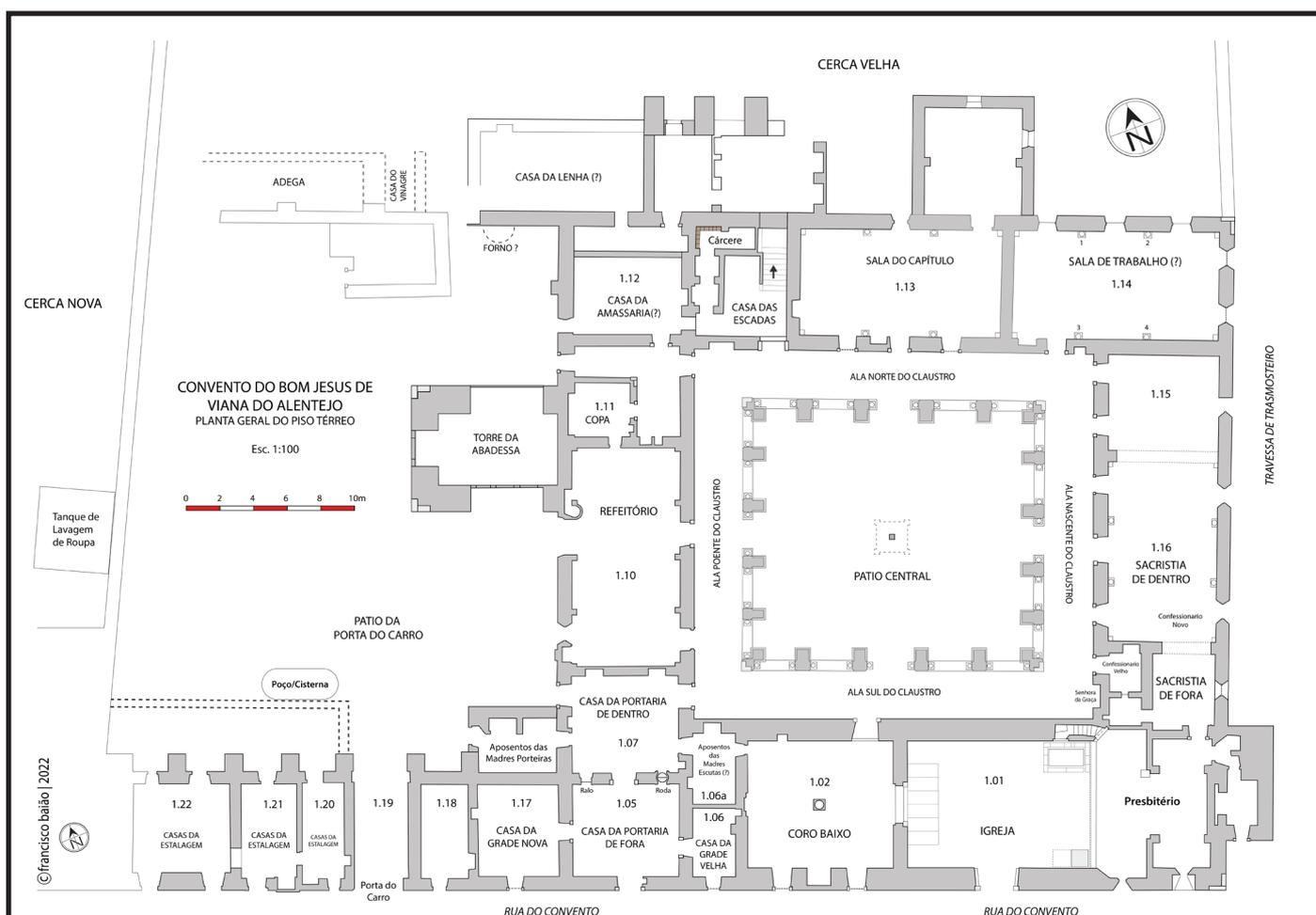


Figura 5.2 - Planta do piso1 (ou piso térreo) do Convento do Bom Jesus de Viana do Alentejo - parte intervencionada. Desenho do autor.



**Figura 5.3** - Vista parcial do pátio central do Convento do Bom Jesus de Viana do Alentejo, em Janeiro de 2018, quando se iniciou a intervenção. Ao centro e em baixo pode ver-se o negativo deixado pelo arranque da fonte central. Em volta dispersam-se alguns elementos da sua cantaria. Março de 2018



**Figura 5.4** - Parte da coluna que suporta a abóbada nervurada da casa do Coro Baixo. 2003.



**Figura 5.5** - Ala nascente, antigas sacristias. Em primeiro plano, um dos fornos e cozer loiça. Março de 2018.



**Figura 5.6** - Aspecto da sala do canto NE do piso térreo, junto à Casa do Capítulo. Abril de 2018.



**Figura 5.7** - Casa das Escadas e inscrição esgrafitada fazendo alusão á bíblica Escada de Jacob:

Ω | I.H.S. | LENBRENSE.DA DE IACOB. PELLA QVAL | ANIOS.SOBIAM |E DECIAM  
Novembro de 2018.



**Figura 5.8** - Vista parcial da Igreja, tirada a partir do Coro Alto. É observável parte da decoração da abóbada de berço e, na parede da esquerda, a trama em negativo deixada pelo arranque do revestimento azulejar. Ainda à esquerda e em baixo é visível o vão que dava acesso ao desaparecido púlpito em pedra. Julho de 2018.



Figura 5.9 - Estrutura arcada adossada ao alçado norte, onde esteve instalada a principal cozinha da Casa. Maio de 2018.



Figura 5.10 - Ala norte do terraço ou mirante, vendo-se ao fundo o alçado nascente da Torre da Priorosa. 2003.

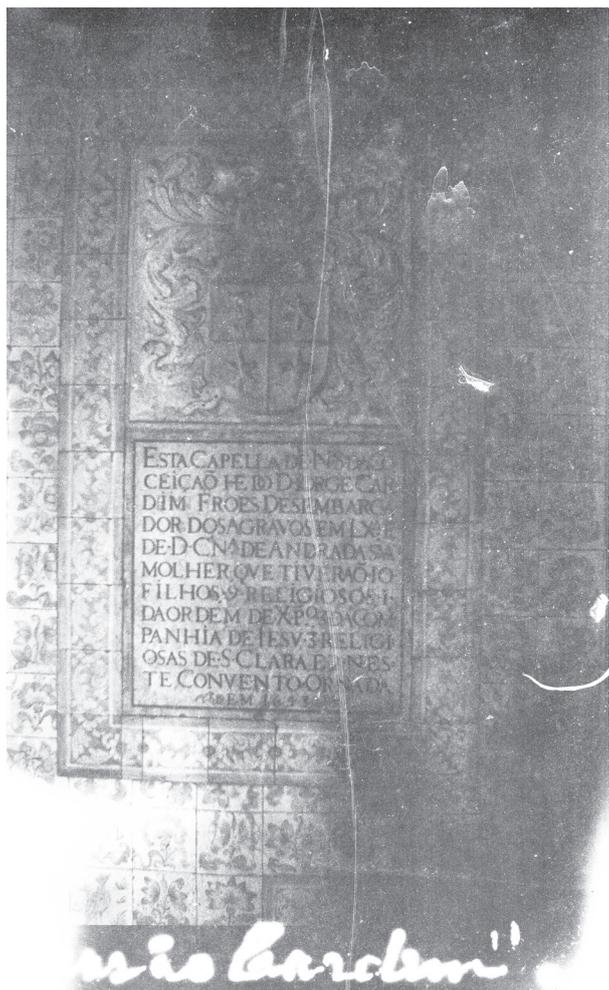


Figura 5.11 - Painel de azulejos dos Cardins, ainda no local. Fotografia de Manuel D. Prates, circa 1925. Coleção do autor.



Figura 5.12 - Espaço vazio e negativos deixados pelo arranque dos azulejos do painel dos Cardins (ao centro) e limítrofes. Dezembro de 2018.

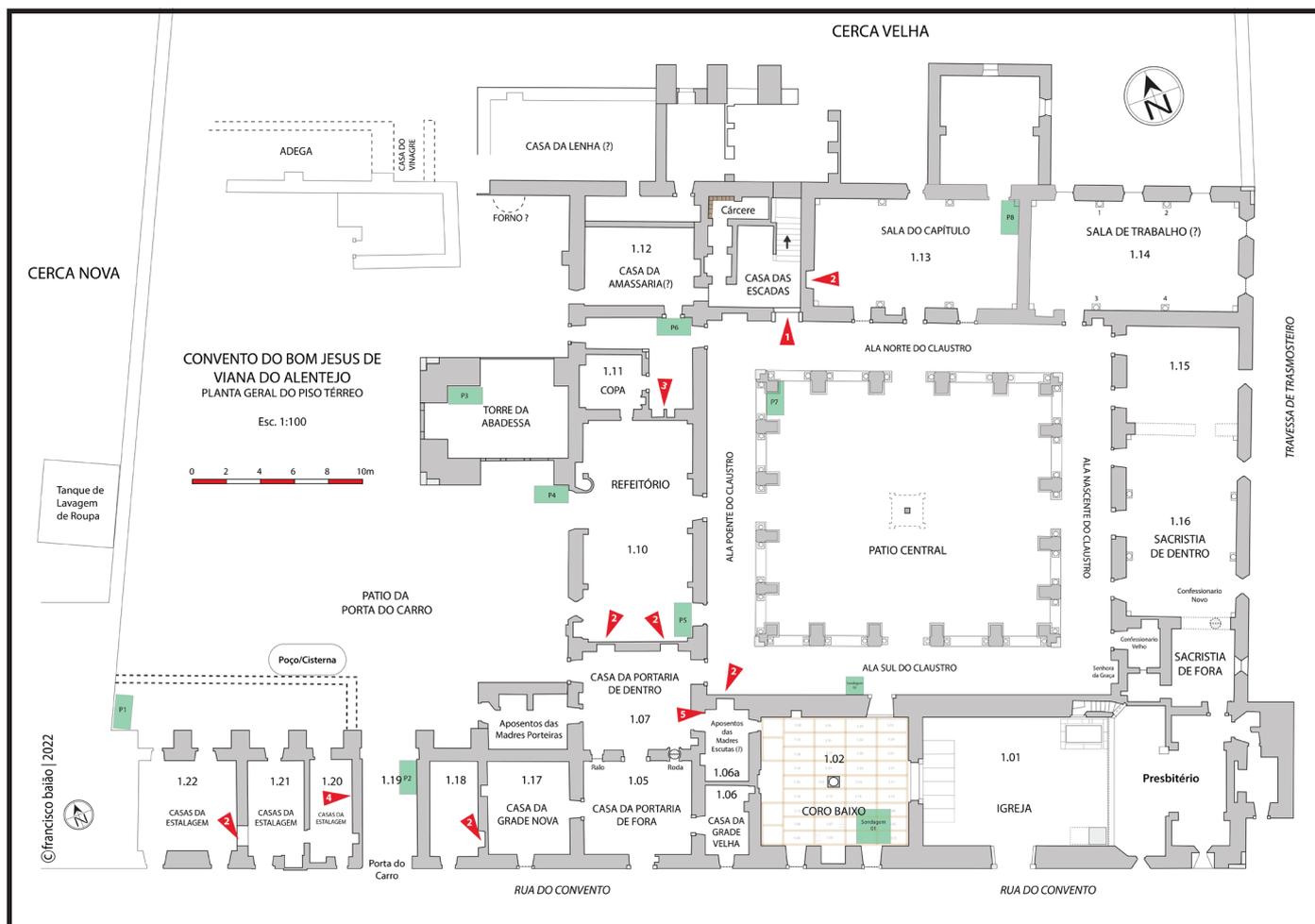


Figura 5.13 - Planta do Piso Térreo do Convento do Bom Jesus de Viana do Alentejo - parte intervencionada. Desenho do autor.

Rectângulos verdes P1 a P8 - sondagens geológicas e arqueológicas realizadas em 2013.

Seta vermelha 1: Vão, com arco em cantaria de pedra mármore local, de acesso à Casa das Escadas e, daí, ao segundo piso.

Seta vermelha 2: Vãos de porta, outrora funcionais e agora encontrados entaipados. Alguns foram adaptados a armários de parede.

Seta vermelha 3: Vãos pequenos, que teriam servido para a passagem de alimentos e utensílios da zona da copa para o refeitório.

Seta vermelha 4: Pano de parede, com reboco e caiação, prolongando-se sob a linha de cota do pavimento.

Seta vermelha 5: Arco em pedra mármore, embutido na alvenaria.



Figuras 5.14 e 5.15 - Exteriores da Cerca Velha, na Travessa de Trásmosteiro (à esquerda) e da Cerca Nova, junto ao cunhal granítico NO, vendo-se os respectivos arcos estruturais. Outrora os muros encontravam-se totalmente rebocados.

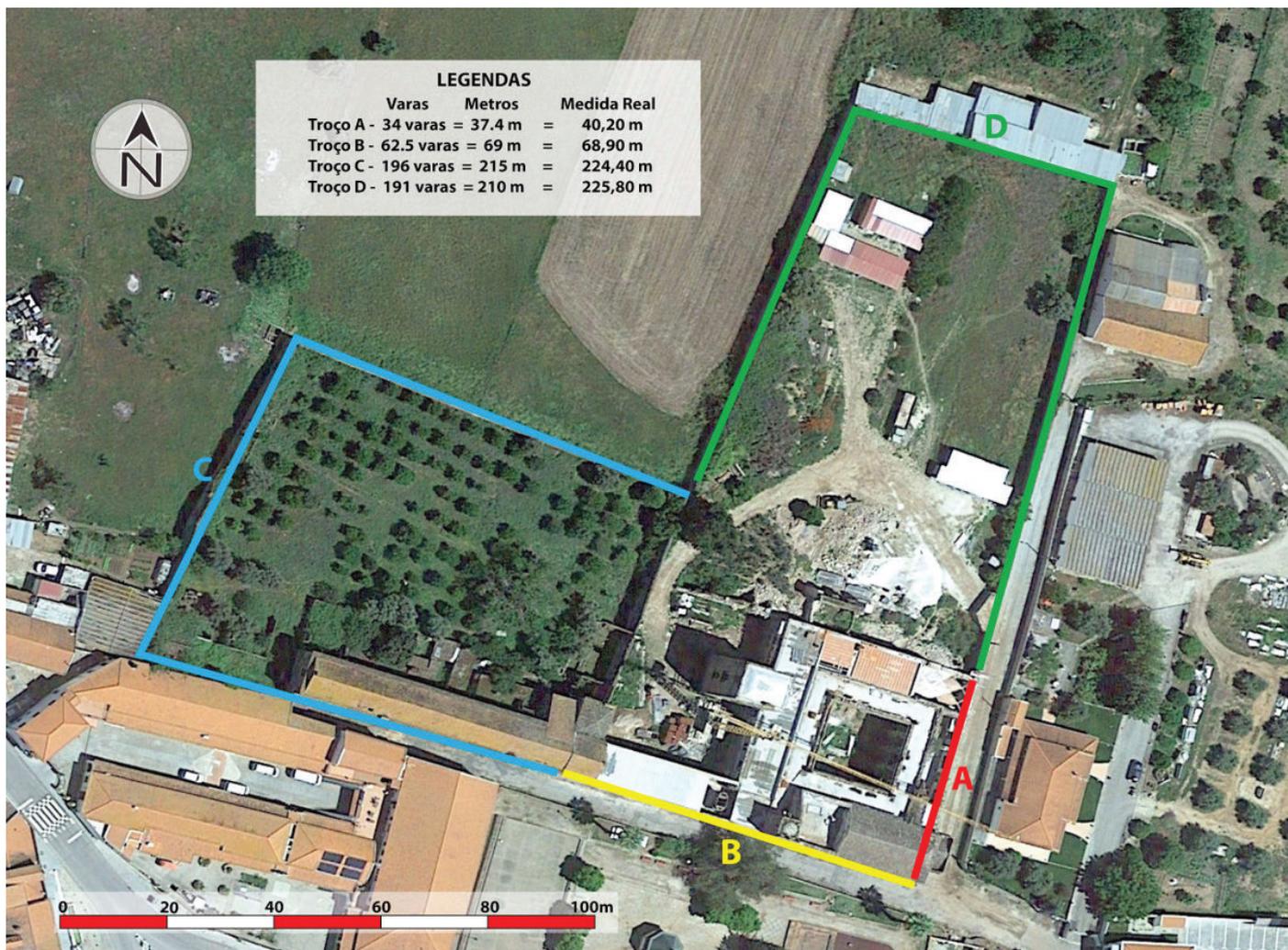


Figura 5.16 - Marcação, sobre ortofotomapa Google Earth, dos limites do Convento do Bom Jesus, segundo a medição efectuada em 1699. Na sua transcrição colocámos entre parêntesis recto as letras que, nesta imagem, correspondem a cada troço nela descrito.



Figura 5.17 - Muro que separava os aposentos da hospedaria do Convento, à porta do Carro, ainda existente em 2003. O bocal do poço grande estava-lhe adossado.



Figura 5.18 - Buracas laterais para arrumos, nos vãos baixos de janelas do Dormitório Velho - Novembro de 2020.

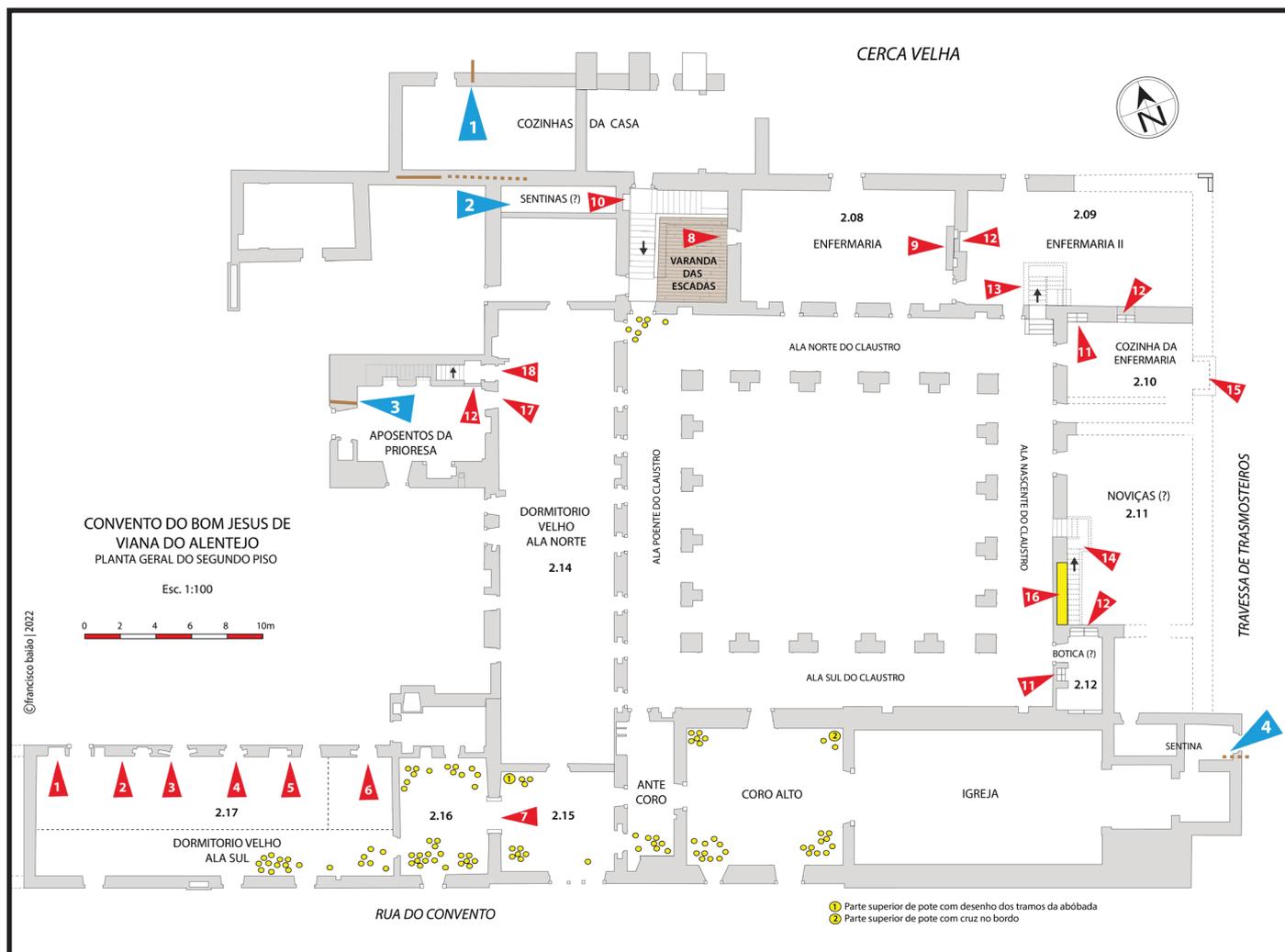


Figura 5.19 - Planta do segundo piso do Convento do Bom Jesus de Viana do Alentejo - parte intervencionada. Desenho do autor.

Setas vermelha 1, 2, 3, 4, 5 e 6: Vãos de janelas, com buracas para arrumos, na ala sul do Dormitório Velho.

Seta vermelha 7: Vão com arco, em cantaria de pedra mármore.

Seta vermelha 8: Plataforma em madeira, também conhecida por “varanda do primeiro andar”, que permitia o acesso directo das escadas às Enfermarias.

Seta vermelha 9: Mesa de altar, em alvenaria de tijolo, que se encontrou muito destruída.

Seta vermelha 10: Arco em pedra mármore, embutido na alvenaria.

Seta vermelha 10: Oratório das escadas.

Setas vermelha 11: Armários de parede com várias divisórias (cozinha das Enfermarias e Botica?)

Setas vermelha 12: Vãos de porta entaipados, alguns deles transformados em armários de parede.

Seta vermelha 13: Escadas desaparecidas que davam acesso ao sótão da ala norte.

Seta vermelha 14: Escadas desaparecidas que davam acesso ao terraço (ou mirante), agora reconstruídas.

Seta vermelha 15: Chaminé da provável cozinha das Enfermarias.

Seta vermelha 16: Chaminé (das instalações reservadas às noviças?), em parte demolida quando foram construídas as escadas de acesso ao terraço (14).

Seta vermelha 17: Vão mais antigo de entrada na “Torre da Priorosa”. Actualmente apenas dava acesso ao segundo piso.

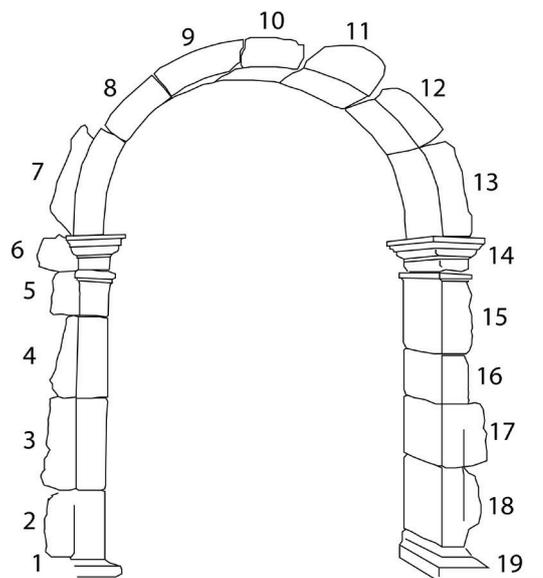
Seta vermelha 18: Vão mais recente de entrada na “Torre da Priorosa”, dando acesso apenas aos terceiro e quarto piso.

Seta azul 1: Vestígios de condutas de águas sujas na zona da desaparecida cozinha principal da Casa.

Seta azul 2: Provável zona das sentinas, com vestígios de condutas de águas sujas.

Seta azul 3: Negativo deixado pelo arranque do lavatório em pedra das instalações da Madre Priorosa, com vestígios de conduta de águas sujas.

Seta azul 4: Sentina da provável zona destinada às noviças, com vestígios de conduta de águas sujas.



©francisco baiao | 2020

CONVENTO DO BOM JESUS DE VIANA DO ALENTEJO  
PRIMEIRO PISO  
ARCO DO VÃO DE ENTRADA NA ZONA SUL DO DORMITÓRIO VELHO

**Figura 5.20** -Desmontagem do arco que dava acesso à ala meridional do Dormitório Velho e, daí, ao Dormitório Novo construído já nos alvares do século XVIII. Ao lado, o respectivo. Março de 2018.



**Figura 5.21** - Porta da Casa das Escadas - Lado de dentro (norte), antes da remoção da verga. Abril de 2018.



**Figura 5.22** - Porta da Casa das Escadas - Lado de fora (sul), depois da remoção da verga interior. Novembro de 2020.



**Figura 5.23** - Casa da Enfermaria, no primeiro piso, na altura em que já se tinha levantado o que restava do pavimento e se procedia à reparação da abóbada da Casa do Capítulo, sobre a qual se sobrepõe.  
Maio de 2018.



**Figura 5.24** - Casa da Enfermaria, no primeiro piso, vendo-se os vestígios do altar em alvenaria de tijolo adossado à parede nascente, assim como os dois nichos superiores e a pequena pia de água benta, à direita, junto ao vão de porta.  
Maio de 2018.



**Figura 5.25** - Vestígios da antiga adega, em parte transformada, no século XX, num tanque para lavagem de roupa e rega do logradouro.  
Março de 2018.



**Figura 5.26** - Vestígios da antiga casa do vinagre, junto à adega.  
Maio de 2018.

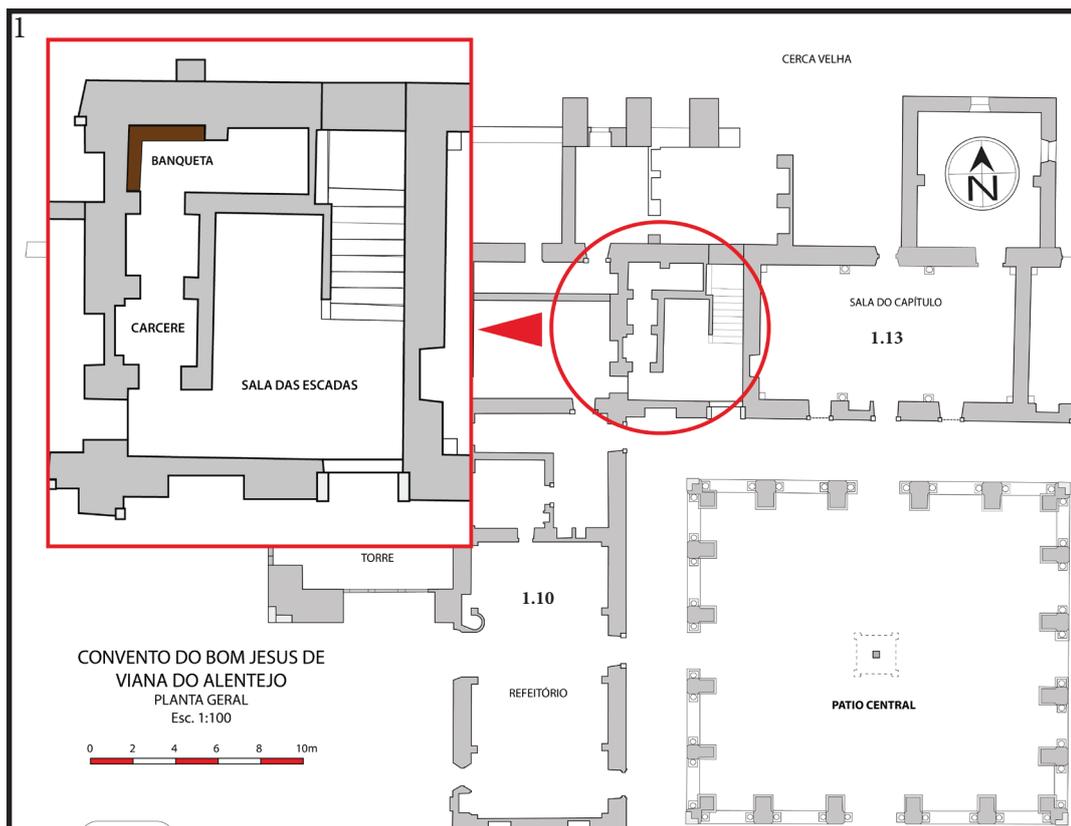
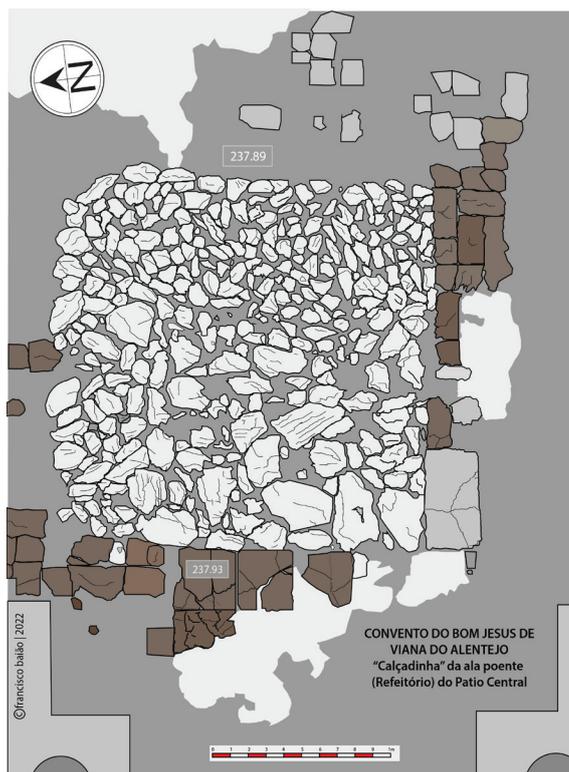


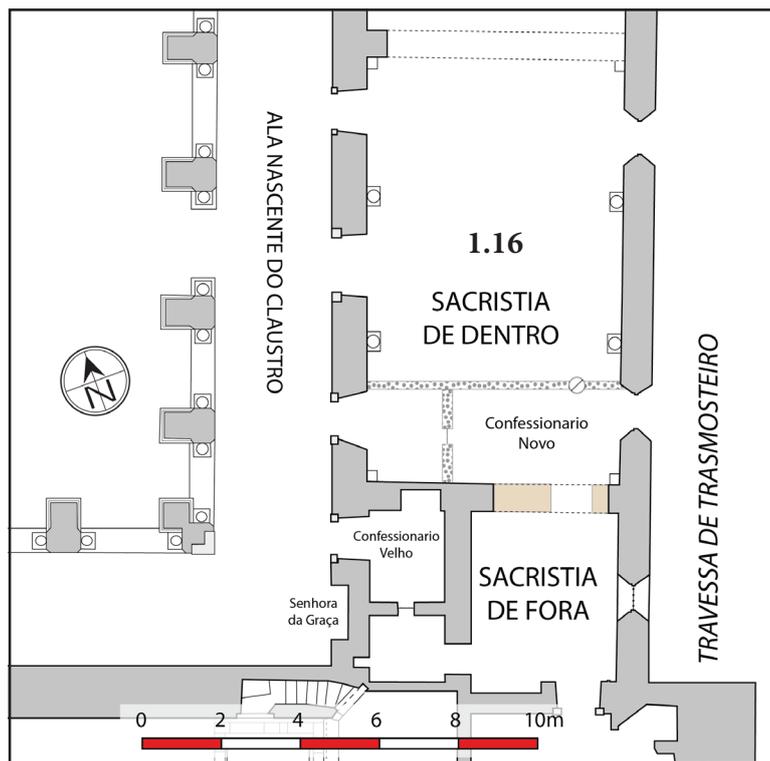
Figura 5.27 - Pormenor da planta da figura 5.2, localizando-se nela o cárcere. Desenho do autor.



Figura 5.28 - Os riscos do cárcere, que se encontraram debaixo de muitas camadas de cal. Janeiro de 2019.



**Figura 6.1** - Desenho da calçadinha da ala ponte do Pátio Central, a ser desmontada. Desenho do autor.



**Figura 6.2** - Localização, a enchimento ponteadado, dos caboucos de confissão novo, construído provavelmente no século XVIII na ala nascente do Convento. Desenho do autor.



**Figura 6.3** - Confessionário Velho. Zona de acesso das monjas, pelo canto SE do claustro térreo. Julho de 2018.



**Figura 6.4** - Confessionário Novo . Vestígios do local onde se ligava uma das paredes construídas para seccionar a sala 1.16. Julho de 2018.



**Figura 6.5** - Confessionário Novo: Janela transformado em porta, para lhe dar acesso. A soleira apresenta os orifícios da grade.  
Novembro de 2020.



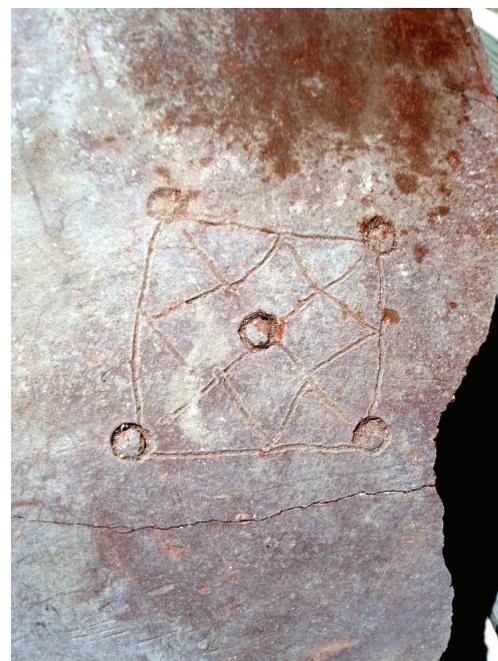
**Figura 6.6** - Confessionário Novo. Uma das pedras da grelha confessional, com orifícios muito unidos.  
Junho de 2018.



**Figura 6.7** - Recolha da loiça encontrada misturada nas cargas da abóbada da sala 1.19 - Túnel da Porta do Carro.  
Abril de 2018.



**Figura 6.8** - Parte do espólio cerâmico recolhido nas cargas das abóbadas, já lavado e registado nas instalações reservadas na obra à arqueologia.  
Outubro de 2018.



**Figura 6.9** - Desenho dos tramos da abóbada da Casa da Portaria de Fora.  
Abril de 2018.

**CONVENTO BOM JESUS** View Last: Import

Novo Deletar Find Import Pictures

Cota: CBJVA\_ACCNO\_009  
Data Recolha: 05-06-2018  
Localização: Cargas da abobada do piso inferior do Claustro - Canto NO

Designação: Cerâmica utilitária comum de fabrico local - Bilha de uma asa, de gargalo longo, com exterior brunido.

Data:

Altura: 29,5

Bocal: c 10

Bojo: 17

Base: 8

Dim. Máxima:



Estado de Conservação:  Cota da fotografia:

Cerâmica utilitária comum de fabrico local - Bilha de uma asa, de gargalo longo, com exterior brunido.

Bibliografia: CRUZ, Maria das Dores, CORREIA, Vergílio Hipólito, *Normas de Inventário - Cerâmica Utilitária*, Lisboa, edição do Instituto dos Museus e da Conservação, 2007.

Figura 6.10 - Ficha tipo da base de dados produzida para os artefactos cerâmicos.



Figura 6.11 - Negativo das desaparecidas escadas de acesso à grade, na Casa da Grade Velha. Novembro de 2020.



Figura 6.12 - Alçados oeste e sul da Torre da Prioressa. Março de 2018.



**Figura 6.13** - Alçado norte do piso térreo da Torre da Prioresa, já com o arco estrutural N aberto e vendo-se claramente o cunhal do canto NO. Junho de 2018.



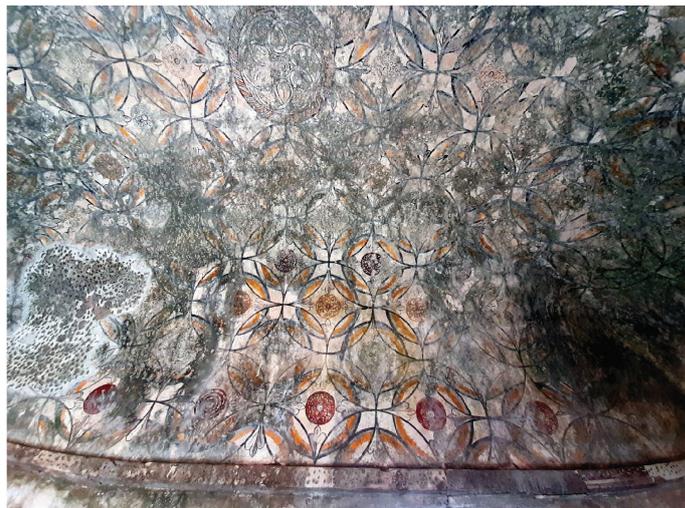
**Figura 6.14**- A tracejado amarelo, a janela entaipada do alçado nascente do piso térreo da Torre da Prioresa. A linha vermelha assinala o limite da torre, que lhe fica à esquerda. Junho de 2018.



**Figura 6.15** - Trabalhos de escavação do piso térreo da Torre da Prioresa. Em primeiro plano, parte do seu primitivo pavimento em tijoleira; no centro, a pedra de soleira de um antigo vão de porta. Dezembro de 2022.



**Figura 6.16** - Interior do primeiro piso da Torre da Priorosa. O traçado amarelo localiza um antigo vão de porta, encontrado entaipado, que ligava às escadas que conduzem ao segundo piso. A porta ao fundo acedia à ala norte do Dormitório Velho. Julho de 2018



**Figura 6.17** - Aspecto da decoração da abóbada de berço do segundo piso da Torre da Priorosa. Novembro de 2020.



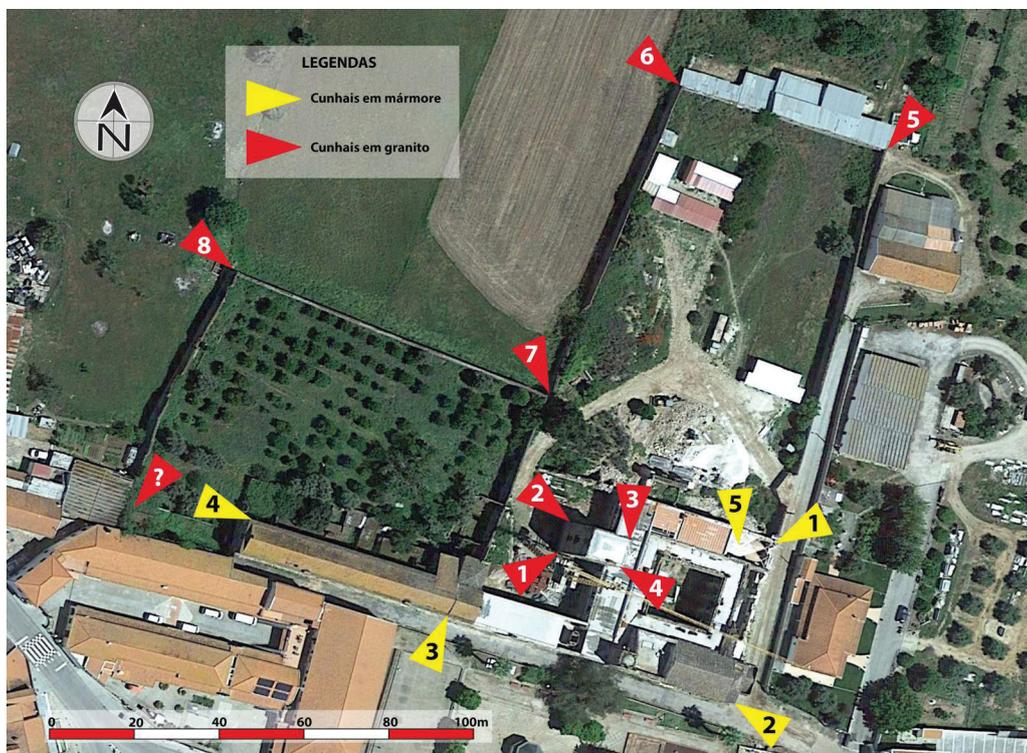
**Figura 6.18** - Bilhete postal, circa 1910, mostrando o flanco norte (esquerda) e oeste do Convento do Bom Jesus. 1. Cozinha da Casa; 2. Mansarda do último piso da Torre da Priorosa; 3. Cozinha das mães porteiras.



**Figura 6.19** - O cunhal, em granito, do canto NO da Torre da Priora abrange todo o 1.º, 2.º e a maior parte do 3.º piso. Março de 2018.



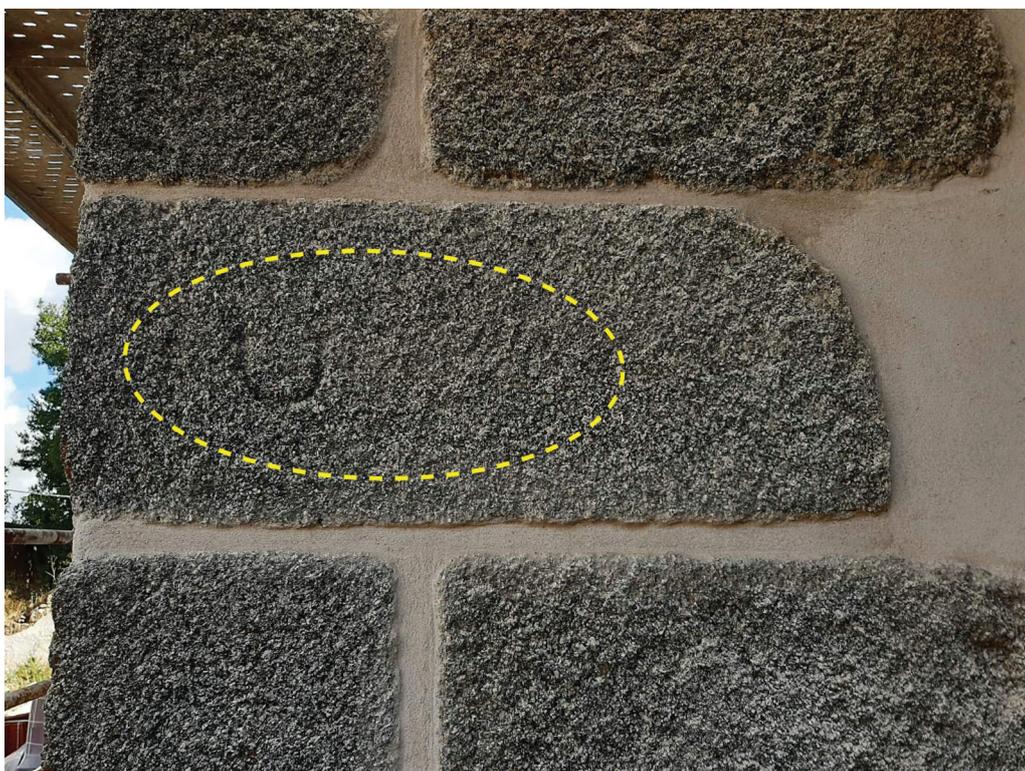
**Figura 6.20** - Alçado norte da Torre da Priora. Os círculos amarelos assinalam os silhares graníticos do cunhal NE, que já não foram repostos no lugar aquando do alargamento, para nascente, da torre - assinalado pela linha tracejada amarela. A seta vermelha localiza parte da alvenaria em tijolo, no lado nascente, com que foi obrado o dito alargamento. Junho de 2019.



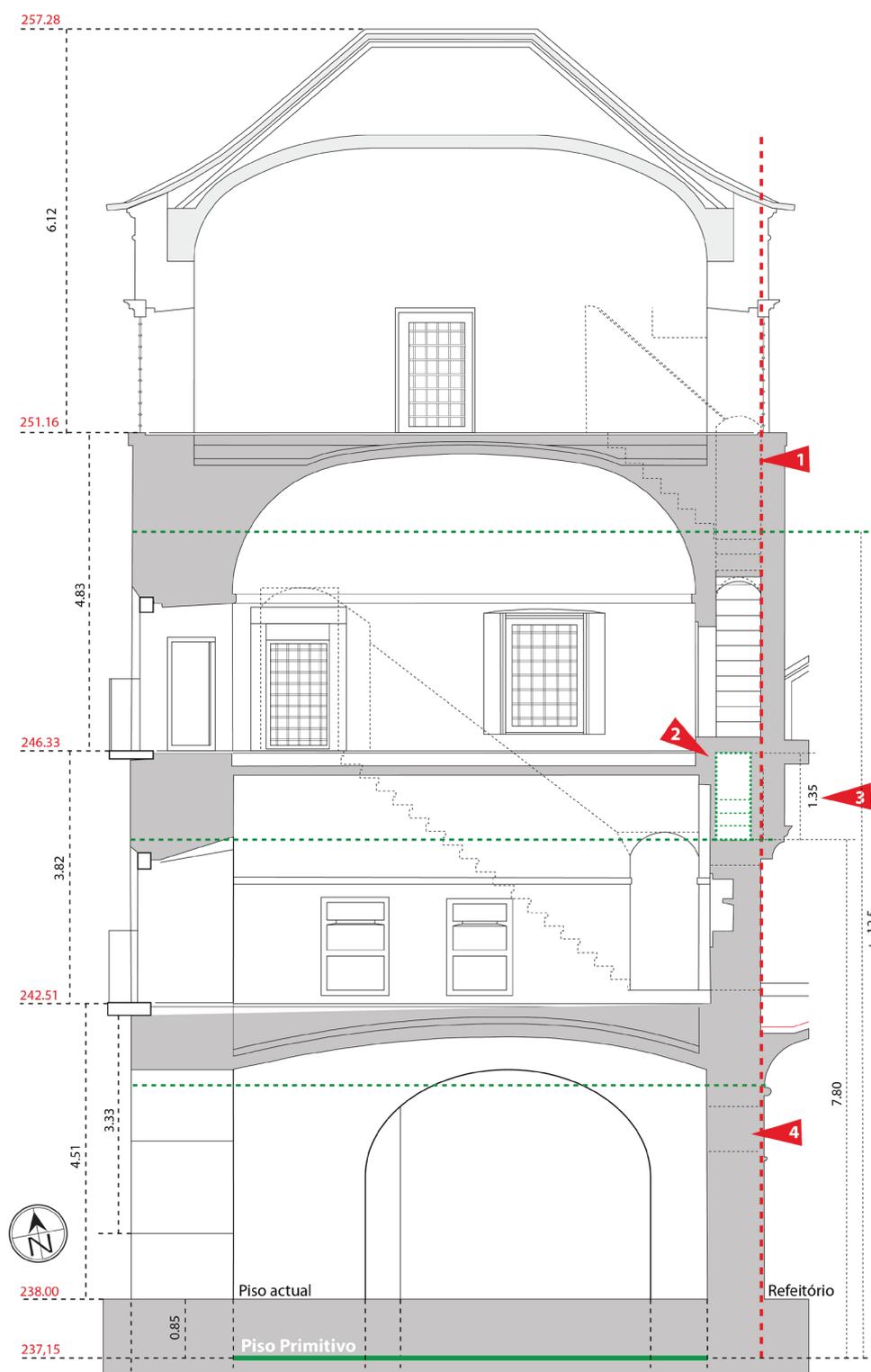
**Figura 6.21** - Localização, sobre ortofotomapa Google Earth, dos diversos cunhais registados no complexo conventual hieronimita do Bom Jesus. As setas amarelas assinalam os cunhais em pedra mármore, as vermelhas os cunhais em granito.



**Figura 6.22** - Alçado principal do Convento do Bom Jesus. A linha vermelha assinala o local de ligação entre a zona mais antiga do complexo, à direita e a nova. O círculo amarelo indica os vestígios do primitivo cunhal em mármore que limitava, pelo lado SO, o edifício antes do alargamento de inícios do séc. XVIII. Junho de 2020.



**Figura 6.23** - Sinais ou marcas, num dos cunhais graníticos do canto SO da Torre da Prioresa. Setembro de 2020.



**Figura 6.24** - Corte O-E da Torre da Priora. A seta vermelha n.º 1 e a linha tracejada vermelho assinalam o perfil primitivo da torre, mais tarde alargado, ao nível do lado oriental do segundo piso, para a instalação das escadas de acesso ao então construído quarto e último piso. A seta n.º 2 localiza o pequeno vão de escadas encontradas. A seta n.º 3 o vão de porta (?), com cerca de 1,35m de altura, confrontando o nascente e que foi encontrado entaipado. A seta n.º 4 o pequeno vão de janela, confrontando também o nascente, encontrado também entaipado e que daria alguma luz ao piso térreo. As linhas tracejadas verdes, conjecturais, assinalam os níveis primitivos dos diversos pisos. Desenho do autor.



**Figura 6.25** - Buraca junto ao arranque das escadas do 2.ª para o 3.º andar da Torre da Prioresa. Julho de 2018.



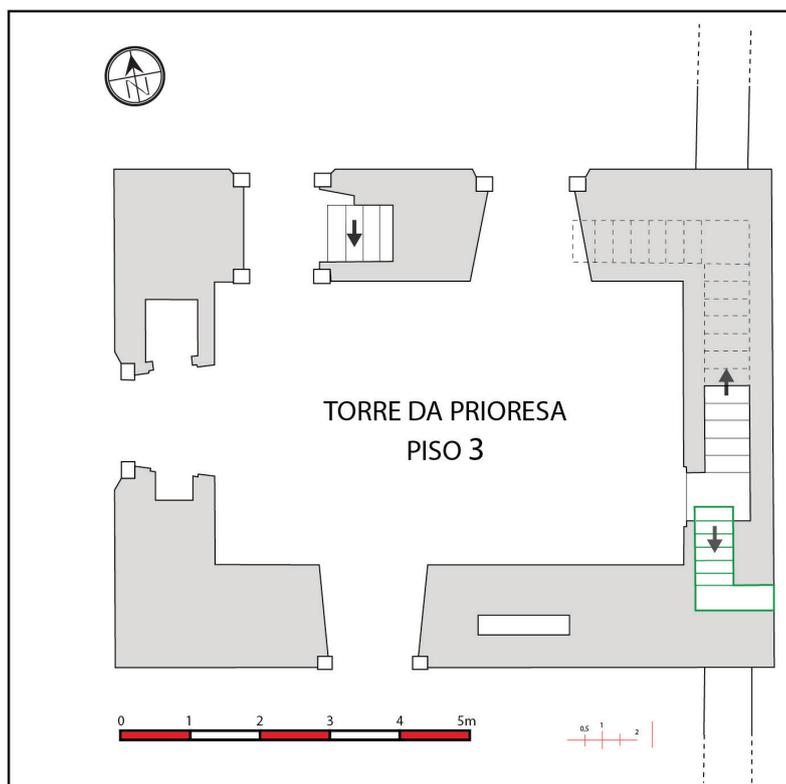
**Figura 6.26** - Buraca aproveitada para cómodo de arrumos, com prateleiras, na Torre da Prioresa. Julho de 2018.



**Figura 6.27** - Iniciando-se os trabalhos de levantamento do pavimento da buraca do arranque das escadas do 2.º para o 3.º andar da Torre da Prioresa, sob o qual se encontrou um oculto lance de escadas mais antigo. Novembro de 2020.



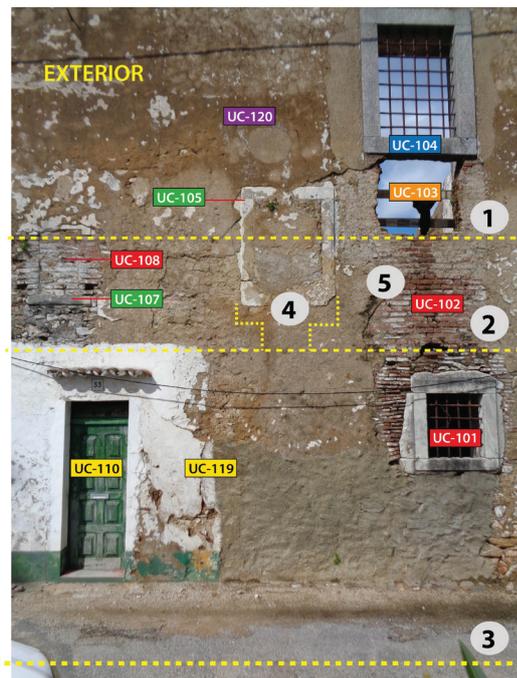
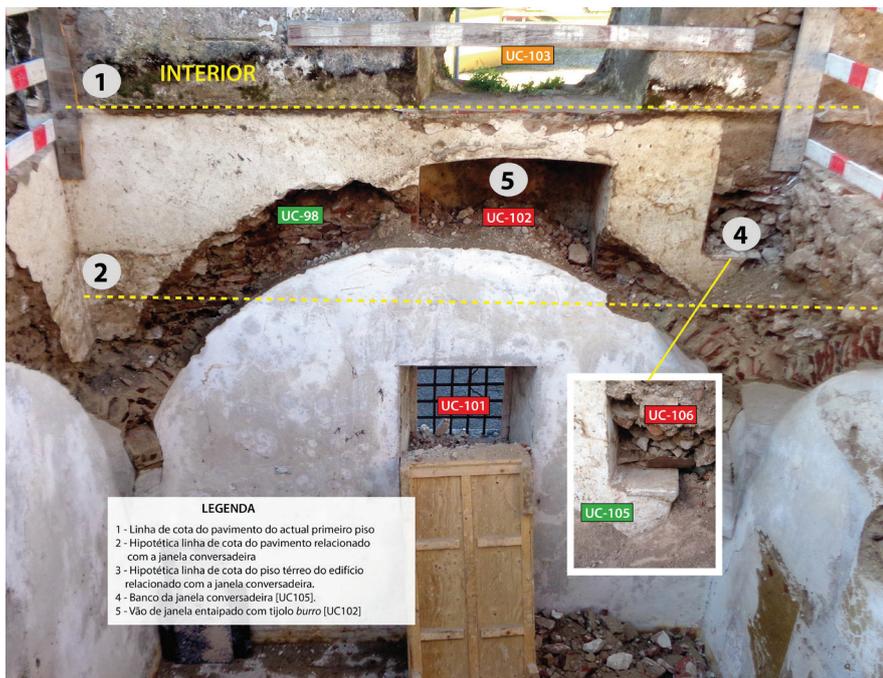
**Figura 6.28** - Lance de escadas mais antigo, que se encontrou oculto sob o pavimento da buraca do arranque das escadas do 2.º para o 3.º piso da Torre da Prioresa. O vão de porta entaipado está assinalado com a sua largura, 72cm. Dezembro de 2021.



**Figura 6.29** - Planta do 3.º piso da Torre da Prioresa, assinalando-se a verde o lance de escadas mais antigo, que se encontrou oculto sob a buraca do arranque das escadas para o 3.º piso. Desenho do autor.



Figura 6.30 - A Torre da Camoeira está situada a cerca de 12 quilómetros de Viana do Alentejo, avistando-se a partir dos pisos superiores da *Torre da Priorosa*. Em frente passava-lhe a antiga estrada que ligava esta vila a Évora. Fotografia de Viriato Campos colorida manualmente, circa 1920.



Figuras 6.31 e 6.32- Interior e exterior da zona onde surgiram dois vãos de janelas, um deles do tipo conversadeira, numa cota que não corresponde a nenhum dos níveis dos pisos actuais desta parte do Convento. Abril/Maio de 2018.

- LEGENDA: 1 - Linha de cota do pavimento do actual primeiro piso;  
 2 - Hipotética linha de cota do pavimento relacionado com a janela conversadeira;  
 3 - Hipotética linha de cota do piso térreo do edifício relacionado com a janela conversadeira;  
 4 - Banco da janela conversadeira (UC105);  
 5 - Vão de janela entaipado com tijolo burro (UC102).



Figura 6.33 - Sala 1.20 (uma das divisões da antiga hospedaria da Casa), indicando a linha amarela a cota do piso actual, cerca de 50cm acima da cota do pavimento primitivo. Março de 2019.



Figura 6.34 - Sala 1.06, onde pernoitariam as madres porteiras, vendo-se o arco em pedra que se encontrou em parte entaipado. A linha amarela demarca a cota do pavimento actual. Julho de 2022.

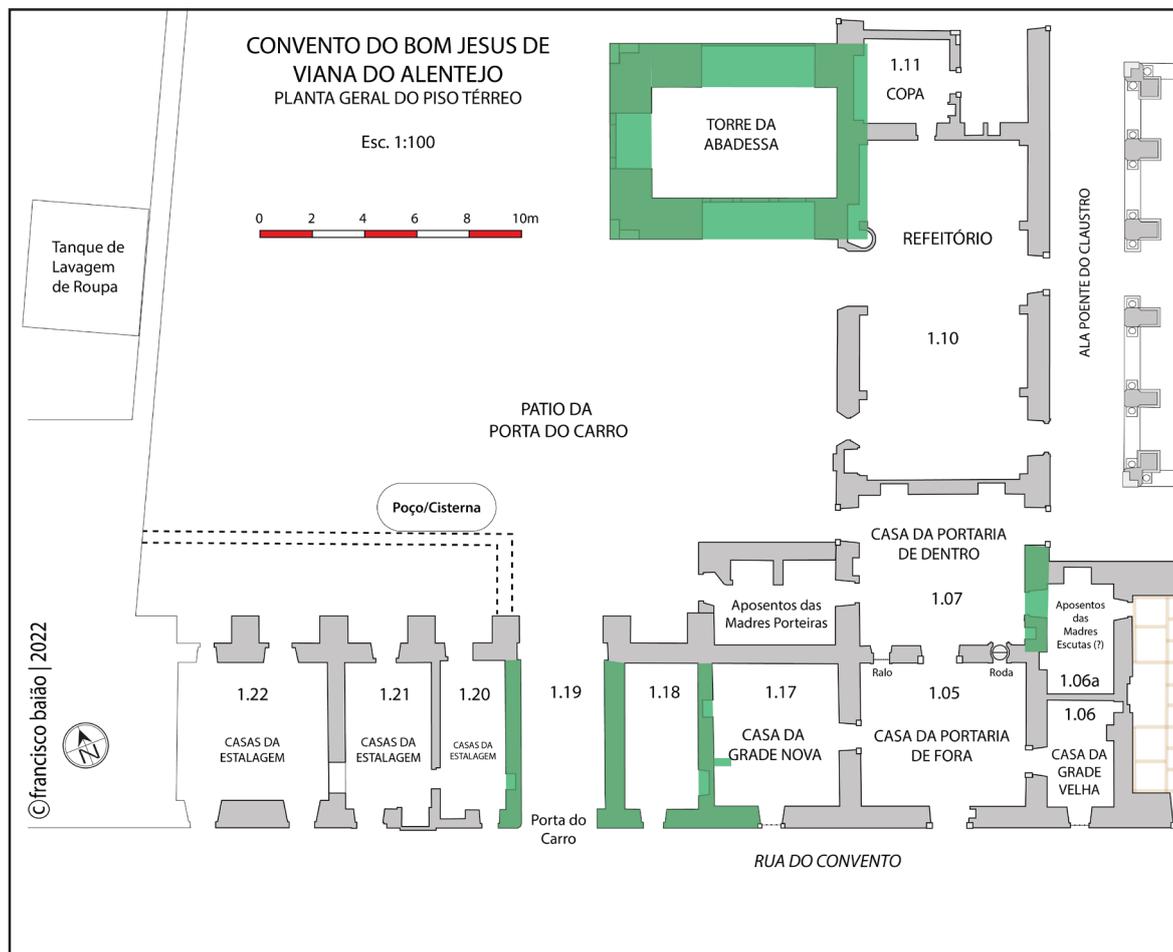
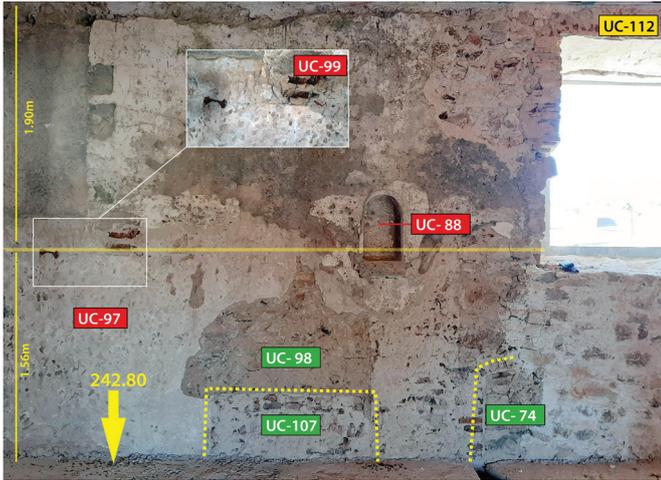


Figura 6.35 - Planta de parte do piso térreo do Convento do Bom Jesus, assinalando-se a verde os vestígios de paredes e caboucos que terão integrado o edifício que precedeu o actual e que nele foram reaproveitados.



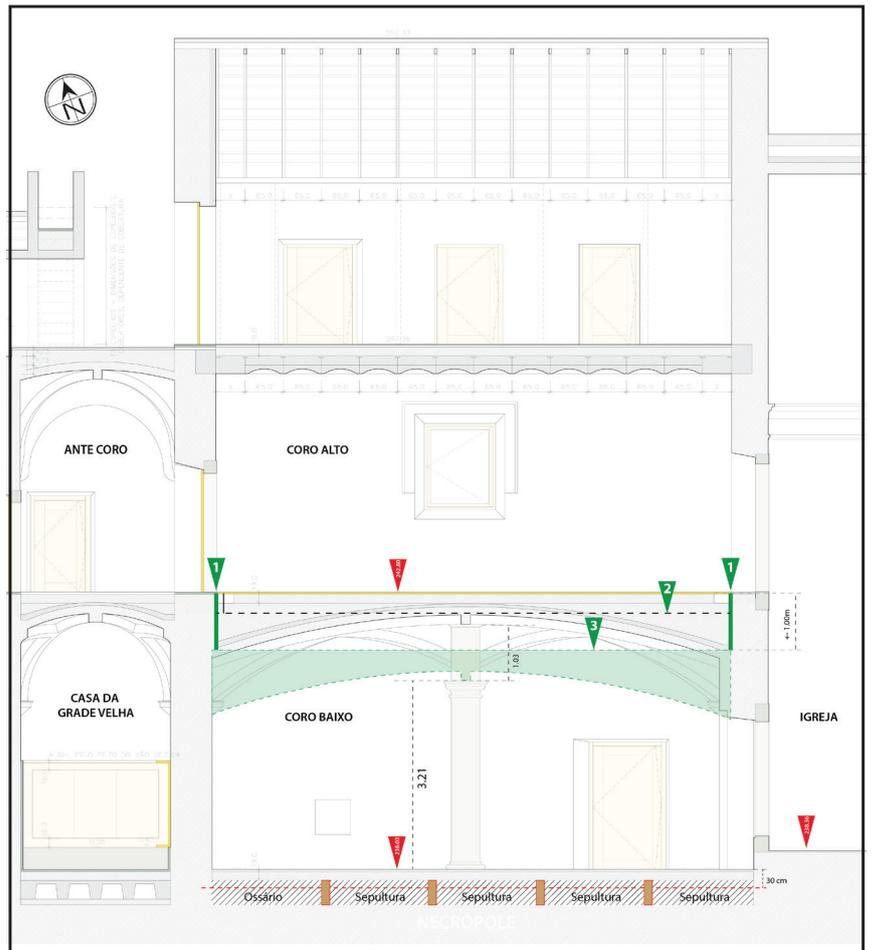
**Figura 6.36** - A linha contínua amarela localiza a zona de ligação entre a parte reaproveitada do edifício pré existente, para baixo, e o seu alteamento. Os tracejados amarelos, os vãos então entaipados. Setembro de 2022.



**Figura 6.37** - Casa do Coro Alto vendo-se, depois de limpo, o extradorso da abóbada do Coro Baixo. Em volta pode-se observar o prolongamento dos rebocos caídos para lá da linha do pavimento. Junho de 2018.



**Figura 6.38** - Canto NE do Coro Alto, vendo-se a continuação do reboco caído para baixo da linha de cota do pavimento e, ainda in situ, um dos muitos fragmentos de recipientes que integravam as cargas das abóbadas. As setas verdes marcam uma suposta linha de nível. Maio de 2018.



**Figura 6.39** - Corte O-E do bloco dos Coros. As setas verdes com o número 1 localizam os prolongamentos de rebocos caídos. A seta número 2 a linha riscada que se pensa ter servido de nível para a caixa de ar subjacente ao pavimento removido. A seta 3, a hipotética abóbada anterior. As setas vermelhas indicam as diferentes altimetrias dos pavimentos.



**Figura 6.40** - Estrutura de ventilação obrada em tijolo burro, encontrada já muito destruída sob o pavimento cerâmico do Coro Alto. Maio de 2018.



**Figura 6.41** - Coluna da casa do Coro Baixo. A parte superior ter-lhe-á sido acrescentada aquando da possível subida do pé direito desta importante divisão do complexo conventual. Março de 2019.



**Figura 6.42** - Casa por cima do Coro Alto, onde se terão acomodado algumas das criadas da Casa. Na empena poente da igreja são visíveis os sucessivos acrescentamentos, assinalados a tracejado, que tiveram como objectivo elevar o pé direito do templo. Outubro de 2020.

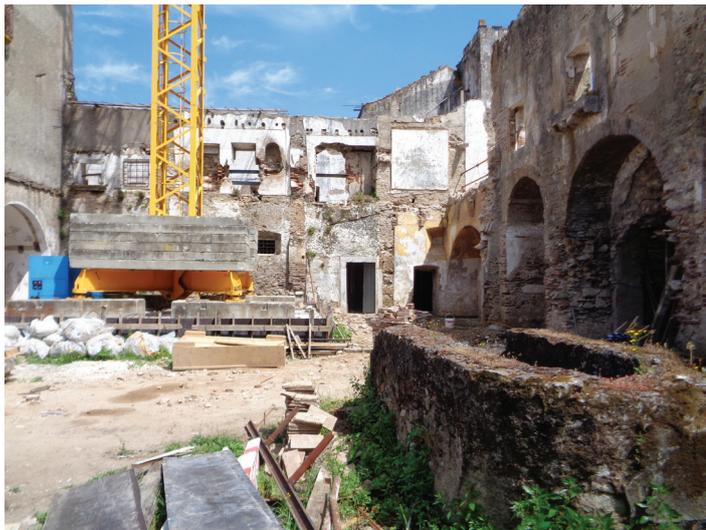


Figura 6.43 - Pátio da Porta do Carro, vendo-se à direita o bocal do poço grande, com cisterna. Maio de 2018.

Figura 6.44 - O pequeno poço da Cerca Nova, ainda com o aparelho de nora. Outubro de 2020.

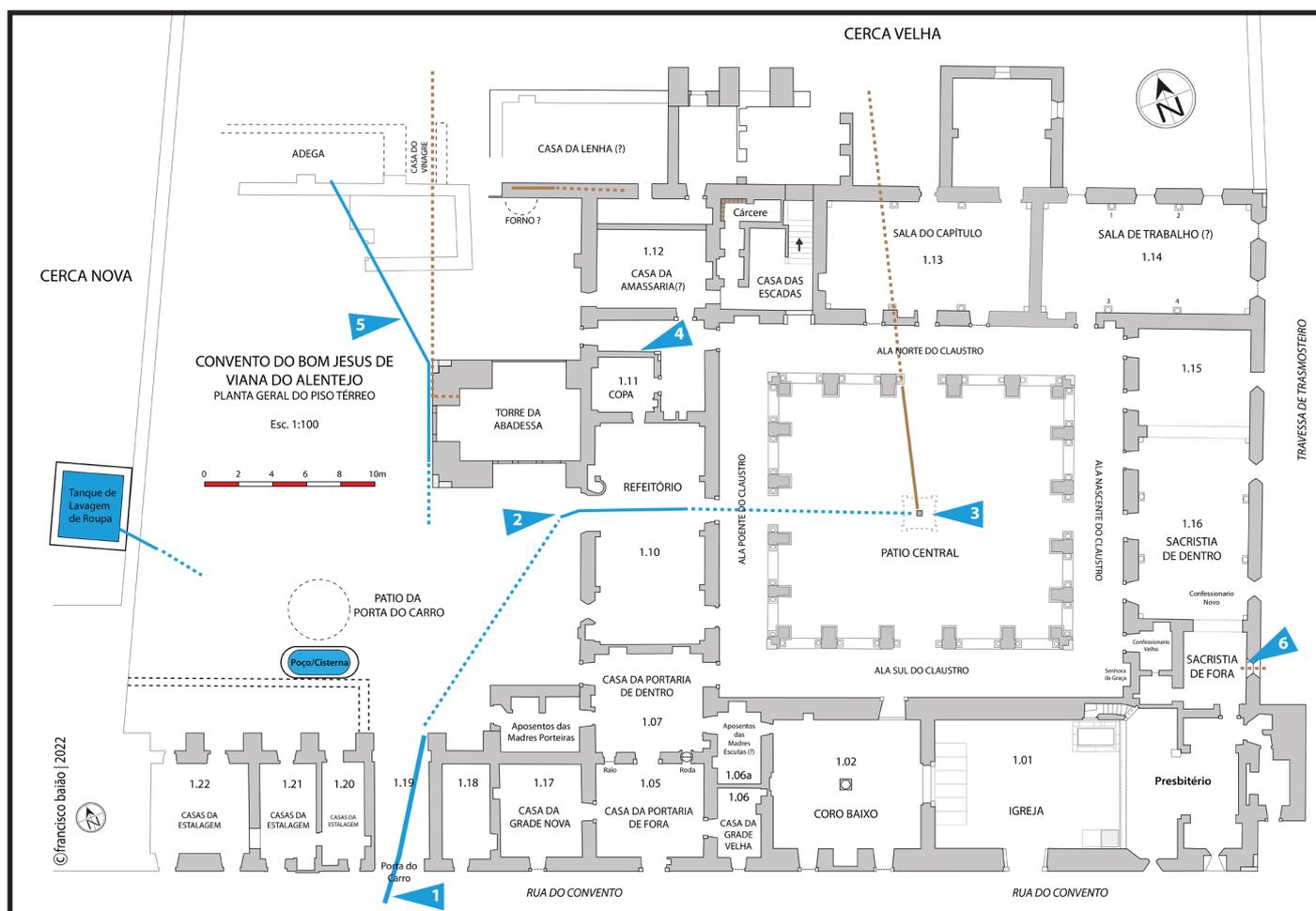


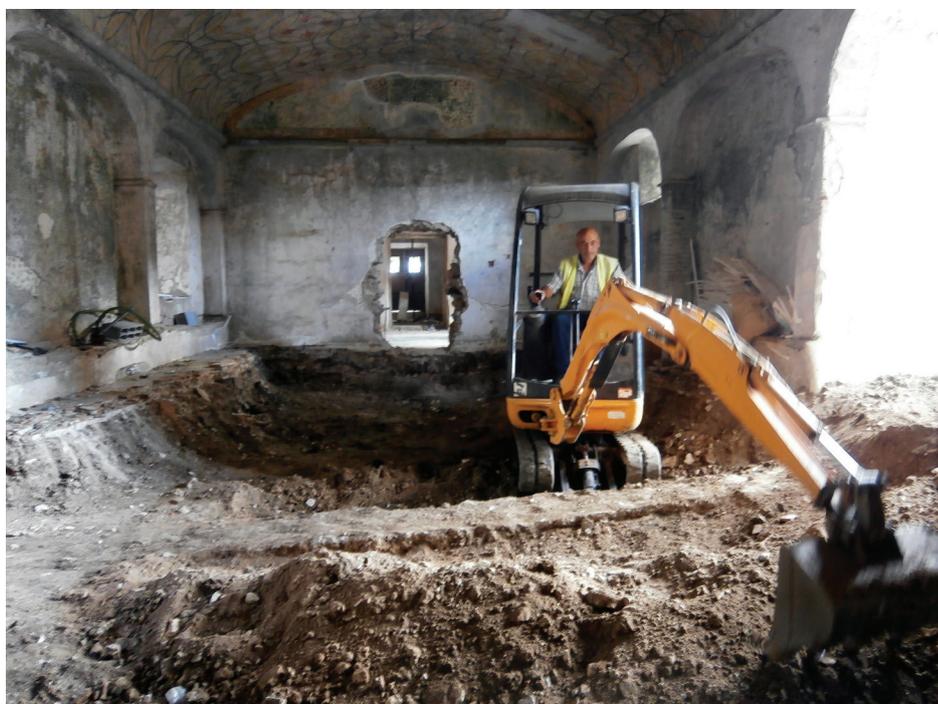
Figura 6.45 - Planta do piso térreo do Convento do Bom Jesus de Viana do Alentejo, assinalando-se as estruturas nele registadas relacionadas com as águas limpas e residuais. 1 - Entrada, junto à *Porta do Carro*, da conduta que trazia a água da Fonte Coberta; 2 - Conduta em manilhas de barro, que atravessa o Refeitório e abastece a Fonte Central; 3 - Fonte do Pátio Central; 4 - Local onde estaria um pequeno dispensador de água, junto à copa e ao Refeitório; 5 - Conduta, em granito, que abasteceria a Adega e, no séc. XX, serviu um tanque de lavar roupa; 6 - Local onde esteve um lavatório em pedra, na *Sacristia de Fora*, utilizado pelos padres da Casa. As linhas azuis assinalam os percursos da água potável, as castanhas os das águas residuais. O tracejado indica percursos conjecturais, não observados. Desenho do autor.



**Figura 6.46** - A conduta de água que vinda da antiga Fonte Coberta, entrava no Convento pela Porta do Carro. Estruturada em tijolo burro, tem cerca de 90cm de altura por 45cm de largura. Nesta zona foi encontrada em parte assoreada por terras. Abril de 2021.



**Figura 6.47** - Segmento de manilha cerâmica para condução de água, aparentando fabrico local, recolhida no rebaixamento da cota do pavimento da casa do Refeitório. Setembro de 2018.



**Figura 6.48** - Protegida por fortes argamassas de cal, a conduta de abastecimento da fonte do Pátio central atravessa a casa do Refeitório, vinda do pátio da *Porta do Carro* (à esquerda), tendo sido posta a descoberto aquando dos trabalhos de rebaixamento da cota do seu pavimento. Note-se a acentuada pendente do troço. Setembro de 2021.



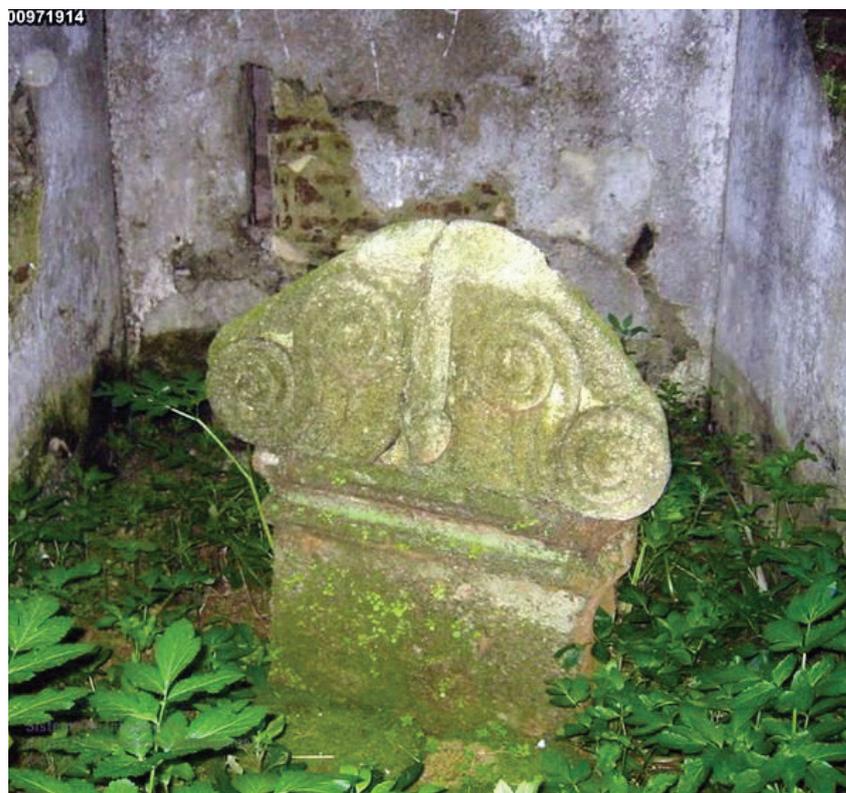
**Figura 6.49** - Negativo deixado pelo arranque do lavatório em pedra da *Sacristia de Fora*. O círculo amarelo localiza a conduta de saída da água. Julho de 2018.



**Figura 6.50** - Aposentos das madres prioresas, no segundo piso da torre. Negativo deixado pelo arranque de pia ou lavatório em pedra, provido de descarga de águas sujas. Julho de 2018.



**Figura 6.51** - Armário-cantareira, perto da pia ou lavatório do segundo piso da *Torre da Prioresa*. Outubro de 2020.



**Figura 6.52** - Parte da estrutura de fornecimento de água, em cantaria trabalhada, caída por terra na zona da copa e do Refeitório. Arquivo SIPA, cliché IPA.00032388, fotografia de Carlos Marques, 2007.



**Figura 6.53** - Azulejo sevilhano, em corda seca, recolhido na zona da copa, perto do Refeitório do Convento do Bom Jesus de Viana do Alentejo. Ao lado, reconstituição do padrão.  
Junho de 2018.



**Figura 6.54** - Vestígios de uma conduta para águas sujas, numa das raras paredes sobreviventes do lado NO do complexo. Esta conduta poderá ter servido a zona das sentinas que estaria instalada na ala norte do *Dormitório Velho*.  
Janeiro de 2019.



**Figura 6.55** - Calhandra para recolha de dejectos, aparentando fabrico local. Recolhida no desmonte da carga da abóbadas da sala 1.02.  
Maio de 2018



**Figura 6.56** - Antigo tanque de lavagem do Convento do Bom Jesus, mais tarde reaproveitado como telheiro. O muro que se vê à direita é construção da primeira metade do século XX. Junho de 2020.



**Figura 6.57** - Vestígios da rede de almécigas na Cerca Velha. Março de 2018.



**Figura 6.58** - O Convento do Bom Jesus de Viana do Alentejo já com grande parte do seu alçado principal restaurado. Agosto de 2022.